



SEM ASPAS

UNESP

Reitor: Prof. Dr. Julio Cezar Duringan

Vice-reitora: Prof. Dra. Marilza Vieira Cunha Rudge

Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara

Diretor: Prof. Dr. Arnaldo Cortina

Vice-diretor: Prof. Dr. Cláudio César de Paiva

Sem Aspas

Revista do Curso de Graduação em Ciências Sociais



SEM ASPAS

Revista do Curso de Graduação em Ciências Sociais

ISSN 2238-359X

Sem aspas, Araraquara, v. 2, n. 1, 2, p. 1-214, 2013

Coordenação e Organização

Carlos Henrique Gileno
João Carlos Soares Zuin
José Antonio Segatto
Marcelo Santos
Renata Medeiros Paoliello

Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Sociologia
Departamento de Sociologia
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política

Conselho Editorial

Ana Lúcia de Castro
Anita Simis
Angelo Del Vecchio
Augusto Caccia Bava Junior
Antonio Ianni Segatto
Carla Gandini Giani Martelli
Dagoberto José Fonseca
Edgar Teodoro da Cunha
Edmundo Antonio Peggion
Eliana Maria de Melo Souza
José Reis dos Santos Filho
José Luís Bizelli
Karina Lilia Pasquariello Mariano
Leila de Menezes Stein
Lucila Scavone
Maria Aparecida Chaves Jardim
Maria Orlanda Pinassi
Maria Ribeiro do Valle
Maria Teresa Miceli Kerbauy
Maria Valdez de Colletes Negreiros
Marcia Teixeira de Souza
Milton Lahuerta
Paulo José Brando Santilli
Rafael Alves Orsi
Sérgio Gertel
Wagner de Melo Romão

Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Sociologia
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Sociologia
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Sociologia
Departamento de Sociologia
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Sociologia
Departamento de Sociologia
Departamento de Sociologia
Departamento de Sociologia
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política
Departamento de Antropologia, Filosofia e Política

Revisão e versão para o inglês: Rosângela Sanches da Silveira Gileno
Editoração, diagramação e capa: Gustavo T. Delgado

Sem Aspas: Revista do Curso de Graduação em Ciências Sociais / Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. – Vol.2 (2013) – .
- Araraquara : UNESP / FCLAr, 2013-

Semestral
ISSN 2238-359X

Conselho Consultivo

Alexandro Dantas Trindade	Departamento de Ciências Sociais - Universidade Federal do Paraná - UFPR - Curitiba
Aluizio Alves Filho	Departamento de Comunicação Social - Pontifícia Universidade Católica - PUC - Rio de Janeiro
André Botelho	Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Rio de Janeiro
André Drumond Mello Silva	Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP - Minas Gerais
Angela Randolpho Paiva	Departamento de Sociologia e Política - Pontifícia Universidade Católica - PUC - Rio de Janeiro
Bernardo Ricupero	Departamento de Ciência Política - Universidade de São Paulo - USP - São Paulo
Diogo Tourino de Sousa	Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa – UFV – Minas Gerais
Emilia Pietrafesa de Godoi	Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP - Campinas
Heitor Frúgoli Júnior	(Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo - USP - São Paulo
Ivo José de Aquino Coser	Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Rio de Janeiro
Marco Aurélio Nogueira	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista - UNESP - São Paulo
Marcos Pazzanese Duarte Lanna	Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR – São Carlos
Maria Cristina Pompa	Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP – Guarulhos
Maria do Socorro Sousa Braga	Departamento de Ciências Sociais - Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR - São Paulo
Patrícia Mattos	Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de São João Del Rey - UFSJ - Minas Gerais
Renato Ramos Martini	Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados - Mato Grosso do Sul
Roberto Barbato Jr.	Faculdade Integrada Metropolitana de Campinas - METROCAMP/Universidade Paulista - UNIP - Campinas
Rogério Baptistini Mendes	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP - São Paulo
Simone Meucci	Departamento de Ciências Sociais - Universidade Federal do Paraná - UFPR - Curitiba
Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rêgo	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - Campinas

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	9
Oliveira Vianna e o debate epistolar com os atores políticos Karim HELAYEL	11
Reflexos da obra de Nina Rodrigues no pensamento social brasileiro Elaine M. e S. OLIVEIRA, Karine Dutra Rocha VIANA e Nathaly Pereira de OLIVEIRA	23
Abertura política e redemocratização brasileira: entre o moderno- conservador e uma “nova sociedade civil” Eduardo SEINO, Giovana ALGARVE e José Carlos GOBBO	31
Competência e desempenho: avaliação e administração da formação João Mauro G.V. de CARVALHO	43
Construções e identificações de gênero no contexto colonial Ana Carolina FERNANDES	57
As situações de violência nos espaços das escolas: a voz dos alunos Maíra Darido da CUNHA e José dos Reis Santos FILHO	65
Modernidade: apontamentos sobre a experiência moderna no interior paulista no início do século XX Juliana C. Terra de SOUZA	79
Memória de idosos Juliana SARTORI	95
Preservação do patrimônio cultural e valorização da memória local: um desafio contemporâneo para a gestão municipal Sheiva SÖRENSEN	105

O olhar europeu ocidental sobre o outro: um paradigma da ciência Jéssica Fernandes Maia dos SANTOS	121
Consciência de classe na revolução paraguaia: entre o fracasso luguista e o desvio epepista Junior Ivan BOURSCHEID.....	127
A incoerência na formação do estado iugoslavo: um “diálogo” com a obra Nações e Nacionalismo de Eric J. Hobsbawm Samuel DECRESCI.....	145
Sociologia ou biografia? Bauman sob a perspectiva de seus intérpretes Cleto Junior P. de ABREU.....	155
Em busca do elo perdido: solidariedade em um mundo pós-moderno Daniela Cristina COMIM	171
Ideologia e utopia em Karl Mannheim Thiago MAZUCATO.....	187
Guerra dos tronos: Elisabeth e Mary Stuart José Renato Ferraz da SILVEIRA e Juliana Graffunder BARBOSA....	197
<i>Índice de assuntos</i>	209
<i>Subject index</i>	210
<i>Índice de autores</i>	211

APRESENTAÇÃO

A presente edição da *Sem Aspas* (Revista do Curso de Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Araraquara) traz os dois números de 2013, fato que indica, simultaneamente, a sua semestralidade e a vocação interdisciplinar dos seus colaboradores.

Nesse número da *Sem Aspas*, apresentamos ao leitor artigos de discentes

e pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal de São Carlos (UFSC), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, campus de Araraquara). Portanto, a *Sem Aspas* confirma a necessidade de interlocução teórica com outras instituições de ensino superior do país.

As análises sobre Oliveira Vianna (1883-1951) e Nina Rodrigues (1862-1906) abrem a seção referente ao pensamento político e social no Brasil. Posteriormente, outro artigo debate o conceito de cidadania e de modernização brasileira que emerge após a redemocratização de 1988.

O sistema educacional brasileiro; a questão da dominação masculina em Pierre Bourdieu (1930-2002); a análise sobre a violência nas escolas; o imaginário social dos idosos; a gestão municipal e as políticas urbanas; o evolucionismo e o totemismo; a revolução, o socialismo e o leninismo no Paraguai e a teoria política, o nacionalismo e os conflitos étnicos na formação do Estado iugoslavo são temas dos artigos que refletem sobre questões importantes do mundo atual. Ainda, são apresentados dois artigos que versam sobre a teoria social contemporânea em Zygmunt Bauman (1925-), Ulrich Beck (1944-), Jünger Habermas (1929-) e Karl Mannheim (1893-1947). Por fim, o excelente

artigo sobre o tema da legalidade e da legitimidade nos conflitos estabelecidos entre a Rainha inglesa Elisabeth e a rainha escocesa Mary Stuart no século XVI fecha o presente número da *Sem Aspas*.

Coordenação e Organização.

OLIVEIRA VIANNA E O DEBATE EPISTOLAR COM OS ATORES POLÍTICOS

Karim HELAYEL¹

Resumo: Procurar-se-á, neste trabalho, expor alguns resultados referentes ao trabalho de análise da correspondência passiva de Oliveira Vianna, realizada no *Museu Casa de Oliveira Vianna*, em Niterói, RJ. Nossa intenção é colocar em evidência, primeiramente, o diálogo intelectual que havia entre Oliveira Vianna e os atores políticos de seu tempo, bem como sugerir que o ensaísta fluminense destinava sua obra para uma *práxis* política mais direta tendo em vista a utilização direta da mesma. Posteriormente, direcionaremos nosso foco à *práxis* político-burocrática, que o caracterizou como um *statemaker*.

Palavras-chave: Oliveira Vianna. Correspondência. Sociologia Política. Pensamento Social Brasileiro. Intelectuais.

OLIVEIRA VIANNA AND EPISTOLARY DEBATE WITH POLITICALACTORS

Abstract: In this paper, we shall present a number of results in connection with the work of analyzing Oliveira Vianna's passive correspondence, carried out at the *Oliveira Vianna's House Museum*, in Niterói, RJ. Our main goal is at first to highlight the intellectual exchange between Oliveira Vianna and his contemporary political actors and to suggest that the essayer under study directed his work aiming at an immediate use for a more direct political praxis as well. Secondly, we shall focus on his political-bureaucratic praxis, which endowed him with the status of a statemaker.

Keywords: Oliveira Vianna. Correspondence. Political Sociology. Brazilian Social Thought. Intellectuals.

¹ Graduando do curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Email: khelayel@gmail.com.

Procurar-se-á expor, no presente artigo, alguns resultados de nossa pesquisa², realizada no *Museu Casa de Oliveira Vianna*, em Niterói, cidade localizada no estado do Rio de Janeiro. No caso específico deste artigo, versaremos sobre a análise da correspondência passiva de Oliveira Vianna. Nossa proposta é contribuir para uma inteligibilidade sociológica renovada da obra de Oliveira Vianna, mediante mobilização de alguns documentos inéditos de seu acervo, como é o caso particular de sua correspondência.

Oliveira Vianna foi catedrático da Faculdade de Direito do Estado do Rio, em Niterói, membro do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e da *Academia Brasileira de Letras*, ocupou diversos postos-chave na alta burocracia do Estado, tornando-se ministro do *Tribunal de Contas da União* no Estado Novo, além de possuir vasta produção bibliográfica, que aborda diversas questões de cunho sociológico e político, como no seu livro de estréia *Populações Meridionais do Brasil* (1920). Em sua interpretação do Brasil, Vianna indicou problemas fundamentais relativos à vida política brasileira, decorrentes do papel da estrutura fundiária na configuração da vida social e política, que estava se formando desde a colonização portuguesa (VIANNA, 1973). Oliveira Vianna ressalta a existência de propriedades imensas e autossuficientes, os latifúndios, que funcionavam como centros de gravitação das decisões políticas locais, ligando uma massa de homens livres pobres aos latifundiários, o que dificultou em demasia o desenvolvimento do comércio, da indústria, dos centros urbanos, bem como de seus atores sociais característicos, constituindo o que o autor chama de *função simplificadora do grande domínio rural* (1973).

Para Oliveira Vianna, malgrado determinadas mudanças em curso na sua época, algumas estruturas e atitudes sociais do nosso passado rural continuavam desempenhando papéis cruciais, especialmente na vida política. Podemos citar como exemplo as relações que se desdobraram entre a esfera pública privada em nossa sociedade, bem como seu baralhamento (BOTELHO, 2007). Baralhamento este que dificultava paroxisticamente a associação entre os atores sociais para além dos círculos domésticos originalmente ligados aos latifúndios, o que tornava as instituições públicas suscetíveis a programas voltados para a promoção de interesses particularistas por parte dos caudilhos rurais, obnubilando e circunscrevendo a

² Esta pesquisa está inserida em projeto mais amplo, coordenado pelo Professor André Botelho, intitulado *Oliveira Vianna e a Sociologia Política no Brasil*. André Botelho é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

vida política a uma trama de relações de fidelidades pessoais referentes à prestação e à contraprestação de favores, que envolviam bens materiais e imateriais. Nesta direção, Vianna formula o conceito de *anarquia branca*, explicitando o caráter faccioso das leis, que estavam a serviço de uma ou outra família, impelindo os homens livres pobres a se refugiarem sob a proteção dos senhores rurais, no intuito de se salvaguardarem das arbitrariedades intrínsecas a este tipo de legislação (VIANNA, 1973). Desta maneira, o prognóstico de Vianna é a ação lenta e contínua do Estado, soberano, incontestável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional (1973).

Mas, no que diz respeito especificamente à análise da correspondência passiva de Vianna, o foco deste trabalho incide sobre as décadas de 1920-30. Devemos ressaltar que algumas das correspondências analisadas, no período concernente à realização da pesquisa, referem-se à década de 1940, sendo incluídas apenas caso houvesse continuidade em relação a algum debate iniciado nas décadas precedentes. Portanto, nosso objetivo precípuo, em um primeiro momento, é a análise da recepção das ideias de Oliveira Vianna no campo político, sobretudo, em 1920-30. Já em um segundo momento, preocupar-nos-emos com a atuação política mais direta de Oliveira Vianna, à qual qualificaremos adiante.

Primeiramente, é fundamental mensurar a importância do trabalho realizado com a correspondência passiva de Oliveira Vianna. Como sugere Ângela de Castro Gomes, a correspondência de um determinado autor, além de ser um documento, é uma fonte que permite a contextualização de sua produção, concedendo-nos informações preciosas acerca de questões inerentes ao processo de criação, circulação e recepção de sua obra (GOMES, 2005). Esta perspectiva, tendo em vista a análise da correspondência de um determinado autor, pode fornecer também a possibilidade de identificação de sua rede de contatos e sua específica inserção no mundo cultural, sendo cara, portanto, ao trabalho que realizamos com a correspondência passiva do ensaísta fluminense, uma vez que permite a demarcação do contexto no qual ocorreu sua produção teórica e metodológica. A relevância da troca de cartas entre Oliveira Vianna e seus interlocutores já foi notada na tese de Gisele Martins Venâncio, intitulada *Na Trama do Arquivo: A Trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*, na qual a autora sugere como sua prática epistolar, enquanto uma forma específica de relacionamento, relativa a um autor reconhecidamente recluso, contribuiu decisivamente para construir uma autoimagem do ensaísta fluminense como pessoa reservada e austera (VENÂNCIO, 2003). Nesta direção, faz-se importante sublinhar, concomitantemente, a dissertação de André Bittencourt, que nos proporciona fundamentos relevantes para a análise

dos materiais primários mobilizados neste trabalho, indicando o quão fundamental é o mesmo (BITTENCOURT, 2011), bem como a dissertação de Antonio Brasil Jr., que também se valeu da correspondência de Vianna, no intuito de aprofundar sua análise acerca da ação coletiva na obra do autor (BRASIL JR., 2007).

Para este tipo de pesquisa, torna-se crucial dialogarmos com uma área relativamente recente dos estudos literários, a *crítica genética*. Esta abordagem específica visa à utilização do tipo de material utilizado no presente trabalho, considerando-os “documentos de processo”, e não meros rascunhos ou peças arqueológicas (PINO, 2007, SALLES, 2009). Este tipo de trabalho pode nos auxiliar na compreensão dos caminhos da criação e elaboração da obra de um determinado autor, bem como na apreensão da movimentação realizada nos bastidores de um contexto histórico específico (MORAES, 2007). A crítica genética “ao considerar a epistolografia um ‘canteiro de obras’ ou um ‘ateliê’, busca descortinar a trama da invenção, o desenho de um ideal estético, quando examina as faces dos processos de criação” (2007, p. 30). Nesse sentido, o trabalho realizado com a correspondência passiva do ensaísta fluminense pode não só ajudar a entender os projetos intelectuais e políticos do mesmo, mas, paralelamente, conferir acesso aos aspectos constitutivos que possibilitaram os produtos de sua criação, subsidiando uma análise mais matizada e adensada do conjunto de sua obra.

II

Antes de adentrarmos o âmbito concernente à análise da correspondência passiva de Vianna, faz-se de suma relevância ressaltar uma das questões norteadoras do presente trabalho: a recepção das ideias de Oliveira Vianna no campo político. A partir da leitura de sua correspondência, podemos inferir um possível anseio, por parte de Vianna, de que sua obra tivesse alguma recepção política mais direta, ou seja, através de sua mobilização pelos próprios atores políticos do período. Isto se torna patente caso tomemos como exemplo o fato de o ensaísta enviar muitas de suas obras recém-escritas para os políticos mais eminentes da cena, tendo suas ideias *ipso facto* mobilizadas, em alguns casos, como inspiração para a ação política, tal como declarado textualmente por alguns de seus remetentes. Nossa intenção é colocar em evidência o diálogo intelectual que havia entre Oliveira Vianna e os atores políticos inscritos na cena, bem como sugerir que o autor destinava sua obra tendo em vista a sua utilização para uma *práxis* política mais direta.

No que diz respeito à análise epistolar proposta, há uma carta sem datação, mas provavelmente do início da década de 1920, enviada por Monteiro Lobato, que demonstra sua opinião sobre a importância da produção teórica de Vianna - mesmo não ressaltando o livro específico que está sendo mencionado - para o debate político e, principalmente, para a *práxis* política, tal como sugerimos acima. Procuramos demonstrar que já existia uma grande expectativa em relação às ideias de Vianna, no início da década de 1920, por parte de proeminentes intelectuais, quando o ensaísta ainda publicava seus primeiros livros. Diz Lobato:

Teu livro continua a entusiasmar. Todos o lêem e o gabam sem reserva, derramando-se em louvores. Vou mandar um ex. ao Bernardes e outro ao Washington intimando-os a lerem-no. Os futuros presidentes têm que ser orientados por ti. A Liga Nacionalista vai-te convidar para uma conferência. Pretexto para S. Paulo te manifestar a grande admiração que lhe causas.

Neste ínterim, pode-se dizer que as ideias de Oliveira Vianna eram mobilizadas no debate político *in loco*, como por exemplo, em relação ao caso da imigração em São Paulo, onde Alcântara Mark³, um de seus remetentes, alude em carta de 28/11/1922, o fato referente à aprovação de uma emenda na constituinte paulista por 2/3 dos congressistas, que vedavam aos naturalizados o concurso dos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Estado, tendo sido o livro *Populações Meridionais do Brasil* expressamente citado. Mark enfatiza que, além de mobilizar as ideias de Vianna para o debate imigratório em São Paulo, as utilizou para esboçar, em uma conferência, que afirmava ter ocorrido na mesma época, a evolução do processo criminal brasileiro. Deve-se ressaltar que o ocorrido se sucedeu em 1922, quando Vianna possuía apenas duas obras publicadas, possibilitando-nos perceber que, apesar disto, suas ideias já eram mobilizadas nos debates políticos.

Outra correspondência que corrobora a inferência supracitada é a que fora enviada por Washington Luís Pereira de Souza, datada de 31/07/1922, quando este ainda era Presidente do Estado de São Paulo, na qual alude o envio do livro *Pequenos estudos de psicologia social*, por parte de Vianna, afirmando, enfaticamente, que já o havia comprado e lido. Ressalta, paralelamente, que o livro havia lhe interessado muito, fornecendo-nos indícios, juntamente com a carta de Mark, de que a obra de Vianna já era comentada e apreciada nos círculos políticos muito antes de ele se vincular diretamente às funções do Estado no Governo Vargas.

³ Remetente não identificado.

Getúlio Vargas também participou de debates com Oliveira Vianna, mediante utilização do recurso epistolar. Em 08/03/1931, havia enviado uma delas, quando já era chefe do Governo Provisório, na qual elogiava o ensaísta fluminense dizendo que ficaria muito satisfeito “pela cooperação que a sua grande cultura de educador e sociólogo possa prestar ao país neste momento em que ele tanto necessita da colaboração de todos os seus filhos”. Alude, após esta passagem, a recomendação do nome de Vianna, ao Ministro da Educação que, segundo Vargas, saberia ajuizar a alta valia da colaboração do ensaísta fluminense. Já em outra correspondência enviada por Getúlio Vargas, datada de 18/01/1944, o mesmo aproveitava para agradecer o livro *Problemas de Direito Sindical*, escrito e enviado por Oliveira Vianna, quando este era Ministro do Tribunal de Contas da União, no próprio Governo Vargas.

Em 20/06/1929, Getúlio Vargas envia a Vianna, juntamente com a correspondência, dados que, segundo ele, o ensaísta necessitaria para o preparo de uma tese denominada *Problema eugênico da imigração*, acrescidos de um estudo de Belizário Pena⁴, sobre os dados demográficos do Rio Grande do Sul. Além do envio destes dados, Vargas comenta a respeito de uma possível viagem de Vianna para o sul do Brasil: “A respeito de sua projetada viagem ao Rio Grande, declaro-lhe terei a maior satisfação em recebê-lo, em ocasião oportuna para o ilustre amigo, conforme convite que lhe fiz, quando não havia assumido o governo deste Estado”.

Outro exemplo esclarecedor, que corrobora a inferência relativa à preocupação de Vianna em direcionar suas obras de modo a subsidiar a ação política, refere-se às correspondências enviadas por Eurico Gaspar Dutra, pouco antes de vencer as eleições e assumir a Presidência do Brasil, em 31 de janeiro de 1946. Primeiramente, há uma carta de 23/10/1945, na qual Dutra elogia Oliveira Vianna pela sua produção bibliográfica e pela sua colaboração para as discussões relativas aos problemas da imigração. Já em correspondência de agosto de 1947, Dutra acusa o recebimento do livro *Problemas de Política Objetiva* (1930), enaltecendo o interesse que Oliveira Vianna demonstra em relação “aos nossos problemas de maior atualidade para cuja solução muito contribuíram essa e tantas outras publicações que o distinguem entre os sociólogos brasileiros”. Em correspondência de 15/07/1949, Dutra também acusa o recebimento do último livro publicado em vida por Vianna, intitulado *Instituições Políticas Brasileiras* (1949). Esta obra foi muito elogiada por Dutra, que ressaltava, enfaticamente, a inestimável contribuição de Vianna para os estudos que dizem respeito aos problemas sociais do Brasil. Diz Dutra nesta carta:

⁴ Médico sanitarista brasileiro.

Ao percorrer-lhe as páginas, apraz-me assinalar que ne-
las se renova, com a vastidão de conhecimentos servidos
por uma inteligência que honra o pensamento brasileiro, a
inestimável contribuição que V.Exa. tantas vezes tem pres-
tado ao estudo e debate dos problemas sociais de nossa
terra.

Para finalizar esta seção, pretendemos dizer que estes exemplos
colhidos na correspondência passiva de Oliveira Vianna apontam, em con-
junto, para o fato de o autor procurar influenciar o campo político dire-
tamente, não apenas como homem público, como o foi, mas direcionando
a recepção de seus livros. Podemos apreender, a partir do conjunto de
correspondências analisadas, as relações entre Vianna e os políticos da
época, possibilitando-nos a percepção de seu posicionamento privilegiado
no campo político, devido a sua relação com os mais eminentes *state-
makers* do período. Podemos inferir, por conseguinte, que sua relação era
influyente, devido à circulação de suas ideias, sendo as mesmas recorrente-
mente mobilizadas nos debates que ocorriam no campo político brasi-
leiro da época.

III

Dentre outros temas presentes na correspondência passiva anali-
sada, perseguiremos a linha iniciada na seção anterior, destacando, neste
momento, menos a recepção das ideias de Oliveira Vianna no campo po-
lítico do que a sua atuação política mais direta. Entendemos, como Ân-
gela de Castro Gomes, que a década de 1930 registra uma espécie de
desdobramento do pensamento do autor, que passa da formulação de
diagnósticos sobre os problemas do país à dedicação na implementação
de políticas públicas que visava enfrentá-los, pela via da intervenção de um
Estado autoritário de tipo corporativo (GOMES, 2009). Nesse sentido,
nossa intenção é colocar em evidência o diálogo intelectual que havia
entre o ensaísta e os atores políticos, tendo em vista a sua *práxis* político-
burocrática, que o caracterizava como um *statemaker*.

A importância de Oliveira Vianna no cenário político do perí-
odo é claramente percebida em uma correspondência de março de 1933,
enviada por Miguel Couto - importante médico e deputado estadual do
Rio de Janeiro, entre os anos de 1935 e 1937, e que, mais tarde, em 1953,
assumiu a pasta da Saúde, criada pelo então presidente Getúlio Vargas - na
qual enfatiza elogiosamente: “Se eu fosse o ditador, na plenitude dos meus
poderes discricionários, decretaria ‘será publicado diariamente por tempo

indeterminado e por conta do governo, em todos os jornais do Brasil o prefácio de Oliveira Vianna à sua obra *Populações meridionais do Brasil*". Podemos inferir, através desta carta enviada por Miguel Couto, como Oliveira Vianna era, no período em questão, aclamado e tido em alta conta pelos atores políticos de sua época, como um dos mais proeminentes intelectuais de seu tempo.

A relevância de Vianna também se afigura clara na própria atuação política mais direta do autor. Neste sentido, chamamos a atenção para o ano de 1932, no qual Vianna elaborou o chamado *Programa de Revisão da Constituição Federal de 1891*, a pedido de Juarez Távora, por intermédio de um amigo comum a ambos, Alcides Gentil, sendo esta relação citada por Vianna, em nota de rodapé do artigo em questão (VIANNA, 1974). Távora participou do movimento que depôs Washington Luís, apoiando Getúlio Vargas. Em dezembro de 1932, Távora foi convidado por Getúlio Vargas para a pasta da Agricultura, em substituição a Joaquim Francisco de Assis Brasil.

De modo geral, o *Programa de Revisão da Constituição Federal de 1891* propõe a centralidade e a importância dos conselhos técnicos, confluindo para a proposição de um amplo e poderoso Conselho Nacional para o Brasil, sendo algo semelhante incorporado na Constituição do Estado Novo (SILVA, 2008). Na concepção de Vianna, a Constituição de 1891 contribuiu, devido a seu caráter político descentralizador, para que a política local, dominada pelo *espírito de clã*, sobrepujasse os interesses nacionais. Podemos dizer que a elaboração deste programa foi uma das primeiras entradas para o exercício da *práxis* política mais direta de Oliveira Vianna. Devemos ressaltar a importância do ensaísta fluminense no cenário político do período, levando-o a escrever esse programa, a pedido de Távora, bem como a auxiliar outros atores políticos em seus projetos, que aparecem na correspondência passiva analisada. Reforçando a relevância da contribuição de Vianna, em carta enviada na data de 20/12/1931, Távora agradece "o generoso desprendimento com que nos acaba de ajudar na obra patriótica de orientar os espíritos moços de nossa geração, tão aturdidos e carecidos de coordenação, nesta fase crítica que atravessa o Brasil". Távora demonstra satisfação, esperando "ter a fortuna de tornar a ouvi-lo, de viva voz, muito brevemente e combinar, então, uma nova *investida patriótica*" (destaque de Juarez Távora). A correspondência entre os dois nos permite acompanhar como eles mantiveram contato recorrente, com diversas outras cartas trocadas, nas quais podemos perceber, por exemplo, constantes trocas de livros entre ambos.

Essa atuação política mais direta, sugerida até aqui, pode ser percebida em outras cartas do universo analisado. Celso Kelly - que chegou a ser presidente da *Associação Brasileira de Imprensa* - envia a Vianna, através

de uma carta datada de 07/03/1933, “o plano de educação que elaborei para o Estado do Rio de Janeiro, tendo em consideração a precária situação do trabalho no Estado e as modernas conquistas em matéria educacional”. O remetente enfatiza que o documento enviado é um plano geral, a ser executado dentro das possibilidades econômicas, colaborando na preparação profissional dos fluminenses. Kelly pede a opinião de Oliveira Vianna, no intuito de encontrar para o Estado “as soluções de melhores resultados no domínio da educação”. É interessante notar que o tema da educação não é recorrente no conjunto da obra de Vianna, conquanto, no *Programa de Revisão da Constituição Federal de 1891*, aparece com o importante papel, no sentido de assegurar o acesso aos cargos públicos e postos do governo àqueles com capacidade moral, associada à inteligência, à cultura e à competência técnica (VIANNA, 1974).

Outra carta que nos possibilita, em parte, visualizar a atuação política de Vianna, mais especificamente, como consultor do *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, é a que fora enviada por Salgado Filho, em 09/07/1934 - remetente que havia sido nomeado ministro do mesmo ministério, em 1932 - e que nomeia o ensaísta para presidir uma comissão “encarregada de promover a elaboração do anteprojeto de Lei de reforma do art. 25 e seus parágrafos, do decreto número 20.465, de 1º de outubro de 1931”. Esta correspondência se afigura relevante por nos conceder mostras da participação de Vianna no *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, tendo em vista suas atribuições diretivas no mesmo e as relações entabuladas no exercício das mesmas.

Para finalizar, em carta enviada por Costa Manso, em 27/12/1939 - remetente eleito ministro do Supremo Tribunal Federal, com unanimidade, em 1933 - podemos perceber a importância de Vianna no contexto político do período, sendo enfatizada a relevância de suas opiniões para a realização de projetos de envergadura no cenário político. Costa Manso evidencia, escrevendo da cidade de São Paulo, que havia sido incumbido, pelo Governo do mesmo Estado, de organizar um plano de reforma judiciária para adaptar a Justiça Estadual ao novo *Código do Processo Nacional*. Desta forma, desejava conhecer a opinião de Vianna, pois, segundo o próprio remetente, é este quem conhece melhor o assunto no Brasil. Nos dizeres do próprio remetente: “É sem lisonja, um mestre”.

IV

Pretendemos dizer que os exemplos colhidos no exercício de mobilização da correspondência passiva de Oliveira Vianna apontam, em

conjunto, para o fato de o autor procurar influenciar o campo político diretamente, não apenas como homem público, mas, como fora enfatizado anteriormente, direcionando a recepção de seus livros. Podemos perceber, a partir da correspondência, as relações entre Oliveira Vianna e os políticos de sua época, possibilitando-nos enxergar o seu posicionamento privilegiado no campo político, devido à sua relação com os políticos mais eminentes do período. Nesse sentido, podemos inferir que sua relação era dotada de influência, devido à circulação de suas ideias, sendo as mesmas mobilizadas por parte dos atores políticos nos debates que se sucediam na arena política brasileira naquele determinado contexto histórico-social.

Em suma, pretendemos realçar, concomitantemente, através deste debate, o período no qual Oliveira Vianna atuou mais diretamente junto à alta burocracia do Estado, o que o caracterizava como um homem de ação, bem como na discussão sobre a formulação do *Programa de Revisão da Constituição Federal de 1891*, que é tratado por Vianna como “um programa de ação” (VIANNA, 1974, p. 179). Podemos perceber, por meio da análise empreendida, como Oliveira Vianna era interpelado por atores políticos com funções distintas, como suas ideias circulavam, desde a pasta da *Saúde, Educação, Justiça e Trabalho*, sendo paroxisticamente relevantes no contexto político em questão. Pretendemos dar continuidade a este tipo de pesquisa, que mobiliza a utilização destes materiais primários ainda pouco explorados, como é o caso da correspondência passiva de Vianna, procurando enxergá-los e mobilizá-los como indícios extremamente importantes, a fim de contribuir decisivamente para o aprofundamento do conhecimento a respeito do material empírico que pudemos analisar, articulando-o às questões cognitivas e substantivas recorrentes ao longo da obra do ensaísta fluminense.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, A. V. *O Brasil e suas diferenças: uma leitura genética de Populações Meridionais do Brasil*. Dissertação de Mestrado. PPGSA/IFCS/UFRJ, 2011.

BOTELHO, A. Seqüências de uma sociologia política brasileira. In: Rio de Janeiro: *DADOS - Revista de Ciências Sociais*. IUPERJ, v. 50, n. 1, 2007, p. 49-82.

BRASIL JR., A. da S. *Uma sociologia brasileira da ação coletiva: Oliveira Vianna e Evaristo de Moraes Filho*, Dissertação de Mestrado. PPGSA/IFCS/UFRJ, 2007.

GOMES, A. de C. *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Mercado de Letras, 2005.

GOMES, A. de C. Oliveira Vianna: um statemaker na Alameda São Boaventura. In: BOTELHO, A. e SCHWARCZ, L. M. (Orgs.) *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MORAES, M. A. Epistolografia e crítica genética. In: São Paulo: *Revista Ciência e Cultura - SBPC*, v. 59, n. 1, jan. mar. 2007.

PINO, C. A. Gênese da gênese. In: São Paulo: *Revista Ciência e Cultura - SBPC*, v. 59, n. 1, jan. mar. 2007.

SALLES, C. A. *Gesto inacabado: processo de criação artística*. São Paulo: Anablume, 2009.

SILVA, R. *Liberalismo e democracia na Sociologia Política de Oliveira Vianna*. Porto Alegre: *Sociologias*, ano 10, n. 20, jul. dez. 2008, p. 238-69

VENÂNCIO, G. M. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*, Tese de Doutorado. PPGHS/IFCS/UFRJ, 2003.

VIANNA, F. O. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Governo do Estado do Rio de Janeiro, UFF, 1973.

_____. *Problemas de Política Objetiva*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974.

Correspondência

Acervo do Museu Casa de Oliveira Vianna, em Niterói-RJ.

Informações coletadas a respeito de alguns dos remetentes de Oliveira Vianna <http://cpdoc.fgv.br/>.

REFLEXOS DA OBRA DE NINA RODRIGUES NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO¹

Elaine M. e S. OLIVEIRA
Karine Dutra Rocha VIANA
Nathaly Pereira de OLIVEIRA¹

Resumo: De acordo com as leituras a partir das obras de Raimundo Nina Rodrigues, o artigo proposto visa estabelecer uma conexão entre elas e o pensamento social brasileiro, concomitantemente traz uma análise em linhas gerais das práticas e usos das teses étnico-raciais desde o referido autor até a contemporaneidade.

Palavras-Chave: Antropologia criminal. Pensamento Social Brasileiro. mestiçagem. Degenerescência.

REFLECTIONS OF THE WORK OF NINA RODRIGUES IN BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT

Abstract: According to the readings from the works of Raimundo Nina Rodrigues, the proposed article aims to establish a connection between them and the Brazilian social thought, concomitantly brings an analysis of general practice and uses of theses ethnic-racial provided to the author by contemporaneity.

Keywords: Criminal anthropology. Brazilian social thought. Miscegenation. Degeneration.

Introdução

Faz-se relevante a análise do pensamento de Nina Rodrigues, uma vez que ele se destaca pelo fato de ter sido o primeiro estudioso brasileiro a formular questões sobre o papel do negro e do mestiço no Brasil. Ele atribuiu à compreensão deste aspecto um elemento de suma importância

¹ Elaine M. e S. Oliveira, Karine Dutra Rocha Viana, Nathaly Pereira de Oliveira são graduandas em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Faculdade de Ciências e Letras - FCL - Campus de Araraquara). E-mail: karidutra@hotmail.com.

para o conhecimento da formação racial do país e a partir disso defendeu que a situação proposta fosse estudada de acordo com os pressupostos científicos em voga (leiam-se teorias evolucionistas europeias).

Suas pesquisas foram precursoras de uma nova forma de analisar a sociedade e formular teorias, ancoradas na observação da realidade empírica, que diagnosticavam essencialmente as características da nação. Por conta de sua visão ter sido corolária de seu tempo, quando transportada para contextos diferentes, torna-se anacrônica. É a partir de suas proposições e deste aspecto que o presente artigo pretende fazer uma conexão entre este pensamento e o que se constitui atualmente como pensamento social brasileiro.

A construção de um pensamento

Mariza Corrêa, antropóloga brasileira, professora do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em *As ilusões da liberdade*: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil, traça o panorama contextual em que viveu e produziu Nina Rodrigues. Explicita o viés de sua obra através de pesquisas desenvolvidas em grande parte por meio de seus próprios textos, uma vez que há poucas referências biográficas a seu respeito.

Ressalta-se a importância dos fatores sociais e históricos que contribuíram para a formação do pensamento deste que foi ao mesmo tempo médico legista, psiquiatra, professor, antropólogo entre outros. Nascido no Maranhão Nina Rodrigues pôde acompanhar os debates acerca da questão racial em voga na época desde cedo através da realidade social observada e da literatura. No entanto, sua forma de pensar a respeito deste tema não foi muito bem compreendido por seus contemporâneos, uma vez que partia de pesquisas de campo para formular suas hipóteses e de acordo com elas, os problemas sociais detectados na população seriam os responsáveis pelos distúrbios de saúde verificados.

Foi na Bahia que Nina Rodrigues estabeleceu os rumos de seu trabalho, principalmente no que se refere à consolidação no Brasil de estudos sobre a medicina legal. Muito influenciado pelas teses de Lombroso e Lacassagne, analisou a sociedade de acordo com parâmetros deterministas de viés biológico. Estudos como craniometria, craniologia e antropometria entravam no rol de explicações plausíveis sobre o papel subalterno das raças negras e explicavam o motivo pelo qual deveria ser dado tratamento diferenciado a elas.

O discurso de Nina Rodrigues pretende ser essencialmente científico. Seus estudos são reflexos do pressuposto de que a sociedade além de ser um organismo complexo como o corpo humano, tem uma estrutura própria e possui certa objetividade, passível de ser traduzida em postulados científicos, os quais poderiam ser utilizados em favor de projetos políticos.

Enfim, as teses de Nina Rodrigues corroboraram as ideias defendidas primeiramente na Europa que estabeleciam diferenças qualitativas entre as raças, fundamentalmente entre negros e brancos. No Brasil, apesar das especificidades, o cerne desta proposição seria mantido e aprofundado. O negro seria considerado como a patologia da sociedade brasileira.

O viés da antropologia criminal

Primeiro livro publicado por Raimundo Nina Rodrigues, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, editado em 1894, em Salvador, é um conjunto de suas lições de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Bahia, com última edição datada de 1957, pela Livraria Progresso.

Como um bom homem de ciência, Nina Rodrigues era de conhecimento versado em muitas áreas. Neste livro ele se propõe a investigar suas inquietações a cerca da Psicologia Criminal no Brasil e para tanto vai sustentar suas ideias nas teorias vigentes na época, tais como a Escola Criminalista Clássica de Cesare Lombroso (1835-1929), Raffaele Garofalo (1852-1934), que apresentavam ideias evolucionistas, em que a homogeneidade da agremiação social não depurava as raças a “um mesmo grau de cultura mental média” (RODRIGUES, 1957, p. 47), recorrendo também às ideias deterministas sociais do período.

Com essa inspiração, ele apresenta esboços do que se constituiria a antropologia criminal, que visava não mais evidenciar o fenômeno, mas se desviar da observação do crime em si para se concentrar na análise da figura do criminoso, entendido a partir de três ordens distintas de fatores: psíquicos, antropológicos e sociais.

Nesse sentido, formulou-se a crença de que caracteres biológicos, frente às adversidades sociais e climáticas determinavam comportamentos antissociais e proporcionavam a superioridade de uma raça sobre a outra, uma vez que os graus diferentes de cultura mental e social da população impediam de seguir princípios e leis universais.

Assim sendo, Nina Rodrigues ao expor seus argumentos diz que não discutirá as doutrinas que o inspiraram, mas ao longo do texto, a seu

modo, defende tais conceitos recorrendo à filogenética e cultura para determinar a diferença entre as raças.

Ao discutir a situação de final do século XIX e início do século XX em um país com “(...) problemas sociais múltiplos e importantes” (RODRIGUES, 1957, p. 23), coloca-se frente às questões da seleção natural e à nova realidade que se apresentava: a mestiçagem racial oriunda da degenerescência emanada dos negros e índios, tese defendida em sequência.

Por conseguinte, defende nessa obra, a necessidade de se criar um código penal diferenciado, pois não havia sentido, dadas as circunstâncias, haver um código penal para todos. Por isso, para muitos, essa obra é considerada de cunho discriminatório. Porém, para ele, era uma questão de reformulação do conceito de responsabilidade penal dado o discernimento distinto, como em suas palavras “se comparam raças antropologicamente distintas, corresponde uma criminalidade própria, em harmonia e de acordo com o grau de seu desenvolvimento intelectual e moral” (RODRIGUES, 1957, p. 47).

O perfil do degenerado

Nina Rodrigues era defensor da liberdade cultural dos negros e de suas práticas religiosas, contudo, era partidário das teorias de superioridade e inferioridade das raças. Ele era contra a miscigenação, pois acreditava que esta era degenerativa, um problema biológico que suscitava as maiores discussões, postas no campo das ciências humanas por levantar a questão da origem do homem. Os poligenistas apoiavam o hibridismo e os monogenistas a mestiçagem, porém, com a teoria do evolucionismo este debate perdeu o interesse.

A psicologia buscava compreender se os mestiços eram ou não inferiores, entretanto, foi a psicologia criminal que mostrou a influência degenerativa do negro, mas para Nina Rodrigues faltavam estudos apoiados em provas: os estudiosos dessa teoria não tocavam no assunto da miscigenação por falta de documentação adequada.

Ao mesmo tempo em que existiam estudos contra mestiçagem, existiam também estudos a favor dela, Gobineau e Quatrefages respectivamente. Mas faltava, para o autor, um estudo observacional; este o propôs com o seguinte recorte: “estudar pequenas localidades e completar o estudo da capacidade social da população, examinando-se a capacidade biológica escalonada sobre a história médica”. As observações clínicas

eram favoráveis à condição física e mental dos mestiços, mas tais observações não eram pautadas pelo empirismo.

Nina Rodrigues, em seus estudos na cidade de Serrinha-BA, “comprovou” que a mestiçagem era degenerativa. Lá se encontravam negros em sua maioria, poucos brancos e algumas evidências de embranquecimento. Serrinha foi considerada por ele como uma localidade de povo semibárbaro que se contentava em sobreviver, não possuía ambição alguma. Podia-se encontrar tendência à degenerescência em grau acentuado, esta era marcada por problemas psicológicos, deformidades físicas e vícios como sendo sinais de que a mistura de duas raças distantes fossem biologicamente conflitantes.

A incapacidade mental começa a manifestar-se apenas na adolescência: a neurastenia era a degenerescência mais comum na cidade de Serrinha, assim como a física (anomalias) e a mental. Ele desconsidera as condições climáticas, locais, sanitárias ou de consanguinidade como fatores para tal, contudo, o alcoolismo era relacionado a este fator, pois os mestiços eram, como diria Feré, “alcoholizáveis”.

A consanguinidade era incapaz de, sozinha, gerar tais casos degenerados. Existiam em Serrinha famílias degeneradas sem nenhum laço consanguíneo, além do fator da hereditariedade, contudo, a real causa da degenerescência são os maus cruzamentos raciais. O cruzamento entre as raças branca, negra e vermelha fragilizou a resistência física e moral dessa população impedindo, dessa forma, a adaptação climática e as condições de luta social das raças superiores. Existem, porém, exceções, nem todos os mestiços são totalmente degenerados: entre eles há os superiores e os inferiores, os superiores são aqueles que apresentam “brilhantes manifestações de inteligência” e os inferiores são aqueles que apresentam alto grau de enfermidade, desequilíbrio mental e anomalias físicas, são os degenerados-enfermos e estes últimos predominam na cidade de Serrinha, gerando uma fragilidade congênita e impedindo uma organização social. Os degenerados superiores são inteligentes, mas são limitados, pois, são incapazes de uma ação continuada e durável. Todos esses “fatores” são provas, para o autor, de que a degenerescência não é apenas um fenômeno mal interpretado.

As características das duas raças não podem se harmonizar, juntas elas resultam sempre num produto médio que afeta características físicas e morais. Existem, entretanto, casos em que uma sobressai a outra, ou seja, um mestiço pode herdar a inteligência da raça superior. O cruzamento de raças muito diferentes produz um tipo humano que não pode nem ser superior e nem inferior, se as raças não forem tão afastadas, por exemplo,

povos com a mesma origem que viveram em circunstâncias diferentes por poucas gerações, podem se reproduzir através do cruzamento em um tipo mental superior.

A inadaptação das raças a determinados climas e lugares não é favorecida pela mestiçagem, ao contrário, a raça branca, sempre que se une a raças nativas, degenera-se e se extingue quando limitada aos climas tropicais, além do que, o sangue branco misturado não impede a degenerescência.

No que tange à criminalidade, nos povos mestiços, esta é violenta. Os mestiços não racionalizavam a respeito de suas ações e eram dados à impulsividade, não se adequavam às regras sociais e não possuíam consciência, o que os tornava inteligentes no que se refere à criminalidade. A degenerescência é, porém, determinante na qualidade dos crimes e não na quantidade. Existem dados estatísticos que comprovam que o maior índice de criminalidade se dá entre as populações de cor:

Podemos, então, concluir que o crime, como as outras manifestações de degenerescência dos povos mestiços, tais como a teratologia, a degenerescência-enfermidade e a degenerescência simples de incapacidade social, está intimamente ligado, no Brasil, à decadência produzida pela mestiçagem defeituosa das raças antropologicamente muito diferentes e cada uma não adaptável, ou pouco adaptável, a um dos climas extremos do país: a branca ao norte, e negra ao sul.

Apesar do racismo cientificista, Nina Rodrigues estudava com afinco a cultura negra, o processo de adaptação das outras raças e a interiorização do elemento branco.

Conclusão

Observa-se a partir da obra e do pensamento de Nina Rodrigues que há, ainda hoje, um debate acerca das proposições que o mesmo apresentou e defendeu ao longo de sua vida. Todavia, é necessário considerar que houve mudanças substanciais ao que se refere à posição e ao papel do negro na sociedade e no pensamento social brasileiro, até mesmo porque a partir de suas teses ocorreu uma transformação no discurso intelectual até então proposto, tal como o desenvolvimento das ideias de Gilberto Freyre, que defende a mestiçagem enquanto elemento constitutivo da identidade nacional e propõe a existência de uma harmonia étnica, que se

alicerça na igualdade entre as raças. No entanto, esta visão é problemática, uma vez que dissimula o real preconceito, camufla a exclusão do negro da vida política e, conseqüentemente, coloca-o na marginalidade.

Essa perspectiva é um dos temas mais abordados pelos membros da Escola Paulista de Sociologia (USP), dentre os quais, destaca-se a obra de Florestan Fernandes. Isto posto, é importante observar a nova configuração da sociedade brasileira inserida no capitalismo industrial, uma vez que a observação do contexto social do período revelava como o negro estava realmente marginalizado. Assim sendo, Florestan desmitifica a harmonia existente entre as raças proposta por Freyre e a concepção cunhada mais tarde por Roger Bastide de “democracia racial”. Para este último, o termo apenas camufla uma igualdade que nunca existiu.

Essas teses tiveram importância fundamental para o desenrolar de formulações teóricas posteriores, as quais iriam propor projetos políticos vigentes e transformadores da realidade social. Dessa maneira, percebe-se que desde Nina Rodrigues até então, ocorreram modificações substanciais no pensamento social brasileiro, especificamente em relação ao papel desempenhado pelo negro na sociedade. Este não é mais símbolo somente da degenerescência, da harmonia, tampouco da completa exclusão. Nota-se que apesar de não terem sido derrubadas todas as barreiras econômico-sociais, o negro se integrou à sociedade de forma a se tornar um ator social respaldado pelos direitos políticos doravante conquistados.

Referências bibliográficas

CORRÊA, M. *As ilusões da Liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

RODRIGUES, R. N. A criminalidade e a imputabilidade à luz da evolução social e mental. In: *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

História, Ciências, Saúde-Manguinhos. Rio de Janeiro, v.15, n.4, out. dez. 2008.

ABERTURA POLÍTICA E REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA: entre o moderno-conservador e uma “nova sociedade civil”¹

Eduardo SEINO²
Giovana ALGARVE³
José Carlos GOBBO⁴

Resumo: Este artigo se inicia com a interpretação de Werneck Vianna sobre como a nossa “revolução passiva” e a lógica do “conservar-mudando” são importantes chaves explicativas que se estendem na história política brasileira. A retomada deste sociólogo concede conceitos tal qual revive categorias de outros momentos históricos adequáveis ao nosso contexto. Num percurso sem impactantes rupturas, buscou-se destacar, por meio da exposição de uma narrativa histórica que nos facilita a compreensão dos fatos, como o final dos anos 70 e os anos 80 foram marcados por idas e vindas na perseguição de um projeto efetivamente moderno e pela emergência de novos atores sociais. Mirando à conclusão foram amarradas as interpretações expostas às características das formulações sociológicas que se mostraram atentas à emergência de uma “nova sociedade civil” e, por isso, acabaram por movimentar a sua agenda conforme a perspectiva analítica mais relevante. Para finalizar foi sugerida uma reflexão à luz de argumentos contemporâneos de como a sociedade civil que passou a usufruir de alto nível de liberdade conduziu essa sua nova condição segundo os ideais de cidadania pensados pós-regime militar.

¹ Este artigo foi entregue como trabalho final da disciplina *Política e Cultura*, ministrada pelo Prof. Dr. Milton Lahuerta na Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara), no primeiro semestre de 2012.

² Eduardo Seino é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara). Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

³ Giovana Algarve é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara).

⁴ José Carlos Gobbo é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara). Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET - MEC/SESu.

Palavras-chave: Sociedade civil. Cidadania. Redemocratização. Atores sociais. Modernização Brasileira.

OPENING POLICY AND BRAZILIAN REDEMOCRATIZATION: between modern-conservative and a “new civil society”

Abstract: This article begins with the interpretation of Werneck Vianna about how our “passive revolution” and the logic of “keep-changing” are important explanatory keys that extend in Brazilian political history. The resumption of this sociologist grants concepts such other categories which revives historical moments which are adaptable to our context. On a path without impacting disruptions, we sought to highlight, through the exposure of a historical narrative that facilitates the understanding of the facts, as the late 70's and 80's were marked by ups and downs in pursuit of a effectively modern design and the emergence of new social actors. Targeting the conclusion, were tied interpretations exposed to sociological characteristics of the formulations that were attentive to the emergence of a “new society” and therefore eventually move its agenda as the most relevant analytical perspective. Finally it was suggested to reflect about the light of contemporary arguments of how civil society can now take advantage of high level of freedom that led their new condition in accordance with the ideals of citizenship thought post-military regime.

Keywords: Civil society. Citizenship. Redemocratization. Social Actors. Brazilian Modernization.

Conservar mudando, mudar conservando

A década de 80 é um período fundamental para compreendermos o processo de democratização brasileiro ou de “transição” do regime autoritário para o regime democrático. Inúmeros autores se debruçaram sobre o tema, como é o caso do trabalho de Luiz Werneck Vianna (1986): *Travessia da abertura a constituinte de 1986*. Neste, o autor contextualiza o processo iniciado a partir de 74 com a primeira vitória do MDB sobre a ARENA. Para Werneck esse é o momento em que foi possível uma ampliação da frente contra o regime autoritário a favor da democracia.

No entanto, para melhor compreender essa “travessia” iniciada na década de 70, o autor desenvolve a relação entre autoritarismo e modernidade e sua recorrência em diversos períodos da nossa história. Nesse sentido, ao analisar o processo de modernização brasileira, Werneck aponta como esse processo preservou um caráter de continuidade com o passado, uma modernização “sem rupturas” ou, nos termos gramscianos, a sociedade brasileira apresenta características de uma revolução “passiva”:

Revoluções passivas são processos de revolução sem revolução em que as elites políticas das classes dominantes se apropriam total ou parcialmente da agenda dos setores subalternos, cooptando suas lideranças, afastando outras, em uma estratégia de conservar-mudando, tal como nas palavras de um personagem do romance *O leopardo*, a obra-prima do italiano Giuseppe Lampedusa, que sentenciava ser necessário mudar para que as coisas permanecessem como estavam (WERNECK VIANNA, 2011, p. 172).

Werneck trabalha com esse conceito para explicitar que o processo de independência não constitui um movimento revolucionário de libertação nacional frente ao colonialismo, mas sim que esse processo foi dirigido pelas classes dominantes conservando uma estrutura vinculada ao monopólio da terra e do poder nas mãos da elite agrária do país.

Essa contextualização histórica da relação entre autoritarismo e modernidade permite ao autor trabalhar as tensões existentes entre sociedade civil e Estado em torno da democracia atentando as suas análises para o fato que o processo de democratização não implicou necessariamente uma revolução, mas que são importantes os avanços institucionais em que a sociedade civil passa também a ter uma participação direta. É nas décadas de 70 e 80 que a sociedade civil emerge como um dos atores sociais centrais no processo de democratização.

Esse cenário possibilitou uma esperança de que o avanço da democratização e, conseqüentemente, do moderno, traria o momento da conquista da cidadania livre e plena. Esse processo de emergência da sociedade civil e da transição para o modelo democrático teve seu ápice na Constituinte, a qual passou a ser vista como uma oportunidade por diversos setores da sociedade de imprimirem suas concepções e visões de mundo, definindo os rumos que a nação assumiria a partir de então. Estimulados pela mobilização da sociedade civil e pelo surgimento de novos movimentos sociais, a esquerda vislumbrava na Constituinte a possibilidade de uma espécie de refundação do país e, em contrapartida, a direita desejava, se não a permanência total das coisas, ao menos o mínimo de mudanças possíveis que resultassem na conservação do *status quo* sob uma roupagem mais moderna. Ao término dessa fase, a Constituição de 1988 passará a ser o principal instrumento de disputa das forças políticas na conjuntura que se formava.

No plano político: os acontecimentos, os entraves e a resposta cultural

Como colocado por Luiz Werneck Vianna, o caminho percorrido até a Constituinte de 1986 foi marcado por mobilizações populares em busca de mudanças, de progresso e, ao mesmo tempo, uma busca por parte da elite de sempre manter a população com uma liberdade sob a qual ainda seria possível se ter o controle. Diante disso, a autora Marly Rodrigues (1999) faz um panorama histórico dos anos 80 enquanto coloca como as mobilizações populares desse período influenciaram a política.

No ano de 1979, toma posse o presidente general João Batista de Oliveira Figueiredo, que daria continuidade ao processo de abertura política, marco do governo de Ernesto Geisel. A economia se encontrava em uma profunda crise que, posteriormente, tornar-se-ia uma crise política, nos comércios, nas fábricas, levando a população a um gradual e silencioso descontentamento. A saída da crise apontava para o início de um processo de liberalização da ditadura militar, denominado de abertura política, feito de forma “*lenta, gradual e segura*” pelos militares liderados por Geisel. A liberalização do país interessava, sobretudo, à burguesia que estava fortalecida pela consolidação do capitalismo possibilitada pela ditadura. A abertura do país substituiria mecanismos da ditadura, porém ainda garantindo que a participação populacional se daria sob controle. A pressão dos movimentos sociais foi fundamental para a abertura do país nesse momento, mas não para garantir que ela seria conduzida de forma democrática, pois isso exigiria profundas reformas nos mecanismos políticos.

Os caminhos para a abertura implicavam um restabelecimento de alguns aspectos institucionais básicos. Nesse sentido se deu a reforma partidária e, a partir de então, os partidos estariam bem mais definidos quanto a interesses de grupos e aos segmentos de classe que representavam:

O PDS (Partido Democrático Social), antiga Arena, apoiava o governo e reunia setores da burguesia e proprietários rurais. O antigo MDB, em torno do qual durante a ditadura agrupara-se a oposição de diversos matizes, tornou-se PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Outros partidos formaram-se em torno de antigos políticos – como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), de Ivete Vargas, o PDT (Partido Democrático Trabalhista), de Leonel Brizola, e o PP (Partido Popular), de Magalhães Pinto e Tancredo Neves, liberal-conservador, reunindo parte da alta burguesia brasileira e que, posteriormente, foi absorvido pelo PMDB (RODRIGUES, 1999, p. 16).

Essa reforma pretendia, principalmente, segmentar a oposição. Tal manobra não surtiu o efeito desejado, como fica claro nas eleições de 1982, quando a oposição foi fortemente favorecida.

Em 1983, houve uma grande mobilização popular “pró-diretas já” com a emenda apresentada por Dante de Oliveira. Entre janeiro e abril de 1984, realizaram-se, em todo o país, comícios que reuniram multidões. Atores, cantores, apresentadores de TV acompanhavam os políticos e apoiavam o movimento. No dia da votação, porém, a emenda não conseguiu os dois terços necessários dos votos para sua aprovação.

Com a rejeição da emenda de Dante de Oliveira, o Comitê responsável pela campanha pretendia manter a mobilização popular em torno de uma Emenda substitutiva, que seria enviada ao Congresso, prevendo eleições presidenciais para 1988. Nesta fase, começaram a surgir indícios de uma conciliação de interesses para as possíveis eleições, os quais se manifestaram assim que a Frente Liberal, unindo-se com o PMDB, deu origem à Aliança Democrática, que lança para a candidatura à presidência o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves e como seu vice-presidente, José Sarney. Diferente do que normalmente acontecia em eleições indiretas, Tancredo consolidou sua candidatura com a imagem de um novo “pai dos pobres”, como era chamado Getúlio Vargas, através de comícios. No início de 1985,

Tancredo recebeu de Ulysses Guimarães um plano de governo intitulado “A Nova República”, no qual estavam incluídas sugestões como eleições diretas em 1985 nas capitais e nas áreas de Segurança, convocação da Constituinte em 1986, congelamento de preços da cesta básica e transporte, redução das prestações do BNH (Banco Nacional da Habitação) e negociação da dívida externa (RODRIGUES, 1999, p. 22).

Tancredo Neves venceu Paulo Maluf nas eleições por 480 x 180 votos. Isso significava que após vinte e um anos, o Brasil voltava a ter um presidente civil. Com isso, mais uma vez o povo brasileiro tinha esperança de mudanças. Horas antes da posse, Tancredo Neves foi internado. Houve uma grande manifestação popular, pessoas se uniam em frente ao hospital onde Tancredo estava internado para orar, as emissoras de televisão davam cobertura completa ao que acontecia e isso demonstrava quão esperançoso se encontrava o povo brasileiro, que havia depositado sua confiança em um “herói”. Tancredo faleceu em 21 de abril e seu vice-presidente, José Sarney, tomou posse da presidência da República.

Coube a Sarney, portanto, encaminhar a organização da Assembléia Nacional Constituinte. A Constituinte de 1986 era vista como um instrumento antiditadura, garantiria direitos e proteção ao povo. Porém,

Se observarmos mais de perto o desenrolar dos trabalhos da Constituinte, verificaremos que a inclusão de pequenos avanços para as classes trabalhadoras sempre se fizeram sob intensa pressão da bancada de esquerda e no limite máximo da concessão dos políticos de centro e de direita. Entre outras coisas, isto quer dizer que a Constituinte tentou reformar tudo sem modificar nada, de modo a conservar sem arranhões profundos a ordem social já existente (RODRIGUES, 1999, p. 27).

Às vésperas da promulgação da Constituição, algumas resoluções aprovadas foram desrespeitadas pelo governo. Um grande exemplo é a greve dos metalúrgicos da Usina de Volta Redonda, quando após ser aprovado o direito dos trabalhadores à greve, Sarney ordenou que o exército invadisse a Usina, desrespeitando os direitos que haviam acabado de ser aprovados. Além disso, a situação econômica no Brasil era grave, a recessão econômica, o arrocho salarial e a constante alta do custo de vida levaram trabalhadores a perder poder aquisitivo e ter seu nível de vida rebaixado.

Nesse quadro, criou-se uma tensão entre trabalhadores e Estado. As greves nos anos 80 não se limitaram somente aos setores operários, mas também a médicos, motoristas, funcionários públicos e todos aqueles contrários às demissões em massa, baixos salários e que reivindicavam estabilidade e reconhecimento de representações nos locais de trabalho. Houve um aumento do descrédito do governo junto à população. Vários casos de escândalos financeiros envolvendo quantias exorbitantes vieram à tona e os responsáveis por lesar milhões de brasileiros não foram punidos. “Enfim, estamos no país do vale tudo” (RODRIGUES, 1999, p. 44).

Contraditoriamente, os índices que indicavam o desenvolvimento da época mostravam um país cuja população vivia muito bem, usufruindo da riqueza por ela mesma construída. Um exemplo é o PIB de US\$ 228 bilhões, enquanto a maioria dos brasileiros não ganhava o suficiente para a manutenção de um padrão mínimo de vida.

Com essa contextualização, pode-se afirmar que nos anos 80 existiu uma presença de grandes massas ocupando lugares públicos. Além dos movimentos sindicais, os movimentos sociais urbanos eram expressivos na busca de melhores condições de abastecimento, atendimento médico e urbanização; nas favelas, afirmava-se a necessidade de melhoramentos

urbanos e da legalização da posse de terra onde estavam os “barracos”. Assembleias de trabalhadores passaram a ser feitas em estádios e praças. Sem perder de vista sua autonomia, alguns movimentos se tornaram influentes ou auxiliares de políticas públicas. A revolução deixou de ser a única saída para as injustiças sociais e os ideais passaram a ser vistos como ideais que seriam conquistados por partes, em lutas por causas particulares e transformadoras de comportamentos individuais. Apesar de a década de 80 ter sido um momento em que a população estava muito esperançosa, a sociedade civil:

[...] manifesta uma descrença generalizada. Nos governantes, na existência de saídas, enfim, na possibilidade de tudo se ajustar. Havia também irresponsabilidade nos pronunciamentos políticos e nas atitudes de grande parte dos governantes. Como acreditar nas boas intenções do poder público se elas são, diariamente, desmentidas pelos fatos? (RODRIGUES, 1999, p. 64).

A grande contradição da época era como se acreditar na justiça se crimes de colarinho branco passavam impunes enquanto trabalhadores eram presos por não portarem documentos ou serem negros e, por isso, serem considerados suspeitos. Injustiças e impunidades, todas essas pequenas distorções compunham um quadro de insegurança e impotência que ainda hoje caracteriza o cotidiano da maioria dos cidadãos brasileiros.

Pensando em uma interface com as expressões culturais da época, a música oferece respostas também ao contexto vivido. O grupo Titãs lança o álbum *Cabeça Dinossauro*, seu 3º disco, em 1986. Este é considerado um dos álbuns mais importantes do pop rock nacional. O álbum foi um “soco no estômago da hipocrisia com suas letras contundentes”. Trazia músicas como “Bichos Escrotos” – tocada desde 1982, mas que só pôde ser gravada em 1986. Outras músicas como “Porrada” e “Estado Violência” são tão marcantes quanto a primeira. A autora Marly Rodrigues utiliza trechos da música “Comida”, em seu livro *A década de 80: Brasil, quando a multidão voltou às praças*: “A gente quer inteiro e não pela metade” e “A gente quer saída para qualquer parte”, no primeiro para enunciar os trechos do texto nos quais se fala sobre a situação de crise em que se encontrava a economia e, por sua vez, a política com os desequilíbrios de renda e descaso com os direitos sociais no período da ditadura; no segundo trecho quando vai tratar sobre os caminhos que os movimentos sociais foram encontrando para trazer a público seus questionamentos e buscar soluções.

O cantor Cazusa lança a música “Brasil” no álbum Ideologia, de 1988, no qual escreve sobre a situação em que o Brasil se encontrava no momento – corrupção, incertezas, falsas promessas, uma “grande pátria desimportante”; e a música “O Tempo Não Pára”, também utilizada pela autora, é outra grande crítica à política da época.

A banda Legião Urbana, que é formada em 1982, lança seu primeiro álbum em 1985, denominado Legião Urbana, e é extremamente politizado, trazendo músicas como “Geração Coca-Cola”, “A Dança”, “Soldados”, dentre outras. A autora utiliza ainda trechos da música “Que país é este?”, do álbum de mesmo título, lançado em 1987.

Alguns poemas encaixam muito bem como meios de explicar e manifestar a indignação com os acontecimentos. Estes também não escapam à atenção de Marly Rodrigues, dentre eles o de Vinícius de Moraes, “Pátria Minha”:

*Mais do que a mais garrida a minha pátria tem
Uma quentura, um querer bem, um bem
Um libertas quae sera tamem
Que um dia traduzi num exame escrito:
“Liberta que serás também”
E repito!
(...)
Não te direi o nome, pátria minha
Teu nome é pátria amada, é patriazinha
Não rima com mãe gentil
Vives em mim como uma filha, que és
Uma ilha de ternura: a Ilha
Brasil, talvez.*

O lugar das análises sociológicas e ponderações finais

Embora atentas à fragilização do regime militar, ao crescente movimento pela democratização e às manifestações de novos atores sociais, as formulações sociológicas encontraram certos percalços para estabelecerem um consenso sobre qual seria o viés analítico mais adequado para explicar as transformações em curso.

A década de 70 aglutinou diversas debilidades presentes na conjuntura econômica e política do país de modo que a passagem para os anos 80 veio carregada de pesadas críticas ao Estado. Sob a ótica econô-

mica, as críticas ao chamado “Milagre Econômico”⁵ tomavam tom mais áspero na medida em que se começava a enxergar além das obras faraônicas e do crescimento do PIB e passava-se a notar que ambos motivos de euforia foram glorificados em detrimento da distribuição de renda e do investimento em políticas sociais, além de cravarem uma condição de dependência do capital internacional. No plano político, como já exposto, a oposição dos movimentos sociais e o processo de fortalecimento do quadro partidário consolidavam novos atores sociais que vislumbravam o horizonte da democratização pela via política.

Diante desse contexto, o empreendimento da sociologia vinha empenhado na compreensão dos movimentos sociais emergentes, condensando um conhecimento acerca dessas mobilizações e produzindo significativos balanços por meio das teorias que estudavam as estruturas da modernização capitalista e os efeitos que foram gerados pelo sistema produtivo, os quais acompanhados pelos processos de industrialização e urbanização desencadearam uma radicalização dos problemas sociais. A modernização deixou a desejar e não cumpriu o papel promissor que lhe reservaram, restando dramaticamente as suas conseqüências perversas. Nesse momento,

O pensamento sociológico defrontou-se com interessante bifurcação nos anos 1980: de um lado, em continuidade com a tradição marxista, explorou as possibilidades da modernização pela via política, agora encarnadas em atores sociais inéditos – teorias dos movimentos sociais -, e de outro extremo sua crítica mediante o recurso a conceitos cunhados na sociologia clássica do século XIX para formular uma *sociologia da decadência* das sociedades latino-americanas, capaz de ‘delimitar conceitualmente o fenômeno histórico da dissolução social (LAVALLE, 2003, p. 94).

Nessa situação de impasses e incapacidades do pensamento sociológico, uma vertente oriunda da ciência política se insere como protagonista embasada em uma perspectiva institucionalista de análise da relação entre modernização e política – as chamadas teorias da transição. Lavalle (2003) demonstra como foi a crítica feita aos limites da compreensão do viés político-institucionalista, principalmente no que se refere à negligência do “hiato entre a existência formal de instituições e a incorporação da democracia às práticas cotidianas dos agentes políticos” (AVRITZER, 1996, p. 136), que impulsionou o “retorno da sociologia”. Com esse mo-

⁵ Ver Singer (1972) e Furtado (1982).

vimento, ocorre uma renovação em torno da retomada das teorias dos movimentos sociais como elementos relevantes ao entendimento das transformações pela via da ação social, pois se cola a essa ideia uma noção ampliada de cidadania, aquela que “organiza uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação social, que afirma um *nexo constitutivo* entre as dimensões da cultura e da política” (DAGNINO, 1994, p. 104). O diálogo entre cidadania e sociedade civil reaquece as formulações sociológicas e as direcionam à interpretação empírica e normativa que visa “apreender o sentido cabal das novas tendências registradas na ação coletiva, extraindo-lhes conseqüências relevantes para a redefinição da democracia e do espaço público no país” (LAVALLE, 2003, p. 97).

Do que é feita esta “nova” cidadania? Nesse período, de modo geral, os teóricos tendiam a apontar a necessidade de se fundar uma cidadania com caráter participativo acentuado nos assuntos públicos, que permitisse remodelar a sociabilidade dos indivíduos reconhecedores dos seus deveres para com a comunidade. Além disso, acreditava-se numa cidadania que fizesse aflorar de maneira crescente as práticas associativas sob as quais os cidadãos se reconhecem enquanto detentores de direitos e atores da vida política. No limite, esperava-se uma mudança na cultura democrática, um passo à frente no civismo que andaria lado a lado com o fortalecimento das instituições. O desafio estava mais adiante do que a mera implantação de um regime democrático, se situava – e por certo ainda situa-se – na construção de uma sociedade efetivamente democrática, liberta do hereditário mal do *autoritarismo social*.

De acordo com as ponderações, evidencia-se que a “arte da política, se for *democrática*, é a arte de desmontar os limites à liberdade dos cidadãos; mas é também a arte da autolimitação” (BAUMAN, 2000, p. 12) e das obrigações para com a comunidade.

A aversão à autolimitação, o conformismo generalizado e a resultante insignificância da política têm, no entanto, o seu preço – um preço, aliás, exorbitante. O preço é pago na moeda em que é pago geralmente o preço da má política – o do sofrimento humano. O sofrimento se dá de muitas maneiras, com diversificada coloração, mas tem uma única raiz. E é um sofrimento que tende a se perpetuar. É o tipo de sofrimento que decorre dos malfeitos políticos e que constitui o supremo obstáculo à sanidade política. (BAUMAN, 2000, p. 13).

No Brasil, como sugere Lahuerta (2001), os sofrimentos indicados por Bauman tomaram (ou ainda estão tomando) um caminho que retrocede ao que se esperava da sociedade civil, isto é, um poder de associativismo republicano que guiasse e fundasse uma nova cidadania. O retrocesso aponta para o passado autoritário, que não mais se personifica no Estado, mas nas próprias demandas da sociedade por segurança e proteção diante das incertezas que afligem a nossa – para resgatar mais uma vez Werneck Vianna – “modernização sem o moderno”.

Esta “nova” sociedade civil assumiu uma postura de aversão a um órgão burocrático marcado pelo autoritarismo. Tal forma de se opor à figura do antigo opressor foi revestida de uma dimensão essencialmente “libertária” que de certa forma estava vinculada ao repúdio a qualquer tipo de limitação, ao mesmo tempo em que não objetivou reelaborar as bases da cidadania; ao contrário, a operação foi de incorporação desses novos atores nos padrões de vida sociais essencialmente vinculadas ao acesso ao consumo.

Segundo o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2000), temos um quadro global em que a cidadania não se realiza fora do consumo, isto é, esta lógica é legitimada tanto pelo mercado quanto pelo governo e incentivada a ponto da satisfação plena se encontrar no indivíduo realizado enquanto “cidadão-consumidor”. Corroborando com isso, na interpretação de Covre (1986), o caso brasileiro é emblemático no tocante à questão exposta acima. A ampliação dos direitos sociais traduziu-se basicamente em ampliação do consumo e em transformação dos trabalhadores em potenciais consumidores, fato que contribuiu para neutralizar a ação social reivindicatória.

Os efeitos perversos desse novo capítulo (nem tão novo assim) do mudar-conservando não se restringem à configuração de uma cidadania amputada, mas se estendem àqueles que ainda assim permanecem à margem dos processos de inclusão. A estes excluídos do reconhecimento da ordem social vigente torna-se cada vez mais atraente o mundo da violência, do tráfico e os meandros do crime que se mostram como possibilidades de alcançarem aquilo que o sistema em que vivem lhes diz ser sinônimo de sucesso.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, L. Cultura política, atores sociais e democratização. In: *A moralidade da democracia*. São Paulo/Belo Horizonte: Perspectiva/UFMG, 1996.

BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

COVRE, M. L. M. *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FURTADO, C. *Análise do Modelo Brasileiro: milagre econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LAHUERTA, M. A democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica. In: *Estudos de Sociologia*, v. 10, Araraquara, 2001.

LAVALLE, A. G. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n 6, 2003, p. 91-109.

RODRIGUES, M. *A década de 1980. Brasil: quando a multidão voltou às ruas*. São Paulo: Ática, 1999.

SINGER, P. *O Milagre Brasileiro: causas e consequências*, São Paulo: CEBRAP, 1972.

WERNECK VIANNA, L. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/REVAN, 1997.

_____. *Travessia da abertura à Constituinte 1986*. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

_____. *Revolução passiva e república*. In: *A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/ Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

COMPETÊNCIA E DESEMPENHO: avaliação e administração da formação

João Mauro G.V. de CARVALHO¹

Resumo: O presente trabalho pretende esboçar uma reflexão crítica a respeito do sistema educacional brasileiro, em especial à função exercida pelos métodos centralizados de avaliação no conjunto desse sistema (como no caso do ENEM e do ENADE), bem como algumas possíveis consequências dessa organização administrativa sobre o processo formativo do alunado brasileiro. Para tanto, recorre-se ao referencial teórico e metodológico da Teoria Crítica, especialmente aos conceitos adornianos de indústria cultural e de semiformação, além de sua atualização, no campo educacional, na crítica da didática desenvolvida pelo pedagogo alemão Andreas Gruschka e na sociologia do currículo levada a cabo pela pedagoga brasileira Mônica Ribeiro da Silva.

Palavras-chave: Teoria Crítica. Tecnologia. Avaliação. Currículo. Didática.

COMPETENCE AND PERFORMANCE: evaluation and management of the education

Abstract: This article aims to outline a critical reflection about the Brazilian educational system, especially about the function performed by centralized methods of evaluation of the whole system (as in the case of ENEM and ENADE) as well as some possible consequence of this administrative organization on the formative process of the Brazilian students. Therefore, we resort to theoretical and methodological framework of Critical Theory, especially the concepts of cultural industry and semi-formation developed by Adorno, and its update in the educational field, in the critique of teaching developed by the German pedagogue Andreas Gruschka and in the sociology of the curriculum carried out by the Brazilian educator Monica Ribeiro da Silva.

Keywords: Critical Theory. Technology. Evaluation. Curriculum. Teaching.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara). Bolsista PIBIC/Reitoria. O presente trabalho deriva de pesquisa desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Luíz A. C. Nabuco Lastória, junto ao projeto de pesquisa *Indústria cultural e processos formativos: subsídios para reflexão das novas demandas educacionais*.

Muito se fala, ao discutir os problemas enfrentados pela educação brasileira, em questões como meritocracia, competência, metas, eficácia e eficiência, desempenho e qualidade. Tais palavras circulam não apenas pela grande mídia, quando esta volta sua atenção para os dilemas educacionais do Brasil, em geral ressaltando a importância de uma educação de qualidade para o aprimoramento da inovação e da competitividade do país, como também em estudos acadêmicos e documentos oficiais do Estado sobre o tema. O fato de que diversas dessas noções derivem de um jargão empresarial parece não causar nenhum estranhamento. Afinal, se determinados procedimentos funcionam no meio empresarial, por que não deveriam ser aplicados às demais esferas da sociedade? Assim, aplica-se a lógica da teoria dos sistemas, em que a educação é operada como um subsistema social, composta, ela mesma, por diversos subsistemas.

Mas não são poucos os estudos que enfocam o problema por outro viés, demonstrando os problemas da adoção de uma perspectiva empresarial pelo “sistema educacional”. Essas abordagens críticas muitas vezes enfocam questões de cunho ideológico, contidas tanto nas disputas políticas determinantes das políticas públicas de educação, como nas próprias concepções teórico-pedagógicas que aparecem nos documentos oficiais. Mas para compreender os problemas específicos enfrentados pelas instituições de ensino, não basta, como já indicou Adorno (2010), fazer uso de uma sociologia geral da educação, nem tampouco de estudos estritamente pedagógicos. É necessário apreender a relação dialética que se estabelece entre escola e sociedade, relação que subsume a Educação à Economia (GRUSCHKA, 2008a).

Essa relação possui diversas mediações, como as diversas leis referentes à educação, as diretrizes e parâmetros curriculares nacionais, os projetos político-pedagógicos das diversas escolas, a própria didática do professor. Uma importante mediação é o sistema de avaliação escolar, seja na figura de avaliações internas das escolas, que pretendem avaliar a aprendizagem dos alunos, seja na figura de avaliações externas, que pretendem avaliar não somente os alunos, mas também a própria escola. Tal estudo deve levar em consideração tanto o fator objetivo - ou seja, a estrutura interna das ferramentas avaliativas -, quanto o fator social, a função social exercida através dessas avaliações, e que influenciam fortemente sua constituição objetiva. Tratar-se-ia de averiguar o fator social mediante o qual se constitui a estrutura da avaliação como instância de mediação institucional entre a configuração social e as diversas práticas pedagógicas no interior da escola.

As avaliações não exercem uma função meramente avaliativa, em sentido estritamente pedagógico. Uma prova de vestibular ou um exame

nacional possui objetivos bastante distintos daqueles testes aplicados para uma sala de aula específica, que originalmente avaliavam o modo como cada aluno apropriou-se dos conteúdos de ensino ministrados pelo professor. A avaliação tradicional, ocorrida no interior da escola, é aplicada no interior da escola, sendo elaborada por um professor específico, que leva em consideração o desenvolvimento pedagógico de um coletivo de alunos específico. Há uma grande diferença entre esse tipo tradicional de “prova” e aquelas elaboradas por instituições estatais, seja com o objetivo de avaliar as diversas instituições de educação básica e ensino médio (SARESP, Prova Brasil, ENEM), seja com o objetivo de selecionar alunos para instituições de ensino superior ou técnico (os diversos vestibulares e vestibulinhos, assim como, mais recentemente, o próprio ENEM), seja, enfim, com o objetivo de avaliar as instituições de ensino superior (como é o caso do ENADE).

Essa diferença entre os tipos de avaliação não é fortuita. Não se trata apenas de uma diferença entre a quantidade de alunos avaliados, ou da distância existente entre os elaboradores das avaliações e os alunos avaliados. Mas essa própria distância já revela determinadas facetas do problema. O fato de um estudante ser avaliado através de um teste elaborado por professores que nunca mantiveram contato pedagógico com os educandos avaliados já é suspeito *per se*. Existe, porém, uma boa desculpa para que se institua esse tipo de avaliação: é através de avaliações centralizadas que o Estado pode controlar os investimentos financeiros e o apoio necessário às diversas instituições. Em outras palavras, é através dessas avaliações que se constituem os índices necessários para que o Estado - seja na forma do governo municipal, estadual ou federal - elabore políticas públicas determinadas, com o objetivo de melhorar o ensino público e fiscalizar a qualidade do ensino privado.

Não há dúvidas de que se trate de um objetivo nobre. O ensino público universal de qualidade é essencial para uma sociedade democrática. Quanto às instituições privadas, precisam, de fato, submeter-se à fiscalização do Estado, para que aqueles que pagam pelo serviço não sejam prejudicados. Afinal, a educação de qualidade é essencial para a formação do cidadão que convive em democracia, e o Estado deve garantir a formação desse cidadão, assegurando que as instituições privadas cumpram seu papel educativo, seu dever para com a nação. Mas não se pode duvidar que a institucionalização dessas avaliações centralizadas, descoladas da atividade pedagógica concreta, deve, necessariamente, possuir um caráter abstrato. Mais que isso, deve, também, obedecer a um princípio político e administrativo central, que fornecerá as diretrizes e metas responsáveis por avaliar cada instituição de ensino, de norte a sul do país.

Deve-se, então, verificar quais seriam os princípios que fundamentam a elaboração dessas avaliações. Tais princípios podem ser encontrados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), conjunto de documentos responsável por fornecer os parâmetros curriculares que determinam não apenas o conteúdo adotado pelas escolas, mas também as concepções pedagógicas que fundamentarão as práticas e relações no interior da escola. Ao longo de todo o documento introdutório, é possível perceber a gênese teórica das propostas pedagógicas adotadas pelo Estado brasileiro. Organizados de acordo com a estrutura de sistemas sociais, a própria formulação dos Parâmetros Curriculares já deriva da necessidade de submeter as diversas instituições de ensino ao controle centralizado do Estado. É preciso que se institua um mínimo de conteúdos e procedimentos, a serem adotados em todo o país, fornecendo as bases para a formulação de técnicas de avaliação.

Que o ensino de determinados conteúdos são pertinentes em todos os cantos do país, ninguém colocará em questão. A lei da gravidade se aplica a todo o território nacional, sendo pouco usual questionar sua pertinência no currículo escolar de uma escola do Macapá e de outra de Porto Alegre. Porém, o modo como se avalia o aprendizado dessa lei varia de acordo com todo o processo pedagógico adotado em seu ensino. É o processo pedagógico que varia de acordo com o contexto social em que cada escola está inserida. Uma avaliação que não leve em consideração o fator objetivo da relação pedagógica estabelecida no interior da escola sempre possuirá uma faceta arbitrária. Uma avaliação centralizada pressupõe uma ação pedagógica uniforme, um padrão no comportamento pedagógico, ou seja, pressupõe a padronização da conduta dos agentes de ensino.

A tentativa de padronizar o exercício pedagógico encontra-se no cerne dos Parâmetros Curriculares Nacionais. É uma característica fundamental da função social - e política - desses documentos. É preciso, pois, compreender como se pretende proceder nessa padronização. Isso é possível recorrer ao ideário político e pedagógico em que os documentos se baseiam. Aqui, cabe destacar: a referência aos chamados «quatro pilares da educação», que aparecem no relatório preparado por Jacques Delors para a UNESCO; a centralidade adquirida pelo lema «aprender a aprender», que figura em grande parte das teorias pedagógicas contemporâneas; e o jargão corporativo que aparece ao longo dos documentos, com clara influência da ideologia toyotista.

Uma análise detalhada de todo o documento introdutório e dos diversos conceitos que o constitui escaparia ao escopo do presente trabalho, que por esse motivo se limitará a abordar um conceito fulcral na

retórica dos Parâmetros Curriculares. Trata-se do conceito de «competência». Em verdade, falar em conceito seria, aqui, um exagero. Conforme indica Mônica Ribeiro da Silva (2008), o mais correto seria falar em *noção*. Isso porque a noção de competência possui uma gênese bastante variada, sendo empregada de diversas maneiras, de acordo com a ocasião - ou, em outras palavras, de acordo com a estrutura do discurso empregado nas mais variadas situações. Assim, o mais correto seria tratar de *competências*, que devem ser desenvolvidas pelos alunos, de acordo com a situação prática com a qual se deparam.

Silva analisa a genealogia da noção de competências, procurando destacar seus fundamentos sociológicos e teóricos. As origens sociológicas da noção de competência estão relacionadas com as mudanças ocorridas no mundo de trabalho, com a mudança da organização produtiva de cunho fordista/taylorista para uma organização produtiva de cunho toyotista. Com a flexibilização da organização produtiva no modelo toyotista, surge a demanda por um trabalhador “flexível”, capaz de melhor adaptar-se às constantes transformações da dinâmica produtiva. Nesse contexto, o profissional qualificado do fordismo perde valor, dando lugar a um tipo de profissional caracterizado pela competência de instrumentalizar conhecimentos de acordo com a situação em que atua. Trata-se, pois, de um deslocamento conceitual da noção de qualificação profissional para a de competência profissional.

Esse deslocamento conceitual da noção de qualificação para a noção de competência logo foi incorporada à esfera da formação profissional, ou seja, para o ensino predominantemente técnico, para, em seguida, ser incorporada nas diversas áreas de formação, incluindo a educação básica (ensino fundamental e médio) e o ensino superior. Essa incorporação nas diversas áreas do ensino deveu-se ao caráter pedagógico da noção de competências, que se encontra na Psicologia Genética de Piaget, na Teoria da Sintaxe de Chomsky e no modelo condutista de ensino, em cuja raiz encontra-se a teoria dos sistemas, de acordo com as formulações de Ludwig von Bertalanffy, e a Pedagogia por Objetivos, que remete ao behaviorismo de B. F. Skinner (SILVA, 2008, p. 42-61).

A conjugação dessas teorias, sintetizadas em uma noção abstrata de competência, permite uma flexibilização da própria orientação pedagógica contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais, em sintonia fina com o imperativo de que a educação deve conduzir à integração do aluno ao “mundo do trabalho”, com suas constantes transformações, e à “sociedade do conhecimento”, com suas novas tecnologias. Levando em consideração que a noção de competências possui uma gênese sociológica na organização produtiva toyotista, e uma gênese teórica no construtivismo

e no condutismo funcionalista, é possível perceber o modo como convergem os interesses mercadológicos, políticos e pedagógicos. O “cidadão autônomo” figura, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, lado a lado com o “profissional flexível” do toyotismo, sendo que a formação de ambos é o objetivo principal declarado pelos documentos.

O que a estrutura retórica procura mascarar é o fato de que autonomia e flexibilidade, em termos de adaptação, constituem uma séria contradição, que remete à pressão social por integração. Trata-se, portanto, de formar os alunos, de modo que estes sejam integráveis à democracia formal e ao modelo produtivo capitalista que vigoram na sociedade brasileira contemporânea. Tudo de acordo com o receituário do Banco Mundial e da UNESCO. Cabe questionar até que ponto existe autonomia em um sistema de controle coercitivo como o aqui caracterizado. T. S. Popkewitz (1997) deu a isso o nome “autonomia controlada”: trata-se de flexibilizar a estrutura de dominação para melhor controlar os agentes de ação. No caso, as avaliações e os Parâmetros Curriculares, que admitem a flexibilização em seu emprego, funcionam como instâncias de controle da autonomia, seja das instituições, seja dos indivíduos que a constituem.

No que toca às avaliações, é importante compreender como elas procedem na tarefa de controlar essa autonomia e administrar a formação humana, desde a educação básica até o nível superior. Remetendo-se à teoria de Marcuse (1978) sobre a *Ideologia da sociedade industrial*, Sass e Minhoto (2011) empregam o conceito marcuseano de tecnologia para compreender a função social das avaliações na educação brasileira. No estudo citado, Marcuse diferencia técnica e tecnologia, compreendendo tecnologia como um processo social que reproduz a dominação, na forma de administração. Nessa teoria, tecnologia equivale a todo um aparato administrativo responsável por moldar “os impulsos e aspirações instintivos dos indivíduos” e obscurecer “a diferença entre consciência falsa e verdadeira” (MARCUSE, 1978, p. 49).

Outro ponto pertinente da teoria de Marcuse é a caracterização do universo político e do universo da locução, que segundo o autor encontram-se fechados na sociedade industrial. Assim, apenas os conceitos previamente legitimados pelo aparato estatal podem ser utilizados no confronto público, de modo que perspectivas políticas distintas são desqualificadas de antemão. O filósofo adverte ainda que esse procedimento é capaz de neutralizar até mesmo os conceitos que originalmente carreguem um conteúdo genuinamente crítico. Trata-se, portanto, de uma administração da própria fala, em que mesmo conceitos como “autonomia” e “liberdade” são neutralizados de acordo com o modo como são mobilizados pela retórica política, que esvazia seu conteúdo crítico ao

higienizar seu significado histórico. Essa teoria de Marcuse é de grande valia para compreender o modo como os discursos dos documentos oficiais de educação articulam conceitos como “cidadania”, “crítica”, “flexibilização”, “autonomia”, “integração”, “liberdade”, sempre de acordo com os imperativos econômicos do “mundo do trabalho” e com a noção de competências que dele deriva.

No tocante às avaliações, é pertinente remeter-se ao modo como a noção de competências encontra fundamento teórico na linguística de Chomsky. Segundo Silva (2008), na teoria chomskyana sintaxe é marcada por dois conceitos: competência e desempenho, sendo que “*Competências* refere-se ao ‘conhecimento da língua por parte do falante-ouvinte’ e *desempenho*, ao ‘uso efetivo da língua em situações concretas’” (SILVA, 2008, p. 51). Daí resulta que através do desempenho linguístico é possível auferir a competência linguística, ainda que “o desempenho não reflete diretamente a competência” (*Idem, ibidem*). Segundo a autora, trata-se de uma “concepção instrumental de razão e linguagem” que “validaria e explicaria a relação indivíduo-sociedade e torna secundária a dimensão histórico-cultural da razão e da linguagem” (SILVA, 2008, p. 54). A autora questiona o modo como os diversos mecanismos de avaliação do sistema educacional não refletem justamente essa forma de pensamento instrumental, em que se tenta auferir do desempenho a competência, posteriormente convertidas em índices para o aprimoramento da tecnologia administrativa.

É a noção de competência, derivada sociologicamente do jargão empresarial contemporâneo, que possibilita a instrumentalização de conteúdos e procedimentos para a elaboração de procedimentos de avaliação. Cria-se um modelo de cidadão competente a ser formado pela escola. A competência de cada aluno é auferida através de dispositivos avaliativos que “medem” o desempenho. Do desempenho coletivo, constituem-se as taxas e os índices, que determinam a alocação de recursos, bem como os procedimentos de controle administrativos responsáveis por otimizar a eficiência do sistema. Tudo isso sendo organizado fora da escola, por equipes de elaboração de avaliações, que seguem um modelo instituído de maneira centralizada. Todo esse processo influencia a estrutura objetiva das diversas avaliações - desde o ENEM até o ENADE -, que já não devem apenas avaliar a qualificação individual, em termos de conhecimento adquire, mas também avaliar a competência do indivíduo através do desempenho obtido em provas formuladas de maneira específica. Cria-se, portanto, um novo modelo de provas.

Resta saber como essa tecnologia de administração, da qual fazem parte as avaliações, influencia cada escola de maneira objetiva. Para tanto, é possível recorrer à teoria do pedagogo alemão Andreas Gruschka

(2008a; 2008b; 2010). Segundo ele, a dialética entre escola e sociedade caracteriza-se, na sociedade contemporânea, por um processo de subsumção da Educação à Economia, no qual a escola incorpora ideias e procedimentos tipicamente industriais. Esse processo provoca uma modificação substantiva no modo como se desdobram as relações pedagógicas e na maneira como os educandos lidam com o conhecimento. Daí decorre uma sobreposição da didática ao objeto de ensino-aprendizagem, ou seja, uma sobreposição da didática em relação aos conteúdos. Dessa forma, a própria didática, enquanto mediação entre sujeito e objeto do conhecimento, direciona a formação. É na forma da didática que se manifesta a influência da indústria:

A didática é primeiramente requerida onde ela pode afirmar que o acesso direto a uma coisa é falho e então ela chega para simplificar, tornar elementar, preparar, mediatizar, etc., de modo a facilitar o aprendizado. E ela deve afirmar que este desvio não somente no fim leva à coisa, mas também que o aprender acontece mais fácil e seguramente. A didática como o terceiro membro interveniente da mediação entre objeto e sujeito assumiu com isto um extraordinário dever de conduzir. (...) A mediação originária, não dirigida pedagogicamente, entre objeto e sujeito - que para Humboldt deveria ser a mais livre e distinta ação recíproca, para que algo como a educação de um sujeito se tornasse possível e não apenas acomodação a um saber, uma prática, a aceitação de um significado - é então racionalizada por meio da inserção de um magistral terceiro termo: a didática (GRUSCHKA, 2009, p. 151).

Essa racionalização da mediação entre sujeito ocorre pela via de uma razão instrumental, que condiciona a experiência do sujeito. Afinal, a racionalização instrumental da “mediação originária”, “não dirigida pedagogicamente”, resulta em uma mediação instrumental, “dirigida pedagogicamente”, que falseia a experiência com o objeto, como no caso da pedagogia conduzida por objetivos pré-estipulados. Em um contexto em que até mesmo o salário dos professores está condicionado pelo desempenho de seus alunos - como no caso da Rede Estadual Paulista, em que os professores estão sujeitos a uma bonificação atribuída de acordo com os resultados obtidos pelos alunos em exames oficiais -, fica evidente qual será o objetivo pré-estipulado que conduzirá o processo de ensino e aprendizagem: o bom desempenho nos testes, a ser garantido pela didatização do conteúdo, que, no caso, implica seu falseamento através de procedimentos padronizados de contato com o objeto de ensino, que se

converte de conhecimento em informação, a ser instrumentalizada de modo “competente” para a realização dos exames.

Ocorre, com essa subsunção da Educação à Economia, a transformação da escola em um apêndice da indústria cultural. Como escreve Gruschka:

Tanto no plano mais geral quanto na prática pedagógica diária da escola, trata-se do enfraquecimento da lógica própria e da autonomia da Formação e da Educação como ordenadoras da cultura. Com isso se coloca em primeiro lugar uma subsunção à Economia das práticas no sistema educacional, cuja lógica interna passa a exigir de outros âmbitos que sigam o imperativo econômico. (GRUSCHKA, 2008a, p. 175)

Dessa transfiguração da escola em apêndice da indústria cultural, ocorre um processo análogo de transformação dos conteúdos escolares, o conhecimento, em mercadorias fetichizadas, na forma de informação. Assim, da mesma forma como “os produtos da indústria cultural expropriam dos homens a possibilidade de uma relação viva com as coisas (...) A escola pública, contrariamente a sua gênese e seu programa (...) tornou-se um agente dessa expropriação (GRUSCHKA, 2008a, p. 177).

A referência às teorias da indústria cultural (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 113-57) e da semiformação (ADORNO, 2010) é bastante pertinente. Se, como argumentam Horkheimer e Adorno, a indústria cultural expropria a experiência subjetiva, o mesmo ocorre hoje na escola. Essa aproximação se torna ainda mais interessante quando se remete à formulação original dos dois filósofos na *Dialética do esclarecimento*:

Em seu lazer, as pessoas devem se orientar por essa unidade que caracteriza a produção. A função que o esquematismo kantiano ainda atribuía ao sujeito, a saber, referir de antemão a multiplicidade sensível aos conceitos fundamentais, é tomada ao sujeito pela indústria. O esquematismo é o primeiro serviço prestado por ela ao cliente. (...) Para o consumidor, não há nada mais a classificar que não tenha sido antecipado no esquematismo da produção (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 117).

A referência ao esquematismo kantiano é interessante não apenas porque, como argumenta Rodrigo Duarte (2003), seja uma referência comum às teorias da indústria cultural, da semiformação e do antisemitismo. Ela é interessante pelas possibilidades epistemológicas que abre, pois

Piaget, cuja teoria fundamenta o construtivismo e a teoria das competências, recebeu grande influência da filosofia kantiana e, como demonstra Barbara Freitag (1991), o esquematismo é um conceito análogo às teorias dos dois pensadores. Conceito que volta a aparecer em teorias pedagógicas contemporâneas, como é o caso da teoria construtivista de Juan Delval:

(...) os esquemas são os padrões que orientam nosso comportamento e nos permitem atingir as metas que nos propomos. Um comportamento concreto se realiza com base em um ou vários esquemas, adequando-os à situação específica. Os esquemas fornecem o padrão para agir em determinada situação.

(...)

Podemos definir um esquema como uma *sucessão de ações, exteriores ou mentais, dotadas de uma estrutura e transponíveis a situações semelhantes*. (DELVAL, 1998, p. 109-10, grifos do autor)

Delval também relaciona os esquemas à memória e em seu uso na educação:

Os esquemas, então, são elementos essenciais para recordar, para a memória episódica (...). Podemos dizer que a memória episódica é formada por combinações de esquemas que entrelaçam alguns aspectos mais individuais.

Boa parte dos conhecimentos escolares são memórias episódicas. (...) Posso lembrá-los como um simples enfileiramento. (...) Posso até me valer de uma cantinela para não errar. Dá até para lembrar: “Todo corpo permanece em estado de repouso ou movimento uniforme...”, uma das leis de Newton. O que estou recordando são movimentos da boca e da língua e uma certa sequência de sons. (...) Mas posso relacioná-la também com seu conteúdo conceitual, o que facilitará a recordação. De certa forma, posso facilitar também um tipo de esquecimento. Porque posso esquecer a cantinela e ficar com os conceitos. (DELVAL, 1998, p. 123)

Embora admita que certos conhecimentos “são mais episódicos do que outros” (DELVAL, 1998, p. 124), Delval parece não levar em conta, em seu exemplo sobre a lei de Newton, que o esquema adotado - memorizar um conceito da Física através de uma associação com elementos sonoros - pode ter um efeito contrário ao que ele propõe: ao invés

de esquecer a canção, ficando apenas com o conceito, corre-se o risco de esquecer o conceito, ficando apenas com a canção. Saber cantar uma oração - “Todo corpo permanece em estado de repouso ou movimento uniforme...” - nada significa em termos de Física. Nada esclarece sobre os estados de repouso e de movimento uniforme, nem sobre porque, segundo Newton, um corpo deve, necessariamente, permanecer em um desses dois estados. O que ocorre, com o procedimento sugerido por Delval, é um falseamento dos conceitos.

Esse falseamento, entretanto, é bastante útil quando se trata apenas de instrumentalizar informações para atingir determinada “meta”, qual seja, obter o melhor desempenho em uma avaliação. Dessa forma, o professor de Física de um cursinho pré-vestibular brasileiro, pode sugerir aos alunos, após explicar a “fórmula do peso”: “Para passar no vestibular, basta lembrar disso: Pega na massa e geme!”. O professor associa a “fórmula do peso”, “ $p = m \cdot g$ ”, a um sintagma que deve ser memorizado, para que o aluno instrumentalize, como informação, a fim de obter o melhor desempenho possível no exame vestibular. A frase é reveladora, porque torna clara a intenção de que o aluno mobilize o conhecimento com o intuito de passar no referido teste. Exemplo análogo pode ser encontrado na aula de Geografia de uma escola alemã, analisada por Gruschka: o professor solicita que os alunos marquem aspectos do desenvolvimento urbano da América Latina em um texto; enquanto isso, ele prepara o esquema na lousa. Quando o aluno termina de ler o texto e marcar as informações, o esquema já está preparado. Dessa forma, o aluno não desenvolve o esquema, que já está pronto na lousa. Isso significa um esvaziamento da relação pedagógica:

O ensino se esgota na produção da figura da lousa, excluindo uma discussão com o material, como também o esquema. Ele foi considerado como uma lâmina, com o qual se pode administrar o conteúdo do ensino, sem que com isso o objeto precise ser esclarecido. Como os alunos foram direcionados a aprender o esquema, solicitados a nada além de modelar seu conhecimento com um esquema, dispõem-se a indagar os objetos de aprendizagem de acordo com esquematizações facilmente manejáveis. (GRUSCHKA, 2008b, p. 62)²

² Traduzido livremente pelo autor, a partir do original alemão: Der Unterricht erschöpft sich in der Herstellung des Tafelbildes, eine Auseinandersetzung mit dem Material wie auch dem Schema entfällt. Es wird als die Folie betrachtet, mit der die Unterrichtsinhalte verwaltet werden können, ohne dass die Sache dafür geklärt werden müsste. Weil die Schüler ausgerichtet werden, das Schema zu lernen, nicht aber aufgefordert werden, ihre

O esquema age como uma “lâmina”, que corta ao meio a relação do sujeito com o objeto. Com isso, é interessante remeter-se à teoria das competências de Delval, quando ele afirma que “o professor não pode ensinar: ele deve se limitar a *criar as condições necessárias* para que os alunos aprendam” (DELVAL, 1998, p. 163, grifos do autor). Criar as condições significa organizar o material, o espaço, o tempo, administrar uma relação pedagógica de forma didática. Quando, no entanto, isso ocorre com um esquematismo direcionado, pode ocorrer justamente um direcionamento da formação do aluno, visando apenas a desenvolver sua capacidade de flexibilizar-se, adaptando-se, de maneira competente, às diferentes situações, de modo a atingir suas metas. Como mostrou Adorno, é justamente esse tipo de direcionamento, a partir do sistema da produção, que expropria a experiência viva entre sujeito e objeto, necessária a toda apropriação do conhecimento.

Enquanto as aulas forem ministradas com vistas ao desempenho de alunos em avaliações, o sistema escolar servirá apenas como fator de coerção da experiência formativa, indispensável para a produção de uma autonomia verdadeira, nos termos da emancipação. O significado das avaliações instituídas pelo Estado deve ser compreendido no interior do sistema que constituem, em conjunto com outras instâncias, como uma mediação na relação contraditória, portanto dialética, entre a escola e a sociedade capitalista. Apenas assim é possível compreender o modo como elas influenciam as práticas pedagógicas concretas e o modo como os alunos lidam com o conhecimento escolar.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. Teoria da semiformação. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S.; LASTÓRIA, L. A. C. N. (Orgs.) *Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2010. Coleção educação contemporânea.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DELVAL, J. *Aprender a aprender*. Campinas: Papirus, 1998.

Erkenntnisse mit einem Schema zu modellieren, werden sie dazu disponiert, von den Lerngegenständen entsprechend leicht handhabbare Schematisierungen zu verlangen.

DUARTE, R. Esquematismo e semiformação. In: Campinas: *Educação & Sociedade*, v. 24, n. 83, 2003.

FREITAG, B. *Piaget e a filosofia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

GRUSCHKA, A. Escola, didática e indústria cultural. In: DURÃO, F. A.; ZUIN, A.; VAZ, A. F. (Orgs.) *A indústria cultural hoje*. São Paulo: Boitempo, 2008.

GRUSCHKA, A. *Die Bedeutung fachlicher Kompetenz für den Unterrichtsprozess: Ergänzende Hinweise aus der rekonstruktionslogischen Unterrichtsforschung. Pädagogische Korrespondenz*. Heft 38, 2008b.

_____. Pedagogia negativa como crítica da pedagogia. In: PUCCI, B.; ALMEIDA, J.; LASTÓRIA, L. A. C. N. (Orgs.) *Experiência formativa e emancipação*. São Paulo: Nankin, 2009.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

POPKEWITZ, T. S. *Reforma educacional: uma política sociológica - poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SASS, O; MINHOTO, M. A. P. Indicadores e educação no Brasil: a avaliação como tecnologia. *Constelaciones - Revista de Teoría Crítica*, n. 2, 2011.

SILVA, M. R. *Currículo e competências: a formação administrada*. São Paulo: Cortez, 2008.

CONSTRUÇÕES E IDENTIFICAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO COLONIAL

Ana Carolina FERNANDES¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo problematizar, a partir dos conceitos de Bourdieu, a forma como os campos de poderes, estruturados de maneira inconsciente, agem no sentido de reafirmar a diferença entre os sexos na sociedade ocidental, mais especificamente no tocante aos projetos de colonização, como ocorreu no Brasil. E a partir disso, demonstrar como se formaram as hierarquias nas identificações do gênero feminino no processo da colonização brasileira e como estas ainda hoje são reafirmadas, trazendo um padrão hegemônico essencializado e veiculado pelos campos de poderes médicos e midiáticos que contribuem para a reafirmação nas diferenças entre gêneros e para uma essencialização dos papéis sociais femininos, presos ainda a uma estrutura histórica patriarcal.

Palavras-chave: Gênero. Dominação masculina. Colonização. Subjetividades.

CONSTRUCTION AND IDENTIFICATION OF GENDER IN COLONIAL CONTEXT

Abstract: The article aims to discuss the concepts of Bourdieu, how the fields of power, structured unconsciously, act in the sense of reaffirm the gender gap in the Western society, more specifically regarding projects of colonization, as it occurred in Brazil. And from that, we will demonstrate how the hierarchies in the identification of feminine gender were formed inside the Brazilian colonization process and how these are reaffirmed nowadays, bringing an hegemonic pattern essentialized and vehiculated by the fields of medical and mediatic power that contribute to the reaffirmation on the differences of genders and to the essentialism of the feminine social roles that are stuck by an historic patriarchal structure.

Keywords: Gender. Masculine Domination. Colonization. Subjectivities.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara). E-mail: carolkail@hotmail.com.

Pierre Bourdieu, em seu livro *A dominação masculina*, a partir de uma análise da sociedade cabila, busca apontar os mecanismos históricos responsáveis pela historicização das estruturas fundantes da divisão sexual. Há no texto uma corrente reflexão que parte, como aponta Bourdieu, de uma determinação histórica fundante de nossa sociedade, que engloba o binarismo homem/mulher e que determina dessa forma a divisão dos papéis sexuais. Há, segundo o autor, uma dominação simbólica que é: “suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas de comunicação e do conhecimento...” (BOURDIEU, 1999).

A violência simbólica é também afirmada através de um princípio simbólico conhecido pelo par dominante/dominado, de uma língua, de um estilo de vida ou estigma (cor da pele, por exemplo); o que faz com que acabe ocorrendo uma transformação do que é história a partir de uma ortodoxia que culmina em uma naturalização da cultura, passando o caráter desta dominação do âmbito cultural para o naturalizado; o que já está posto e fortemente afirmado pelas estruturas só poderá se reverter a partir de uma des-historicização social e cultural da dominação. A diferença entre os sexos está, portanto, segundo Bourdieu, “na ordem das coisas”, ou seja, está naturalizada.

Busco problematizar aqui como os campos de poderes, estruturados de maneira inconsciente, agem no sentido de reafirmar as diferenças entre os sexos na sociedade ocidental, (mais especificamente no que toca os projetos de colonização, como ocorreu no Brasil), e como o campo de poder médico-biológico atua na reafirmação das diferenças tendo como aparato o poder midiático, como difusor destes discursos naturalizantes.

Pierre Bourdieu, estando ainda na esteira do estruturalismo, explica a dominação masculina no campo simbólico (através de construções linguísticas e corporais) e cultural, e demonstra como a diferença entre identidades masculinas e femininas são postas e reproduzidas em nossa sociedade a partir destes campos de poderes que produzem os padrões dominante/dominado. A partir da análise deste autor e também de Michel Foucault, à respeito dos modos de subjetivação de identidades, podemos apontar como e, de que maneira esses campos de poderes atuam fortemente na nossa sociedade, no movimento cotidiano.

Saindo do campo estruturalista, Foucault trabalha a questão da dominação a partir da negação do caráter universalizante e determinista, afirmando que há em toda a sociedade, redes de poderes difusos que agem contra as correntes dominantes por ele denominados de “micropoderes”, que antes de estarem estruturalmente determinados, estão sendo sempre produzidos a partir da atuação de agentes sociais (FOUCAULT, 1984).

Rebuscando a construção da identidade feminina no campo médico-biológico, buscamos agora, a forma como esta questão foi posta à luz pelos discursos evolucionistas que incidiam a uma sociedade capitalista-moderna e, como estes discursos tão bem consolidados são ainda hoje reafirmados.

Para isso, devemos observar primeiramente como o discurso fundante de um padrão identitário assimétrico foi posto de forma hegemônica durante os séculos XVIII e XIX e como é refletido hoje, século XXI.

A naturalização dos discursos identitários durante o período acima referido (séculos XVIII e XIX) foi consequência de uma crescente industrialização e urbanização, que propiciava a entrada mais efetiva das mulheres no mercado de trabalho e certa ameaça de mudança nos papéis sociais (masculino e feminino).

No campo médico, havia uma forte argumentação de que a vida da mulher estava fortemente associada à reprodução (dada a menstruação como fator central deste argumento), característica que sintetiza a diferença entre os sexos. Além destes argumentos trazidos pelos discursos médicos serem tratados como inquestionáveis, havia também a questão da instabilidade corporal, no sentido de que o discurso biomédico elaborava uma noção de corpo instável, fragilizado.

Fabiola Rohden, em seu artigo intitulado “A construção da diferença sexual na medicina”, cita Laqueur, a respeito desta construção naturalizada dos corpos:

A visão dominante desde o século XVIII, embora de forma alguma universal, era que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis no gênero, são de certa forma baseados nesses fatos. A biologia -o corpo estável, não-histórico e sexuado - é compreendida como o fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social. (ROHDEN apud LAQUEUR, 2001 p.203)

E Rohden observa que:

O sexo aparece como um processo dinâmico que responde ao ambiente e aos hábitos e depende de um corpo permeável e mutável. Se por um lado era preciso legitimar a radicalidade da diferença sexual entre homens e mulheres, por outro, as teorias da fluidez sexual eram úteis na formulação de ideias sobre as diferenças entre mulheres

de diferentes classes ou culturas, por exemplo. Haveria uma essência comum a todas as mulheres, mas também diferenças entre elas (ROHDEN, 2001 p. 205).

A nítida distinção entre os sexos constituía um imperativo da cultura vitoriana e as representações médicas eram importantes elementos que participavam na elaboração dessa distinção.

E, por fim, conclui:

Já que o corpo poderia ser moldado, a cultura, o meio, precisariam ser regulados e controlados. Embora a natureza tivesse providenciado a diferença entre homens e mulheres, sua clara definição durante a vida poderia sofrer ameaças. Por isso insiste-se tanto na necessidade de um monitoramento, que atinge de maneira especial a mulher. Seu corpo, na medida em que era visto acima de tudo como corpo reprodutivo, demandava uma atenção especial. Da boa administração do desenvolvimento corporal e da capacidade reprodutiva das mulheres dependeria o desenvolvimento de cada sociedade (ROHDEN, 2001 p.206).

Dessa forma, constituía-se em torno da figura feminina, uma vigilância corporal, uma disciplina que fazia parte de uma “economia corporal da mulher”, que atuava principalmente em relação à educação, leitura de romances, e tudo que determinava o padrão estável do feminino, dentro de uma divisão social do trabalho que figurava nessa nova sociedade. Nesse sentido, havia uma identificação da mulher como objeto de reprodução, devendo voltar suas atenções para atividades que impulsionasse as técnicas reprodutivas, limitando dessa forma as atividades femininas ligadas à intelectualidade e as ciências, definidas como “lugar masculino”.

Pudemos observar então como se desenvolveu esse regime de vigilância corporal da mulher, definida essencialmente como “sexo fraco”. E também, devemos lembrar aqui, a questão da vigilância médica com relação à gravidez, e como o corpo das mulheres se tornou objeto de extremo controle médico durante este “período delicado”. Assim, podemos atentar para o fato de que, na sociedade brasileira hoje, ainda vemos permanecer tão bem arraigados esses argumentos, como no caso ocorrido há pouco tempo na estado do Rio de Janeiro (junho-julho/2012), relacionado à decisão do Conselho de Medicina que proíbe a participação de médicos em partos domiciliares, proibindo assim a realização dos mesmos e vetando o direito de livre escolha das mulheres sobre os seus próprios corpos.

Em *História das Mulheres no Ocidente*, volume dedicado especialmente ao século XIX, período em que vigoravam as teorias “biológico-sociais”, Geneviève Fraisse e Michelle Perrot mostram tão bem como ocorreu essa vigilância em torno da gravidez e que a definiu até mesmo como um tabu:

O paternalismo dos médicos sonha em transformar a gravidez numa ascese controlada. Apesar dessas intenções precoces, a proteção das futuras mães só será verdadeiramente organizada no final do século, no quadro da legislação do trabalho. Entretanto, e sob o efeito da pudicícia vitoriana, a gravidez torna-se tabu: a mulher que se encontra nesse “estado interessante” sai pouco de casa, mostra-se menos o possível (DUBY; PERROT, 1991 p. 358).

A partir desse período, ainda segundo as autoras, há uma intensa medicalização do parto, que se impõe maciçamente no século XIX. O fator inicial dessa medicalização é, inicialmente em função de um status social, uma vez que os médicos cobravam três ou quatro vezes mais que as parteiras para exercer sua atividade, desse modo, o parto se relacionava agora com as condições financeiras das famílias. Assim, iniciou-se um controle masculino sobre a gravidez, no qual os médicos protegiam as mulheres de si mesmas; seus corpos passaram a ser objeto de controle e vigilância masculina. As parteiras perderam seus postos e se tornaram subalternas dos médicos, ou empregadas em hospitais. E, além disso, os grandes progressos da obstetrícia; tais como a assepsia e a anestesia, foram fatores relevantes para a hospitalização dos partos.

A consolidação de uma identidade feminina hegemônica aos moldes da cultura europeia se refletiu na sociedade brasileira e tornou-se difusa, fato que podemos notar ainda em nossa contemporaneidade.

Para exemplificar, recorro aos estudos de Osmundo Pinho, a respeito da formação da sexualidade brasileira, permeada pela colonização e pela denominação “raça” que perpassa as condições de “gênero”.

No ocidente moderno, discursos produção de verdade têm sido além do mais, discursos de produção de sujeitos. Estes discursos, incidindo sobre a constituição dos problemas da formação do indivíduo, e de controle sobre o corpo individual, são discursos disciplinários, das disciplinas. Incidindo sobre o corpo coletivo das populações constituem-se em biopoder, poder de administração da vida coletiva no corpo social (PINHO, 2008 p.265).

E dessa forma:

Como Stolcke tem colocado, ademais, em tempos coloniais a regulação dos corpos de mulheres, brancas e negras, foi essencial para a reprodução de hierarquias raciais, baseadas na pureza do sangue. (PINHO, 2008, p.265)

A partir dessa citação, e remontando aos discursos que formaram a construção do Brasil Nação, podemos observar como mostra Mariza Corrêa, a constituição das identidades de gênero, de modo hierarquizado na obra de Nina Rodrigues:

No campo do debate sobre as relações raciais, a feminilidade da mulata era também definida por contraste (aproximações e afastamentos) com a da branca, que passa a ser a referência do discurso no seu caso. Nada exemplifica mais graficamente este modo de raciocínio do que a classificação das formas de hímen feita por Nina Rodrigues em suas análises médico-legais. Embora as mulheres mestiças apresentassem, como as brancas, as formas “mais variadas” de hímen, “as recém-nascidas, negras ou mestiças” apresentavam com frequência uma forma de hímen que facilmente se confundia com o hímen rompido. (Essa classificação parece ter facilitado enormemente seu trabalho como perito nos casos em que meninas negras ou mulatas violadas eram examinadas por ele – e sua queixa desqualificada.) No que diz respeito às negras, as formas de hímen são mais simplificadas. (CORREA, p. 44 Cad. Pagu)

Porém, ao mesmo tempo, há uma diferenciação nas formas discursivas que definem a identidade feminina no Brasil (de forma hegemônica) e as que moldam as identidades europeias. Essa diferenciação dos processos identitários decorre dessa formação histórica colonizadora que ainda permanece arraigada nos valores da sociedade brasileira como um todo, e que se desenvolve por meio dessa uma hierarquização do gênero feminino. Na sociedade contemporânea, os discursos que reafirmam os locais identitários como essência, são ainda postos pelo campo médico e bem difundidos pela veiculação midiática.

Segundo Castro, em seus estudos sobre a prática de cirurgias estéticas, traçando um paralelo entre as realizadas no Brasil e na Inglaterra, nota-se uma grande diferenciação no motivo da procura pela cirurgia, entre as mulheres brasileiras e as mulheres inglesas. De acordo com a autora, ocorre também uma vigilância em torno dessa construção identitária que culmina em uma “disciplina corporal” passando pela ética e pela estética nos países em questão. No caso inglês:

Os demais depoimentos de mulheres inglesas, analisados por Gimlin (2007) também foram nesta linha de apontar a cirurgia plástica como uma necessidade - em contraposição à noção de futilidade – na medida em que se configura como forma de integração social, uma maneira de sair de um estado de exclusão de atividades cotidianas. O corpo pré-cirurgia é sempre apontado como uma fonte de desvantagem, colocado como um obstáculo às atividades do dia a dia, supostamente disponíveis às “pessoas normais”. Neste sentido, podemos trabalhar com a hipótese de que assumir a vontade de fazer a cirurgia plástica pura e simplesmente para modelar o corpo e aproximá-lo de um ideal de beleza se choca com os princípios de valorização da noção de utilidade e desvalorização do fútil e efêmero, presentes na ética puritana, historicamente arraigada no modo de vida inglês” (CASTRO, 2011, p. 2).

Em contrapartida, a autora aponta que, no caso brasileiro, a busca pela cirurgia é feita de modo geral, por questões meramente estéticas que se difundem a partir dos meios discursivos (mídia) que determinam um ideal de beleza hegemônico, a partir do qual as mulheres definem suas subjetividades:

[...] nos anúncios brasileiros percebemos uma atenção maior para o tratamento da imagem, que se traduz no apagamento das marcas da cirurgia e numa tendência a se mostrar mais partes do corpo, além da que sofreu intervenção cirúrgica [...] (CASTRO, 2011, p. 3).

A linguagem publicitária mais direta no Brasil, que expõe o corpo e trabalha a imagem chamando atenção para a questão estética com apelos que, muitas vezes, resvala para uma linguagem erótica, encontra correspondência também nos discursos das mulheres entrevistadas. O trabalho de campo realizado concentrou-se em uma clínica particular localizada no Bairro do Ibirapuera, zona nobre da cidade de São Paulo, e revelou, por parte das mulheres entrevistadas, a atribuição de sentidos diversos à presença da cirurgia plástica em suas vidas, mas sempre com uma centralidade muito grande da justificativa de fundo estético (CASTRO, 2011, p.5).

O que pudemos notar, em linhas gerais é que os processos identitários relacionados às questões de gênero sempre passaram, no contexto ocidental, por uma reafirmação de diferenças essencializadas; no caso do Brasil, em um jogo de poder entre os marcadores sexo/gênero/raça. E, a partir dessas categorias, fundou-se uma caracterização hegemônica dos sujeitos femininos, que ainda hoje é difundida na sociedade.

Esta vigilância em torno da figura feminina é determinada por discursos que se desenvolveram a partir do processo de colonização, o que determinou as hierarquias presentes em nossa sociedade que ainda hoje apresentam os traços de um passado patriarcal e racista. Estas generalizações que ainda hoje reverberam um ideal de comportamento e beleza, que caracterizam estas diferenças essencializadas, tornam hoje um marco das desigualdades de gênero e só podem ser transformadas a partir de um longo processo de desconstrução destas determinações históricas fundantes, nos sistemas como assinalava Bourdieu.

Referências bibliográficas

BUTLER, J. *Problemas de gênero: o feminismo e a subversão de identidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CASTRO, A. L. *A medicalização da beleza*. Disponível em: <http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/553/945>. RECIIS - R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.5, n.4, p.14-23, 2011. Acesso em: 24 set. 2012.

CORREA, M. *Sobre a invenção da mulata*. Cadernos Pagu, n. 6-7, 1996, p. 35-50.

DUBY, G.; PERROT, M. *História das Mulheres no Ocidente*. São Paulo: Edabril, 1991, p. 352-58

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984

PINHO, O. SANSONE, L. *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008, p.257-83

ROHDEN, F. *A construção da natureza feminina no discurso médico*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, p.201-12.

AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA NOS ESPAÇOS DAS ESCOLAS: a voz dos alunos

Maíra DARIDO¹

José dos Reis SANTOS FILHO²

Resumo: O seguinte artigo buscou delinear as situações de violência e vulnerabilidade enfrentadas pelos jovens nas escolas. Para a compreensão do cenário de transposição da violência cotidiana para os espaços das escolas tornou-se fundamental a análise do fenômeno por uma nova percepção, sob a voz dos alunos. Assim, a partir da aplicação de questionários semiestruturados para jovens entre 15 e 17 anos foi possível uma maior aproximação com o diagnóstico. Os apontamentos, no limite, deram luz a um caminho de articulação de esforços entre a escola e a comunidade possibilitando reflexões acerca do tema.

Palavras-chave: Violência. Escola. Adolescentes.

SITUATIONS OF VIOLENCE IN SCHOOL SPACES: the voice of students

Abstract: The article aims to outline the situations of violence and vulnerability faced by young people in schools. To understand the scenario transposition of everyday violence for school spaces has become critical analysis of the phenomenon by a new perception in the voice of the students. Thus, from the application of semi-structured questionnaires for young people between 15 and 17 years was possible closer to the diagnosis. The notes, in the end, gave birth to a path of joint efforts between the school and the community providing reflections on the subject.

Keywords: Violence. School. Teenagers.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara). E-mail: maíra_darido@yahoo.com.br.

² Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara). E-mail: reis@fclar.unesp.br.

Introdução

Não é difícil sustentar que, desde há alguns anos, as situações de violência transformaram-se em um dos principais problemas percebidos pelas populações dos municípios paulistas. De fato, consideradas pesquisas de opinião, situam-se no topo das listas de preocupações, disputando, ano a ano, com a saúde e a zeladoria urbana, o primeiro lugar entre todas as mazelas apontadas por pessoas maiores de dezesseis anos como empecilho a uma qualidade de vida minimamente satisfatória. E essa, diga-se de passagem, não é uma percepção que resulte exclusivamente de uma experiência direta do cidadão com um evento singular de violência. Ela já é, em grande parte, componente de um imaginário alimentado pela reverberação de atos concretos somados à compreensão de que as cidades não têm a segurança garantida. Tanto é assim que, em 2007, estimamos que 5,23% da população de São Paulo teria sido vítima de situações de criminalidade. No mesmo ano, 16% dos paulistanos informavam ao Datafolha que a segurança era um de seus principais problemas. Deixada de lado a subnotificação, a cada três pessoas que percebiam o crime como preocupação, uma, efetivamente, viveu a experiência da criminalidade. Na comparação, a sugestão é a de que o sentimento de insegurança está sempre ancorado nas esferas da realidade cotidiana, mas, aparentemente, ampliado por um imaginário alimentado pela mídia e por narrativas partilhadas em círculos de sociabilidade³.

Tanto no nível das percepções como naquele referente às ocorrências concretas, o certo é que nenhuma das esferas da realidade cotidiana fica isenta de manifestações de violência. Da casa ao espaço de lazer, do trabalho ao meio de transporte, não há espaço ou momento que possa ser considerado abrigo às investidas da criminalidade. Mais que isso. Tomados os elos que articulam esses espaços, é possível observar como esses contextos de violência, ainda que manifestos em microcosmos de sociabilidade mantém e são alimentados por problemas mais abrangentes, via de regra, relacionados com as questões de desenvolvimento urbano. Assim, por exemplo, espaço público de socialização, a escola tornou-se uma daquelas instituições que articulam veios de preocupações e sinalizam sua existência como um espaço permeado por uma complexidade extraordinária de elos de diferentes origens e naturezas.

Ao mexer com a escola, mexe-se, por exemplo, com o presente e o futuro de um município, trabalha-se com as gerações que proporcio-

³ Santos Filho (2007). Sobre o mesmo assunto, com uma série de dados levantados no município de Araraquara, região central de São Paulo, entre os anos 2000 e 2012, ver Santos Filho (2012).

narão uma vida melhor ou pior, conforme estejam inseridas no processo de socialização. Mas mexe-se também, através de uma teia de laços de comunicação, com esferas da realidade cotidiana às quais se tem dificuldades de acesso e, não poucas vezes, estão ali verdadeiros ninhos de produção e reprodução da violência. De fato, a escola faz parte de uma bela constelação de relações que entrelaça a família, o bairro, a religião e os poderes públicos. Mas é entrelaçada também, não esqueçamos, pela rede econômica, social e política - lícita e ilícita. E, impossível deixar de observar isso, absorve e transmite de formas matizadas ou transparentes, formas de convivência nem sempre pautadas pelas matrizes do diálogo, da paz ou da ética.

Ora, se isso é constatável, tomado o universo da escola como questão, se impõe trazer à baila, por um lado, as condições de trabalho em que precisam atuar os profissionais da educação. Por outro, e de interesse imediato para nossa reflexão, observar ser essa uma situação cujas implicações reverberam mediata ou imediatamente no padrão de ensino, de aprendizagem, nas matrizes de sociabilidade e, por consequência, no presente e no futuro de crianças e adolescentes.

Nesse quadro, o trabalho aqui apresentado lida com a escola como lócus privilegiado de ensino e aprendizagem. Mas observa entre suas fronteiras situações de vulnerabilidade em que crianças e adolescentes vivenciam momentos marcados por graves e complexas problemáticas capazes de não apenas colocar em risco sua qualidade de vida atual, mas comprometê-la por todo seu futuro⁴. Nesses contextos, as situações de violência revestem-se como uma das formas através das quais a situação de vulnerabilidade pode manifestar-se. Ocorre quando um ou vários atores agem - em contextos sempre demarcados pela existência a priori de um imaginário social e de um arcabouço jurídico-institucional - de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais⁵.

De importância heurística fundamental, essas definições se tornaram fios condutores que permitiram observar e qualificar as vozes daqueles que estão diretamente envolvidos nos acontecimentos. Vítimas, certamente, mas sujeitos no próprio ato de revelação das situações que

⁴ Na forma aqui entendida, refere-se ao quadro dos direitos de cidadania e, enquanto tal, exige um olhar que disponibilize políticas públicas eficientes. Sobre isso, ver Santos Filho e Silva (2005).

⁵ Para uma discussão desse conceito e uma reflexão teórica mais ampla sobre situações de violência, ver Santos Filho (2005b).

enfrentam⁶. Por considerarmos plausível essa hipótese, ao nos depararmos com um questionamento tão amplo, optamos por trabalhar o tema a partir da ótica daqueles que estão diretamente envolvidos: os alunos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa com jovens entre 15 e 17 anos, alunos de uma escola pública estadual do município de Rio Claro.

A análise é resultado da interpretação das informações provenientes de um questionário semiestruturado aplicado durante as aulas de Sociologia. Ao responderem livremente a 15 perguntas, os alunos discorreram sobre as situações de violência na escola, imprimindo a cada expressão marca pessoal que expressava formas de vivência dos contextos que viveram e vivem. Essas são as vozes que desejamos registrar e analisar.

A instituição escola

Quando nos referimos ao âmbito educacional nos remetemos às instituições escolares de ensino. Na concepção de Marriel (2006, p.36), para a sociedade, a escola é um lugar privilegiado para refletir sobre as questões que envolvem crianças e jovens, pais e filhos, educadores e educandos, bem como as relações que se dão na sociedade. É também nesse universo em que a socialização, a promoção da cidadania, a formação de atitudes, opiniões e o desenvolvimento pessoal podem ser incrementados ou prejudicados. Sendo assim, por todas essas e demais características atribuídas ao espaço escolar, torna-se difícil, apesar de visível, tomar conhecimento de que as situações de violência têm ocupado também as escolas. Não por acaso, acreditamos, foi introduzida no vocabulário cotidiano a expressão “violência escolar”.

Considerando que as ações de violência no ambiente escolar refletem mudanças culturais, sociais e econômicas vivenciadas pela sociedade contemporânea, ao analisarmos os aspectos da violência nas escolas é importante não estudarmos de forma isolada, mas sim a partir de uma ótica global que não discrimine quaisquer fenômenos ou elemento da sociedade.

Para Durkheim (1952), a moral, enquanto elemento de coesão social, era essencialmente racional e socialmente fundada. Era passível, portanto, de ser ensinada. Lugar característico e funcionalmente preparado para essa finalidade, a escola passa a ser uma instituição diferente do lar

⁶ A partir de outra ótica, a mesma problemática foi enfrentada em Darido, Santos Filho e Silva (2013).

e, por isso, torna possível que a criança tenha ali parte da vida coletiva, um ambiente em que se partilham ideias e pessoas diferentes, onde são desenvolvidas, inclusive, responsabilidades. A ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social tem por objetivo suscitar e desenvolver certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto e pelo meio especial a qual a criança particularmente, se destine (DURKHEIM, 1952, p.41).

Em outra época, com outro propósito, a partir de outro referencial, Florestan Fernandes (1997) reconhecerá que a escola é permeável aos cortes de diferenças e desigualdades que caracterizam a sociedade como um todo e identificará nela um espaço em que se deva combater as desigualdades sociais, transmitir o conhecimento histórico produzido pela humanidade e preparar a criança e o adolescente para serem protagonistas de suas vidas, cidadãos ativos e plenos. Bourdieu e Passeron (1975) irão além, estabelecendo as bases para o que denominaram violência simbólica. Assim, conforme os autores, a partir de sua posição social, o indivíduo apresenta uma matriz pela qual estrutura seus pensamentos, percepções e ações. Em uma sociedade estratificada, segundo esses autores, as classes dominantes controlam os significados culturais estabelecendo quais são os mais relevantes, de modo que a cultura tem eminentemente um caráter político e de manutenção da ordem social estabelecida. Nesse quadro, a violência simbólica “aparece como eficaz para explicar a adesão dos dominados: dominação imposta pela aceitação das regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras de direito ou morais, as práticas lingüísticas e outras”. (BOURDIEU, 1999, p. 81).

Em uma primeira aproximação, talvez pudesse ser dito que os atos de violência, tal como se manifestam no espaço escolar, também incorporam essas manifestações sutis, estruturalmente presentes, que dificultam as possibilidades de o indivíduo de classe popular ascender socialmente e transformar sua realidade. O risco é, de fato, o de a escola sugerir uma realização dos preceitos durkheiminianos de coesão social que assimila as desigualdades, naturalizando-as.

Se essas pistas são plausíveis, algumas definições de violência precisam ser mais bem analisadas. Assim, por exemplo, Sposito (2013, p.60) dirá que “a violência é todo ato que implica na ruptura de um nexos social pelo uso da força”. Ora, se o nexos social vigente no espaço da escola segue as caracterizações feitas por Florestan, Bourdieu e Passeron, o agir com sentido de violência pode ser uma hipótese, a defesa contra um arbítrio institucionalmente imposto ou, outra hipótese, uma resposta à reprodução social do machismo ou do racismo. Mais a mais, se entendermos força

na forma como Arendt propôs sua compreensão, ou seja, como “e energia liberada por movimentos físicos ou sociais” (2009, p. 61), é possível que tenhamos na definição uma dificuldade lógica e ontológica. Afinal, o que o autor sugeriria é uma ruptura no social provocada pelo social. Dessa forma, mesmo admitindo por força “uma modalidade que pode ser simbólica, moral ou física”, não podemos tirar das situações de violência seu caráter de relação social. Dessa forma e fundamentalmente por isso, torna-se necessário o estudo dos contextos de violência dentro da escola com o sentido de buscar elementos que nos possibilitem a análise social dos acontecimentos e problemas que permeiam o ambiente escolar e repercutem diretamente na qualidade do ensino ofertado⁷.

Do ponto de vista histórico, as análises pioneiras caracterizavam a violência na escola a partir dos critérios que definiam disciplina e indisciplina. Posteriormente passou a ser relacionada a manifestações de delinquência juvenil. Atualmente, há quem a caracterize como expressões decorrentes da globalização e das desigualdades e exclusões sociais (FREIRE, 1970).

Abramovay (2003, p.14), por sua vez, empreende um esforço de caracterizá-la na intersecção de três conjuntos de variáveis independentes: o institucional (escola e família), o social (sexo, cor, emprego, origem socioespacial, religião, escolaridade dos pais, status socioeconômico) e o comportamental (informação, sociabilidade, atitudes e opiniões). Da mesma forma, apreendida como relação social, ela também deve chamar atenção para os agentes envolvidos nas situações de violência, seja como sujeitos, seja como vítimas. Nesse quadro, localizamos alunos, professores, funcionários, pais e outros. Os danos podem ser físicos, materiais, simbólicos, enfim, cada caso obriga uma leitura particular.

Considerada a partir de algumas constatações empiricamente verificáveis, Charlot e Émin (1997 apud ABRAMOVAY, 2003, p. 21) sugerem que o fenômeno pode acontecer por golpes, ferimentos, assédios e agressões sexuais, roubos, crimes, vandalismos, incivildades, humilhações, falta de vontade em permanecer na escola, desinteresse por aulas, conteúdos e aprendizagens no geral.

⁷ Outra definição que abrigaria uma discussão no nível propriamente lógico-antológico será a dada por Priotto e Boneti (2009, p. 162): “denomina-se violência escolar todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e anti-sociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por, e entre, a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar. Além de definir tautologicamente a “violência escolar”, os exemplos abrigariam caracterizações rigorosas, de forma a evitar qualquer ambigüidade.

Discussão dos resultados

Dentre as 15 questões aplicadas no questionário, optamos, para fins do presente artigo, a análise de quatro delas.

1 - Na primeira questão, nos interessava saber se, na percepção dos alunos, havia ou não violência na escola.

Tabela 1 – Existe ou não violência na escola.

Existe	Não existe	Às vezes
50	01	01

É possível observarmos que quase todos os entrevistados confirmam a existência da violência. Apenas dois não são afirmativamente taxativos. Dos dois, apenas um afirma existir violência “às vezes”. A inferência parece óbvia: nesse espaço escolar, especificamente, em uma fotografia do presente, a convivência com atos de violência é uma realidade. Do ponto de vista do pedagogo, da direção da escola, do próprio professor e do Estado, naturalmente, o pressuposto deve ser, acreditamos, que, dentro ou fora da escola, como já anotou Cardia (1997), tanto a situação de violência vivida como a testemunhada surtem efeitos na vida dos adolescentes. Suas formas afetam seus desempenhos e relações, além de eventualmente contribuírem com a ampliação do fenômeno em universos mais amplos. A questão a ser colocada é referente às formas de seu enfrentamento e a partilha das responsabilidades quanto a sua neutralização. Da mesma maneira, outra questão de importância para a realização do projeto pedagógico: que efeitos provocam as ações-violência na autoestima do alunado, na imagem que provocam sobre a escola e seu ambiente, que tensões fazem existirem? Difícil deixar de compreender que a escola passa a ser parte desse problema, apesar de ao mesmo tempo ser uma das possibilidades para sua solução.

2 - Na segunda questão, buscou-se diagnosticar esse quadro da violência. Quantos são aqueles que sofrem ou cometem algum ato de violência na escola:

Tabela 2 – Já cometeu/sofreu algum ato de violência na escola

Sim	Não
22	30

Ao solicitar que os alunos comentassem atos de violência em que estavam no papel de vítima ou agressores, a maioria respondeu não ter

cometido ou sofrido algum tipo de violência dentro do ambiente escolar. Quando se identificaram como vítimas ou agressores, a maioria dos alunos do gênero feminino relacionou os atos violentos a motivos de causa afetiva, em que se agrediam fisicamente e verbalmente por disputas amorosas. Já os alunos do sexo masculino relacionaram a violência a motivos que eles mesmos entendem como banais.

No campo de explicações para a banalidade do agir-violência, o psicólogo espanhol David Moreno Ruiz, da Universidade Pablo de Olavide, em Sevilha, depois de lidar com mais de 1.300 estudantes, mostrou que os jovens mais propensos a agressões são os que almejam admiração e respeito dentro de seus grupos (ZIEMKIEWICZ; MENDONÇA; GUIMARÃES, 2012). Njaine e Minayo (2003, p.122) dão respostas muito próximas a essa ao afirmarem que, como os adolescentes estão em fase de constante e necessária afirmação diante do grupo de convivência e dos demais, manifestam-se “de forma agressiva, com ameaças, brincadeiras físicas que podem levar a agressões mais graves”. Uma e outra conclusão deixa de lado dimensões psíquicas e antropológicas que estimulariam o enfrentamento interdisciplinar do problema. De fato, a psicologia social já mostrou ser capaz de montar modelos – alguns eticamente irresponsáveis, que sugerem maior profundidade no levantamento de hipóteses explicativas para essas situações. De qualquer maneira, ainda que permaneçamos naquele nível explicativo, atitudes e políticas internas e externas à escola são possíveis e necessárias.

3 - Na terceira questão, ficou claro que as situações de violência, além de fazer parte do dia a dia, podem estar relacionadas a qualquer motivo, podem ocorrer em qualquer momento e em qualquer circunstância. É algo que já havia sido apontado por Abramovay (2002, p. 98) quando explica que “a violência é apontada pelos jovens como situação comum do cotidiano, e por isso, relativa a toda sorte de acontecimentos e porque pode ser precipitada a qualquer momento, e por qualquer razão”.

Realmente, pudemos constatar tais afirmações, pois as respostas obtidas nesta questão foram bastante variadas, porém sempre relacionadas à vida cotidiana característica da adolescência. Os motivos citados pelos jovens participantes da pesquisa foram: preconceitos, inveja, bullying, ciúmes, coisas bobas, desentendimentos, fofocas, reputação, popularidade, intolerância, mal entendidos, ignorância, rivalidade, falsidade, futebol, falta de respeito com o outro. E, novamente, destacamos que dentre essas razões, as mais citadas para as ocorrências de violência no perímetro escolar foram os que envolvem fatores de namoro ou relacionamentos pessoais.

São razões, quase todas, voltadas para valores já interiorizados como conteúdo emocional pelos adolescentes. Muitos deles giram em torno de um núcleo que precisa ser mais bem debatido e compreendido enquanto faceta que orienta atitudes e comportamentos. Referimo-nos ao machismo. Ele não se expressa apenas em relação a valores que implicam na posse da pessoa amada ou, mesmo desejada. Ele se expressa também como sentimentos voltados para a honra e a autoimagem. Além de permitirem percepções distorcidas de si mesmos, importam de maneira definitiva nas relações com os outros. Por isso mesmo, são registros cognitivos que pré-dispõem animosidades e prontidões para atitudes e comportamentos pautados pelo agir-violência. São, obviamente, obstáculos a uma cultura de paz. Impõem, por isso, intervenções por parte da direção da escola e do poder público em geral.

4 - A quarta e última questão foi elaborada para que os jovens colocassem propostas para a solução dos casos de violência dentro da escola. O que vimos nas respostas foi um horizonte de possibilidades críticas e de ruptura com um cotidiano naturalizado e permeado por situações de violência. Tanto assim que as respostas vieram na forma – pontual – de sugestões apresentadas para quebrar o ciclo de violência. Entre elas: reforçar o policiamento na escola, mais diálogo entre as pessoas, conscientização dos alunos, atividades em grupos com os alunos que tem intrigas entre si, expulsar os alunos que brigam na escola, ajuda de psicólogos, reuniões, debates e diálogos entre pais e filhos, leis mais rígidas, que os pais deem mais educação aos filhos, mais regras, disciplina e punições severas, palestras, mais justiça.

No rigor, ainda que tenham considerado as situações de violência como práticas inscritas na paisagem escolar, as respostas aqui sinalizam uma percepção de que essa é uma “prática anormal, não natural e não aceitável nos relacionamentos entre as pessoas”. (ABRAMOVAY, 2002).

Primeiras aproximações

A escola, objeto de nosso estudo, correspondeu às imagens midiáticas que abundam nossas leituras de jornais e revistas, tanto quanto aos espetáculos televisivos que recebem o nome de telejornais. Atualmente as situações de violência se fazem presentes em todos os ambientes permeados por relações sociais, atingindo até mesmo o reduto escolar, espaço que até então era notório como responsável pela aprendizagem, educação e formação do aluno e de cidadãos. No limite, talvez fosse possível afirmar vivermos um momento de banalização desses atos, que muitas

vezes são desencadeados por motivos triviais, irrelevantes. No horizonte, o risco de sermos tomados pela sensação de que a violência já é algo natural à sociedade e, por extensão, às escolas.

Se há alguma coisa de verdadeiro na afirmação de um estado de vulnerabilidade na adolescência, há razões para crer que o ambiente escolar, hoje, acrescenta vulnerabilidade à vulnerabilidade pré-existente. Conforme já dissemos em nossa introdução, há razões para supor que, nas escolas, crianças e adolescentes vivenciam momentos marcados por graves e complexas problemáticas capazes de não apenas colocar em risco sua qualidade de vida atual, mas comprometê-la por todo seu futuro.

Mas as situações de violência no ambiente escolar não apontam apenas para a vulnerabilidade entre os estudantes. O corpo de professores e funcionários também é exposto e de forma bastante significativa. Sua vulnerabilidade é real e o risco passou a fazer parte de suas vidas. Exemplos de professores, vítimas de alunos e pais, são contados para além do número de dedos nas mãos. E podem ser achados nas redes sociais. A escola não está preparada para enfrentar isso. Os professores não foram formados para lidar com essa realidade. De fato, a demanda é por um professor que “se desdobre em assistente social, psicólogo, sociólogo e nutricionista”. Precisa chegar às demandas sociais do aluno, atender a seu estado emocional, compreender seu ambiente cultural e, algumas vezes, “correr atrás” de sua subsistência.

No que diz respeito às situações de violência, embora reconheçamos sua complexidade, sua extensão e suas múltiplas formas e embora saibamos que seu enfrentamento não pode ignorar as interfaces que possui com fatores externos ao ambiente escolar, talvez faça sentido considerar o desafio de a própria escola lidar com as diversas modalidades de violência.⁸ E, aceitando as lições de Abramovay (2002), tocaria aos educadores aceitar esse desafio de forma diferente, construindo estratégias de educação e cultura de paz, sob ótica multidimensional, pluricausal e transdisciplinar. (ABRAMOVAY, 2003). Há espaço, oportunidade e necessidade de as escolas trabalharem como mediadoras, incentivando uma reflexão crítica dos alunos a respeito das mudanças vivenciadas na sociedade e de tudo o que a mídia apresenta como realidade. Mas há também espaço,

⁸ Há um aspecto do problema com o qual não nos envolvemos e, sobre o qual há pouco espaço de pesquisa que possa ser considerado. Referimo-nos à interferência do ambiente escolar como fator determinante da ocorrência de conflitos. Assim, por exemplo, no nível dos equipamentos imprescindíveis, as carteiras dos adolescentes não acompanharam seu crescimento. São as mesmas usadas por crianças. A falta de conforto mínimo é real. Em muitas escolas, isso é agravado por ruídos como o do ventilador ou outros que se tornaram parte da paisagem.

oportunidade e necessidade de as escolas trabalharem com a participação da comunidade e dos pais. Trazer uma vez mais os conselhos de escola para o horizonte de atuação pedagógica.

Uma digressão à guisa de conclusão

É rotina de pesquisador se confrontar com uma dupla constatação nas conversas com professores e pais de alunos: 1) os conselhos ou simplesmente não funcionam ou, quando mobilizados, não cumprem com seus objetivos mais importantes; 2) os conselhos são essenciais para o desenvolvimento de uma vida escolar sadia. Paradoxo? Aparentemente, não. Observados em sua totalidade, os mecanismos de participação popular sedimentados na Constituição a partir de 1988 sofrem das mesmas conclusões. Audiências públicas, conferências, conselhos, debates, são, todas, formas possíveis de participação do cidadão na arena política e, concomitantemente formas esvaziadas e, eventualmente, nos momentos de decisões manifestas, alvo dos funcionários que deles participam.

Há, além disso, opiniões que sugerem a importância de os alunos participarem dos conselhos. Conforme opinião de um professor, a democracia interna à vida da escola seria mais rica e efetiva se pudesse contar com grêmios de alunos e estes pudessem ocupar assentos nos conselhos, ao lado da representação de pais, funcionários e professores.

De qualquer forma, é aceito que as comunicações entre as escolas e os membros dos conselhos não parecem ser, regra geral, das mais eficazes. Na vida real, a convocação rápida ou não para uma reunião ou um evento pode não ser viabilizada. Mais a mais, tanto no sistema público estadual como no municipal, os objetivos dos conselhos não parecem ser cumpridos em sua totalidade. De fato, expressa de forma caricatural, há uma constatação de que a realidade cotidiana dos conselhos é limitada à discussão de casos de indisciplina e à organização de festas escolares. Ainda que decisões importantes possam ser tiradas, há dificuldades na implantação.

Consultados os profissionais da escola, parte significativa da responsabilidade desse mau funcionamento é atribuída à omissão dos pais, à sua ausência na vida de seus filhos na escola. Indagados os pais e responsáveis, sem embargo do reconhecimento de dificuldades pessoais, é opinião vigente de que as direções têm dificuldades em estruturar os conselhos. Perguntados, pais e mestres admitem não faltar assuntos para debater e

viabilizar soluções nos conselhos. Para além das situações de violências, há uma pauta que, perseguida, não pararia de crescer ⁹.

O que fica, no entanto, desses diferentes depoimentos recolhidos pelo pesquisador? Em primeiro lugar, reconhecer que os problemas manifestos nas situações de violência no interior das escolas, em sua origem e caráter, são partilhados pela sociedade como um todo e, por isso, têm como solução caminhos que não são isolados, não aparecem ilhados. Em segundo lugar, o reconhecimento de que, com base em diagnósticos periódicos, talvez seja possível transformar os problemas de cada escola, não importa se municipal, estadual ou privada, em um problema da comunidade, articulando esforços de instituições e públicos em sua solução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. *Violências nas escolas*: versão resumida. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

ABRAMOVAY, Miriam. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina*: desafios para políticas públicas. UNESCO, BID, 2002.

ARENDT, H. *A Condição Humana*. São Paulo: Editora Forense-Universitária, 1^a edição, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, BCD União de editoras, 1999.

CARDIA, N. *A violência urbana e a escola*. *Contemp. Educ.*, v.2, n.2, p.26-99, 1997.

DARIDO, M. DA C., SANTOS FILHO, J. DOS R., SILVA, J. *O ringue escolar: as meninas no tatame*. In: *Composição, Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul*. N° 12, Ano 17, junho, p. 165-183. 2013.

⁹ Sem pretender esgotar, alguns exemplos: alunos pouco estimulados a ver o futuro como promissor; alunos faltosos; evasão escolar; indisciplina e situações de violência; depreciação do equipamento escolar; lentidão e pouca eficiência no trabalho dos conselhos tutelares; lotação exagerada das salas de aula; equipamentos pedagógicos subutilizados ou inutilizados ou, mesmo, trancados à chave; merenda escolar irregular e de baixo padrão; práticas pedagógicas que não acompanham a “vida moderna” dos alunos; a questão da “aprovação automática” como problema no desenvolvimento do projeto pedagógico; falta de diálogo entre o ensino do sistema público municipal e o estadual; formação duvidosa de pedagogos nas escolas privadas; existência, no quadro de professores, de profissionais pouco motivados à atualização; faltas dos professores afetam desempenho e tiram motivação de alunos; baixos salários e jornadas incompatíveis com o bom desempenho.

DURKHEIM, Émile. *Definição de educação*. In: Educação e sociologia. 3. ed. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

MARRIEL, Lucimar Câmara et al. *Violência escolar e auto-estima de adolescentes*. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 36, n. 127, abr. 2006.

NJAINÉ, K.; MINAYO, M. C. S. *Violência na escola: identificando pistas para a prevenção*. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.7, n. 13, p. 119-134, 2003.

PRIOTTO, E. P.; BONETI, L. W. *Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola*. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n.26, p. 161-179, jan./abr. 2009.

SANTOS FILHO, J. DOS R., SILVA, T. M.. In: Anais do 1º *Simpósio Internacional do Adolescente – Adolescência hoje: desafio, práticas e políticas*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Maio de 2005. <http://www.proceedings.scielo.br>

SANTOS FILHO, J. DOS R. *Notas sobre a socialização e a formação do homo violentus*. In: Anais do 1º *Simpósio Internacional do Adolescente – Adolescência hoje: desafio, práticas e políticas*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Maio de 2005b. <http://www.proceedings.scielo.br>

SANTOS FILHO, J. DOS R. *O bairro certamente já não é o mesmo*. In: São Paulo, Folha de São Paulo, 18 de junho de 2010. Cotidiano, p. 4.

SANTOS FILHO, J. DOS R. *População de Araraquara define suas demandas*. Relatório de Pesquisa. Mimeo. Araraquara, Datapress/Núcleo de Pesquisas sobre Situações de Violência e Políticas Alternativas. Unesp/FCL/CAR. Outubro de 2012.

SPOSITO, Marília Pontes. *A instituição escolar e a violência*. Cadernos de Pesquisa. [online]. 1998, n. 104, p. 58-75. Disponível <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n104/n104a05.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2012.

ZIEMKIEWICZ, N.; MENDONÇA, M.; GUIMARÃES, C. *Elas batem: eles apanham*. Revista Época. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/vida/noticia/2011/10/elas-batem-eles-apanham.html>>. Acesso em: 30 Jun. 2012.

MODERNIDADE: apontamentos sobre a experiência moderna no interior paulista no início do século XX

Juliana C.Terra de SOUZA¹

Resumo: Neste artigo, através do estudo de fontes documentais, buscamos inserir Jaboticabal, cidade situada no nordeste do Estado de São Paulo, na dinâmica da modernidade e experiência moderna no Brasil. Processo iniciado nas grandes capitais, já no século XIX, e, em virtude da economia cafeeira, também vivenciado nas cidades do interior paulista entre o fim do século XIX e início do século XX, tal modernidade será uma modernidade paradoxal e que traz junto a si o seu reverso, o antimoderno. As novas “práticas modernas”, são encaradas como ferramentas para forjar o novo homem moderno.

Palavras-chave: Modernidade. Experiência moderna. Jaboticabal.

MODERNITY: notes on the modern experience in the interior of São Paulo in the early twentieth century

Abstract: In this article, through the study of documentary sources, we seek to insert Jaboticabal, a town in northeastern São Paulo state, in the dynamics of modernity and modern experience in Brazil. Process started in the big cities, in the nineteenth century, and because of the coffee economy, also experienced in the cities of São Paulo state between the end of the nineteenth and early twentieth-century modernity that modernity is a paradoxical thing and that brings with itself the reverse, anti-modern. The new “modern practices” are viewed as tools to forge the new modern man.

Keywords: Modernity. Modern experience. Jaboticabal.

O moderno: contrastes entre aspirações e temores

Para entender o conceito *modernidade*, usamos a descrição dada por Marshall Berman (2007, p.24), que diz ser tal modernidade um “con-

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara). E-mail: julianacristinaterra@yahoo.com.br.

junto de experiências”, sendo estas “de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida”.

No tocante ao Brasil, Nicolau Sevcenko (1998, p.8-9), aponta que o advento de mudanças econômicas ocorridas no cenário internacional estimulou modificações dos hábitos e costumes cotidianos, das formas de viver, de sentir e ver o mundo. O capitalismo, que se expandia e se consolidava nos diversos cantos do globo, no século XIX, influenciou a dinâmica social de regiões mais diversas, incluindo nosso país. Portanto, tal experiência capitalista modifica a noção de tempo e espaço dos homens e, com sua apologia ao lucro e consumo, acelera a renovação de gostos e aspirações materiais e culturais. Sevcenko assinala como “raiz” desse caráter expansionista a revolução industrial de 1780, com o ferro, o carvão e as máquinas a vapor e, sobretudo, a revolução tecno-científica, que aplica aos processos produtivos suas descobertas científicas, acarretando novos potenciais energéticos, e depois, produtos petroquímicos e eletrônicos.

Sobre esse cenário de transformação econômica e renovação tecnológica e científica, podemos relacionar a narrativa de Sevcenko ao conceito de modernidade dado por Berman. Berman (2007, p.28) argumenta que é nesse cenário dinâmico e autotransformador que tem lugar a experiência moderna. E nessas “experiências modernas” é frequente o anseio por aventura e transformação.

Pensando na revolução industrial como fomentadora de mudanças comportamentais, não podemos deixar de pensar na grande revolução francesa, iniciada em 1789, que legará os valores modernos a um “grande e moderno público”, além de suas fronteiras territoriais. Assim, enquanto a revolução tecno-científica impulsiona a unidade global do mercado capitalista, os ideais franceses incutem no homem a noção de ação, direito, aspiração e renovação. Essas sensações/experiências são definidas por Berman como *modernidade*.

O novo homem moderno tem a seus olhos infinitas possibilidades e, juntamente, o peso das suas escolhas. A própria modernidade lhe confere um horizonte múltiplo, onde agora ele pode assumir opções diversas tornando-se sujeito. No entanto, a liberdade que surge traz consigo instabilidade; os caminhos trilhados configuram novas variantes, e enquanto a incipiente modernidade cria raízes, o antigo mundo persiste. O homem do final do século XVIII tem a sensação de viver em dois mundos: ainda se lembra do que é viver nos primórdios da modernidade, onde esta não é plena, enquanto experimenta o “turbilhão” de uma era revolucionária:

[...] Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotrans-

formação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos [...] (BERMAN, 2007, p.24).

Podemos identificar, através da leitura de escritores modernos como Goethe, Baudelaire, Dostoiévski e Marx, o caráter de insegurança, sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica da modernidade. Como assinala David Harvey (1998, p. 21-22) são essas as palavras-chaves da experiência moderna.

A insegurança diz respeito ao contínuo processo de vir-a-ser de que Berman fala. Rompe-se com a tradição, preterida pelas novidades que mal nascem e já se tornam obsoletas. O novo processo criativo, pautado na destruição criativa, visa mudar não somente o cenário urbano, revolucionar tecnologias e meios de produção, mas modificar a própria essência dos homens, inculcando-lhes o apreço pelo moderno. Tal processo se baseia na apologia do progresso, vinculando o novo como sinônimo de transcendente, evolutivo.

Evolução, progresso e civilização

O século XVIII é usualmente tido como “iluminado”, herdeiro do racionalismo cartesiano, proveniente do século XVII, que prega a dúvida metódica e a razão como método por excelência, fomentando duas correntes filosóficas: o racionalismo científico e o empirismo. Sendo que o racionalismo se pauta no método dedutivo, fundado na intuição; já o empirismo é relacionado ao método indutivo prezando a experiência como ponto de partida para o conhecimento.

É a partir destas duas perspectivas que o iluminismo se desenvolveu. Seja pela indução ou dedução, sua base gira em torno das premissas da razão como “entidade” suprema e da ciência como portadora da verdade. Com isso, concordamos com Japiassú quando este propõe que os iluministas acreditavam poder contribuir para o progresso da humanidade (2005, p.104).

Um século mais tarde esses valores se desenvolvem na prática dos ideais iluministas. Assim entendiam o progresso os pensadores dos séculos XVIII e XIX.

[...] uma lei da história da humanidade a qual, na medida em que, através da ciência, adquire mais conhecimentos e aperfeiçoa seus meios técnicos, adquire também mais

riquezas, mais felicidade e mais segurança. Por isso mesmo, o progresso implica a idéia de que o presente é melhor do que o passado e que o futuro será melhor do que o presente (SIMON, 2005, p.156).

Dessa forma, o século XIX marca o surgimento da teoria positiva e do evolucionismo:

Herdeiro da concepção racionalista, o século XIX foi marcado pelo advento da ciência como forma privilegiada de conhecimento. Reagindo à metafísica presente no racionalismo, o filósofo francês Auguste Comte propôs o positivismo como escola filosófica e a ciência como a forma de conhecimento objetivo. Seu pensamento marcou aquele que ficou conhecido como o “século da ciência”. Tomando o conhecimento empírico como o único válido para se poder afirmar positivamente qual a realidade objetiva dos fatos concretos, Comte estabeleceu os princípios do método científico baseado na observação empírica dos fenômenos naturais e sociais para a apreensão dos fatos e desvendamento das leis gerais que governam o funcionamento da realidade. O filósofo francês também contribuiu para o advento de um pensamento evolucionista, outra marca do século XIX [...] (PASSADOR, 2003, p.36).

Nas palavras de Simon (2005, p.144), o positivismo de Comte promove “o último estágio que a humanidade teria atingido, fundado e condicionado pela ciência”. É positivo, estando assim em oposição ao negativo. E exprime a proposta de organização moral e intelectual da sociedade.

Tem-se em voga o darwinismo social² e a crença no evolucionismo. Tal crença dispõe que as sociedades têm diferentes estágios de evolução. É elaborada uma linha evolutiva de que todas as “civilizações” terão que percorrer. Simon (2005, p.145-146) afirma que Comte inaugura essas etapas evolutivas com sua “grande lei fundamental” de que o homem evolui de um estado teológico para um metafísico, e deste para o “positivo”, termo definitivo onde a humanidade encontra-se com a ciência. Tais ideias germinam na Europa Ocidental e é legada ao restante do mundo através

² O darwinismo social utiliza-se de princípios biológicos para explicar a sociedade. As ideias de Darwin são apropriadas e aplicadas no campo social. O pressuposto do darwinismo social era a existência de uma história única e evolutiva para todos os povos, sendo que as diferenças entre eles se deviam a etapas distintas na evolução biológica e cultural. Contudo, vale ressaltar que Darwin se limitou à Biologia no seu estudo sobre a origem das espécies.

do contato dos europeus com os demais países. Dessa maneira, o europeu tenderá a sempre julgar o “outro” pelo crivo de sua “posição” evolutiva.

Ao olhar dos “primitivos”, vendo a si mesmos como “civilizados”, os europeus criam a linha evolucionista, enxergando que há transição. Tal visão é essencialmente eurocêntrica, pois remete ao modo de vida da Europa Ocidental no que se relaciona à religião, etnia e forma de organização política e familiar. Comparando o outro com a sua sociedade, o europeu se reafirma como superior e vê o outro como inferior.

Esta crença evolucionista efetua uma distinção entre as áreas possuidoras de elementos modernos, ditas civilizadas, das que ainda estão permeadas pelo atraso, pela “barbárie e selvageria”. Um dos usos dessa classificação evolutiva do progresso foi feita em relação ao estabelecimento de gradações a partir do grau de modernização que as diversas sociedades possuem, o que só reafirma seu caráter etnocêntrico e eurocêntrico.

E este discurso toca fundo no ego dos homens e das nações. Envolto pelo turbilhão do novo, negar sua força seria o mesmo que assumir um caráter de inferioridade. Assim, tem início uma ânsia generalizada em partilhar da modernidade, de seus símbolos e de suas benesses. Enfim, dançar a dança do progresso, galgar a escala evolutiva.

E o Brasil, aos olhos estrangeiros, é um país atrasado, pois se constituiu a partir de índios e escravos. Não se aplicaram aqui inovações do processo evolutivo em virtude da escravidão e da miscigenação, características inegáveis do país, que teriam enfraquecido o povo brasileiro³.

Dessa maneira, é necessário ascender, se modernizar e adquirir status de país civilizado. Para tanto, como a Europa é o modelo, nada mais natural que se introduzissem no país, em larga escala, elementos europeus, que eram, por excelência, proclamados como os mais desejáveis, sinônimos do civilizado. Conforme Doin et al. (2007, p.94) “o tão ambicionado e desejado progresso envolvia a articulação de duas forças vitais e complementares por parte das elites locais: *modernização* e *civilização*”.

A modernização, para Berman, desdobra-se em três ângulos diversos e complementares:

[...] como um processo histórico de acumulação capitalista nas mãos de um pequeno grupo de fazendeiros de café; como projeto de transformação material de costumes e da paisagem urbana das cidades; e como processos sociais que impulsionaram ou obstaculizaram os investimentos

³ Tais crenças fariam, futuramente, com que as elites do país desejassem “branquear” a população na tentativa de tolher tal aspecto negativo.

urbanos das elites, bem como as estratégias de vivências dos populares (BERMAN apud DOIN et al., 2007, p.94).

Quanto ao conceito de civilização, pautamo-nos em Jean Starobinski (2001), que destaca sua mutabilidade desde os primórdios de seu uso até a composição atual que fazemos dele. É interessante observar a evolução que o termo empreende até adquirir o status de ápice da evolução. Starobinski inicia assinalando-o como sinônimo de sociabilidade, tendo assim aparecido em 1771 no *Dicionário universal (Trévoux)*. Já em 1795, por meio do *Novo dicionário francês contendo novas criações do povo francês*, Starobinski afirma que:

[...] (a palavra) que esteve em uso apenas na prática, para dizer que uma causa criminal é tornada civil, é empregada para exprimir a ação de civilizar ou a tendência de um povo a polir ou, antes, a corrigir seus costumes e seus usos produzindo na sociedade civil uma moralidade luminosa, ativa, afetuosa e abundante em boas obras. (Cada Cidadão da Europa está hoje emprenhado nesse último combate de civilização. Civilização dos costumes) (STAROBINSKI, 2001, p.12-13).

Vincula-se o civilizar com o polir num processo de refinamento e padronização dos hábitos e costumes em que é feito o controle de emoções e instintos, processo esse denominado pelo estudioso Norbert Elias (1994) como um “processo civilizatório”. Este processo tem como raiz a sociedade de corte feudal, que origina o conceito de cortesia, sendo esta um conjunto de normas de comportamento que se restringe, de início, às grandes cortes feudais, para depois se espalhar para estratos mais amplos. Suas características essenciais remetem a convenções sobre como o homem deve se portar nas cortes.

Com o correr dos anos tem-se a ampliação das camadas envolvidas nesse processo, com as classes médias penetrando e trazendo para fora do círculo cortesão o modo de vida cortês. Nesse instante, o discurso já não precisa ser exaustivamente reafirmado. As novas práticas já estão incutidas no imaginário dessas classes “superiores”, e as mesmas se desenvolvem cada vez mais na direção da suavização dos hábitos, da construção de uma barreira invisível das emoções, em que imperam a repressão dos instintos e o desenvolvimento de sensações de nojo, repugnância e desagrado. Tudo o que não se enquadra nesse novo padrão comportamental é posto de lado para a condição de segredo, para o canto do “privado”. O processo desenvolve-se, como vemos, na formulação de uma convenção de sociabilidade. E remete aos estágios evolutivos de ascensão ao progres-

so, tão caros aos darwinistas sociais, em que se moldam os hábitos cada vez mais para o caminho do civilizar, do abandono da rudeza e da barbárie.

A palavra *civilização*, que designa um processo, sobrevém na história das idéias ao mesmo tempo em que a acepção moderna de *progresso*. Civilização e progresso são termos destinados a manter as mais estreitas relações. [...] A história, a reflexão de historiador, conjeturais ou empíricas, põem mãos à obra para chegar a um “quadro dos progressos do espírito humano”, a uma representação da marcha da civilização por meio de diversos estados de aperfeiçoamento sucessivos (STAROBINSKI, 2001, p. 15).

Aos poucos o conceito caminha para um “estado do que é civilizado” e a palavra já não é um neologismo começando a perder seu caráter de processo, de ação, deixando de ser um devir. O conceito é submetido a um crivo e a ele atribui-se um “valor incontestável”, posto que se torna “critério por excelência”, motivo de exaltação e aspiração.

Tais estados de aperfeiçoamento implicam uma distinção entre civilizações e o conseqüente preconceito das mais civilizadas para com as atrasadas. Essa será a base para a formação de um discurso de autoridade por parte das grandes potências: difundir sua civilização para os povos bárbaros. Com isso, o estado de civilização propicia que se subjuguem os não-civilizados, os menos civilizados. O conceito se torna forma de domínio.

Sendo os europeus os primeiros a adentrarem na marcha civilizatória, e, portanto, mais próximos do “estado de civilização”, se julgam no direito de transmitir o grau de civilização conquistado para os que supostamente o aspira.

Decorre disso também o desejo de muitos países, inspirados nos moldes europeus, ascenderem ao status de civilizados. A “lima” que vai polir/civilizar acaba com a rudeza, sendo a rudeza o velho. Com isso, polir é introduzir o novo. Nas sociedades situadas no sertão paulista, que buscam se modernizar, introduzir o novo é copiar as sociedades civilizadas que já passaram pelo processo civilizatório. Desta forma, na marcha do progresso, cultivam as novidades que já não são novas em seus locais de origem.

“Belle Époque caipira”: grandes acontecimentos na pequena cidade

Concordamos com Doin et al.(2007) a respeito de a expansão das lavouras cafeeiras e do avanço das relações capitalistas no Nordeste

paulista fomentarem “um profundo gosto pelo moderno e por toda a materialidade e simbolismo que o envolviam” (2007, p.94).

Com isso, trazendo nosso olhar para uma das localidades do nordeste paulista que vivenciaram essa *Belle Époque* caipira, a cidade de Jaboticabal, nota-se, concomitantemente ao processo de expansão econômica, alguns indícios de uma mudança de mentalidade na qual o “moderno” e o “progresso” predominam como palavras de ordem.

Atrelado ao florescimento financeiro, deseja-se agora partilhar da modernidade e de seus símbolos. A vivência, no cotidiano, de experiências presentes na Europa, sobretudo na França e sua *Belle Époque*, daria à elite local sua legitimação enquanto esfera superior, sublime. Com as vistas voltadas para São Paulo, Rio de Janeiro e países da Europa, em especial a França, a cidade apostará na sua modernização como forma de aproximação desses centros modernos, ocultando assim sua realidade de sertão afastado e arcaico.

Marshall Berman afirma que, no século XX, o processo de modernização se expande a ponto de abarcar o mundo todo. Processo esse que se inicia no século XVI e se intensifica “ganhando um grande e moderno público com a grande onda revolucionária de 1790” (2007, p.25).

No entanto, os novos “adeptos do modernismo”, entre eles o Brasil, e, ainda, Jaboticabal, terão especificidades locais que farão com que o novo se molde a seu meio. Desenvolver-se-á, sim, uma *Belle Époque*, mas “caipira”, com a marca indelével da realidade local a lhe moldar as práticas.

A cidade partilha das “experiências de modernidade”. Contudo, sua realidade atrelada à produção agrícola, sem tradição industrial, e tendo os interesses públicos mesclados aos privados resulta em paradoxos constantes.

Ser moderno eu dizia, é experimentar a experiência pessoal e social como um torvelinho, ver o mundo e a si próprio em perpétua desintegração e renovação, agitação e angústia, ambigüidade e contradição: é ser parte de um universo em que tudo que é sólido desmancha no ar (BERMAN, 2007, p.24).

É nessa constante busca de se enquadrar na modernidade, imperativa no mundo do café, que Jaboticabal começa a se urbanizar e desenvolver sua vida social.

Novas aquisições: a modernidade na cidade

É com a ascensão da produção cafeeira que será possível ao município empregar seus proventos em direção a melhorias urbanas. Esse fenômeno não é exclusivo da cidade, ocorre em todas as localidades onde o “ouro verde” frutifica. Com a sua chegada:

[...] O rei café trazia consigo a *electricidade*, o *automóvel*, e o *telephone*, os tecidos finos, o *petit pavé*, os bulevares, o calçamento das ruas e os palacetes, o aeroplano, o *poudre de riz*, o *theatro* e o *cinematographo*, entre outras ‘novidades’ [...] (DOIN et al., 2007, p.95).

Podemos observar que rapidamente ocorrerá a transformação urbana local com a abertura de restaurantes, cafés, estabelecimentos bancários, fundação de clubes, etc. Jaboticabal passa a querer partilhar do “ser moderno”. Na ocasião das proximidades da instalação da iluminação elétrica na cidade, em 1910, a preocupação também se dava no sentido de preparar as ruas, palco da festa:

A prefeitura municipal continua activamente o trabalho de modificação das ruas da cidade. Torna-se preciso porem que os proprietarios urbanos secundem este meritório esforço, principalmente providenciando relativamente a reconstrucção das calçadas, para que a cidade apresente melhor aspecto a 14 de julho futuro, quando se deve inaugurar a illuminação electrica (O COMBATE, 26/06/1910).

Com a iluminação próxima fala-se em passeios pelas ruas “luminosas”:

Proseguem com a possivel actividade os trabalhos de drenagem e arranjo das ruas que vão tomando outro aspecto com os novos e commodos passeios a cimento sendo digno de nota a boa vontade do nosso activo prefeito. Tendo de inaugurar-se dentro em pouco a illuminação electrica, esperamos que a colônia brasileira não protele o preparo dos respectivos passeios á frente de suas propriedades, de modo a corresponder aos esforços da prefeitura (O Combate, 03/07/1910).

Dos vagões da Estação Ferroviária da cidade, desembarcavam, a cada dia, mais homens em busca da promessa de enriquecimento. Raquel

Discini observou a mesma ocorrência em estudo sobre São José do Rio Preto (localidade que pertenceu a Jaboticabal até 1904):

[...] pessoas “de fora” que vinham para ficar definitivamente e fixar moradia, constituindo-se desta forma os primeiros núcleos de profissionais liberais da cidade. Advogados, médicos, farmacêuticos, professores e tantos outros que nas décadas de 1910 e 1920 deslocavam-se do Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais para a então longínqua Rio Preto. Tal migração interna era característica de um período em que as oportunidades de enriquecimento no sudeste brasileiro atraíam não só estrangeiros, mas também brasileiros de outras províncias (2004, p.38-39).

No entanto, as melhorias promovidas se limitam a um perímetro pequeno e bem delimitado: o centro. Vemos assim, no início do século XX, notadamente a partir da década de 1910, um processo de urbanização parcial abrangendo somente o centro de Jaboticabal.

Entre o ser e o querer ser

Em publicação que comemora o centenário da independência do Brasil, esta era a imagem da moderna Jaboticabal:

[...] despindo suas vestimentas antigas, hoje é um centro civilizado e moderno que oferece o melhor conforto aos seus habitantes. [...]. Quem visita Jaboticabal fica deslumbrado em admirar as suas praças e ruas, sob o ponto de vista da hygiene e da esthetica”. Eis em rápidas linhas um ligeiro e pallido esboço sobre a bella e risonha Jaboticabal, um dos melhores ornamentos do nosso Estado (A “Capital Artística” na Commemoração do Centenário, 1922, p.127-8).

O ideário moderno desperta as classes dirigentes para a ânsia de dinamizar e elevar Jaboticabal ao patamar de progressista, uma “cidade modelo” aos olhos de fora. Buscará se apresentar ao olhar de outrem (seja das cidades vizinhas ou da capital da província) como moderna, ativa. A citação descrita acima comunga com um discurso acerca do progresso e civilização. Tal discurso aparece com grande constância nos jornais locais:

Avantaja-se cada vez mais o progresso da nossa cidade. Actualmente, em Jaboticabal, apesar do grande numero de

novas construções, de casas elegantes que se vão erguendo, dando às nossas ruas um aspecto de mais animação, não se encontra uma só casa vazia. Prova isto que a nossa cidade se vai tornando um centro de grandes actividades e vai tendo uma procura admirável. [...] a extraordinária animação que reina, na compra dos cafés de primeira ordem que a nossa cidade produz tudo isto vai concorrendo para a agitação que a olhos descobertos vamos notando entre nós. [...] (Jaboticabal) tem a frente os elementos de energias indispensáveis para impulsionar-lhe a vida e sustentar-lhe as grandes aspirações de ser ainda, uma cidade modelo, um centro de actividades e de progressos (O COMBATE, 01/08/1912).

Publicando com certa regularidade essa imagem acerca do progresso local, fica estabelecida uma convenção entre os jaboticabalenses, de que o progresso é característico da cidade e que o mesmo aumenta a cada dia com os novos empreendimentos. E com quão ufanismo se receberá “reconhecimentos” elogiosos das localidades situadas aos arredores:

A propósito dos melhoramentos realizados ultimamente nesta cidade a correspondencia de Brotas publicada pelo “Correio Paulistano”, diz o seguinte “Estive esse tempo todo na amada e prospera Jaboticabal, na ridente e altiva cidade do oeste sempre alegrada pela suave e esplendorosa luz do sol, perennemente illuminada pelo brilhante azul de um céu limpido e transparente. Alli notei com satisfação um progresso vertiginoso, que se vae sempre desdobrando no aurifulgente manto do triumpho. Alli notei, um elemento incomparavel de acção, assegurador da prosperidade futura daquella cidade. Alli notei, enfim, grande melhoramento material em todas as suas ruas, em todos os seus largos, em todos os seus prédios, em todos os seus recantos.[...] (O COMBATE, 11/05/1911).

Convém destacar que o jornal local “O Combate” trazia a programação de cinema e teatro, destacava artigos comentando as reuniões festivas dos estabelecimentos escolares, convenções políticas e festas cívicas, como sinónimos de uma fermentação da vida social local. Era uma forma de aproximação com os grandes centros urbanos europeus e nacionais.

Em meio ao querer ser grande, era necessário parecer ser grande. Isso, não somente para se diferenciar das cidades vizinhas, mas também para a própria população da cidade assimilar tal crença de grandiosidade. Neste “querer ser” é interessante a aproximação que o jaboticabalense

faz de si mesmo com o objeto do seu querer. O discurso proferido pelos matutinos locais aludia a tão pretendida civilização francesa como próxima do contato do interiorano, ainda que seja sob o molde de propagandas de casa de comércio com tal denominação. Aliás, era muito comum que os estabelecimentos comerciais recebessem nomes estrangeiros, principalmente franceses. Desta forma, encurtavam-se as distâncias entre as tão aspiradas sociedades europeias, e a realidade local. E, o novo, palavra muito em voga no momento, ganha espaço no vocabulário corriqueiro da cidade.

Da exaltação ao conflito: a modernidade no homem

Iniciado o processo de pertencimento à modernidade, Jaboticabal toma parte de uma nova experiência de tempo e de espaço, intrínsecas ao projeto moderno.

O espaço urbano se remodelava, e os homens encenavam novas sociabilidades.

[...] urbanismo e civilidade são lados de uma mesma moeda: a moeda da modernização. Trata-se, em última instância, de transformações mais ou menos aprofundadas que tiveram como intuito modificar não apenas o aspecto externo da cidade, mas também o *modus vivendi* de seus cidadãos, privilegiando uma nova sociabilidade (SILVA, 204, p. 153).

No tocante ao tempo, o que prevalece agora é o ritmo do relógio, que é o símbolo da relação do homem com o tempo. Velocidade se torna o conceito por excelência:

Com efeito, para além das alterações vivenciadas pelo espaço urbano – no sentido de se criar um espaço moderno e civilizado –, há que se ressaltar as alterações sofridas pelo próprio tempo urbano, que acabavam resultando inevitavelmente num novo estilo de vida, numa incipiente *vida moderna* (SILVA, 2004, p. 153).

Diante de uma nova relação com o espaço e com o tempo, muitos desses homens modernos, que de início se espantam e maravilham com os proventos da modernidade, serão tomados pela angústia da instabilidade desse novo mundo em permanente transformação.

“O Combate” trazia a coluna “Kaleidoscopio” que muito pode nos ajudar na elucidação do imaginário em torno do moderno a ser transmitido aos homens letrados de Jaboticabal:

Quem, criança, nunca de extasion, maravilhado, diante do assombroso espectaculo daquellas vistasinhas multi-co-cores e multi-formes que nos apresenta o kaleidoscopio? A imaginação infantil é tão facil de contentar e se enleva tão facilmente ante qualquer facto ou acontecimento ordinario, que lhe pareça estranho! Assim o kaleidoscopio assume para o espirito infantil as proporções gigantes-cas de uma extraordinaria maravilha [...] (O COMBATE, 15/10/1908).

Crianças diante do “Kaleidoscopio”, assim, ficavam os homens diante das aquisições modernas com as quais tinham contato. A cada possibilidade, a cada novidade, dá-se a volta ao caleidoscópio a ver se o objeto lhes exhibe uma vista reveladora.

Contudo, além dos meros discursos que exaltam os novos tempos desenvolve-se, também, outro tipo de sensação quanto à experiência moderna como pode ser observado na seguinte poesia publicada em 13/02/1910:

Não sei porque nasci

Não sei porque nasci!...Esta existencia ingloria
Que eu arrasto a gemer na multidão.
[...] Outr’ora, eu tinha idéas grandiosas,
Tinha sêde de gloria, aspiracções d’amor
Fitava no horisonte a estrella do futuro
E caminhava altivo, immaculado e puro
[...] Mas hoje, a indiferença envolveu-me a existencia
[...] Tenho tédio de mim, de tudo que me cerca,
Dos sonhos que sonhei, dos versos que escrevi,
Não gosto do rumor faustoso da cidade
Tenho horror à sciencia, odeio á humanidade
Não sei porque nasci (O COMBATE, 13/02/1910, grifo nosso).

O próprio “Kaleidoscopio” está imberbe de dualidade. Não contém somente vistas reveladoras, como alerta o próprio autor:

Que é a vida do homem mais do que a exhibição, ás vezes fugaz, ás vezes tetrica, de um kaleidoscopio, onde os factos se succedem sem conexão, sem coherencia, sem os

visos da realidade, que, não raro, lhe querem emprestar?
(O COMBATE, 15/10/1908).

A sensação agora é de letargia. Um torpor dos sentidos após a embriaguez do consumo excitado do discurso progressista e modernista. Lembremo-nos da proposição de Berman de que ser moderno é “ver o mundo e a si próprio em perpétua desintegração e renovação, agitação e angústia, ambigüidade e contradição”. Haverá os que sentirão pesado demais o fardo dessa instabilidade, ou, que não saberão destruir para criar ou criar para destruir. Nesse contexto, encontramos novamente na coluna “Kaleidoscopio” do jornal “O Combate” uma análise do suicídio como mal, que se não novo, imbuído agora dos medos do torvelinho moderno.

Acabo de passar a vista na secção telegraphica dos jornaes e deparo a notícia de suicídios, qual mais rodeado de circunstancias pouco communs nesse gênero de morte, denunciadora da mais profunda fraqueza mental de quem a procura. [...] Hoje, porém, os requintes de uma civilização, cada vez mais exigente, vão tendo como consequência levar aos espiritos fracos a idéa do suicídio, como o meio mais prompto, embora covarde, de fugirem ás difficuldades, aos tropeços que encontram na vida, os que tíbios não sabem ou não querem ter o trabalho de superar as vicissitudes da vida (O COMBATE, 15/10/1908).

Vemos, então, que a experiência moderna na cidade, será multifacetada, existindo os que dela só vêem benefícios, e outros que se sentem tolhidos pele seu caráter revolucionário. Contudo, em ambos os casos o que não se discute, é que os novos tempos estão atrelados à perspectiva do progresso, civilização e da ciência.

Referências bibliográficas

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAMPOS, R. D. **A** *Princesa do Sertão na modernidade republicana: urbanidade e educação na Rio Preto dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2004.

DOIN, J. E.M. et al. *A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) - a proposta do Cemunc*. In: São Paulo: *Revista Brasileira de História*, v.27, n. 53, 2007.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, v. 1.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 7.ed. São Paulo: Loyola, 1998.

JAPIASSÚ, H. O racionalismo cartesiano. In: REZENDE, A. (Org.). *Curso de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

PASSADOR, L. H. O campo da antropologia: constituição de uma ciência do homem. In: GUERRIERO, S. (org.) *Antropos e psique: o outro e sua subjetividade*. 4 ed. São Paulo: Olho D' Água, 2003.

SEVCENKO, N. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v.3.

SILVA, M. Espaço e vivência: transformações modernizadoras na Primeira República. In: João Pessoa: *SAECULUM - Revista de História*, n. 11, ago. dez. 2004.

SIMON, M. C. O positivismo de Comte. In: REZENDE, A. (Org.). *Curso de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Fontes documentais

Calçadas. O Combate. 26/06/1910.

Kaleidoscopio. O Combate. 15/10/1908.

Melhoramentos da cidade. O Combate. 03/07/1910.

Não sei porque nasci. O Combate. 13/02/1910.

O Progresso de Jaboticabal. O Combate. 11/05/1911.

Progressos. O Combate. 01/08/1912.

S. Paulo – A “Capital Artística” na Comemoração do Centenario. 1922.

MEMÓRIA DE IDOSOS

Juliana SARTORI¹

Resumo: Este trabalho pretende analisar o imaginário social de idosos residentes no município de São Caetano do Sul acerca dos raios. Busca-se evidenciar na pesquisa, a imbricação dos discursos, das crenças e valores que compõem a memória do grupo em relação aos raios, já que o município tem considerável incidência de descargas elétricas. Isso permite compreender o que o grupo realiza atualmente diante do fenômeno. Por mais que consideremos na atualidade o senso-comum e o discurso técnico científico como dois universos desagregados, pretende-se analisar, sociologicamente, através do estudo do imaginário, como ambos coexistem no referido grupo.

Palavras-chave: Imaginário Social. Desastres. Raios. Idosos. Memória.

MEMORY OF ELDERLY PEOPLE

Abstract: This work aims to examine the social imaginary of elderly people in the city of São Caetano do Sul on lightning. The research attempts to point out beliefs and values on lightning which are part of the memory of the group, since the city has considerable incidence of it. This allows us to understand the representations of the social group facing that atmospheric phenomenon. Even though, nowadays, the common sense and technical scientific discourse are considered to be two disaggregated universes, we intent to analyze sociologically how both co-exist in that group, through the study about imaginary.

Key-Words: Social Imaginary. Disasters. Lightning. Elderly People. Memory.

¹ Socióloga, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Versão resumida de Iniciação Científica, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Esse trabalho consiste em uma versão adaptada do *paper* apresentado no *IX Encontro Regional Sudeste de História Oral: diversidade e diálogo* na Universidade de São Paulo em agosto de 2011.

Introdução

O medo e o mistério associados aos fenômenos que advêm da natureza constituem parte do imaginário humano. Desde os primórdios, no âmbito das diversas sociedades, as pessoas buscam explicações para seus medos, e hoje, condicionam suas práticas ao tamanho do temor a certos acontecimentos, situações e afins. Os raios são um desses elementos que atemorizam muitas sociedades, sejam os indivíduos ou os grupos nos quais estejam vinculados. Contudo, as representações sobre os raios, vinculadas às várias tradições, são variadas, moldando condutas que, com o passar do tempo, se tornam naturalizadas. E, de outro lado, as representações de cunho científico tenderam a moldar outras tantas.

O presente trabalho tem por objetivo propor uma análise sociológica preliminar sobre os significados a cerca dos raios no imaginário social no município de São Caetano do Sul, seja no discurso mitológico, no científico e no senso-comum. O propósito é identificar não apenas a diversidade das representações em torno de tal fenômeno, mas como estes, em suas nuances, podem eventualmente se imbricar no discurso de um dado grupo, cujo contexto socioambiental o predisponha à convivência com tal fenômeno da natureza.

Memória, Imaginário Social e Idoso

Inicialmente, quando refletimos sobre o que é imaginação a vinculamos a algo íntimo, no qual acreditamos ser produto de nossos sonhos. O que devemos nos ater, no momento, é que o que imaginamos, nem sempre, é reflexo dos devaneios mais profundos da nossa alma. A imaginação é, ao mesmo tempo, algo particular, que constitui a subjetividade, e está também vinculada ao grupo social ao qual pertencemos. A compreensão do imaginário não se desvincula do contexto histórico, social, econômico em que o indivíduo está inserido, ou seja, não podemos compreender seu universo simbólico sem penetrar em sua cultura.

Os estudos sobre o imaginário social de idosos não podem se desvincular do estudo sobre memória. E, como bem nos lembra Ecléa Bosi (1979), os velhos são os *guardiões do passado*. A partir de suas experiências, são os mais velhos que retomam as tradições e lembranças de um tempo longínquo e as insinuam como algo vivo nos meandros do presente. Pela memória de idosos, se percebe as transformações ocorridas no espaço, na história, nas instituições, nos papéis sociais e no imaginário social ao longo das gerações.

A relação que estabelecemos com o mundo está sujeita a ambiguidades, e o idoso sintetiza o tempo de uma maneira complexa. A incorporação da memória coletiva (*oficial*) não é linear, em que a tradição seria algo facilmente superado. Pollak (1989) nos mostra que a memória coletiva, como já foi dito anteriormente, é uma imposição, que caracteriza a dominação e a violência simbólica. Sabemos que existe uma constante conciliação entre memória coletiva e individual em que “*o íntimo e familiar está invadido pelo público, pela manipulação da percepção: a televisão, o rádio, o telefone, a internet, portanto, pelo adverso, pelo seu oposto*” (MARTINS, 2008, p.94).

A história oral surge como uma alternativa importante de valorização das *memórias subterrâneas*, como diz Pollak (1989), das memórias que permanecem à margem da história oficial.

A síntese de uma trajetória nem sempre é linear, ou coerente das múltiplas representações. Devemos compreender que os consensos se refazem e desfazem a todo o momento. Ou seja, o que aceitamos anteriormente, podemos negar hoje, e podemos também, difundir atualmente, o que foi renegado no passado. A História é um fluxo contínuo do cotidiano que não cessa, mas que se rompe, se desfaz e se renova a todo instante.

O que devemos perceber, portanto, é que as relações do passado se tornam presentes por meio das lembranças. E o idoso é a peça fundamental na transmissão dos valores e crenças de uma geração.

Manheim (1982) se afasta da abordagem das gerações enquanto um reflexo biológico, de nascer ou não, no mesmo ano, por exemplo. Para o autor, a compreensão da natureza das gerações é um fenômeno social. Ou seja, os indivíduos de uma mesma geração compartilham um processo histórico-social, que refletem transformações que derivaram de outras gerações.

O trabalho de Ecléa Bosí (1979), que consiste em *colher memória de velhos*, nos mostra como a essência da cultura emerge por meio de relatos individuais. Marilena Chauí, que escreveu a apresentação do livro *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*, questiona:

Que é, pois ser velho na sociedade capitalista? É sobreviver. Sem projeto, impedido de lembrar e de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega à medida que a memória vai se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si, mas somente para o outro. Este outro é um opressor (CHAUÍ apud BOSI, 1979, p. 18).

Para Chauí, a história oficial *sufoca* a lembrança por *pisotear na tradição dos vencidos*. Assim, “as lembranças pessoais e grupais são invadidas por outra „história“, por outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade” (CHAUÍ apud BOSI, 1979, p. 19). Assim, “os escritos permanecem enquanto as palavras e os pensamentos morrem” (HALBWACHS, 2006, p.101).

O velho permanece à margem, por ter suas representações coletivas, em grande parte, suprimidas no cotidiano. Mas, o importante é que

A memória dos velhos pode deixar às claras um mundo com riquezas e diversidades que nem chegamos a conhecer. Através dessas memórias, podemos compreender momentos perdidos e, talvez, tornar mais humano o nosso presente (ALMEIDA, 2001, p.33).

O idoso deve ser valorizado pela condição que lhe é particular: transmitir a tradição e os costumes ao longo das gerações. Concentrar-se em suas memórias, é resgatar as experiências que constituíram o passado, humanizando, portanto, sua trajetória de vida. Assim,

Os velhos mantêm o aspecto histórico-social da memória resguardados, por precisarem dela para sobreviver. (...) O passado pertence aos velhos. Exercem uma função peculiar: de refletir e escavar lembranças (ALMEIDA, 2001, p. 28).

Através das lembranças, atribui-se significado pelas experiências vividas, pois, o que nos é transmitido ao longo das gerações influencia nossa compreensão do mundo atual. Devemos nos ater, portanto, que a história oral empenha-se em agregar *múltiplas temporalidades* (RICOEUR, 2007).

As representações sociais consistem em valores, crenças e práticas que balizam as nossas relações. Elas possuem dupla funcionalidade:

Primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e de sua história individual e social. (MOSCOVICI, 2003, p. 21).

O conceito de habitus, elaborado por Bourdieu (2009), é fundamental na análise das representações sociais já que toda a mudança

pode gerar um confronto com antigas crenças e valores. Para o autor, a mudança do *habitus* vai se concretizando aos poucos, à medida que determinadas práticas vão se naturalizando no cotidiano. Para Halbwachs (2006), “[...] os costumes modernos repousam sobre camadas antigas que afloram em mais de um lugar” (HALBWACHS, 2006, p. 87).

Com o surgimento de novos elementos que se tornam familiares ao grupo, outras representações não desaparecem do imaginário social. O tradicional não se rompe imediatamente com o moderno, pois existe uma constante tensão e contradição entre ambos. Assim,

O senso-comum está continuamente sendo criado e recriado em nossas sociedades, especialmente onde o conhecimento científico e tecnológico está popularizado. Seu conteúdo, as imagens simbólicas derivadas da ciência em que ele está baseado e que enraizadas no olho da mente, conformam a linguagem e o comportamento usual, estão constantemente retocadas (MOSCOVICI, 2003, p. 95).

No imaginário diversas representações relacionadas aos raios descendem de outras gerações e nelas se aglutinam novas representações. O *público* e o *privado* estão entrosados na estruturação de nosso pensamento, como ressaltou Halbwachs (2006), as representações sociais são confundidas e misturadas a todo o momento. Poderemos compreender a forma como os raios aparecem no cotidiano dos idosos, por meio dos costumes e valores que norteiam suas experiências. O estudo do cotidiano não deve limitar-se ao estudo dos valores e costumes, mas devem estar vinculados à *história* e ao *acontecer histórico*.

A Pesquisa de Campo

A fim de ilustrar o imaginário social de idosos acerca dos raios, trazemos os principais relatos colhidos a partir das entrevistas realizadas no município de São Caetano do Sul em novembro de 2010.

Quando adentramos, especificamente ao tema da pesquisa, foi perguntado aos idosos, se em sua infância, as pessoas de sua família tinham medo das grandes tempestades e o que faziam para se proteger:

Ela (a mãe) não deixava a gente mexer com tesoura, com faca, não deixava a gente mexer com nada. [...] espelho era mais que ela cobria. [...] ela falava que o espelho chamava o raio, e eu dava risada, tadinha [...] Quando dava

trovoada muito forte, ela pedia pra gente rezar com ela, a gente rezava [...] o Pai Nosso, Ave Maria, naquele tempo era o que mais se rezava (Entrevistada L, 72 anos, Centro de Convivência A).

Não se ligava rádio, TV já não tinha, não se passava roupa, não se mexia em nada de eletricidade, nada de cobre, longe das tomadas [...] rezava o Pai Nosso e Ave Maria pra Santa Bárbara pra acalmar a chuva. Principalmente, quando estava chovendo muito forte e a gente precisava ir a escola, a gente pegava ovo, punha na árvore e rezava, e aí passava a chuva. E, às vezes, passava por coincidência e a gente achava que era aquilo [...] nós subíamos em cima da árvore com o ovo e deixava lá, rezava o pai Nosso e Ave Maria, e pedia pra passar a chuva, pra agente poder sair (Entrevistado J, 75 anos, Centro de Convivência A),

[...]

Naquela época, acho que não tinha pára-raios, né? Pára-raios segura? Antes tinha bastante trovoadas. (...) a gente também tinha medo, quando tinha chuva forte, a gente não saía de dentro de casa. (...) Tinha uma época, quando era muito vento e a tempestade muito forte, não é lenda não. Antes os antigos eram muito católicos, minha mãe, quando era sexta-feira santa, ela pegava palmas e ia benzer na igreja. A palma que sobrou do ano anterior ela guardava, ela colocava dentro de uma frigideira com carvão, o fogo era à lenha. E queimava a palma, e saía uma fumaçinha, e isso acalmava a tempestade. Eu não sei se a gente ficava com aquilo na mente, mas parecia que acalmava mesmo (Entrevistada O, 75 anos, Centro de Convivência B).

[...]

Meu pai era muito católico, eu lembro que ele guardava uns ramos, do Domingo de Ramos, ele acendia num vasinho aqueles ramos, era um ritual que ele fazia sempre pra espalhar a chuva. Porque eles tinham muito medo, eu não sei como eu não sou medrosa, por que eles eram. (Pesquisadora: e espalhava a chuva?) A gente achava que sim, eu acho que isso é um mito, mas não sei... agora eu acredito que era uma crendice. Eu já não sou tão assim. [...] Eles rezavam, eles queimavam os ramos, seria como um incenso, eles guardavam os ramos atrás de um quadro de Jesus que eles tinham. Quando começava a chover, eles iam lá e tiravam um pouquinho... e na época nós tínhamos fornalha a carvão. Então, ele pegava umas brasinhas e colocava num potinho que ele tinha, colocava as brasinhas, os ramos e queimava, ele se protegia da chuva. Deixava lá

aceso queimando e aí fazia a oração (Entrevistada E, 64 anos, Centro de Convivência C).

A família de L e J permanecia longe de talheres ou qualquer objetos de metal ou cobre. Os que disseram que cobriam os espelhos nos relatos foram aqueles da família de L. Alguns entrevistados como E e O queimavam os ramos da palma benta do Domingo de Ramos. Outros entrevistados que não foram citados também cobriam espelhos, não utilizavam talheres, faziam orações para Santa Bárbara, entre outras práticas.

As gerações anteriores dos entrevistados enfrentavam de forma distinta o fenômeno das tempestades. Quando as tempestades se anunciavam, todos interrompiam suas atividades: quem estava trabalhando na roça, voltava para casa; a dona de casa que estivesse passando roupa, lavando louça, abandonava imediatamente seus afazeres; chamavam as crianças para dentro de casa, e tomavam as medidas necessárias para se protegerem contra as grandes tempestades.

Todos os entrevistados disseram que sua mãe tinha medo de raio. Esse dado é relevante por duas razões: primeiro, pelo papel fundamental da mulher, enquanto protetora do lar. O ato de fechar a casa, cobrir os espelhos, não mexer com talheres, ficar embaixo da mesa, ou em cima da cama, queimar a palma benta, fazer oração para Santa Bárbara consiste em um *ritual de proteção* contra os raios; e em segundo, os entrevistados evidenciam que o medo existe no outro e para o outro, nunca em si mesmo. Quando era perguntado no início das entrevistas se eles tinham medo, a maioria disse que não. Mas, sempre diziam que seus familiares tinham medo, principalmente a mãe. O medo ligado ao feminino consiste em uma proteção transmitida pelo *habitus*, ao longo das gerações.

O ritual de proteção que envolve a queima da palma benta do domingo de ramos consistia em *simpatias*, evidenciando o sincretismo existente nas práticas cotidianas. O *habitus* dessas famílias é composto por um imaginário *familístico, rural*.

A tempestade era também o momento que a família permanecia unida, seja em silêncio ou em oração. Enquanto as atividades rotineiras se interrompiam, as mães faziam bolinho de chuvas, contavam histórias para acalmar as crianças dentro de casa. Ou mesmo, ficavam cobertos embaixo da mesa, esperando que a chuva terminasse. Foi relatado que, no subúrbio, grande parte das casas não possuía forro, intensificando as ações das grandes tempestades.

Nos relatos de L, E e O existe um processo de desvinculação das práticas exercidas no passado, seja por qualificá-las como mito ou

mesmo quando L, ao dar risada quando sua mãe pedia para ela cobrir os espelhos. Nesses discursos existe uma desqualificação das práticas do passado em relação ao acesso às informações. Quando relatam que hoje têm maior acesso às informações, e que sabem que o que era feito anteriormente era mito, credence, se desvinculam e desmerecem o passado. É como se a existência de um fato anulasse a veracidade do outro.

O pai da entrevistada S era benzedor e sempre que chovia eles queimavam a palma benta e faziam uma oração: “*Santa Bárbara, São Simão; Leva essa tempestade pra longe e também esse trovão*” (Entrevistada S, 70 anos, Centro de Convivência A). A entrevistada P, em conversas informais, também recitou uma oração para Santa Bárbara: “*Santa Bárbara bendita; Que no céu está escrita; Com um raminho bento na mão; Livrai-nos do trovão*”.

A rotina de vida transita entre o cotidiano ao não-cotidiano, ao mágico, ao religioso (MARTINS, 2008). A linearidade do processo histórico só existe na forma em que é documentada, pois no que é vivido, partilhado e sentido não se desvincula completamente do imaginário, do senso-comum advindo de outra geração.

Todas as práticas *recordadas* que constituem os rituais de proteção feitos no passado estabelecem, para Halwachs (2006), uma relação estreita com o grupo que fazem parte. Essas lembranças são fruto de uma construção social e de um intenso processo de disciplina que confere coesão ao grupo social.

A entrevistada C veio de Registro e quando era nova colhia broto de chá em uma fazenda. Ela e toda sua família sempre tiveram muito medo de raio. E ela informou que quando estavam dentro de casa:

A gente se escondia em um cantinho ou subia na cama e colocava o cobertor em cima da cabeça, pra não escutar aquele barulho, né? Todos nós, eu e os meus irmãos, e a minha mãe. A gente ficava escondido até acabar o barulho, A gente tinha medo que caísse um raio, por causa das árvores (Entrevistada C, 74 anos, Centro de Convivência C).

Se estivesse chovendo forte em época de colheita ela não podia parar o serviço. Ela informou que o período da colheita se estendia de setembro a abril, que coincidia, justamente, com a época das chuvas:

A gente colocava plástico em cima pra colher os brotos de chá, porque broto de chá não pode parar a colheita, tem dia certo pra colher né? (Pesquisadora: E o que a senhora fazia?) Colocava a capa de chuva e colocava cha-

péu. (Pesquisadora: A senhora não tinha medo de cair um raio?) Tinha medo sim, mas tinha que trabalhar [...] O broto de chá vai até março, abril, depois não tem mais. (...) E não pode parar de colher, pois o broto fica duro [...] Quando estava chovendo muito forte, continuava trabalhando, ou se escondia debaixo de uma árvore. (Entrevistada C, 75 anos, Centro de Convivência C).

O medo que ela tinha de ser atingida por um raio era suplantado pela necessidade de trabalhar e garantir o sustento da família. Ou seja, as condutas que não poderiam ser interrompidas, nesse caso, eram as atividades vinculadas ao trabalho. Esse fato se relaciona também com a influência dos valores morais do grupo no comportamento da família de dona C. Se o grupo social valorizasse mais a proteção contra um evento adverso da natureza em relação ao trabalho, todos estariam protegidos em suas casas, mesmo em período de colheita.

Identificamos os limites da incorporação do discurso científico pelo grupo focalizado. Este não se materializa nas representações mais significativas das memórias do grupo. Martins (2008) mostra que o público, por meio do rádio, televisão, internet, entre outros, penetra nas relações cotidianas. E ao longo das entrevistas foi constatado que o acesso à informação de base científica, muitas vezes, mascara o medo, pois o discurso técnico-científico é intimidador.

Porém, durante as entrevistas, quando os idosos falaram sobre suas práticas, em relação às tempestades, pareciam se desvincular das representações oriundas do saber tradicional. Alguns dos entrevistados, disseram não ter medo dos raios. E disseram ainda que, durante as tempestades, somente fechavam a casa, desligavam alguns aparelhos elétricos e tiravam as roupas do varal. É relevante perceber outra camada de representações na fala dos entrevistados que se diferencia da absorção estrita da racionalidade técnica.

Para ilustrar, seguem dois exemplos abaixo. Primeiramente, dois momentos na fala do senhor J. No início da entrevista:

Nossa, tinha e tenho muito medo, eu sou muito medroso com esse negócio de raio, era muito mais... essas coisas dos antigos que não é realidade, a realidade é outra, não é tudo isso aí não...cientificamente hoje, os estudos disso aí, deve se proteger, continuar a mesma coisa, não ficar em lugar exposto quando tem temporal, evitar piscina, esses negócios, mas não é tudo isso aí, hoje em dia tem a televisão, a máquina chamada televisão e a internet, foi

uma beleza, hoje as crianças de 4 ou 5 anos já sabe tudo isso aí, sobre tempo, temperatura (Entrevistado J, 79 anos, Centro de Convivência A).

E depois de um tempo de conversa, o mesmo entrevistado externou outras representações em relação aos raios:

Eu sinto que o Papai do Céu está bravo, nós estamos fazendo tanta coisa errada aqui na terra, que Ele fala: Deixa Eu dar uns gritos...pra vê se eles [...] é pra gente baixar um pouco a bola. Às vezes eu penso isso mesmo, é verdade. Deus pensa: deixa Eu dar um sustinho neles. Não morre quase ninguém, mas assusta (Entrevistado J, 79 anos, Centro de Convivência A).

No caso da entrevistada P, percebe-se uma mudança significativa, entre o tipo de representação sobre os raios no início e ao final da entrevista:

(Quando inicia a tempestade) fico em casa, e fecho tudo só se chover forte, pois, agora tem as obrigações também, fazer ginástica, faço compra, vou a banco, então conforme o dia de chuva se tem que sair eu saio. Eu não tenho medo, se precisar eu saio. A gente evoluiu [...] acho que era as crendices que eles falavam. Antigamente não tinha rádio, não tinha todas essas informações né? (Entrevistada P, 74 anos, Centro de Convivência C).

[...]

Eu tenho medo, geralmente os filhos saem e você fica sozinha, então eu não gosto muito dos relâmpagos [...] Não sei, eu tenho medo, mas não sei por que, não sei te explicar [...] aquele barulhão, a gente fica também apavorado, fico apreensiva, fico quieta, se tem um livro, eu leio, não dá pra fazer nada mesmo, faço um tricô. (Entrevistada P, 74 anos, Centro de Convivência C).

Ela disse que não mantinha a tradição da família, como cobrir os espelhos e talheres, para se proteger contra os raios. E quando foi questionada do por que, ela disse:

A gente evolui, então, a gente foi aprendendo [...] até quando era mocinha eu fazia isso [...] a gente acha que não tem problema, mas às vezes ainda fico com aquilo na cabeça. Ai meu Deus, será que não vai acontecer (risos). Acho que no inconsciente, a gente volta pra aquilo.

Incomoda de não cobrir as coisas. (Entrevistada P, 74 anos, Centro de Convivência C).

O discurso científico é tão intimidador que a entrevistada P deixa de cobrir as coisas, mesmo tendo medo de ser punida por isso posteriormente.

Nas relações cotidianas, apreendemos o movimento e o acontecer histórico a partir da vivência da temporalidade, da fluidez do tempo. E por meio das diversas temporalidades que se mesclam nas falas, conclui-se que não existe uma história que deve ser superada, esquecida, pois tudo está articulado em um complexo processo sócio-histórico. E ao nos desvincularmos das diversas temporalidades e interpretações de mundo, negamos história cotidiana que se perpetua nos gestos, sentimentos e atitudes.

Conclusão

O estudo sobre o imaginário social de idosos em relação aos raios iniciou a análise com a relação do raio com o desastre, em vista de elucidar a relevância e a magnitude dos efeitos das descargas elétricas no Brasil. Posteriormente, fez-se um breve histórico do aparecimento dos raios ao longo do tempo, desde as mitologias (grega, nórdica, babilônica e romana), senso-comum, com diversas representações compartilhadas entre diversos grupos sociais, e por fim o discurso técnico-científico.

O intuito da pesquisa consistiu em compreender o homem simples, imerso no cotidiano, baseado na proposta analítica de Martins (2008). Para a compreensão do homem cotidiano, era necessário contemplar o *estado da arte* sobre Memória e Imaginário Social. E conjuntamente, compreender a história do município para conseguir penetrar na sociabilidade estabelecida no subúrbio.

Desta maneira, por meio do discurso dos idosos, a relação do homem comum com os elementos da natureza ocorre de forma ambígua. Muitos deles reproduziam o discurso técnico-científico em torno das descargas elétricas, em grande parte, desmerecendo as crenças do passado. Mas, ao longo do trabalho de campo, identificou-se que essas experiências permanecem vivas em suas memórias. De acordo com o conceito de *habitus* de Bourdieu (2009), a tradição ainda permanece nas relações tradicionais, por mais que novos elementos fossem incorporados no processo. Os idosos incorporam os produtos da modernidade, por meio da mídia, televisão, rádio, internet. Mas, o discurso aparece de

forma intimidadora, em que os entrevistados tinham medo de dizer que ainda reproduziam as práticas protetivas contra as grandes tempestades nos dias atuais, ou que de alguma forma, os medos do passado ainda os assombravam.

As histórias da vida cotidiana consistem na força real que movimenta a História. Ao permanecer à margem, essas memórias esvaziam-se de sentido como se fosse algo, que pudéssemos descartar. Assim, o indivíduo tem que, a todo o momento, controlar suas feridas, tensões e contradições, pois a imagem pessoal se conflita com a imagem oficial. E essa imagem oficial, de acordo com Pollak (1981), é forma de violência simbólica, pois as antigas práticas do passado se contrapõem à veracidade do moderno. Não existe um escalonamento do processo histórico, em que as credices, causos que caracterizam a cultura familística e rural sejam algo destituído de verdade (MARTINS, 2008).

Além dos conceitos e informações que possam auxiliar na prevenção de mortes contra as descargas elétricas, é importante perceber como que as pessoas internalizam o novo, e como isso é incorporado nas relações rotineiras.

Conclui-se, portanto, que existe um distanciamento, uma ruptura nas falas dos idosos quando se referem aos medos, sentimentos, práticas em relação ao fenômeno atmosférico dos raios. Na maioria das falas, os idosos disseram não ter medo de raios. Mas, ao longo das entrevistas, o medo que, inicialmente, aparecia no outro, no final da entrevista, reapareceu como sendo do próprio entrevistado. À margem dos discursos emergem seus medos e ansiedades. E por trás das explicações técnico-científicas, os acontecimentos do passado permaneciam na memória. Assim, há um constante embate entre o tradicional e o moderno. Compreender o imaginário sobre as descargas elétricas é penetrar, minimamente, nas relações cotidianas que marcaram a vida dos idosos residentes do município de São Caetano do Sul.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, R. C. (2001). *Memórias do rio do Monjolinho: o processo de urbanização e os impactos sobre os recursos hídricos*. São Carlos, 2001. 120p. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1979.

- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 12. ed. Editora Bertrand Brasil, 2009.
- GODÓI, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. Coleção Pesquisas.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010, v. 1.
- MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: Vida cotidiana e História no subúrbio de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992, v. 1.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v.2, n. 3, 1989, p.3-15.
- _____. Memória e Identidade Social. In: Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, v.5, n.10, 1992.
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL: um desafio contemporâneo para a gestão municipal¹

Sheiva SÖRENSEN²

Resumo: Tendo em vista a necessidade de proteção e preservação que os patrimônios histórico-culturais demandam e a estreita relação destes com a constituição da memória social de um dado local, nossa temática são os desafios e as dificuldades dos pequenos municípios na consideração de suas responsabilidades no que se refere à preservação do patrimônio cultural local. Partindo do pressuposto de que os municípios devem zelar pela preservação de sua história e chamar a si a responsabilidade para o tombamento e preservação de bens de interesse local, o trabalho aborda a questão das políticas urbanas de preservação dos patrimônios culturais, tomando como referência o quadro legislativo de quatro pequenos municípios do interior paulista: Nova Europa, Boa Esperança do Sul, Gavião Peixoto e Trabiju.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Gestão Municipal. Políticas Urbanas.

PRESERVATION OF CULTURAL HERITAGE AND LOCAL MEMORY ENHANCEMENT: a challenge for contemporary municipal management

Abstract: Given the need to protect and preserve the historical and cultural heritage and the close relationship of these demands with the constitution of the social memory of a given location, our topic are the challenges and difficulties of small cities in consideration of their responsibilities with regard to the

¹ O presente artigo tem como base a discussão e a coleta de dados, realizadas no projeto de Iniciação Científica: Planejamento e Gestão de Pequenos Municípios: Planos Diretores e Legislação normativa para a preservação do patrimônio histórico local em pequenos municípios da região central administrativa. Estudo dos municípios de Trabiju, Boa Esperança do Sul, Gavião Peixoto e Nova Europa. Desenvolvido pela autora, orientado pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Gaeta e financiado pela FAPESP.

² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara). E-mail: shesorensen@hotmail.com.

preservation of local cultural heritage. Assuming that municipalities must ensure the preservation of its history and take over the responsibility for the registration and preservation of assets of local interest, the work addresses the issue of urban policies for the preservation of cultural heritage, taking as reference the table legislative four small town in the interior of São Paulo State: Nova Europa, Boa Esperança do Sul, Gavião Peixoto and Trabiçu.

Keywords: Cultural Heritage. Municipal Management. Urban Policies.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo abordar a temática dos patrimônios culturais, especificamente no âmbito das políticas de gestão e preservação destes em pequenos municípios do interior paulista.

Os conjuntos urbanos, certamente carregam consigo os elementos de vários tempos: edificações de seu assentamento primitivo, elementos de um passado mais próximo, bem como construções contemporâneas, cada uma, refletindo a história dos grupos sociais que construíram e habitaram aquele espaço. Tal dinâmica possibilita a leitura da cidade por meio de sua história, na medida em que essa história se encontra representada nesses elementos construídos que compõem a paisagem urbana. (LANDIM, 2004). Nesse sentido, temos o convívio do passado, com as novas configurações urbanas, pois como afirma Paula Landim:

[...] sua história, sua cultura, seu meio de produção, seu estágio técnico e tecnológico, a divisão de classes, a luta pelo poder, entre outros fatores, estão espelhados na configuração espacial da cidade. As sociedades mudam ao longo da história, assim como mudam as condições físicas na superfície do planeta. Essa inunção de história-sociedade e meio físico gera uma diversidade de soluções, uma diversidade de formas urbanas. As cidades constroem-se, mudam e diversificam-se por dois vetores: o espacial, que corresponde ao território, e o temporal, que corresponde à história. Assim, a paisagem urbana que se apresenta num determinado momento reflete a história da relação homem/meio ambiente nesse dado momento (LANDIM, 2004, p.31).

Sendo assim, os municípios convivem com uma quantidade enorme de patrimônios histórico-culturais e, portanto, a responsabilidade pela preservação deste patrimônio é uma das obrigações pertinentes à administração municipal. A aprovação do Estatuto da Cidade e a obrigatorie-

dade de planos diretores para boa parte dos municípios brasileiros colocaram, mais uma vez, a questão da responsabilidade dos municípios em muitas frentes da política urbana, como a da preservação cultural, questão específica que deve estar presente nas políticas urbanas.

Assim, é grande o desafio dos municípios porque, além da questão administrativa, é necessário um novo posicionamento diante da memória e da cultura local. Impõe-se, por meio da questão do patrimônio cultural local, uma obrigação educativa e unificadora: o cultivo de valores locais.

Nesse sentido, é fundamental fazer o município apossar-se (e refletir) de sua história, distinguir e chamar a si a responsabilidade para o tombamento de bens de interesse local, deixando para o Estado, os de interesse supramunicipal.

Ademais de toda a dificuldade no desenvolvimento de uma cultura local administrativa pela preservação, há ainda a necessidade da formação de uma cultura vinculada à conduta do que, e de como preservar. E ela deverá contemplar e, ao mesmo tempo, encontrar outros caminhos que vão além das opções museológicas e casas de cultura (o que já é positivo), uma vez que, o desenvolvimento de uma cultura local administrativa significa tanto definições legislativas quanto ações efetivas de gestão. Cabe aos municípios criar toda ordem jurídica voltada à preservação (definição de patrimônio, definição de registro e tombamento, definição dos usos do bem), obedecendo aos parâmetros federais e estaduais, além da regulamentação com normas (órgão responsável, procedimentos tais como: iniciativa, documentação, pareceres, homologação, averbação em cartório, registro de características, etapas, punições e incentivos, limites e diretrizes para o entorno).

Certa barreira à incorporação da temática ao planejamento urbano se deve ao fato de que com o patrimônio cultural, a responsabilidade sempre foi identificada com a União (IPHAN) e com o Estado (CONDEPHAAT). Porém, na última década a questão do patrimônio local ganhou visibilidade.

Mas a exigência da autonomia municipal requer que o município aprenda a definir as suas prioridades de preservação. Na medida em que tal atribuição for assumida pelos municípios, questões especificamente locais de preservação, antes ignoradas pela defesa do patrimônio estadual ou federal, tornam-se relevantes.

Além da identificação de bens relevantes localmente, é necessário que estes municípios trabalhem para que a questão da preservação ganhe destaque no planejamento urbano, de modo que a temática possa ser debatida pelos gestores e incluída tanto nas leis orgânicas, quanto nas di-

retrizes orçamentárias municipais e, é claro, nos planos diretores, quando estes se fazem presentes.

Patrimônios culturais e as políticas urbanas

Em recente análise ao quadro legislativo (lei orgânica, Lei do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias-2010) de Boa Esperança do Sul, Trabiju, Nova Europa e Gavião Peixoto (pequenos municípios do interior paulista) fica evidente que apesar da maior visibilidade que a questão da preservação do patrimônio histórico-cultural ganhou nos últimos anos, o tema ainda continua periférico tanto na legislação quanto na gestão municipal.

Um dado alarmante se refere à distribuição orçamentária, visto que, nenhum dos municípios no ano de 2010, obteve verbas destinadas especificamente para a preservação do patrimônio histórico-cultural. Através de uma pesquisa no site do Tesouro Nacional, acessando a ala referente ao FINBRA (Finanças do Brasil), é possível perceber que tal conjuntura já se arrasta pelos anos. Em 2007, a situação não foi diferente, os municípios também não investiram na preservação. Para além das Leis Orçamentárias, nas próprias Leis Orgânicas destes municípios, a temática da preservação e cuidado dos patrimônios culturais, quando citada, aparece de maneira muito genérica, sem diretrizes para a gestão. No entanto, cabe ressaltar que tal situação não é exclusiva dos municípios analisados.

Ausente na maioria das políticas públicas de planejamento físico-territorial e dos planos de gestão municipal, o patrimônio foi sendo tratado como questão de responsabilidade do Estado ou da União, divorciado do planejamento das cidades, visto apenas sob o enfoque do desenvolvimento econômico ou simplesmente ignorado. Nesse sentido existe a predominância de uma concepção de planejamento urbano que raciocina essencialmente em termos da economicidade dos espaços, priorizando fluxos de tráfego, adensamento de tecidos, aproveitamento racional da infraestrutura urbana, e que renega a um plano secundário os componentes históricos e estéticos do urbanismo ou mesmo nega sua inclusão entre os valores urbanos a serem considerados (SANTOS, 2001).

O planejamento urbano, como é feito, acaba seguindo um viés funcionalista não levando em conta os aspectos qualitativos da urbanização, ignorando a intrincada teia de relações econômicas, sociais e culturais que marca a vida urbana e caracteriza o seu patrimônio (CASTRIOTA, 2009).

O que resulta deste posicionamento é que na maioria de nossas cidades existe uma prejudicial separação entre as políticas urbanas e as políticas de patrimônio. Fato danoso, uma vez que tanto o patrimônio cultural edificado quanto o imaterial podem ser pensados como suportes da memória social de um dado local e, portanto, necessariamente precisam estar inserido nas legislações municipais, serem discutidos e mais do que isso, é fundamental uma atitude inovadora por parte dos gestores municipais a respeito da questão.

Mas como tal separação poderia ser resolvida?

Um caminho é a criação de uma lei específica, através da elaboração de um Plano Diretor para os municípios. Segundo o Estatuto da Cidade (lei federal 10257/01 que complementou a Constituição Federal no que se refere à política urbana e que obriga os municípios, exceto os que possuem menos de 20 mil habitantes (como é o caso dos municípios pesquisados) a organizarem planos diretores: artigo 40, parágrafo 1º: “O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas”. Apesar da não obrigatoriedade por parte do Estatuto das Cidades, mediante a Constituição do Estado de São Paulo, todos os municípios devem realizar o plano diretor: artigo 181, parágrafo 1º: - “Os planos diretores, obrigatórios a todos os Municípios, deverão considerar a totalidade de seu território municipal “. Assim, o plano diretor, particularmente, é uma oportunidade fundamental para o município detalhar o princípio da preservação, - muitas vezes já contido na lei orgânica municipal, porém, de maneira muito genérica - uma vez que um conteúdo mínimo que os planos diretores devem contemplar são diretrizes para proteger o meio ambiente, os mananciais, as áreas verdes e o patrimônio histórico local.

Para além, recomenda-se a elaboração deste a fim de orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural, na oferta dos serviços públicos essenciais, e etc.

No entanto, não basta apenas elaborá-lo. No Plano Diretor, devem estar presentes encaminhamentos específicos a respeito da preservação e gestão do patrimônio cultural. *É claro que estas diretrizes devem se transformar em ações, caso contrário, continuaremos no mesmo lugar.*

Segundo Castriota (2009), é muito importante na feitura dos Planos Diretores tratar com atenção a gestão do patrimônio cultural, sendo necessária a criação de mecanismos específicos que permitam a real e efetiva participação dos agentes envolvidos no processo, em todos os momentos, isto é, desde a identificação deste patrimônio até as discussões

sobre a melhor maneira de preservá-lo. Neste sentido, é fundamental a criação de mecanismos para se perceber o ponto de vista dos moradores envolvidos, que muitas vezes difere da perspectiva dos técnicos no assunto, mas que são de extrema importância na realização de um debate democrático a respeito do assunto.

Diante disto, é fundamental que haja o engajamento da sociedade civil perante a questão, pois, se trata da preservação de traçados urbanos, de origem coletiva e em constante transformação.

Um caminho possível para o debate e a gestão democrática da temática é a formulação de Conselhos Municipais, que visam justamente à proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural local e possuem como uma de suas características a obrigatoriedade de representantes da sociedade civil. A criação destes Conselhos está se tornando realidade em muitas cidades interioranas ou não. Dentre as que já os possuem podemos citar: São Carlos, Campinas, Bragança Paulista, Cubatão, dentre outras. No caso de Campinas, o Conselho existe desde 1979.

Castriota considera que a formulação destes Conselhos representa o rompimento do caráter hierárquico tradicional das políticas públicas, ampliando-se a participação das comunidades, na elaboração, discussão, fiscalização e decisão sobre a execução das políticas de planejamento e desenvolvimento social urbano (CASTRIOTA, 2009).

No entanto, para a elaboração destes conselhos, é necessário que os municípios se organizem em torno da premissa da preservação. Tomaremos como exemplo a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio de Cubatão.

A importância e necessidade de se criar leis específicas de proteção do patrimônio cultural no município surgiu em meados de 1997. Como consta no espaço virtual do Conselho, na ocasião, foram enviados ofícios ao CONDEPHAAT e ao IPHAN, solicitando o tombamento de alguns monumentos no município, citando como exemplo, a Ponte Preta (Rio Pilões). Em resposta aos referidos órgãos foi informada a necessidade de o município contar com um Conselho para cuidar da proteção de seus bens. Deu-se, dessa forma, início aos estudos visando à criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Cubatão. Como resultado, foi nomeada uma comissão pelo Prefeito Municipal para elaboração de minuta de lei e demais estudos visando à implementação do Conselho no município. A criação se deu pela aprovação da lei 2.806, em 17 de janeiro de 2003, sendo esta reformulada em 03 de janeiro de 2004, através da lei 2897, a fim de garantir a participação da sociedade civil no Conselho. Em 2008, surge uma nova necessidade de reformulação para adequá-la às no-

vas realidades. Após inúmeras reuniões de trabalho, o Conselho formulou uma minuta de lei que foi apresentada à secretaria dos Negócios Jurídicos da Prefeitura que a acolheu e enviou à Câmara Municipal resultando na aprovação da Lei 3.346 que reformula o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Cubatão, publicada no dia 2 de dezembro de 2009.

Segundo a Lei 3.346 de 2009, são atribuições do CONDEPAC, (Cubatão):

I - definir a política municipal de defesa e proteção do patrimônio cultural, material, imaterial e natural compreendendo o histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, arquivístico e antropológico do Município;

II - deliberar sobre o tombamento de bens móveis e imóveis, de valor reconhecido para o Município de Cubatão;

III - comunicar o tombamento de bens imóveis ao Oficial do Cartório de Registro competente para a realização das respectivas averbações, bem como aos órgãos estaduais e federais que possuam relação como tombamento;

IV - definir a área de entorno do bem tombado a ser controlado por sistemas de ordenações especiais adequadas;

V - promover a fiscalização da preservação e do uso dos bens tombados;

VI - adotar as medidas necessárias a que se produzam os efeitos do tombamento;

VII - em caso de excepcional necessidade, deliberar sobre as propostas de revisão em processo de tombamento;

VIII - propor benefícios fiscais para os proprietários de bens tombados;

IX - manter permanente contato com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando à obtenção de recursos, cooperação técnica e cultural para planejamento das etapas de preservação e revitalização dos bens culturais e naturais do Município;

X - manifestar-se sobre projetos, planos e propostas de construção, conservação, reparação, restauração e demolição, bem como, em pedidos de licença para funcionamento de atividades comerciais prestadoras de serviços em imóveis situados em local definido como área de preservação pelo CONDEPAC, ouvido o órgão municipal expedidor da respectiva licença, respeitando-se as legislações Estadual e Municipal;

XI - promover a identificação e o inventário, bem como, fomentar por qualquer meio a conservação, restauração e revitalização do patrimônio cultural e natural;

XII - apoiar e fomentar projetos de Educação Patrimonial vinculados ao Município;

XIII - elaborar e editar normas, resoluções, manuais e documentos que direcionem o cumprimento das leis de preservação e tombamento de bens culturais e naturais.

Convém ressaltar que o exemplo da legislação mencionada se faz importante enquanto contraponto às citações muito genéricas presentes nas leis orgânicas dos municípios analisados, isto é, Boa Esperança do Sul, Nova Europa, Gavião Peixoto e Trabiju. Nesse sentido, poder-se-á argumentar que os municípios em debate, são pequenos, com poucos habitantes e que, portanto, não estão obrigados à elaboração do Plano Diretor, ou que não possuem ferramentas para a elaboração de um Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural Municipal.

No entanto, a responsabilidade pela preservação dos patrimônios históricos locais é um dado que mais cedo ou mais tarde a administração local deverá enfrentar. Ademais, a partir das observações arquitetural-urbanísticas nos municípios estudados, das entrevistas realizadas com os professores e com autoridades administrativas, conclui-se, que estes municípios possuem sim, bens relevantes, imóveis de importância histórica para sua comunidade.

Outro exemplo interessante, e que pode ser considerado como um incentivo à preservação de edifícios de interesse histórico é a isenção de IPTU, promovida pela prefeitura de São Carlos. Através de um levantamento realizado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Municipal, vários imóveis foram identificados como importantes para a história do município. A partir disto, é oferecida isenção no pagamento do IPTU, para aqueles proprietários que conservarem seus imóveis.

A isenção do IPTU, certamente, é uma medida que privilegia a proteção destes edifícios, pois, como afirma Maurício de Almeida Abreu:

O passado das cidades brasileiras está sendo revalorizado e a preservação/ recuperação/ restauração do que sobrou das paisagens urbanas anteriores é um objetivo que vem sendo perseguido por inúmeros agentes, destacando-se aí os governos municipais. Mesmo cidades relativamente novas já adotam a prática de preservar os vestígios mais significativos de sua história. E naquelas em que a destruição da herança urbana foi devastadora, grandes têm sido os esforços para salvar e valorizar o que restou. Essas tentativas nem sempre têm sido bem-sucedidas. O desejo de tombar toda edificação que pos-

sa ser identificada como “memória urbana” raramente tem sido acompanhado da adoção de medidas que incentivem proprietários e inquilinos a preservar os imóveis tombados [...] (ABREU, 1998, p. 9).

Outro ponto de discussão é a questão do tombamento, afinal preservar um bem, não significa necessariamente tombá-lo. No Brasil, o principal e quase único instrumento utilizado para a preservação foi o “tombamento”. Nas primeiras décadas de atuação do IPHAN, por exemplo, nunca se pensou em de fato articular políticas de preservação com as políticas urbanas mais gerais (CASTRIOTA, 2009). Tal fato acabou supervalorizando a ideia do “tombo”, como único meio de proteção, prática esta que em muitos casos acabou idealizando os objetos ou imóveis tombados, desconsiderando-se o contexto de inserção destes e até mesmo sua história real.

Nesse sentido, a própria sociedade, passa a associar os patrimônios históricos com os tombamentos, como fica evidente na fala de um professor de Trabiçu, que aqui reproduzo: “*Patrimônios Históricos, são prédios antigos, que por serem antigos e às vezes importantes são tombados pelo governo. Depois que são tombados não se pode mais mexer neles, digo, reformar, tem que seguir todas as regras para reformas*”.

Diante deste quadro, se torna interessante a utilização de outro instrumento tradicional do campo da preservação, o inventário, que, bem explorado metodologicamente, poderia ultrapassar a sua função original - a de produzir um registro de bens culturais a serem protegidos - passando a constituir um tipo de diagnóstico interdisciplinar, que forneça bases mais seguras de dados, bem como metodologias de análise e interpretação para a ação e execução de políticas governamentais mais consistentes, que, respeitando as particularidades locais, utilizem-nas como base para o desenvolvimento consciente. (CASTRIOTA, 2009).

Como podemos perceber o caminho a ser percorrido pelos pequenos municípios estudados é longo, englobando, educação, estudo, elaboração de legislação e vontade administrativa.

No entanto, não podemos depositar a culpa apenas nos municípios, é necessário considerar as grandes dificuldades que estes enfrentam no dia a dia administrativo, como a falta de verba suficiente, falta de pessoal qualificado por conta dos baixos salários, etc. Ademais, não podemos esquecer a questão da municipalização, isto é, a implantação da descentralização político-administrativa, que traz novos e difíceis desafios à administração municipal. Neste contexto, insere-se a necessidade do desenvolvimento da responsabilidade preservacionista municipal, que apesar

de ainda não estar bem definida é um ponto que ganha importância, também com a referida municipalização. No entanto, apesar desta pretendida descentralização político-administrativa, o Estado pode e deve fornecer subsídios para a implementação de políticas que caminhem no sentido da preservação sem que isto impeça que os municípios busquem superar a recorrente acomodação perante a questão.

Considerações Finais

Infere-se que a preservação histórica e cultural ainda caminha lentamente nos municípios em questão. Entretanto, é necessário ter em mente que tal quadro não é exclusivo de pequenos municípios. A questão da preservação ainda caminha lentamente no Brasil, apesar de alguns grandes exemplos que nos fazem pensar o contrário.

Na maioria dos casos, os municípios esperam tombamentos e proteções a seu patrimônio, vindos do estado ou da federação, não desenvolvendo uma prática administrativa própria, que caminhe nessa direção.

No entanto, para “que a “prática” da conservação vire realidade é necessário desenvolver uma ‘cultura’ de preservação, em outras palavras, é preciso ter a dimensão do quanto esses patrimônios são importantes, incluindo o patrimônio material, imaterial e ambiental.

Nesse sentido, é indispensável o papel da educação. Uma educação que caminhe a favor da valorização das memórias e dos costumes, buscando o fortalecimento das identidades locais. A afirmação da identidade cultural é imprescindível, não só tendo em vista a preservação histórica, mas para o fortalecimento da comunidade em seu ambiente, possibilitando-lhe a participação na escolha das melhores soluções e, conseqüentemente, na condução do processo de um desenvolvimento local “sustentável” e equilibrado.

Para além, é preciso ter em mente o dinamismo próprio das cidades e municípios, isto é, preservar não é inutilizar, ou monumentalizar certo bem, mas sim deixar registros do passado que certamente podem caminhar com as edificações do presente e do futuro.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das Cidades. In: *Revista Território*, ano III, n. 4, 1998.

CASTRIOTA, Leonardo Barci, *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.

LANDIM, Paula. *Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

Documentos eletrônicos

BRASIL. Constituição Federal da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 4 set. 2011.

BRASIL. Lei nº. 10.257 de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 4 set. 2011.

Prefeitura Municipal de Cubatão. Lei nº 3.346 Disponível em: <http://ce-aam.net/php/Imagem.php?filename=/cbt/legislacao/leis/2009/L3346.htm>. Acesso em: 5 set. 2011).

O OLHAR EUROPEU OCIDENTAL SOBRE O OUTRO: um paradigma da ciência

Jéssica Fernandes Maia dos SANTOS¹

Resumo: Partindo das obras *O pensamento selvagem* e *O totemismo hoje* de Levi-Strauss e *Orientalismo* de Edward Said, o presente artigo tem por objetivo propor uma reflexão acerca do pensamento europeu histórico sobre a alteridade, como foi constituído, e ainda permanece sendo um paradigma da ciência. Segundo Levi-Strauss a instituição do totemismo seria uma falsa categoria de análise, em que o europeu, ao classificar e tipificar outros povos enquanto organizações totêmicas, projetou seu próprio universo. Tal pensamento percebe os demais povos como o seu oposto, o fazendo sem um consenso conceitual do que seria uma organização totêmica. Assim, também o evolucionismo influenciou não somente a instituição totêmica como o pensamento ocidental como um todo.

Palavras-chave: Evolucionismo. Totemismo. Paradigma. Ciência.

THE WESTERN EUROPEAN POINT OF VIEW ABOUT THE OTHER ONE: a paradigm of science

Abstract: Looking the Levi-Strauss's works *The Savage Mind* and *Totemism Today*, and Edward Said's *Orientalism*, this paper aims to propose a reflection on the historical European thought regarding the alterity, how it was build and how it still is an science paradigm. According to Levi-Strauss, the institutionalization of the totemism would be a false analysis category in which the European, by classifying and typifying the foreign people while totemic organizations designed their own universe. This concept considers the other people as their opposite side, without having a conceptual consensus of that would be a totemic organization. The same does the evolutionism, which has influenced not only the totemic institution but also the whole western thinking.

Keywords: Evolutionism. Totemism. Paradigm. Science.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara). E-mail: jessicafmaia@gmail.com .

Introdução

Na modernidade, em meio ao desenvolvimento da ciência nos séculos XIX e XX, o homem branco, europeu já estava por alguns séculos tendo contato (processo de colonização) com outros povos, muito já havia sido escrito sobre o Novo Mundo e estava se escrevendo sobre Oriente. Nesse momento, as teorias evolucionistas estavam tomando forte influência sobre o pensamento científico e direcionando as ações de cientistas e líderes de países europeus. Essas teorias se firmaram no contexto do neocolonialismo em que grandes potências industriais europeias estavam em busca de expansão do mercado consumidor para os produtos excedentes e de mais matéria-prima. Assim, tais países se lançaram nessa investida, colonizando vários povos na África e Ásia.

O pensamento evolucionista veio como uma justificativa e legitimação dos processos de dominação político, econômico e ideológico por parte de países europeus que já haviam acontecido e dos que estavam ocorrendo no século XIX, pois, tais teorias afirmavam que dentre a humanidade havia raças biologicamente distintas que se encaixavam numa hierarquia do mais simples ao mais complexo e que, portanto, a colonização traria desenvolvimento e progresso para os demais povos tidos como inferiores. Daí termos dicotômicos como cultura/natureza, superior/inferior, civilização/barbárie, civilizado/selvagem, avançado/atrasado tornam-se recorrentes para classificar as diferentes culturas existentes no mundo. O homem branco europeu se colocava no topo dessa hierarquia como a raça mais desenvolvida, complexa, avançada e a qual possuía uma cultura superior a todas as outras.

A ilusão totêmica

Nesse momento, o homem europeu estava construindo o seu próprio pensamento sobre si e sobre o “Outro”, estava formando seu pensamento sobre o que era característica sua e também sobre o que não era, e nesse mesmo período produzia-se muitos escritos sobre as organizações totêmicas ou o que se considerava na época como organização totêmica. Então, se convencionou considerar uma gama de características culturais de povos não europeus como constituintes de sociedades totêmicas. Lévi-Strauss afirma:

Nada podia ser mais cômodo para manter na sua integridade e ao mesmo tempo para fundar os modos de

pensamento do homem normal, branco e adulto, do que reunir fora de si costumes e crenças – na verdade muito heterógenas e dificilmente isoláveis – em torno dos quais se viriam a cristalizar numa massa inerte, ideias que pudessem ser menos inofensivas, se viesse a ser necessário reconhecer a sua presença e a sua atividade em todas as civilizações, inclusive a nossa. O totemismo é, antes de tudo, a projeção fora do nosso universo, e como que por exorcismo, das atitudes mentais incompatíveis com a exigência de uma descontinuidade entre o homem e a natureza, que o pensamento cristão considerava essencial. Pensava-se então validá-la, fazendo da exigência inversa um atributo dessa <<natureza segunda>> que o homem civilizado confecciona, com os estados <<primitivos>> ou <<arcaicos>> do seu próprio desenvolvimento; e na vã esperança de se libertar dela ao mesmo tempo que da primeira (2003, p.13).

Assim, se formou o pensamento desse homem normal, branco a partir também do que se convencionou instituir de totemismo, aproximando, tal pensamento à civilização e as culturas não europeias à natureza, ao que se considerava mais simples e elementar, ou seja, à organização totêmica.

O totemismo é um tema clássico da antropologia, recorrente e amplamente discutido durante décadas. Segundo Lévi-Strauss (2003), em aspectos gerais, os fenômenos que são considerados constituintes do totemismo são relações entre o natural e o cultural em que coletivos se relacionam de forma filial com emblemas, seja animal ou vegetal. Porém, houve muitas definições acerca do termo, várias características culturais complexas e heterogêneas de povos distintos foram consideradas constituintes do totemismo. Para Boas, todos esses fenômenos culturais que se referem ao totemismo, não entram numa única categoria de análise. Lévi-Strauss (2003) apresenta que muitos dos registros e escritos que consideravam certas culturas enquanto organizações totêmicas não o eram. Para exemplificar tal redução analítica Lévi-Strauss escreve:

A noção de <<mito>> é uma categoria do nosso pensamento que usamos arbitrariamente para reunir no mesmo vocábulo tentativas de explicação de fenômenos naturais, obras de literatura oral, especulações filosóficas, e casos de emergência de processos linguísticos à consciência do sujeito (2003, p.22).

Na primeira definição sobre o totemismo, como mostra Lévi-Strauss, houve uma confusão entre os totens coletivos e os espíritos guardiães e, elementos culturais foram selecionados para fazerem parte do que se instituiu por totemismo enquanto que outros de mesmo tipo não o foram, ou seja, houve um recorte errôneo da realidade para que se criasse uma estranha especificidade sobre o fato. São nesses acontecimentos, a princípio, que se baseia o que o autor chama de ilusão totêmica:

Portanto, a ilusão totêmica assenta à partida numa distorção do semântico de que são parte fenômenos do mesmo tipo. Certos aspectos do campo foram privilegiados em detrimento de outros, para lhes conferir uma originalidade e uma estranheza que não lhes pertence: tornavam-se misterioso pelo simples fato de serem subtraídos do sistema de que faziam parte integralmente, como transformações suas (2003, p.30).

Dessa forma, foram reunidos fenômenos culturais de alguns povos não-europeus projetando-os fora da forma de pensar característica do homem branco, ou seja, com o desenvolver da instituição “totemismo”, ela se tornou uma ilusão, uma forma de pensar sobre vários povos distintos a partir de uma categoria reducionista de análise que só existia na cabeça do etnólogo e que não correspondia sinceramente à realidade.

A ilusão Evolucionista

Essa forma hierarquizante de pensar do homem europeu que relaciona o pensamento de outros povos a algo simples, próximos da natureza e, por conseguinte, os distingue como selvagens, como aqueles que não portam o conhecimento científico, é um equívoco. As classificações de muitas sociedades, chamadas primitivas, sobre os seres vivos, os elementos naturais, e as coisas são complexas e sofisticadas. Os botânicos e zoólogos teriam evitado vários erros se tivessem considerado ou baseado seus estudos na taxinomia indígena (LÉVI-STRAUSS, ano). *O pensamento Selvagem* de Lévi-Strauss apresenta isso com propriedade:

As classificações indígenas não são apenas metódicas e baseadas num saber teórico solidamente constituído. Acontece também serem comparáveis, sob um ponto de vista formal, àquelas que a zoologia e a botânica continuam a usar (1970, p.65).

E continua:

É um biólogo profissional quem chama a atenção para o número de erros e de confusões que poderiam ter sido evitados, alguns dos quais apenas recentemente corrigidos, se os antigos viajantes tivessem confiado nas taxinomias dos indígenas, em vez de improvisar outras, do começo ao fim, o que resultou na atribuição, por 11 autores, do mesmo nome científico *Canis azarae* para três gêneros distintos, 8 espécies e 9 subespécies diferentes, ou ainda a imposição de diversos nomes à mesma variedade da mesma espécie. (1970, p.66)

[...] tais lógicas trabalham, simultaneamente, em vários eixos. As reações que estabelecem entre os termos são, na maioria das vezes, baseadas na contiguidade (...) ou na semelhança (...). Sob este ponto de vista, elas não se distinguem formalmente das outras taxinomias, mesmo modernas, onde a contiguidade e a semelhança representam sempre um papel fundamental [...] (1970, p.85).

Em *O pensamento selvagem*, Lévi-Strauss explana sobre o quanto os povos indígenas em suas classificações acerca do meio natural são minuciosos, sofisticados, lógicos e dominam o seu conhecimento sobre as coisas. A tipificação evolucionista do pensamento europeu da época (influenciando ainda hoje) ignorava e suprimia tamanha riqueza e inteligência do pensamento indígena, os etnólogos classificavam apressadamente, por um olhar preconceituoso, os povos não europeus num baixo nível intelectual.

Nesse contexto do século XX, surgiram as teorias pós-coloniais que traziam uma reflexão crítica acerca do processo político, econômico, e simbólico da colonização e suas conseqüências, na qual muitos dos autores eram pessoas nativas dos próprios países que haviam sido ou ainda eram colônias. Essa escola de pensamento proporcionou que ocorresse uma grande quebra de paradigma, pois, o que se tinha de registro e o que conseqüentemente era consenso sobre as civilizações não europeias, eram escritos pelos próprios europeus influenciados pelas teorias evolucionistas e por seus interesses político-econômicos. Em contrapartida à visão ocidental, os teóricos pós-coloniais apresentaram e desenvolveram outra perspectiva sobre si e sobre o homem branco europeu.

Um grande nome das chamadas teorias pós-coloniais é o palestino Edward Said, autor do famoso livro intitulado *Orientalismo*. O orientalismo foi, entre outras coisas, uma escola de pensamento ocidental que, a partir de interesses europeus e da visão evolucionista, estudava e interpretava os povos ditos orientais. Said analisou essa escola de pensamento e

mostrou a estigmatização dos povos orientais por essa visão. De acordo com o autor, a própria divisão Ocidente/Oriente criada pelos chamados ocidentais expressam uma dicotomia correspondente, respectivamente, a superior/inferior em que o Ocidente, “centro do mundo” se separa do outro “lado”, ou seja, desse “Outro” que não é o eu europeu. O autor afirma:

Sob o título geral de conhecimento do Oriente, e no âmbito da hegemonia ocidental sobre o Oriente a partir do fim do século XVIII, surgiu um Oriente complexo, adequado para estudos na academia, para exibição no museu, para reconstrução na repartição colonial, para ilustração teórica em teses antropológicas, biológicas, linguísticas, raciais e históricas sobre a humanidade e o universo, para exemplo de teorias econômicas e sociológicas de desenvolvimento, revolução, personalidade cultura, caráter nacional e religioso. Além disso, a indagação imaginativa das coisas orientais era baseada mais ou menos exclusivamente numa consciência ocidental soberana, de cuja centralidade não questionada surgia um mundo oriental, primeiro de acordo com ideias gerais sobre quem ou o que era um oriental, depois de acordo com uma lógica detalhada regida não apenas pela realidade empírica, mas por uma bateria de desejos, repressões, investimentos e projeções (2007, p.35).

Portanto, o discurso da razão iluminista e da objetividade científica que se rotula pretensamente como neutra ao lançar seu olhar sobre o “Outro”, trouxe consigo antes de tudo seus interesses.

A ciência, formadora do pensamento ocidental, considerada enquanto única forma verdadeira de conhecimento é um paradigma que ainda não foi superado por completo, resquícios de um pensamento evolucionista e hierarquizante que subjuga as culturas e subestima a complexidade de povos não ocidentais.

Referências bibliográficas

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

_____. *O totemismo hoje*. Lisboa: Edições 70, 2003.

SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CONSCIÊNCIA DE CLASSE NA REVOLUÇÃO PARAGUAIA: entre o fracasso *luguista* e o desvio *epepista*

Junior Ivan BOURSCHEID¹

Resumo: O século XXI trouxe uma novidade histórica ao debate dos rumos da revolução socialista internacional. A Nova Ordem Mundial emergida com o fim da Guerra Fria tornou a revolução uma anomalia ao período hegemônico capitalista recém-inaugurado. Não obstante, a América Latina representou um novo florescer revolucionário, com variadas formas de ação, visando lograr o objetivo de construir um sistema socialista. Este artigo debate e realiza apontamentos acerca do movimento revolucionário paraguaio contemporâneo, utilizando-se um aporte teórico da revolução baseado no leninismo. Analisam-se os dois últimos intentos da esquerda paraguaia para deflagrar a revolução no país, concluindo que ambos careceram de sua força motriz, a consciência de classe e sua difusão junto ao proletariado. Ademais, o dogmatismo característico das duas organizações impediu a lúcida observação da realidade objetiva do sistema vigente, para assim se utilizar dos métodos mais eficazes para a revolução socialista. Tais carências auxiliam na compreensão do fracasso *luguista*, com a deposição do presidente Fernando Lugo, bem como do afastamento cada vez maior da tentativa guerrilheira armada do *Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP)* de perspectivas claras de consolidação, representando reverses para o movimento revolucionário historicamente construído no Paraguai, por favorecerem a contra-revolução oligárquica.

Palavras-chave: Revolução. Socialismo. Leninismo. Paraguai. Governo Lugo. *Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP)*.

CLASS CONSCIOUS IN THE PARAGUAYAN REVOLUTION: between the *luguist* failure and the *epepist* deviation

Abstract: The twenty first century has brought a new historical debate about the future of the international socialist revolution. The New World Order

¹ Graduando do curso de Relações Internacionais - Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) - Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisador membro do Núcleo PRISMA (Pesquisas em Relações Internacionais de Santa Maria). E-mail: junior_bourscheid@hotmail.com.

emerged with the Cold War became the revolution an anomaly to the period of capitalist hegemony newly opened. Nevertheless, Latin America represented a new revolutionary flourish, with various forms of action, to achieve the goal of building a socialist system. This article discusses and makes notes about the revolutionary movement Paraguayan contemporary, using a theoretical approach based on the Leninist revolution. It examines the last two attempts left to trigger the Paraguayan revolution in the country, concluding that both lacked their driving force, class consciousness and its dissemination to the proletariat. Moreover, dogmatism characteristic of both organizations prevented lucid observation of objective reality of the current system, thereby using the most effective methods for socialist revolution. Such needs help in understanding the *luguist* failure, with the ouster of President Fernando Lugo and the increasing remoteness of the attempted armed guerrilla *Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP)* of clear prospects for consolidation, representing setbacks for the revolutionary movement historically constructed in Paraguay, by favoring the oligarchic counter-revolution.

Keywords: Revolution. Socialism. Leninism. Paraguay. Lugo Government. Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP).

Apontamentos preliminares ao movimento revolucionário paraguaio contemporâneo

Já se passaram mais de 150 anos da histórica afirmação de Marx e Engels (1999) que o espectro do comunismo rondava a Europa. Esse espectro transladou-se para os demais continentes, com maior ou menor sorte de afirmação. Não obstante, na América Latina este espectro parece ter se tornado o que o poeta chileno Pablo Neruda chamou de “eterna esperança”.

A triunfante Revolução de Outubro (1917) demonstrou que era possível a realização do levante popular. Dentre as revoluções que foram se desenvolvendo por todo o globo, não se imaginava a possibilidade real de êxito de uma ofensiva anticapitalista no continente americano, determinada pela hegemonia estadunidense na região. Entretanto, o resultado próspero da Revolução Cubana (1959) evidenciava o fortalecimento da “eterna esperança”, através da consolidação prática de um intento revolucionário.

Com o acirramento das tensões da Guerra Fria, que contrapunha o socialismo soviético ao capitalismo ocidental, os movimentos revolucionários latino-americanos foram duramente reprimidos com a efetivação do período de regimes autoritários, amplamente apoiados e financiados pela presença norte-americana. No caso paraguaio, o regime militar de Alfredo Stroessner (1954-1989) modelou decisivamente as estruturas

nacionais, tornando-as atadas a uma oligarquia que se consolidava com a inserção dos investimentos estrangeiros.

O fim da Guerra Fria, fomentando a derrocada da era *stronista*, difundiu a percepção de que o comunismo havia se tornado de fato um espectro que, no entanto, não ameaçava mais a hegemonia do capitalismo, o que emergia um período de estabilidade global do sistema. Sampaio Júnior (2011) afirma que isso não se cumpriu, ademais, a hegemonia do capital seguia mostrando períodos de instabilidade econômica e financeira, a manutenção das assimetrias sociais com políticas governamentais que priorizam a solidez dos grandes bancos e empresas, fazendo eclodir uma época de intensos debates, mobilização social e transformações políticas.

Consequentemente, a América Latina superava a falácia neoliberal (capitalismo individualista conciliado à democracia globalista), emergindo várias correntes de mudança, demonstrando que a “eterna esperança” seguia alimentada nas nações desta localidade. Todavia, o Paraguai seguia governado pela oligarquia, representada pelo Partido Colorado, que desde 1947 comandava o executivo nacional. Tal fenômeno, aliado às profundas deficiências sociais do país, fomentaram a efervescência social e política, auxiliando na mobilização revolucionária.

Porém, os revolucionários paraguaios não conseguiam desvincular-se do atomismo político criado pela ditadura *stronista*, que se utilizava da repressão sistemática contra qualquer organização contestatória – suprimindo assim as possibilidades de solidarização dos grupos, que se isolavam –, o que tornou grande parte dos movimentos sociais e políticos paraguaios marcados pelo caudilhismo de seus líderes.

Concomitantemente, as organizações revolucionárias paraguaias determinavam-se como adeptas de um estilo dogmatizador, concebendo uma revolução estática metodologicamente, passível de apenas um rol restrito de ferramentas para se efetivar, ligadas à atomização das organizações, legada pelo *stronismo* que persistia em se manter na nova etapa política nacional.

A revolução socialista não pode ser tomada como um dogma imutável, no concernente a sua forma e ferramentas para ser alcançada. O próprio marco teórico que permeia a práxis revolucionária, lançando-se mão da vertente leninista, concebe o movimento como heterogêneo, como passível de vários métodos para se lograr a vitória revolucionária. Deste modo, o movimento deve se adequar às condições que a conjuntura econômica, política e social lhe impõem, não se conformando com a situação posta e adentrando ao reformismo, mas sim observando as limitações conjunturais, que se combatidas com as ferramentas e méto-

dos equivocados podem desviar a finalidade da revolução, quitando seu caráter popular, transformando-a em um fenômeno estranho à realidade concreta da sociedade.

Assim, analisam-se as duas principais vias revolucionárias paraguaias que vinham sendo implementadas na nova década (de 2010), concebendo a consciência de classe como fenômeno imprescindível à revolução socialista, demonstrando que o fracasso da *via luguista* e a incapacidade de transformações reais da *via epepista* estão relacionadas com a falta deste fenômeno imperioso ao socialismo. Ademais, a rigidez metodológica destes movimentos torna-se outra barreira que impede a consolidação da revolução socialista paraguaia.

A centralidade da consciência de classe no processo revolucionário socialista

Quando se discute a possibilidade factual de ocorrer a passagem do sistema capitalista ao socialista, por meio da revolução do proletariado (leninismo), extrai-se um elemento central deste fenômeno: o proletariado. Marx e Engels (1999) já mencionavam que essa classe era o motor da sociedade, especialmente da socialista, sendo os agentes ativos para a efetivação de tal transição.

No entanto, a ação revolucionária do proletariado, visando à destituição do poder burguês, extinguindo o modo de produção capitalista, necessita imperiosamente de uma alta organização, devido à detenção do poderio econômico e político nas mãos da burguesia. A atomização emerge como um método favorável ao anseio burguês de impedir a eclosão da revolução. Segundo Marx e Engels (1999, p. 22), “a organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários”.

Para evitar este fenômeno, o proletariado necessita unir-se, e esta união só é lograda com a existência de algum objetivo em comum, qual seja o fim do despojo capitalista. Isto é logrado com o esclarecimento e a conscientização do proletariado de suas necessidades comuns, dos objetivos convergentes entre os vários setores, alcançados tão somente com a soma dos esforços globais, empreendendo a fase decisiva da luta de classes.

Luxemburgo (2009, p. 29) determina que entre os “dados fundamentais do capitalismo” em que se apóia o socialismo científico, o único processo a ser construído consiste “[...] na organização e na consciência

de classe cada vez maiores do proletariado e que constituem o elemento ativo da revolução iminente”. E este é justamente o “elemento ativo”, a força motriz para a revolução socialista. Tal afirmação provém da junção de dois fatos concretos ao leninismo: o proletariado é o agente revolucionário e sua ação se dará somente com a existência de consciência coletiva de sua situação e seu papel transformador.

Ademais, a necessidade de organização proletária com vistas à revolução emerge de outro fenômeno da sociedade observado pelo marxismo: o caráter classista do Estado. Neste sentido, é constatado por Lênin que a classe fundamental do regime dominante exercerá a dominação nas estruturas estatais, determinando sua funcionalidade. Sendo assim, a um Estado socialista revolucionário é imprescindível a dominação de classe do proletariado, e para isto, torna-se essencial a existência de um caráter de classe na organização proletária, que permita sua imponência como classe fundamental no modo de produção.

Lênin afirmava não poder existir - salvo em breves períodos de transição - regime estatal sem conteúdo de classe determinado, sem que uma classe fundamental no modo de produção determinante exerça através desse regime (não importa por meio de quantas mediações) sua dominação sobre o conjunto da sociedade (COUTINHO, 1980, p. 21).

Da mesma forma, Lênin determina que o regime político do Estado representa os interesses da classe dominante. Assim sendo, a democracia vivenciada no sistema capitalista torna-se uma democracia da minoria.

Na sociedade capitalista, nas condições do seu desenvolvimento mais favorável, temos um democratismo mais ou menos completo na república democrática. Mas este democratismo está sempre comprimido nos limites estreitos da exploração capitalista e, por isso, permanece sempre, em essência, um democratismo para a minoria, apenas para as classes possuidoras, apenas para os ricos. A liberdade da sociedade capitalista permanece sempre aproximadamente como era a liberdade nas repúblicas gregas antigas: liberdade para os escravistas. Os escravos assalariados atuais, devido às condições da exploração capitalista, permanecem tão esmagados pela necessidade e pela miséria que “não estão para democracias”, “não estão para políticas”, que, no curso habitual, pacífico, dos acontecimentos, a maioria da população está afastada da participação na vida político-social (LÊNINE, 1977, p. 48).

Todavia, realizando uma releitura adaptada do leninismo, Coutinho (1980) afirma que é equivocado supor uma “nova democracia”, fundada nos anseios populares socialistas, surgida após a conquista proletária do poder estatal. Deste modo, fazem-se necessárias tanto a existência das bases do novo modo de produção já dentro do capitalismo, quanto dos elementos da democracia socialista no regime político dominado pela burguesia.

No primeiro caso, trata-se de suprimir as relações de produção capitalistas para que as forças produtivas materiais possam se desenvolver plenamente, de modo adequado à emancipação humana; no segundo caso, trata-se de eliminar o domínio burguês sobre o Estado a fim de permitir que esses institutos políticos democráticos possam alcançar pleno florescimento e, desse modo, servir integralmente à libertação da humanidade trabalhadora (COUTINHO, 1980. p. 26).

À socialização crescente da política impõe-se a existência de *sujeitos políticos coletivos*, contrapostos ao atomismo característico do liberalismo clássico. E a formação destes sujeitos funda-se na criação de consciência de classe nos mesmos, permitindo a compreensão da necessidade de associação proletária, almejando a conquista do poder político estatal, por meio da revolução socialista, baseada na organização coletiva do proletariado. Portanto, “o pluralismo deixa de ser um pluralismo de indivíduos atomizados para se tornar um pluralismo de organismos de massa” (COUTINHO, 1980. p. 29).

Assim, a democracia socialista funda-se na articulação existente entre o pluralismo das organizações políticas e a hegemonia política do proletariado, “[...] na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos coletivos autônomos” (COUTINHO, 1980, p. 34). A dita articulação só pode ser lograda com a presença de consciência de classe proletária, que permita a hegemonia de classe respeitando a pluralidade organizacional. Do contrário, ou a hegemonia proletária não se efetiva, pelo atomismo das organizações, ou a hegemonia se torna autoritária e repressiva, por não considerar a pluralidade dos sujeitos políticos coletivos.

Considerando-se todos estes fenômenos, emerge a concepção clássica leninista, de que o socialismo pode ser alcançado somente com a conformação de dois aspectos impulsionadores da revolução: a eliminação da apropriação privada dos frutos do trabalho, juntamente à superação da alienação política (COUTINHO, 1980).

Observa-se, deste modo, que ao analisar-se a revolução socialista, a conscientização de classe é objeto fundamental e imperioso à consolidação desta. Não há socialismo (e democrático) sem consciência de classe. Desta forma, emerge como função essencial da organização revolucionária o trabalho junto ao proletariado para a conscientização de sua organização enquanto sujeito ativo da mudança na sociedade.

As relações de produção da sociedade capitalista aproximam-se sucessivamente das relações de produção socialista. Em contrapartida, as suas relações políticas constroem entre a sociedade capitalista e a sociedade socialista um muro cada vez mais alto [...] Apenas um golpe revolucionário, isto é, a conquista do poder político pelo proletariado, o poderá abater (LUXEMBURGO, 2009, p. 61).

Consciência de classe no Paraguai: a experiência *luguista* e a *epepista*

No concernente ao movimento revolucionário paraguaio, as duas organizações estudadas emergem como claros exemplos de ausência de conteúdo de classe, conscientização da massa urbana e rural, voltando-se como fator substancial na determinação de seu êxito real. Neste marco, analisemos inicialmente o intento eleitoreiro *luguista*, sob a égide do regime democrático paraguaio, buscando destituir a oligarquia do poder em favor de uma organização dos operários e camponeses paraguaios.

As crescentes denúncias de corrupção, autoritarismo estatal e crises internas descredenciavam cada vez mais o Partido Colorado junto à população, ainda afetada pelas marcas da ditadura *stronista*, tomando esta organização partidária como a forma plausível de governar o país. Isto era garantido por uma forte campanha propagandística pró-*coloradismo*, bem como pela criminalização da esquerda e dos movimentos sociais paraguaios. Este fenômeno é debatido por Korol (2008, p. 10), evidenciando que: “[...] puede constatarse que la criminalización de los movimientos sociales es un mecanismo que está a la orden del día, y que constituye una modalidad de actuación del poder que debe ser puesta más enérgicamente en el debate de las fuerzas populares, para poder desarticularlo”.

Mas esta campanha só pode ser efetivada por dois fatores propulsores de sua consolidação: o poder político da imprensa oligárquica e a falta de conscientização de classe das massas operárias e camponesas paraguaias. Dentro da lógica do sistema capitalista, Luxemburgo (2009)

já apresentava a “melhoria dos meios de comunicação” como um dos modos mais eficazes para a adaptação do capitalismo às conjunturas desfavoráveis.

Não obstante, uma grande contribuição teórica acerca do poderio político da imprensa paraguaia é apresentada pelo revolucionário Osmar Martínez, quando esclarece sua visão de tal fator, evidenciando a facilidade de acesso aos meios de comunicação mais consumidos na sociedade paraguaia (rádio e televisão), em contraposição aos livros, que possibilitariam a formação de um pensamento autônomo libertário. Isso ocorre tanto pelos preços destas mercadorias, suas possibilidades de pagamento, quanto de sua utilização. Ao operário e ao campesino é muito mais acessível sentar e assistir ao jornal televisivo, ou ouvir o radialista, que ocupar seu período de descanso para ler livros, que demandariam um tempo muito superior para serem apreciados.

Por tal constatação é que se torna possível afirmar que a imprensa cumpre um amplo papel de dominação ideológica sobre o proletariado, dependente da opinião formada pelos jornalistas sob uma linha editorial voltada à manutenção deste mecanismo. E, cumprindo o papel que lhe cabe, a imprensa oligárquica destrói, mistifica e desmoraliza qualquer tentativa de libertação revolucionária, utilizando-se de sua influência, e estabelecendo um conformismo nas massas que as tornem submissas ao sistema vigente.

Los ideólogos saben que estos medios de dominación son lo más efectivo a sus intereses, y saben que mientras los millones de miserables están bajo su control, no pueden revelarse contra su miseria y no buscan a los responsables de su sufrimiento, vivirán en la quimera de sus problemas, es por voluntad de Dios, y con suerte sacarán alguna lotería para salir de la miseria, encomendarán sus problemas a una solución “milagrosa” o recurrirán a un tarotista para que prediga su futuro. Mientras más ingenuos, más embaucadores se aprovechan de ellos y más dopados y dominados por la prensa, más se mofarán de ellos los poderosos para seguir con sus fines (MARTÍNEZ, 2011, p. 164).

Seguindo-se a análise da tentativa eleitoral de triunfo revolucionário, as eleições de 2008 representaram um *turning point* da esquerda paraguaia, culminando com a tragédia política de 2012. Fernando Lugo, ex-bispo de San Pedro, conforma uma aliança política extensiva que engloba quase todos os setores da sociedade, exceto os *Colorados* (as alas mais conservadoras). Em torno de sua imagem religiosa e personalista, que

buscava demonstrar um líder carismático defensor dos menos favorecidos pelo aparelho estatal vigente, estabeleceu-se a *Alianza Patriótica para el Cambio (APC)*², unindo partidos de esquerda, progressistas, direitistas, conservadores, operários, camponeses e oligárquicos, criando uma organização política remendada com várias matrizes, tendo em sua heterogeneidade o combustível essencial para a efervescência político-social.

Quando inicia a campanha presidencial de Lugo, os *Colorados* não analisaram de forma suficientemente correta tal evento, crendo que a propaganda levada a cabo até então, juntamente com a alienação da população por meio da mídia oligárquica, seria suficiente para frear a efervescência social insipiente, que tinha na figura de Lugo a personificação da possibilidade de transformação social no Paraguai. Por outro lado, a esquerda paraguaia considerou que as instituições democráticas capitalistas possibilitariam a liberdade de ação necessária para tais transformações. Supunham que a tensão inevitável causada pela união de vários anseios (divergentes) na mesma proposta apaziguar-se-ia pela hegemonia da esquerda.

La oligarquía reaccionaria pecó de soberbia y subestimó a la masa que estaba harta del manejo prebendario y corrupto, permitieron el desarrollo normal de las elecciones por eso perdieron y la “izquierda” oportunista subestimó a la derecha reaccionaria pensando que los dejarían gobernar (MARTÍNEZ, 2011, p. 125).

Com a vitória de Lugo, o Partido Colorado perdeu sua hegemonia, no entanto, não emergia uma hegemonia proletária, pois o governo estava ligado à oligarquia, por suas alianças políticas eleitorais, que permitiram a sua ascensão ao executivo. A margem de ação do governo *luguista* restringia-se ao ponto em que suas políticas não afetassem os interesses da oligarquia. Para compreender a ocorrência deste fenômeno, torna-se necessário retornar aos apontamentos do leninismo, no concernente à conscientização de classe e ao conteúdo de classe do governo proletário.

O governo de Lugo não possuía uma ideologia definida, pois ao mesmo tempo em que se comprometia com o câmbio social, compro-

² A APC teve apoio do PLRA (Partido Liberal Radical Auténtico), do PMAS (Partido del Movimiento al Socialismo), PCPS (Partido Convergencia Popular Socialista), PDC (Partido Demócrata Cristiano), PPS (Partido País Solidario), PPT (Partido Popular Tekojoja), PDP (Partido Democrático Progresista), PRF (Partido Revolucionario Febrerista), PFA (Partido Frente Amplio), PEN (Partido Encuentro Nacional), Bloque Social y Popular, de setores do UNACE (Partido Unión Nacional de Ciudadanos Éticos) e do PPQ (Partido Patria Querida), bem como de dissidentes da própria ANR (Asociación Nacional Republicana).

metia-se com a manutenção da economia agroexportadora latifundiária da oligarquia nacional. Esta afirmação pode ser comprovada com uma das bases da campanha *luguista*, a reforma agrária. Se, por um lado Lugo defendia a necessidade de se efetivar um processo de reforma agrária, conquistando o apoio da massa de camponeses e dos movimentos sociais paraguaios, por outro lado, legitimava a manutenção da economia latifundiária, local de onde proveio o apoio político necessário para derrotar o Partido Colorado nas eleições de 2008.

Por conseguinte, explica-se a eleição de Lugo à frente das organizações camponesas, por estas serem marcadas pelo caudilhismo, onde os camponeses não possuem conscientização de classe, ficando à mercê dos rumos ditados pelos líderes dos movimentos, que decidiram pela coalizão partidarista com a direita. Lênin apresentou um fenômeno análogo na Rússia durante a Revolução, mencionando que “[...] cuanto menos experiencia tenga el pueblo ruso en punto a organización, tanto más resultantemente habrá que emprender la labor de organización del pueblo mismo y no exclusivamente de los politicastros burgueses y funcionarios con “puesticitos lucrativos” (LENIN, 1961, p. 28).

Para Osmar Martínez, a dualidade da proposta *luguista* consistia em seu “pecado original”, e este impossibilitava um governo popular e revolucionário, constituindo-se tão somente na manutenção do poder oligárquico legitimado pelo governo da esquerda progressista e democrática.

El pecado original de Lugo está en no tener una ideología bien definida y una organización política propia que sea capaz de confrontar a la derecha estratégicamente, ya que es natural que la derecha no permita un tranquilo desarrollo de un programa para la mayoría a sabiendas que va contra sus intereses económicos, políticos e ideológicos (MARTÍNEZ, 2011, p. 125-6).

A falácia da proposta *luguista* era tão clara que, ainda em 2011, Osmar Martínez alertava para os prováveis desdobramentos que este governo poderia trazer para todo o projeto revolucionário paraguaio, causada pela sua busca incessante por cargos. Martínez (2011) afirma que Lugo havia logrado assumir o governo, mas não o poder no Paraguai. Dentro do regime democrático, o governo pode ser conquistado graças à esperança do proletariado em mudanças, ou em sua desilusão com os governos anteriores. No entanto, dentro do sistema capitalista, o governo tem sua legitimidade de ação até o momento em que não interfere nos interesses do capital. Lugo havia causado um “parto prematuro” do ideal revolu-

cionário, não obstante, abortando este ideal por suas opções políticas. A esquerda em geral não sairia ilesa deste grande equívoco.

O golpe derradeiro que solapou o intento *luguista* ocorreu em 2012. Após um início de ano marcado pela crescente tensão entre camponeses sem-terra e latifundiários (ambos tendo seus anseios abarcados pelo *luguismo*), ocorreu um evento de forte apelo emocional, amplamente utilizado pela imprensa para facilitar a eclosão de um processo de juízo político do presidente. Em 15 de junho ocorreu um enfrentamento entre policiais e camponeses motivado por uma ação de reintegração de posse, vitimando onze camponeses e seis policiais, legitimando a deflagração do juízo político por parte da oligarquia.

Em 22 de junho, Lugo já havia sido condenado politicamente pela Câmara e o Senado havia sido deposto do cargo de presidente por “não cumprimento das suas atribuições”. Extrai-se disso o fato de que os *luguistas* não mensuraram corretamente o limite de sua ação (ou da inação) em relação aos interesses da oligarquia. Acreditavam que os camponeses seguiriam crendo em suas promessas e em seu governo personalista. Não compreenderam que os camponeses haviam despertado, mesmo que de forma desorganizada, conseguindo assimilar o que o revolucionário Alcides Oviedo Britez havia evidenciado: “Los intereses más esenciales y decisivos de las clases oprimidas solo podrán ser satisfechas por medio de transformaciones políticas radicales, y las transformaciones políticas radicales no se lograrán prendiendo vela a los santos” (BRITTEZ, 2011, p. 38).

Além da tentativa eleitoral *luguista*, analisaremos a seguir o movimento guerrilheiro armado do *Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP)*, como uma outra forma de luta revolucionária levada a cabo no Paraguai, desde 2008. Surgido no seio dos debates revolucionários paraguaios pós-stroinismo, o EPP emergiu como uma organização com um viés estritamente dogmático da revolução socialista.

Observando que a ditadura de Stroessner havia legado uma população demasiadamente temerosa pela participação política, a realidade assimétrica paraguaia e o avanço do neoliberalismo pelas mãos dos *Colorados*, o EPP concebeu a luta armada como a única forma possível de se lograr a revolução socialista, abortando uma necessidade essencial aportada pelo leninismo, a conscientização de classe.

Hablar de cambios profundos, de medidas favorables a los pobres, de amor al pueblo, de defensa de sus intereses, etc. Y no plantear el punto central del asunto – como lo hacen los seudosocialistas es ser un mero embaucador y estafa-

dor. El punto central del asunto es este: ¿Dotaremos a las clases oprimidas de las herramientas necesarias para conquistar y mantener su liberación? Herramientas vulgarmente conocidas como armas. Nosotros nos planteamos dar al pueblo capacidad de decisión y elección así como poder para hacer cumplir sus decisiones; ¿Y que más poder que la punta de los fusiles? (BRITEZ, 2011, p. 33).

Torna-se evidente a preleção pelo militarismo por parte dos *epepistas*. Não obstante, estes não concebem a conscientização de classe como fundamental para a revolução. Ora, simplesmente posicionar o proletariado com armas nas mãos não consolidará uma revolução socialista. Há de se elucidar ao proletariado a sua situação, de quais fatores ela emana, o que pode ser feito para alterá-la e como pode ser feito. Este é um trabalho histórico que cabe aos teóricos da revolução, bem como a todos os revolucionários dotados de consciência de classe.

Por tais imposições factuais, não apreciadas de forma exitosa pelos *epepistas*, que se explica porque o EPP ainda não logrou avanços precisos para a consolidação da revolução socialista. Sua dogmatização revolucionária – desconsiderando a centralidade da conscientização de classe proletária – enfraquece o movimento, principalmente quando sofre ataques da imprensa e da oligarquia. Tornou-se quase unanimidade no Paraguai que a ação *epepista* é criminosa, difundindo entre a população dos Departamentos de maior influência do EPP (Concepción e San Pedro, no norte do país) a necessidade de dismantelar a organização capturando os militantes.

A esta ofensiva o EPP não consegue rebater, por não ter uma base de apoio estabelecida na região, devido à falta de conscientização campestre de que o EPP seria um instrumento de libertação da mesma. O apoio logrado pelos *epepistas* provém do medo da população, que se cala e consente com a ação militarista.

De tal modo, considerando os fatores apresentados, é possível afirmar que a destituição de Lugo e o colapso da tentativa *luguista* eleitoreira ocorreram pela falta de ideologia definida no governo que se estabeleceu. Isto se sucedeu pela inexistência de conscientização de classe do proletariado votante na proposta de Lugo. A população ficou à mercê da opinião política difundida pela imprensa, que amplamente apoiou a oligarquia no processo de destituição de Lugo. Da mesma forma, é possível afirmar que o intento guerrilheiro armado do EPP não conseguiu avançar consideravelmente em seu anseio revolucionário pelo mesmo motivo: a falta de conscientização de classe dos campestres, que não compreendem o

instrumento advogado pela organização, tornando-se reféns do medo imposto aos mesmos, forma encontrada para a manutenção do movimento.

A questão metodológica na revolução paraguaia

Consequentemente, outra análise a ser efetuada para estabelecer as características e as possibilidades do movimento revolucionário paraguaio – sob as duas matrizes observadas –, diz respeito aos métodos revolucionários utilizados, sobretudo quando se emprega o aporte leninista, onde o método é fator central para a aplicação mais ou menos efetiva da conscientização de classe, visando efetuar a revolução socialista.

Porque las causas de la revolución residen en última instancia en las condiciones de vida material de la sociedad, en el conflicto entre las fuerzas productivas y las relaciones de producción. Este conflicto toma cuerpo en el choque de grandes masas humanas, de clases, que se levantan a la lucha empujadas por causas objetivas que no dependen de la voluntad de determinados individuos o grupos y ni siquiera de partidos. El Partido Comunista organiza las acciones de las masas, las dirige, pero sin tratar de hacer la revolución “por ellas” y sólo con sus propias fuerzas (ACADEMIA DE CIENCIAS DE LA URSS, 1960. p. 87-88).

As principais formas de luta de classes do proletariado concebidas pela visão revolucionária leninista, apresentadas pela ACADEMIA DE CIENCIAS DE LA URSS (1960), são a luta econômica, a luta ideológica e a luta política. Torna-se evidente, assim, que a revolução socialista não se efetiva como tal sem a utilização de variados métodos de luta, condizentes com a realidade objetiva das estruturas do sistema capitalista vigentes. Como observado por Lênin, durante a Revolução Russa: “De la peculiaridad de la situación real, tal como queda expuesta, se desprende obligatoriamente para el marxista -que debe tener presentes los hechos objetivos, las masas y las clases, y no los individuos, etc.- la peculiaridad de la táctica del momento presente” (LENIN, 1961, p. 25).

Desta forma, apreciando aos movimentos revolucionários paraguaios *luguista* e *epepista*, observaremos que a aplicação do leninismo caracteriza-os como organizações dogmáticas, desprovidas de uma consideração realista das condições existentes à luta de classes e à revolução socialista, adentrando ao oportunismo eleitoral burguês ou à criminalidade do armamentismo desmedido.

Los enemigos del comunismo presentan la revolución proletaria como obra de un reducido grupo de “conjurados”. Esto es un embuste como un templo. El marxismo-leninismo no admite la táctica de las “revoluciones de palacio”, de los golpes, de la toma del poder por una minoría armada. Así se desprende lógicamente de la interpretación marxista de los procesos sociales (ACADEMIA DE CIENCIAS DE LA URSS, 1960, p. 87).

Os *luguistas* caíram na lógica da busca por cargos, no conformismo, na aliança com a direita, com a oligarquia e a burguesia paraguaia, retirando todo o carácter popular da proposta. O governo, por seu individualismo na condução das políticas públicas, visando tão somente satisfazer as necessidades *prebendarias* dos líderes da campanha *luguista*, isolou-se dos seus dois aliados fundamentais: a oligarquia anticolorada e os camponeses. Tornou-se uma organização estranha às estruturas tanto do capitalismo oligárquico quanto do projeto socialista revolucionário.

Já os *epepistas* caíram na lógica da criminalidade. Sua principal fonte de apoio é o medo da população pobre, alimentado pela mídia que diariamente lança novas possibilidades de ações do grupo armado. Esqueceram-se (não cabe aqui determinar se intencionalmente ou não) da consolidação da força motriz para a revolução socialista, a conscientização de classe.

Ambas as formas de desviação revolucionária desconsideram uma premissa essencial à revolução socialista, proletária, elencada pelo leninismo: esta revolução diferencia-se das demais já ocorridas na história por acabar com a exploração e a opressão na sociedade. O *luguismo* nem mesmo tentou efetivamente implantar um projeto socialista, a partir do momento em que abdicou da ideologia revolucionária para vencer as eleições. Por outro lado, os *epepistas* seguem utilizando-se do discurso marxista-leninista para legitimarem seu método de ação, tendo como objetivo último a supressão do Estado burguês por um de carácter socialista, camponês e operário.

As duas organizações acabaram queimando etapas da revolução, e, deste modo, não conseguiram (até o momento) alcançar seu objetivo. Para tal, Lenin já havia elencado as três premissas que caracterizavam a insurreição marxista, diferenciando-a do oportunismo de outros métodos.

Para poder triunfar, la insurrección no debe apoyarse en una conjuración, en un partido, sino en la clase avanzada. Esto, en primer lugar. En segundo lugar, debe apoyarse en el *auge revolucionario del pueblo*. Y en tercer lugar, la insur-

rección debe apoyarse en aquel *momento de viraje* en la historia de la revolución ascensional en que la actividad de la vanguardia del pueblo sea mayor, en que mayores sean las *vacilaciones* en las filas de los enemigos y en las *filas de los amigos débiles, a medias, indecisos, de la revolución* (LENIN, 1961, p. 198)

Não obstante, para efetivarem seu método de ação, os *epepistas* implantam uma luta de classes em sua área de ação (Concepción e San Pedro), em contraposição à necessidade imperiosa de esclarecer ao proletariado a existência da luta de classes e seu caráter junto ao Estado capitalista. Ademais, a luta de classes apresentada não passa da perpetração de ações descabidas, que não contribuem de fato ao projeto revolucionário.

Essencialmente o que se evidencia nestes apontamentos é o primordial erro metodológico existente em ambos os intentos revolucionários, prejudicando o movimento revolucionário em nível mais amplo, colaborando com a contrarrevolução, apresentada substancialmente na mídia oligárquica. Esta, por sua vez, distorce todo o projeto revolucionário caracterizando-o através das desviações *luguista* e *epepista*. Deste modo, ao proletariado carente de conscientização de classe, a revolução socialista lhe parece um ser fantasmagórico prejudicial à sociedade, fomentado pela dupla ação pró-reacionária: o fracasso dos revolucionários dogmáticos e o êxito da contrarrevolução midiática.

Considerações Finais

As análises feitas neste artigo buscaram demonstrar como as tentativas revolucionárias *luguista* e *epepista* no Paraguai equivocaram-se em preterir a conscientização de classe do proletariado e em dogmatizar o método de ação revolucionário, concebendo apenas uma forma como a plausível de efetivar o movimento.

O *luguismo* já chegara ao poder cedendo às necessidades eleitoreiras e abortando o ideal revolucionário. Retomando aos apontamentos de Lênin, como não há Estado, nem governo, sem conteúdo de classe determinado, e sabendo-se que o governo de Lugo pecou por não manter sua ideologia socialista, presume-se que o caráter de classe existente era oligárquico e burguês. Deste modo, sua função histórica era tão somente manter a ordem capitalista. Quando falhou em seu objetivo, Lugo foi sumariamente deposto pelo “mau exercício de suas funções”.

Os *epepistas*, por sua vez, abdicaram da atuação junto aos camponeses, conscientizando-os de seu papel revolucionário, para adentrarem no equívoco pensamento de que somente as armas e a violência são instrumentos eficazes para a revolução. Como evidenciado pela *Academia de Ciencias de la URSS* (1960), uma revolução armada de uns poucos indivíduos não formará um Estado Socialista, a este é imprescindível a eliminação de qualquer tipo de exploração e dominação, o que só é logrado com a existência dos homens novos apresentados por Guevara (1960), dotados de consciência de classe, e capazes de organizarem-se ao redor da organização revolucionária para efetivarem, com o método mais propício à conjuntura estrutural existente, a revolução proletária.

A organização revolucionária deve ser um meio para se alcançar o socialismo, não um fim. O que os *luguistas* e os *epepistas* fazem é transformar a organização em um ente isolado da realidade do proletariado, da mesma forma que o Estado se afastou da sociedade, como afirma Lênin (1977). A questão aqui não é o mérito da ação de cada vertente, seus êxitos e retrocessos, mas sim de elucidar que se for tomado realmente um planejamento revolucionário, leninista, o *luguismo* e o *epepismo* não lograrão seu objetivo. Falta-lhes o quadro básico para tal, o proletariado consciente de seu papel de classe revolucionária, dotada de meios e ferramentas que permitam a tomada do poder, via Estado, estabelecendo uma nova estrutura econômica, política e social, marcada pelo caráter socializante da sociedade.

Referências bibliográficas

ACADEMIA DE CIENCIAS DE LA URSS. *Manual de marxismo-leninismo*. Ciudad de México: Grijalbo, 1960.

BRITZ, Alcides Oviedo. *Programa Político del Ejército del Pueblo Paraguayo*. 1. ed. Publicação livre, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. 1. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

GUEVARA, Ernesto Che. *La Guerra de guerrillas*. 1. ed. Publicação livre: 1960. pp. 58.

KOROL, Claudia. Palabras preliminares. In: ACOSTA, Agustín. *Reflexiones políticas desde la cárcel*. 1. ed. Buenos Aires: El Colectivo - América Libre, 2008. p. 9-18.

LENIN, V. I. *Obras escogidas: Tomo II*. Moscú: Progreso, 1961.

LÉNINE, Vladimir Ilitch. O Estado e a Revolução: A doutrina do Marxismo sobre o Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução. In: LÉNINE, Vladimir Ilitch. *Obras Escolhidas de V. I. Lênine*. Lisboa: Editorial Avante, 1977. Tomo 2.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARTÍNEZ, Osmar Feliciano. *La razón de mi prisión*. 1. ed. Buenos Aires: Editorial Cooperativa El Río Suená, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Rocket Edition, 1999.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. Apresentação In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. 1. ed. Campinas: UNICAMP (Navegando Publicações), 2011.

A INCOERÊNCIA NA FORMAÇÃO DO ESTADO IUGOSLAVO: um “diálogo” com a obra *Nações e Nacionalismo* de Eric J. Hobsbawm

Samuel DECRESCI¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo refletir sobre os critérios e parâmetros que norteavam as instituições e intelectualidades políticas internacionais na confecção ou idealização dos postulantes a Estados nacionais ao longo do final do século XIX e início do XX. Ademais, analisar, em particular, as especificidades da ideia e formação do Estado iugoslavo, cujo nome de nascimento foi Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos.

Palavras-chave: Teoria Política. Nacionalismo. Pensamento Político. Conflitos Étnicos.

THE INCOHERENCE IN THE FORMATION OF THE YUGOSLAVIAN STATE: a “dialogue” with Eric Hobsbawm’s book *Nations and nationalism*

Abstract: This article aims to reflect on the criteria and parameters that shaped the institutions and mindsets in international policies in the creation or idealization of candidates to national states throughout the late nineteenth and early twentieth centuries. In addition, examining in particular, the specifics of the idea and formation of the Yugoslav state, whose birth name was Kingdom of Serbs, Croats and Slovenes.

Keywords: Political Theory. Nationalism. Political Thought. Ethnic Conflicts.

O século XIX europeu é revelador de um período de grandes mudanças a que Estados e povos estavam submetidos. Gradativamente, o sistema capitalista e sua ideologia liberal modernizante avançavam sobre espaços antes dominados pelas tradições e relações tipicamente feu-

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara). E-mail: samdecresci@gmail.com .

dais introduzindo nas diferentes sociedades o “ethos” da modernidade. Ao mesmo tempo em que algumas nações se constituíam como Estados, como Itália e Alemanha, grandes Impérios desmoronavam ou começavam a dar sinais evidentes de fragilidade. Na esteira desses eventos, muitos povos, subjugados por potências, ansiavam por constituírem Estados-Nação onde predominassem harmonia, solidariedade, liberdades e igualdade. Entretanto, era necessário muito mais que vontade para potencializar tais anseios, uma vez que uma série de desafios, critérios ou bases teóricas eram levadas em consideração na construção e aceitação de um Estado Nacional pela comunidade internacional. Esta primeira parte do presente artigo tem por finalidade refletir sobre tais questões.

Primeiramente, existiu um princípio, elaborado por teóricos e intelectuais liberais² do século XIX, conhecido por “ponto crítico” em que somente um Estado com dimensões consideráveis poder-se-ia efetivar e ser autossuficiente em suas necessidades básicas, não sendo um empecilho próprio e externo. Fora isso, considerava-se que apenas “nações viáveis” (que dispusessem de território com recursos naturais, tecnologia e capitais) poderiam obter sucesso em uma autodeterminação; para os povos “pequenos” ou “atrasados”, restava-lhes a tutela e incorporação/anexação a Estados maiores. Hobsbawm (1990) sublinha que, segundo a visão dos teóricos liberais, tal concretização representaria na evolução do progresso humano atingir estágios superiores. Tal premissa, com nuances deterministas e teleológicas, vigorou por todo século XIX e perdeu forças a partir da Primeira Guerra Mundial.

Segundo Hobsbawm (1990), um Estado, ao ser erigido, deveria levar em consideração língua, origem, história e cultura (etnicidade), uma vez que formações socioculturais sem precedentes históricos e com valores (morais e religiosos) e idiomas distintos dificilmente alcançariam uma homogeneidade e coesão nacionais. Sobre estas questões, cabem ainda algumas considerações. Sobre o idioma, faz-se necessário atentar para o fato de que, na Europa, existia e existe uma infinidade de dialetos dentro das diferentes regiões. Assim, ao eleger um (dialeto) como língua oficial dentro de um Estado-Nação, o critério decisivo foi reiteradamente aquele relacionado a uma elite cultural (“intelligentsia”) e econômica. Retornando à história e à etnicidade, Hobsbawm (1990) se utiliza de um conceito que remonta a um sentimento de solidariedade que estaria intimamente relacionado às comunidades tradicionais e que poderia preencher um vazio, ocasionado pela modernidade, no momento da edificação de um Estado-Nação moderno. Está se falando dos “laços protonacionais” ou “protonacionalismo”:

² Dentre eles se destacam Friedrich List e John Stuart Mill.

Em muitas partes do mundo, os Estados e os movimentos nacionais podem mobilizar certas variantes de sentimento de vínculo coletivo já existente e podem operar potencialmente, dessa forma, na escala macropolítica que se ajustaria às nações e aos Estados modernos... (HOBSBAWM, 1990, p. 63).

Ademais, entre o final do século XIX e início do século XX, sobretudo com o fim da Primeira Guerra Mundial e a vigência do “Wilsonianismo”³, ganha força o “princípio da nacionalidade” onde: “qualquer corpo de pessoas que se considerasse uma nação demandaria o direito à autodeterminação, o que significava o direito a um Estado independente soberano separado por seu território...” (HOBSBAWM, 1990, p. 126). Tal princípio que viceja, na esteira da onda nacionalista, elegia como critérios principais a etnia e língua, e relegava outros pontos, tais como dimensões territoriais, precedentes históricos ou sentimento de pertencimento a uma entidade histórica.

Como aludido acima, tal princípio vingou muito em função da conjuntura política internacional de 1918, onde Impérios multiétnicos seculares,⁴ como o Turco Otomano e Áustria-Hungria, ruíram abrindo a possibilidade de autodeterminação e autonomia a uma série de povos que viveram durante muito tempo sob a tutela de outrem. Assim, nesta já citada conjuntura, os rumos dessa reordenação europeia seriam conduzidos pela potência vencedora, EUA, sua filosofia política de momento, o “Wilsonianismo”, e postas em prática pelo Tratado de Versalhes.

O “Wilsonianismo” e seus famosos “14 pontos”⁵ pregavam, dentre outras coisas, a promoção e propagação da democracia, a livre determinação dos povos étnicos e, de um ponto de vista político e histórico estadunidense, o intervencionismo e o não-isolacionismo. Por outro lado, fomentar e incentivar a criação de tais Estados fragilizaria antigas potências e colocaria as incipientes nações sobre uma possível área de influência dos EUA e aliados (HOBSBAWM, 1995).

Por último, importante dedicar um espaço ao nacionalismo, espécie de fomentador ideológico do “nacional”. Tal fenômeno visto no tempo e espaço assumiu e assume especificidades e naturezas ambivalentes. No final do século XIX e início do XX, ele representou tanto a manifestação

³ Refere-se a uma perspectiva política ideológica não isolacionista ou intervencionista do presidente estadunidense, Woodrow Wilson, à época do pós Primeira Guerra Mundial.

⁴ No sentido de tempo.

⁵ Documento pode ser consultado em: <http://icp.ge.ch/po/cliotexte/la-premiere-guerre-mondiale/wilson.sdn.html>; acessado em 01/09/2011 às 11h00min horas.

de coesão de identidades, grupos e comunidades tradicionais ameaçados, em vários sentidos, pelo rápido progresso da modernidade e das formas urbanas de vivência quanto uma ideologia burguesa, herdeira da Revolução Francesa, de viés emancipatório e aglutinador (HOBBSAWM, 1990). Ademais, ao nacionalismo e sua base conservadora de apego ao passado, justapõem-se (e se justapõem), recorrentemente, valores folclóricos ou mitológicos, religiosos e aqueles inerentes a uma intelectualidade.

Sendo assim, foram tratados critérios e questões concernentes à formação de alguns Estados-Nação europeus na passagem do século XIX para o século XX. Isto posto, em seguida apresentar-se-á os argumentos que atestam a incoerência da construção e ideia do Estado iugoslavo⁶.

A formação do Estado iugoslavo e sua peculiaridade de incoerência

Benedict Anderson (1989), em sua clássica obra, *Nação e consciência nacional*, lança o axioma que revela toda a singularidade na confecção e formação dos Estados-Nação modernos: a nação é uma comunidade imaginária. Hobsbawm (1990), por sua vez, complementa tal ideia ao sublinhar que são os Estados e nacionalismos que formam as nações e não o contrário. Com isso, transplantando tais ideias para o objeto deste estudo e reflexão, vê-se que elas se ajustam perfeitamente. O Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (futura Iugoslávia) nasce em 01 de dezembro de 1918, de uma ideia e nacionalismo sem, ao menos, um precedente sequer e acreditando fortemente no poder da língua. Nesta etapa do presente artigo, analisar-se-á sobre que estrutura/condições/ideologias foi erigido o Estado-Nação iugoslavo.

A Iugoslávia (Eslávia do Sul) foi, antes de tudo, uma ideia patrocinada por um grupo conhecido por Ilirianismo ou Ilirismo, uma espécie de movimento de propagação da libertação ao imperialismo político criado por teóricos e intelectuais croatas, eslovenos e sérvios, no século XIX, que propugnavam a união de todos os territórios eslavos do sul em uma grande nação com o estabelecimento de uma norma literária e dialetal. Tal movimento toma força na passagem do século e, com a sucessão de eventos, no início do século XX, sobretudo as guerras e derrocada dos impérios, ganha sustentação internacional. No dia 30/05/1917, antes mesmo do término da Primeira Guerra Mundial, um deputado esloveno desse

⁶ Cujo primeiro nome foi “Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos”.

grupo, Anton Korosec⁷, em pleno parlamento austro-húngaro, lança a Declaração de Maio, propondo a união dos povos sérvio, croata e esloveno em uma monarquia. Seria o início da efetivação do ideal, da utopia ou “projeto de futuro”.

Importante destacar que esse movimento nacionalista pan-eslavo, de raízes liberais, era influenciado pela teoria, antes enunciada, do “ponto crítico”. Destarte, seus personagens temiam que, com a derrocada dos impérios multiétnicos, houvesse o que chamavam e tinham por “balkanização”, ou seja, a fragmentação da península balcânica em uma série de pequenos territórios. Assim, a tal princípio do “ponto crítico” (que propunha a criação de nações relativamente grandes e autossustentáveis) convergiu os pontos do “Wilsonianismo” (que propunham a autodeterminação das nacionalidades) coadunando, assim, na formação de um Estado de dimensões consideráveis. Deste modo, evitou-se a construção de pequenos Estados indesejáveis (HOBSBAWM, 1995). Jaime Brener (1994) cita que o Estado iugoslavo foi uma criação patrocinada pelos dois aliados da Sérvia, Inglaterra⁸ e França, na Primeira Guerra Mundial. Para o jornalista/historiador, a ideia das potências era de que, ao instalar o novo Estado, criar-se-ia um grande Estado-tampão entre a Rússia socialista e a Europa ocidental.

Sobre o Estado em si e sua falta de lógica, faz-se necessário destacar que as etnias que o compunham: sérvia⁹, croata e eslovena jamais haviam tido um precedente histórico em comum, ou seja, não coexistiram, em alguma época, em uma mesma entidade histórica durável; tampouco possuíam origens comuns. Ademais, ressaltam-se aqui, em suas diferentes subalternidades, as diferentes formações sociais, culturais, econômicas e políticas vivenciadas por Croácia e Eslovênia¹⁰, de um lado, e Sérvia¹¹, Bósnia, Montenegro e Kosovo, por outro. Um contraste patente na primeira

⁷ Declaração e outras informações importantes podem ser consultadas em: <http://www.pasthound.com/topics/Corfu-Declaration>. Acesso em 02/09/2011.

⁸ Para efeito de ilustração, conforme Feron (1999), o comitê de formação do Estado iugoslavo tinha base em Londres.

⁹ Chama-se a atenção para o fato de que dentro da delimitação sérvia estavam presentes etnias não reconhecidas no Estado como os montenegrinos, macedônios, bósnios muçulmanos e kossovares de origem albanesa.

¹⁰ Tais povos estiveram, primeiramente, sob a tutela católica romana e, posteriormente, sob o jugo austro-húngaro. Utilizam alfabeto latino e são católicos em sua maioria.

¹¹ Quanto a estes, estiveram primeiramente sob a tutela bizantino-ortodoxa e, posteriormente, sob domínio otomano. Assumiram a utilização do alfabeto cirílico. Quanto à religião, sérvios e montenegrinos são majoritariamente cristãos ortodoxos, enquanto que bósnios e kossovares muçulmanos.

lugoslávia é o embate ideológico e cultural urbano-industrial no ocidente versus rural-agrícola no oriente da Península Balcânica:

Essa dupla e longa dominação de otomanos e austro-húngaros (sobre os “eslavos do sul”¹²) ensejou o surgimento de duas perspectivas culturais na região. Uma ‘mentalidade ocidentalizante’ no sentido de maior abertura para o capitalismo desenvolveu-se nas áreas que haviam estado sob o domínio austro-húngaro. Em contrapartida, nas áreas que estiveram sob o domínio otomano tomou corpo uma ‘mentalidade de resistência’ à cultura ocidental, sobretudo aos desenvolvimentos tecnológicos gerados pelo capitalismo (OLIC, 1993, p. 41).

Relacionados a essa questão aventada por Nélson Bacic Olic, o apego ou reação à modernidade, encontram-se os aspectos importantes da religião e nacionalismo sérvios.

Concomitante ao ideal pan-eslavo pregado pelo “Ilirismo” surgiu, da pena de uma “intelligentsia”, nas universidades, exército e instituições administrativas e religiosas da Sérvia, um nacionalismo de natureza xenófoba, expansionista e chauvinista onde a “idéia da Grande Sérvia” era propagada e difundida. Assim, com o advento do Estado sérvio, em 1878, a tradição é exaltada a partir de literaturas, jornais, história oral e senso comum. Neles, mitos, folclores e personagens medievais impregnavam o universo social daquela sociedade (JOVANOVIC, 1995) criando símbolos, rituais e práticas que conferem uma “realidade” à comunidade imaginária (HOBSBAWM, 1990). A Igreja Ortodoxa da Sérvia, por sua vez, fez o papel de “cimento social” (HOBSBAWM, 1990) da nacionalidade sérvia canonizando antigos reis¹³, dividindo grupos étnicos e acentuando as diferenças em relação às outras etnias, sobretudo croatas e eslovenos, de religião católica. John Reed (2002), em suas caminhadas pelos Balcãs, durante as duas guerras daquele continente (1912-13) e Mundial (1914-18), subscreve tais postulados acrescentando que o sentimento de adesão de grande parte da população à nacionalidade sérvia beirava o ufanismo e radicalidade. Hobsbawm (1990), por sua vez, aponta que a única etnia que vivenciara uma entidade histórica durável foi a sérvia e que devido a toda uma coesão e solidariedade endogâmicas possuíam laços protonacionais.

¹² Comentário do autor.

¹³ Para efeito de ilustração, cabe citar que existiu um Reino Sérvio medieval. Este sucumbiu face às investidas dos turcos otomanos no século XIV. Os personagens da guerra (e outros que nem existiram) foram imortalizados ou pelas famosas poesias épicas e tradicionais dos sérvios ou pela igreja nacional.

Sendo assim, a partir de tais constatações, pode-se afirmar que a ideia “sérvia”, na Sérvia, superava e inviabilizava a “iugoslava”.

Quanto à língua/idioma, existiam inúmeros dialetos dentro do território que compreendia a futura Iugoslávia. Genericamente, apresentavam mais semelhanças que contrastes. Entretanto, um dialeto, falado pela maioria dos sérvios e croatas, o “stokavian”, foi eleito pelos “ilirianistas¹⁴” como aquele que seria aprimorado e efetivado como o oficial. Subliminarmente, uma preponderância política servo-croata se manifestava no âmago do movimento. Dito isto, ocorre uma indagação: pode-se acreditar realmente que apenas a língua ou idioma sejam vetores de solidariedade ou coesão nacionais?

Segundo Benedict Anderson (1989), a língua pode ser uma ferramenta de direção para a criação de uma comunidade, de potencialidade de uma legitimação da nação a partir da criação de um padrão de linguagem na educação/imprensa. Todavia, ela efetiva o dialeto do dominante e contribui para a superação ou erradicação de dialetos menores. Em resumo, a despeito de tudo, ela pode forjar um sentimento de pertencimento à nação.

Por outro lado, Eric Hobsbawm (1995), em seu *Era dos Extremos*, ciente dos resultados pós 1989-1991, discorre sobre os critérios linguísticos e da criação dos Estados-Nação, no período pós Primeira Guerra Mundial e Tratado de Versalhes:

Na Europa o princípio básico de reordenação do mapa era criar Estados-nação étnico-linguísticos, segundo a crença de que as nações tinham o ‘direito de autodeterminação’. O presidente Wilson, dos EUA, cujas opiniões eram tidas como expressando as da potência sem a qual a guerra teria sido perdida, estava empenhado a fundo nessa crença, que era (e é) defendida com mais facilidade por quem está distante das realidades étnicas e linguísticas das regiões que seriam divididas em Estados-nação. A tentativa foi um desastre, como ainda pode se ver na Europa da década de 1990. Os conflitos nacionais que despedaçam o continente na década de 1990 são as galinhas velhas do Tratado de Versalhes voltando mais uma vez para o choco (1995, p. 39).

Finalmente, reitera-se aqui que os critérios preponderantes utilizados na construção do Estado iugoslavo não eram de longe os mais importantes. Ao relegar precedente histórico e formação sociocultural, políticos

¹⁴ Dentre eles, o apóstolo maior, o croata Ljudevit Gaj (1809-1872).

e intelectuais deram forma a algo ou um “embrião” que era uma espécie de natimorto, ou seja, que não tinha, devido aos inúmeros contrastes, anseios e valores, potencialidade para existir. Na próxima parte tratar-se-á das especificidades políticas do início do Estado iugoslavo.

Da vocação do “embrião” do Estado para natimorto

Com o fim iminente da guerra, no dia 20 de julho de 1917, na ilha grega de Corfu, dois líderes políticos de influência, Ante Trumbic, croata, e Nikola Pasic, sérvio, assinaram uma declaração de comprometimento para a formação de uma monarquia constitucional e parlamentar sob a direção da família real sérvia dos Karageorgevic. Entretanto: “havia esquecido, voluntariamente ou não, o ponto essencial: os ‘eslavos do sul’ seriam unificados por um Estado centralizado (unitário¹⁵) ou em uma federação?” (FERON, 1999, p. 19). Por mais estranho que pareça é verídico que o Estado iugoslavo foi erigido e constituído antes mesmo sequer de se deliberar e solucionar importante questão.

Assim, por meio de tramas e maquinações no incipiente Estado, os sérvios, majoritários em população e controladores do único exército¹⁶, centralizaram a política em torno de suas decisões relegando, a partir daí, seus compatriotas eslavos. Disso resultou que uma constituição altamente centralizadora e unitária fosse aprovada, ferindo, assim, os desígnios e expectativas dos croatas e eslovenos, que ansiavam por uma entidade federativa. A partir de então, houve uma prática conhecida por “servização”, que preencheu o aparelho burocrático estatal de sérvios em todos os setores. Em consequência, irrompem insatisfações e animosidades de croatas e eslovenos para com os preponderantes sérvios (FERON, 1999).

Sob a tutela da Sérvia, os dez anos de políticas “centralizantes”, que seguiriam, seriam caóticos, conturbados politicamente e dramáticos. Para efeito de ilustração, cabe citar alguns fatos que podem viabilizar o entendimento. Em 1928, devido às instabilidades, um incidente com armas de fogo, no parlamento “nacional”, envolvendo croatas, dentre ele o chefe do partido croata, Ante Radic, e um deputado montenegrino, Punisa Racic, terminou com a morte do primeiro. Por esta razão, aliada à desordem reinante, o Rei, amparado no exército, a partir de um golpe de Estado, suspendeu a constituição e proclamou sua ditadura pessoal, em 5 de janeiro de 1929 (AGUILAR, 2003). A partir daí, houve algumas reformas, como a

¹⁵ Comentário do autor.

¹⁶ Croácia e Eslovênia não possuíam exército, uma vez que elas pertenciam ao Império Austro-Húngaro.

do novo nome do país, Iugoslávia, a tentativa de escamotear as diferenças¹⁷, a partir da criação da etnia iugoslava e efetivaram-se pequenas concessões às partes divergentes. Não obstante, prosseguiu-se, de uma forma implícita, com a “servização” burocrática e parlamentar. Como resultado, tal *modus operandi* político e geral do governo real insuflou e cristalizou, ainda mais, o descontentamento e oposição de croatas e eslovenos¹⁸ colaborando para a divisão nacional.

Finalmente, como bem aponta Aguilar (2003), sob o governo da casa monárquica sérvia foi construído um Estado; porém, não se construiu “um povo”, com identidade única, com liberdades e igualdade entre as partes. Houve o predomínio sérvio. Por outro lado, o paradoxal foi que croatas e eslovenos, subjugados antes por austro-húngaros, gozavam junto àqueles de certa autonomia política no seio imperial. Consideravam-se “europeizados” enquanto que tinham seus “irmãos” orientais por “balcanizados” e com perfil de asiáticos (FERON, 1999). Assim, ao se sujeitarem a esse tipo de dominação, sentiram um gosto amargo de retrocesso, mormente em matéria de liberdades e política.

Considerações finais

Tendo em consideração o saldo final da Iugoslávia, sobretudo aquele relacionado aos conflitos, fratricídios e limpeza étnica, atenta-se para quão nocivas e incoseqüentes podem ser as atitudes de intelectuais e políticos de forjar nações e nacionalidades. Como bem destaca Hobsbawm (1990), ao longo da obra *Nações e nacionalismo*, uma nação não pode ser algo criado a partir de cima, da mente de intelectuais ou imposta por políticos e potências que desconhecem uma dada realidade social. Particularmente, penso que ela deve expressar a vontade de pessoas que possuem valores e vínculos profundos em comum, e que anseiam coexistir com aqueles que consideram seus semelhantes, em dado espaço e tempo.

Referências bibliográficas

AGUILAR, Sérgio L. C. *A Guerra da Iugoslávia: Uma década de crises nos Balcãs*; São Paulo: Usina do livro, 2003.

¹⁷ Importante citar que o Estado não reconhecia uma igualdade entre todas as etnias. Montenegrinos, macedônios e kossovares eram considerados sérvios, enquanto que bósnios ou eram croatas ou sérvios.

¹⁸ Tais antagonismos tomariam feições trágicas com a eclosão da 2ª guerra mundial.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989. BRENER, Jayme. *O Mundo pós guerra-fria*. São Paulo: Editora Sapione, 1994. (Série Ponto de Apoio).

FERON, Bernard. *Iugoslávia: A guerra do final do milênio*. Porto Alegre: L&PM, 1999. (Coleção Le Monde).

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914- 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOVANOVIC, Aleksandar. *À sombra do quarto crescente*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

OLIC, Nelson Bacic. *A desintegração do leste: URSS, Iugoslávia, Europa Oriental*. São Paulo: Moderna, 1993.

REED, John. *Guerra dos Balcãs*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

SOCIOLOGIA OU BIOGRAFIA? Bauman sob a perspectiva de seus intérpretes

Cleto Junior P. de ABREU¹

Resumo: O artigo procura retomar criticamente estudos dedicados ao pensamento de Zygmunt Bauman, sociólogo polonês contemporâneo, a fim de apreender seu significado no contexto geral de produção e difusão das obras do autor. Ao associar de modo ostensivo a vida do autor ao seu *modus operandi*, essas análises aproximam-se mais de um estudo biográfico que propriamente metateórico. Para tanto, utilizaremos a crítica das biografias e autobiografias de Pierre Bourdieu, no sentido de demonstrar a insuficiência de tais leituras. Concluímos que os estudos correntes da sociologia de Bauman respondem mais ao interesse despertado pelo autor nas últimas décadas no amplo público não especializado, que propriamente a demandas acadêmicas. Contudo, a sociologia do autor parece enraizar-se numa perspectiva dialógica entre conhecimento científico e senso comum.

Palavras-chave: Teoria social contemporânea. Estudos teóricos. Zygmunt Bauman. Biografia.

SOCIOLOGY OR BIOGRAPHY? Bauman under the perspective of his interpreters

Abstract: The article aims to resume critically studies devoted to the thought of Zygmunt Bauman, contemporary Polish sociologist, in order to grasp their significance in the overall production and dissemination of his work. By associating ostensibly the author's life to his *modus operandi*, such assessments are closer to a biographical study than properly metatheoretical one. To do so, we use the critical biographies and autobiographies of Pierre Bourdieu, in order to demonstrate the inadequacy of such readings. We conclude that the current studies of Bauman's sociology respond more to the interest aroused by the author in recent decades in the broad non-specialized public, which demands a proper academic. However, the sociology of the author seems to be rooted in a dialogical perspective between scientific knowledge and common sense.

Keywords: Contemporary social theory. Theoretical studies. Zygmunt Bauman. Biography.

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara).

Introdução

Os escritos de Zygmunt Bauman (1925-), sociólogo polonês radicado na Inglaterra desde a década de 1970, carecem de uma análise plena de seu significado e importância para o horizonte teórico ao qual se volta o pensamento social contemporâneo. Se tomarmos, por exemplo, a área do conhecimento científico em que sua reflexão está radicada, a sociologia, dificilmente, encontraremos arrolados nas bibliografias básicas das disciplinas, seus principais livros. No mais, aparecem como “coadjuvantes”, devidamente ajustados à temática em questão, cujo entendimento pleno é na, maioria das vezes, protagonizado por outros autores, mais “reconhecidos” – porque mais “teóricos” – com alto valor estatutário no interior no campo sociológico. Mesmo se passarmos em revista disciplinas que tratam justamente do principal objeto de Bauman, a modernidade, não é incomum percebermos sua ausência. Surpreendentemente *percebemos* o que *não está ali*. Notamos a sua ausência, porque sabemos de sua presença: dos seus temas preferidos, de suas metáforas, do pessimismo de sua reflexão e dos constrangimentos perversos da assim chamada modernidade líquida. Essa “ausência tão presente” de Bauman nas aulas de sociologia da modernidade ou teoria sociológica contemporânea lança nosso olhar para outro lugar, onde a sociologia *strictu sensu* e os escritos metafóricos do autor são sinônimos, e onde ele é reconhecido, de modo contrastivo à academia, como o mais interessante, envolvente e instigante pensador social dos novos tempos. O lugar é o mundo da vida cotidiana e do saber que lhe é inerente, o senso comum.

Justamente pelo fato de a escrita de Bauman estar voltada ao público leigo, muitos de seus comentadores se confundem na reconstrução de seu pensamento, por vezes, tomando-o como uma espécie de humanista ou “tradutor” do mundo, sem objetivos teóricos claros. Por conseguinte, os estudos correntes sobre sua sociologia não conseguem atingir os objetivos a que se prestam, a saber, a sistematização de sua reflexão. Tais análises limitam-se à superfície das obras, ao que está diretamente dado nos argumentos e proposições. Nesse sentido, carecem de validade, na medida em que tais argumentos e proposições são construídos pelo autor de modo a se ajustarem ao senso comum, distanciando-se, assim, do enquadramento tradicional em que as pesquisas em ciências sociais se dão. No limite, o equívoco de seus intérpretes está refletido na apreciação puramente biográfica de seu pensamento, matizando-o de tons épicos e míticos, próximos das narrativas feitas sob medida para a indústria cultural.

Tentativas de reconstrução teórica: as interpretações da obra de Bauman

Nas últimas décadas, muito se tem falado sobre o pensamento do sociólogo polonês e de sua contribuição para a análise dos aspectos culturais das sociedades modernas contemporâneas. Alguns, como Anthony Giddens, o identificam como um dos principais autores do que se conveniou chamar de “pós-modernidade”, outros como Dennis Smith (1999) o tomam metaforicamente como um verdadeiro “profeta” que em seus escritos prenuncia a emergência de uma sociedade indeterminada ao fim do processo de “fluidificação social” atual. Destaca-se, sobretudo, pelo grande interesse que despertou em leitores não familiarizados com as teorias sociológicas, nomeadamente em suas últimas obras², o que acabou abrindo espaço para que também os atores leigos pudessem fruir do pensamento social de algum modo sem que, para tanto, tenham de lidar com o instrumental próprio da disciplina.

Em termos de fortuna crítica, muito do que se tem dito sobre o pensamento desse sociólogo de presença relativamente recente em termos editoriais, mas com expressivo vigor analítico desde o final da década de 1950, não passa, por vezes, de pequenas notas de apresentação em obras, de resenhas ocasionais quando do lançamento de um ou outro escrito ou destacado como coadjuvante em textos de caráter opinativo nos meios de comunicação. Entretanto, desde meados da década de 1990³, alguns autores passaram a problematizar a obra de Bauman e identificar suas possíveis contribuições para a investigação social da modernidade, paralelamente ao alcance editorial e à visibilidade que os textos do autor passaram a ter no período de aposentadoria, após sua saída da Universidade de Leeds, em 1990, quando começou a publicar amiúde obras nomeadamente voltadas para um amplo público, munindo-se de metáforas genéricas, ainda que sugestivas, com o objetivo claro de

² No decorrer da exposição denominaremos de *série da fluidez social* o conjunto de obras em que Bauman procura analisar o cotidiano das sociedades modernas contemporâneas pelo signo da fluidez dos laços sociais. São elas: *Modernidade Líquida* (2000), *Amor Líquido* (2003), *Vida Líquida* (2005), *Medo Líquido* (2006) e *Tempos Líquidos* (2007) – as respectivas datas referem-se ao ano de publicação da primeira edição das obras originais em língua inglesa.

³ Pelo que pudemos constatar, a primeira publicação sobre o pensamento de Bauman, *Culture, modernity and revolution: essays in honour of Zygmunt Bauman* é organizada por Richard Kilminster e Ian Varcoe, data de 1996. Trata-se de uma coletânea de ensaios sobre temas relacionados à modernidade em suas várias dimensões. A despeito do que sugere o título, os organizadores dedicam apenas um ensaio ao pensamento de Bauman, como introdução à obra.

filtrar, para o cotidiano dos atores sociais, o conhecimento sociológico acumulado durante décadas de vida acadêmica, procurando estimular um entendimento sociológico da realidade social no nível do senso comum ou, como ele mesmo diz, para fazer com que a compreensão sociológica se volte também para a “promoção da autonomia e da liberdade humanas”, ao focar “a autoconsciência, a compreensão e a responsabilidade individuais” (2001, p. 243).

O interesse metateórico pela obra de Bauman, refletido nas diversas análises de seu pensamento, endereça-se especialmente à relação entre vida e a obra do autor; cujo exame funciona, para alguns comentaristas, como Smith (1999) e Tester (2004), enquanto válido para explicitação das ideias basilares que apresenta. Na medida em que o ecletismo, a livre articulação dos objetos abordados e a escrita ensaística do autor dificultam a apreensão da estrutura de seu pensamento. Os estudos voltados para a compreensão de sua sociologia geralmente tentam associar episódios biográficos de Bauman, como o longo exílio pós-Varsóvia, a conceitos-metáfora manipulados pelo autor como “turista”, “vagabundo”⁴ e “estrangeiro”⁵. Ainda que para esses comentaristas, a escrita de Bauman seja indubitavelmente sociológica, tais análises não ousam ir além do cotejamento da relação obra-vida, cujos resultados se aproximam mais de uma biografia que de um estudo teórico⁶. Em outras palavras, os comenta-

⁴ As metáforas “turista” e “vagabundo” foram cunhadas por Michel Maffesoli em sua obra *Du nomadisme: vagabondages initiatiques*, de 1997 (*Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*, Record, 2001).

⁵ “Bauman is part of the story he tells. He can be found on the map he draws” (Dennis Smith, *Zygmunt Bauman: prophet of postmodernity*, 1999). A utilização de narrativas individuais como objeto heurístico para a análise de configurações sociais específicas é corroborada pela sociologia processual de Norbert Elias (2008), em que as noções de indivíduo e sociedade são dessubstancializadas e articuladas num mesmo fenômeno, que o autor denomina “configuração”. A análise da biografia de Bauman poderia ser utilizada, nesse sentido, como um caso representativo de uma dada configuração social, para demonstrar, por exemplo, a transição teórica de intelectuais anteriormente radicados no marxismo, e, portanto, atentos à dinâmica das relações de produção e dos conflitos de classe, para teorias caras ao que se convencionou chamar de pós-modernismo que, de modo geral, postulam a crise das grandes narrativas orientadoras da modernidade, dentre elas o marxismo. No caso de Smith, a narrativa da vida de Bauman acena para essa perspectiva na medida em que menciona também os macroprocessos que pautaram a trajetória do autor. Contudo, o objetivo de sua análise é tão somente compreender quem é (foi) Bauman, sua agenda e o sentido de seu pensamento.

⁶ Delimitar o que vem a ser a sociologia de Bauman não é algo tão simples como parece. Quando nos deparamos com seus escritos contemporâneos, comumente repletos de metáforas e argumentos por vezes pouco elaborados, como que voltados para um leitor não perito, a impressão que logo se impõe é a de que se trata de uma sociologia livre e espontânea sem qualquer preocupação metodológica. Daí talvez o fato de boa parte

dores de Bauman atêm-se mais à questão de como o autor se tornou um sociólogo do que, mais propriamente, à especificidade de sua sociologia. Contudo, entre outras coisas, a sociologia, como área específica da ciência moderna e como disciplina acadêmica, pressupõe o pensar sobre um objeto determinado segundo metodologia adequada para compreensão de sua natureza. Mesmo o tomando por sociólogo, seus intérpretes desviam-se de problemas cuja solução os poderia aproximar do que venha a ser a “sociologia” do autor, como por exemplo, a lógica de sua técnica de pesquisa⁷.

Um dos motivos deste trabalho é justamente perseguir esse objetivo e demonstrar o pensamento (ou a sociologia) de Bauman com base no seu modo específico de análise, ainda que não explícito e voltado para o senso comum dos leitores não especializados no âmbito da disciplina acadêmica. O modelo de análise assumido pelo autor, na série da fluidez social, é uma apropriação da concepção do nexa teoria-prática de Jürgen Habermas⁸, em que o esclarecimento da consciência do sujeito reificado na modernidade pode ser levado a cabo por meio de uma intenção dialógica assumida pela crítica da sociedade ao relacionar seus resultados de pesquisa (teoria) à consciência dos atores leigos (prática). A formalização desse nexa entre teoria e prática, segundo o filósofo alemão, pode ser encontrada de modo patente no diálogo terapêutico da psicanálise e na

dos comentaristas de seu trabalho recorrer a entrevistas e episódios biográficos para delimitar com alguma precisão seu pensamento.

⁷ Mais precisamente, referimo-nos à técnica de pesquisa do autor e em que sentido ela pode ser considerada sociológica. Se Bauman “traduz o mundo em textos” guiando-se por uma “sociologia eclética” necessária para a compreensão da multiplicidade da experiência humana (BAUMAN; TESTER, 2011; 2002) ou se “busca acima de tudo ‘revelar’ a miríade de conexões entre o objeto da investigação e outras manifestações da vida na sociedade humana” (BAUMAN; VECCHI, 2005, p. 8), a questão que se impõe é saber a quais procedimentos metodológicos ele recorre em suas análises. Se, como afirma Smith (1999), o autor de *Modernidade Líquida* é um dos mais interessantes e influentes comentaristas no acalorado debate sobre modernidade e pós-modernidade (reconhecimento insustentável se tomarmos como ponto de referência do debate nomes como Fredric Jameson, David Harvey e, em certa medida, Anthony Giddens, cujos escritos sobre o desenvolvimento da modernidade sequer mencionam o autor ou suas ideias), faz sentido à declaração do intérprete de que a sociologia de Bauman realmente “flexione” a tradição teórica em que está radicada e oriente novos modos de abordagem. Caso contrário, o sociólogo polonês estaria limitado ao pressuposto básico de toda pesquisa social ordinária, a saber, a busca de fenômenos de natureza tipicamente social que interconectem agentes individuais em um domínio específico.

⁸ Sobretudo nas obras *Erkenntnis und Interesse* (Conhecimento e Interesse, Zahar Editores, 1982), *Technik und Wissenschaft als “Ideologie”* (Ciencia y Técnica como ideologia, Tecnos, Madri, 1986), ambas publicadas em 1968 e *Theorie und Praxis* (Teoria y Praxis: estudios de filosofia social, Tecnos, Madri, 1990) de 1971.

crítica da ideologia. Em Bauman, esse modelo denexo teoria-prática sustentaria sua tentativa, em livros como *Modernidade Líquida*, de relacionar as conclusões das ciências humanas - especialmente a teoria sociológica - ao entendimento dos atores leigos no nível do senso comum.

Por exemplo, na obra *Vida Líquida* (2007a), o autor recorta um fragmento do cotidiano, um episódio de uma série de comédia inglesa muito famosa – *Monty Python’s Flying Circus* –, para desenvolver sua reflexão sobre a individualidade na modernidade atual. Em *Modernidade Líquida*, a partir de um anúncio da coluna de “empregos procurados” em um periódico (“tenho carro, posso viajar), o sociólogo polonês reflete sobre a obsessão por valores do novo capitalismo, agora leve, que viaja “apenas com a bagagem de mão, que inclui nada mais que pasta, telefone celular e computador portátil” (BAUMAN, 2001, p. 70). As próprias dicotomias do autor, sólido/líquido, produtor/consumidor, turista/vagabundo, capitalismo hardware/ capitalismo software entre outras, servem ao propósito de dialogar com o senso comum.

Cabe expor de maneira sucinta e com pretensão diversa de seus comentadores alguns episódios da vida de Bauman, tão somente para localizar historicamente o autor sem, no entanto, utilizar esses elementos como explicação genealógica de seus conceitos e metáforas⁹.

Bauman nasceu em 1925, na cidade de Poznan, região noroeste da Polônia. De origem judaica, foi forçado a migrar com a família para a então União Soviética, em 1939, para escapar do avanço das tropas nazistas. Em território russo, uniu-se ao exército soviético, partindo depois para o *front* de batalha polonês¹⁰. Ainda como um jovem soldado, no período que se estendeu entre a Segunda Guerra Mundial e o retorno à terra natal, Bauman interessou-se, sobretudo, pelo marxismo oficial soviético e a esperança criada pela teoria social de Marx em relação a um futuro livre e igualitário para a humanidade. Assim, filiou-se ao Partido Comunista Polonês com sua esposa Janina Bauman e, em 1954, iniciou

⁹ Todavia, um momento da trajetória do autor é especialmente relevante para o estudo de sua sociologia, a saber, o momento em que se desloca do *background* teórico quando em Varsóvia e mesmo em Leeds e se torna amplamente *conhecido* como um nome significativo do *mainstream* sociológico contemporâneo por um público crescente de leitores não familiarizados com a teoria social. Nesse sentido, o “reconhecimento” atribuído pelos comentadores a Bauman pode estar relacionado mais aos *aspectos externos* (a difusão de seus textos pelos mercados editoriais nacionais) que aos *aspectos internos da obra* (sociologia propositiva pela retomada crítica de uma tradição específica e devido escrutínio interpares).

¹⁰ No pós-guerra, Bauman subiu rapidamente na hierarquia militar e tornou-se um dos mais jovens *majors* (oficial de grau médio) do exército polonês (JACOBSEN; PODER, 2008, SMITH, 1999).

sua carreira intelectual na Universidade de Varsóvia, onde assumiria dez anos depois a cátedra de Sociologia Geral e, posteriormente, a direção do então Departamento de Sociologia. Diante do cerco teórico pelo qual passavam os intelectuais poloneses naquele período¹¹, não é difícil deduzir que a trajetória ascendente de Bauman na Universidade de Varsóvia e no mundo acadêmico polonês da época se pautou, em grande medida, pela afinidade entre sua visão teórica e política e aquilo que no momento se tomava por “boa ciência social”, a saber, uma análise social agradável aos PCs polonês e soviético. Mais tarde, o sociólogo polonês iria afirmar com certa resignação a desilusão com o marxismo oficial do qual era um fervoroso partidário e a importância da leitura da obra de Gramsci para a preservação do legado de Marx em seu pensamento (BAUMAN; TESTER, 2002, 2011). A ruptura com o Partido Comunista Polonês e com a versão do marxismo ditada pela intelectualidade conservadora soviética veio com o que Bauman afirmou ser uma “campanha antissemítica” promovida pelas autoridades comunistas polonesas, em 1968, cujo desdobramento o obrigou a afastar-se do cargo e exilar-se¹². Após um período de três anos transitando por universidades de países como Israel e Austrália, Bauman finalmente se fixou, em 1971, na Universidade de Leeds, Inglaterra, onde se estabeleceu com sua esposa Janina.

Como mencionado anteriormente, seus intérpretes habitualmente procuram demonstrar a influência dos episódios propriamente biográficos nos escritos do sociólogo polonês, ao identificar pontos de contato entre algumas de suas metáforas analíticas e suas experiências de vida, no intuito de ressaltar aspectos fundamentais de seu modo de fazer sociologia. Não por acaso, os comentários acerca de sua obra acabam sobrepondo episódios de sua vida aos procedimentos de análise do autor; a ponto de essas interpretações se aproximarem mais de uma espécie de relato biográfico do que, propriamente, de uma explicação teórica sobre o modo como o autor se debruça sobre os objetos sociais e quais re-

¹¹ Bauman chegou mesmo a dizer que no momento de ingresso na Universidade de Varsóvia, o então Departamento de Filosofia e Sociologia sofria o que chamava de um processo de “stalinização” que culminou no fechamento de muitos cursos como os de Stanislaw Ossowski, um de seus primeiros mestres (2011, p. 27).

¹² O episódio deveu-se à recusa de Bauman e outros dois professores da Universidade de Varsóvia, Leszek Kolakowski e Włodzimierz Brus, em censurar um manifesto estudantil contrário aos imperativos do Partido Comunista Polonês e seu modelo de socialismo. Em decorrência, Bauman foi acusado pelas autoridades polonesas de corromper a juventude e fomentar ondas de revoltas estudantis contra o PC polonês. Para Jacobsen e Poder (2008) como também para Bauman, as acusações demonstravam claros sinais de antisemitismo por parte das autoridades polonesas, fato mencionado *en passant* e de maneira imprecisa pelos autores, o que torna esse episódio um tanto confuso e nebuloso.

curtos metodológicos e princípios epistemológicos guiam sua reflexão. Smith (1999), por exemplo, situa em sua experiência itinerante, quando exilado, o interesse do autor por figuras como o “turista”, o “vagabundo” e o “estrangeiro”, que manipula quando analisa o impacto da globalização financeira sobre os territórios nacionais na modernidade atual. Mesmo um dos críticos à ênfase biográfica dada às análises do pensamento de Bauman, o sociólogo inglês Keith Tester, não foge ao padrão: em vez de destacar a biografia do autor como ponto nodal de suas reflexões, Tester identifica como central outra biografia, a da esposa dele Janina Bauman, cujo livro de memórias *Inverno na manhã: uma jovem no gueto de Varsóvia* (2005) teria exercido grande influência na visão do autor sobre o Holocausto (BAUMAN; TESTER, 2002, 2011, BAUMAN, 1998a). Não negamos o impacto da biografia de Bauman em suas análises, mas preferimos não estender em demasia essa relação, na medida em que, quando se debruça sobre objetos sociais, o autor também se pauta por motivos teóricos, além dos propriamente biográficos.

Tal como Smith, Tester não chega a explicitar de maneira precisa como entende a sociologia de Bauman e prefere, seguindo os argumentos “altruístas” do autor, tomá-lo como um pensador que “usa uma sociologia eclética para mostrar a seus leitores que o mundo pode ser diferente do que é; e que, apesar de tudo, existe uma alternativa” (BAUMAN; TESTER, 2002, p. 23, 2011, p. 19). Em obra posterior, *The social thought of Zygmunt Bauman* (2004), ao tentar estabelecer a perspectiva e o encaminhamento da reflexão do sociólogo polonês, Tester não prescinde de determinados episódios na trajetória biográfica do autor para validar o sentido e a natureza de sua sociologia¹³.

¹³ Conforme Tester, as concepções de sociologia, de ação política e de ética de Bauman estão radicadas no intervalo que vai de sua adolescência como soldado na frente soviética, durante a Segunda Guerra Mundial, passa por sua exoneração do exército polonês, em 1953, até o exílio em 1968, os dois últimos episódios sendo frutos de campanhas antisemitas promovidas pelas autoridades polonesas. Na perspectiva de Tester, a sociologia de Bauman está em grande medida lastreada nos momentos em que o indivíduo foi confrontado com a realidade polonesa pré e pós-Segunda Guerra Mundial. Sob esse ponto de vista, confundem-se os âmbitos da sociologia e da biografia individual, tornando inócua a crítica de Tester a Smith (a ênfase biográfica). Mais uma vez, a interpretação se orienta para a análise de como Bauman se tornou sociólogo e não ao que seria mais pertinente em termos de história do pensamento social: o que sua sociologia tem a oferecer de específico ao campo das ciências sociais, que legitime a emergência de comentários exclusivos de seu pensamento (e que afirmam sua singularidade)? A resposta comumente dada a essa questão é a seguinte: trata-se de uma sociologia eclética que traduz o mundo em textos. Ora, que teórico social não recorre a uma tradição específica para “traduzir” a experiência humana de seu tempo em uma gramática sociológica? Resta saber a qual técnica o autor lança mão na operação de tradução da experiência humana contemporânea.

Também é comum entre os comentaristas de Bauman a recorrência a entrevistas com o próprio autor com o objetivo de esclarecer pontos de seu pensamento e influências teóricas, pressupondo que uma autoanálise do sociólogo em relação aos seus principais escritos subsidiaria o esboço de sua sociologia. No limite, a recorrência a entrevistas combinadas com estudos autorais reflete a tentativa forçosa de seus intérpretes em especificar a natureza de seu pensamento sem, contudo, atingirem seu objetivo. Assim, além de nada acrescentar ao que já está presente em seus textos, nas entrevistas, Bauman habitualmente reitera argumentos desenvolvidos alhures.

Sociologia não é biografia: pensando com Bourdieu

A compreensão do conjunto de um pensamento ou de “períodos teóricos” de uma biografia intelectual a partir de entrevistas ou dados biográficos pode até ganhar elementos novos e elucidar uma lacuna ou outra nos escritos de um autor ou mesmo ressaltar suas influências teóricas. Mas elevar como critério de compreensão do pensamento de um autor somente o que ele diz em determinado momento, sem atinar para a historicidade do objeto estudado, é certamente um equívoco. Um equívoco denunciado por Pierre Bourdieu em *A ilusão biográfica*, a saber, o “postulado do sentido da existência contada”, admitido tanto pelo entrevistado quanto pelo entrevistador.

Sem dúvida, temos o direito de supor que a narrativa autobiográfica se inspira sempre, ao menos em parte, na preocupação de atribuir sentido, de encontrar a razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, de estabelecer relações inteligíveis, como a do efeito com a causa eficiente, entre estados sucessivos, constituídos como etapas de um desenvolvimento necessário (BOURDIEU, 2010, p. 75).

A afirmação do sociólogo francês desautoriza a “verdade” das biografias e autobiografias ao denunciar sua inclinação quase (ou mesmo!) metafísica que, com base em modelos narrativos típicos de uma “filosofia da existência”, pressupõem a vida enquanto projeto e idealizam uma linha histórica cujo critério de verdade está na boca do entrevistado e no ouvido de quem entrevista, segundo um acordo prévio não declarado. Nesse sentido, Bourdieu prefere entender a “biografia” enquanto uma trajetória de vida em que o agente ocupou sucessivas posições em campos de poder

variados e que, a partir das circunstâncias dadas e de seu posicionamento relativo no campo, tomou essa ou aquela escolha. Segundo o sociólogo francês, para além de seus atributos biológicos (indivíduo concreto), o agente social é também um indivíduo construído pelos espaços sociais que atravessa em sua trajetória de vida e que instituem as marcas de sua personalidade e de sua existência social. Assim, os aspectos que singularizam determinado agente não podem ser justificados com base em um encadeamento unívoco dado pela narrativa biográfica ou autobiográfica, em que geralmente é hispostasiada uma origem, um princípio gerador, um “começo absoluto” – que aparece sob a forma de expressões comuns como “já”, “desde então”, “desde sua mais tenra idade” – determinante para os desdobramentos futuros da vida individual (BOURDIEU, 1995, 2010)¹⁴. Mais profundamente, a narrativa biográfica consiste em atribuir um sentido, uma causalidade entre determinados episódios da vida contada que os encaminha para um *télos*, ponto de culminância e de atualização daquilo que se conservava em potência. Do mesmo modo, é assim apresentada a trajetória de vida e pensamento de Bauman, como observado em seus comentaristas-biógrafos, os quais procuram esboçar a ordem geral de seu pensamento por meio de um princípio geral, um ato fundador, derivado de sua experiência enquanto intelectual, judeu e emigrante em um contexto histórico fortemente marcado pelo antisemitismo na Polônia pré e pós-Segunda Guerra Mundial. Por conseguinte, esse projeto original, que se desdobraria na futura concepção teórica do autor, elucidaria não só os temas de seu interesse como também seu método de investigação social, a saber, uma sociologia eclética que dispensa as fronteiras disciplinares e que se volta para a compreensão do sofrimento humano na modernidade¹⁵.

¹⁴ Bourdieu investiga os mecanismos sociais que fundamentam o “postulado da existência contada” e a verdade pressuposta das narrativas de vida em *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário* (*Les règles de l'art: g n se et structure du champ littéraire*, de 1992) e *Razões práticas: sobre a teoria da a o* (*Raisons pratiques: sur la théorie de l'ac on*, de 1994).

¹⁵ Como mencionado anteriormente, o interesse “metateórico” pelo pensamento de Bauman ocorreu paralelamente ao crescente reconhecimento de seus textos por uma ampla gama de leitores não habituados ao discurso sociológico, a partir da década de 1990 – e que ganha t nus com o lançamento de *Modernidade Líquida* em 2000. Essa conexão histórica entre o crescimento do público leitor de Bauman e o surgimento de estudos voltados ao seu pensamento pode representar uma afinidade de interesses entre a demanda dos mercados editoriais consumidores de sua sociologia e as análises “biográficas” de seu pensamento, que comumente o representam por meio de uma narrativa de vida pausada por feitos e desafios de um futuro pensador em um mundo pouco hospitaleiro aos seres humanos (a Pol nia no pós-guerra). Após tais episódios, conforme seus comentaristas, o sociólogo polonês atualmente procuraria “mostrar a seus leitores que o mundo pode ser diferente do que é; e que, apesar de tudo, existe uma alternativa” (BAUMAN;

Diferentemente da maioria de seus intérpretes, perguntaremos antes o que é a sociologia de Bauman e não como a experiência histórica do indivíduo se expressa em seu pensamento. Nesse sentido, deve-se investigar o que há de propriamente sociológico nos escritos do autor, orientando-se pelo estudo de suas técnicas de abordagem (se o autor se apropria criticamente de um método específico ou se recorre a novos modelos de abordagem) e se é possível sustentar a afirmação comumente aceita pelos estudos autorais supracitados que o identificam como um dos mais brilhantes e interessantes sociólogos da atualidade (SMITH, 1999, BAUMAN; TESTER, 2002, 2011, TESTER, 2004, ROVIROSA-MADRAZO; BAUMAN, 2010, VECCHI; BAUMAN, 2005). Assim, a análise dos aspectos internos da obra de Bauman, a saber, a técnica de pesquisa do autor, poderá subsidiar a reconstrução de sua “sociologia da modernidade líquida”. Eis nossa tese: a sociologia da modernidade líquida, desenvolvida por Bauman nos textos que compreendem a série da fluidez social, sobretudo em *Modernidade Líquida*, é um esforço do autor em articular conhecimento sociológico e conhecimento comum, por meio de uma resignificação de fragmentos veiculados pelo/para o senso comum recortados de propagandas, séries de TV, notícias, etc.

Ao que parece, Bauman nunca foi um sociólogo amplamente reconhecido nos debates em que se fez presente, mesmo naquele que o tornou mundialmente conhecido, a querela modernidade/pós-modernidade, durante a década de 1990 – e de modo mais intenso durante a primeira década de 2000, quando cunhou termo “modernidade líquida”. Não por um acaso, esse foi o período em que o autor se aposentou e passou a produzir ostensivamente: escrevia de maneira prolífica nos meios de comunicação (*The Guardian*, *Le Repubblica*), concedeu toda uma gama de entrevistas em que reiterava seus principais argumentos e publicou textos, talvez em demasia, nos quais relaciona sua metáfora da liquidez moderna a domínios específicos da experiência humana (moral, educação, política, consumo, ciência, identidade etc.). No mesmo período, recebeu o *Premio Europeo Amalfi per la Sociologia e le Scienze Sociali* (em 1992, por *Modernida-*

TESTER, 2002, p. 23, 2011, p. 19). Muniz Sodré (1985) identifica como uma das principais características do que chama de “literatura de massa” a retomada da figura do herói mítico pelos escritores *best-sellers* no sentido de reencenar, por meio das personagens, o percurso triunfal ou trágico do predestinado ao heroísmo. Para o teórico, tal recurso busca suscitar uma projeção do leitor no personagem e em suas aventuras heróicas. Assim, a “epopéia” de Bauman construída por seus intérpretes é, de certo modo, um fenômeno derivado do crescimento editorial e difusão das obras do autor.

de e Holocausto)¹⁶ e o *Theodor W. Adorno Preis* (1998)¹⁷, o que lhe conferiu e assegurou notoriedade nos vários circuitos da *indústria cultural*, como um dos maiores e mais influentes teóricos da sociologia contemporânea. Sua obra *Thinking Sociologically*, publicada em 1990¹⁸, ano de sua saída da Universidade de Leeds, é particularmente simbólica. Trata-se de uma tentativa do autor de introduzir conceitos e temas próprios da sociologia ao nível do senso comum, por meio de uma linguagem acessível a não iniciados na disciplina, e cuja principal característica é a utilização de toda sorte de episódios do cotidiano para demonstrar os argumentos desenvolvidos. Grosso modo, pode ser comparado a um manual de sociologia. Todavia, essa obra apresenta um exercício de análise e explicação sociológicas muito próximo dos textos que compõem a série da fluidez social e serve, nesse sentido, para elucidar as características internas da sociologia de Bauman.

Como foi observado, o sociólogo polonês ganhou maior visibilidade nas duas últimas décadas, quando, de forma deliberada, endereçou sua escrita para leitores leigos e se distanciou gradativamente dos debates mais aprofundados que desenvolvia quando professor universitário em Leeds¹⁹. Entregando-se, assim, a uma escrita de tom poético e elucidativo, em que examina fragmentos da vida cotidiana – como, por exemplo, o fenômeno *Big Brother* – a partir de uma apropriação de teses sustentadas por críticos sociais, filósofos, economistas e cientistas políticos, além de cânones do pensamento social, como Marx, Durkheim e Weber, o nosso autor deslocou-se dos bastidores da sociologia para a cena dos teóricos sociais contemporâneos, identificado como o pensador da pós-modernidade/modernidade líquida, pelo menos segundo seu maior público consumidor, os indivíduos não familiarizados com o discurso sociológico²⁰.

¹⁶ http://www.dsp.uniroma1.it/index.php?option=com_content&task=view&id=148&Itemid=49

¹⁷ [http://www.frankfurt.de/sixcms/detail.php?id=8650&ffmpar\[_id_inhalt\]=21490](http://www.frankfurt.de/sixcms/detail.php?id=8650&ffmpar[_id_inhalt]=21490)

¹⁸ Reeditada dez anos depois com algumas alterações feitas por Bauman e Tim May, professor de sociologia na Universidade de Salford, Inglaterra. Assim, a segunda edição da obra contou com dois autores, diferentemente da primeira edição.

¹⁹ Penso, nesse sentido, em *La cultura como praxis* (1973) e *Towards a Critical Sociology: An Essay on Commonsense and Emancipation* (1976). Outras obras, lançadas já no período de aposentadoria, como *Modernidade e Ambivalência* (1991) e *Ética pós-moderna* (1993) são bastante sofisticadas e aprofundam substantivamente temas de interesse do autor como a moralidade e a oposição moderna entre ordem e caos.

²⁰ Também Giddens o reconhece como o maior teórico da pós-modernidade, mas não costuma recorrer às ideias de Bauman quando trata do tema. Ulrich Beck, sociólogo alemão contemporâneo, chega a estabelecer um diálogo crítico com o autor, mas tão somente como consequência do que considera equívocos na leitura por Bauman, de seu *Risk Society: Towards a New Modernity* (1992), em prefácio à edição inglesa da obra.

Nesse sentido, o “reconhecimento” de Bauman pode estar relacionado ao interesse despertado por seus escritos nos vários nichos nacionais de consumo livresco organizados segundo a lógica dos mercados editoriais.

Conclusão

Como mencionado, a sociologia de Bauman, para seus intérpretes, está radicada em sua história pessoal, desdobrada em suas proposições sobre a modernidade contemporânea. Tais narrativas biográficas com pretensões metateóricas apareceram justamente no período em que os textos do autor “ganham as massas”, em meados da década de 1990. Repercutem, desse modo, o próprio interesse despertado pelos “escritos líquidos” no amplo público. Assim sendo, o significado social dos comentaristas de Bauman reside na explosão editorial dos textos do autor, anteriormente voltados para um público especializado. A potência do sociólogo alemão, em termos sociais, vincula-se, portanto, a sua articulação entre conhecimento científico e senso comum. Como possibilidade social, a sociologia da modernidade líquida pode ser vista como uma das manifestações da difusão científico-cultural que percebemos atualmente nos vários nichos acadêmicos, onde especialistas diversos (filósofos, físicos, biólogos, sociólogos, etc.) tentam “esclarecer” os indivíduos numa sociedade ávida por conhecimentos que possam lançar luz nos caminhos tortuosos da individualização. Se, como afirma Beck (2010), o indivíduo, além de cadinho de substâncias tóxicas, tornou-se o responsável pela resolução das contradições do capitalismo na sociedade industrial de risco, a necessidade de informações sobre “como levar a vida” impõe-se fortemente. É a essa demanda que Bauman se volta, na medida em que não visualiza no horizonte mais próximo os “sólidos” necessários para a transformação da sociedade em termos coletivos. Para ele, - e nisto reside sua “fé na sociologia” - nada conquistamos individualmente. O que restaria aos intelectuais, nos tempos sombrios da liquidez social, é a tarefa de levar a crítica social do mundo sagrado da academia para o lugar profano do senso comum. Contudo, o movimento não será livre de fricções e contradições, na medida em que a crítica, para ser devidamente difundida para o senso comum e alcançar grande número de pessoas, deve necessariamente levar em conta os constrangimentos dos “mercados culturais” e sua natureza reificadora, assim como nos demonstram os escritos de Adorno e Horkheimer. Isso já percebemos, ainda que de modo indireto, nas próprias análises voltadas ao pensamento de Bauman, como desenvolvido anteriormente.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Por uma sociologia crítica: um ensaio sobre senso comum e emancipação*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 1977.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 2001.

_____. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2004.

_____. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2007a.

_____. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2007b.

_____. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2008.

_____. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 1999.

_____. *Towards a critical sociology: an essay on commonsense and emancipation*. London. Routledge & Kegan Paul, 2010a.

_____. *Ética pós-moderna*. São Paulo. Editora Paulus, 2003.

_____. *La cultura como praxis*. Barcelona. Ediciones Paidós Ibérica, 2002.

_____; ROVIROSA-MADRAZO, Citlali. *Vida a crédito*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 2010c.

_____; TESTER, Keith. *Bauman sobre Bauman*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 2011.

_____. *Las ambivalências de la modernidad y otras conversaciones*. Barcelona, Editorial Paidós Ibérica, 2002.

_____; VECCHI, Benedetto. *Identidade*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 2005.

BECK, Ulrich. *Risk Society: towards a new modernity*. London, Sage: 1992.

_____. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo. Editora 34, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas. Papirus Editora, 2010.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, Companhia das Letras: 1996.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa, Edições 70, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores: 1982.

_____. *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa. Editorial Presença, 2009.

_____. *Teoría y praxis: estudios de filosofía social*. Madrid. Tecnos, 1990.

JACOBSEN, Michael Hiivid; PODER, Paul. (org.) *The sociology of Zygmunt Bauman: challenges and critique*. England. Ashgate, 2008.

KILMINSTER, Richard;VARCOE, Ian. *Culture, Modernity and Revolution: essays in honour of Zygmunt Bauman*. New York. Routledge, 1996.

MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro. Editora Record: 2001.

SMITH, Dennis. *Zygmunt Bauman: prophet of Postmodernity*. Cambridge, Polity Press, 1999.

SODRÉ, M. *Best-seller: a literatura de mercado*. São Paulo. Editora Ática, 1985.

_____. *Teoria da literatura de massa*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1978.

EM BUSCA DO ELO PERDIDO: solidariedade em um mundo pós-moderno

Daniela Cristina COMIM¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar de que maneira as mudanças ocasionadas pela modernidade e pela pós-modernidade refletiram na forma como os indivíduos se relacionam. A análise é realizada à luz dos textos de Bauman, Beck e Habermas onde cada autor discute o tema sob diferentes enfoques e busca apontar o caminho para a construção de um mundo menos individualista e mais cosmopolita. Além disso, reflete qual seria o papel da sociologia neste processo.

Palavras-chave: Modernidade. Pós-Modernismo. Bauman. Beck. Habermas.

IN SURCH OF THE LOST LINK: solidarity in a postmodern world

Abstract: The aim of this article is to analyze in which way the changes caused for modernity and postmodernity reflected in the way of the individuals interrelate. The analysis is performed in the light of Bauman, Beck and Habermas' texts where each author discuss the theme under different focus and search for the way to build a world less individualist and more cosmopolitan. Furthermore, think about what would be the sociology role in this process.

Keywords: Modernism. Postmodernism. Bauman. Beck. Habermas.

Introdução

O significado de moderno é definido pelos verbetes dos dicionários como algo que é hodierno, atual. Concepção semelhante é a do senso comum que classifica como moderno tudo aquilo que é novo, geralmente relacionado a algum tipo de inovação tecnológica ou a um comportamento muito diferente daquele socialmente aceito.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras (UNESP – Campus de Araraquara). Email: danielac_ri@hotmail.com.

Historicamente, o termo moderno ou modernidade é caracterizado por mudanças profundas ocorridas no seio da sociedade antiga, em outras palavras, pela dissolução do cosmos, isto é, “de um mundo de estrutura hierárquica e ordenada, um mundo qualitativamente diferenciado desde o ponto de vista ontológico” (Koyré apud ZUIN, 2011). O conceito de cosmos traz, portanto, a idéia de ordenação onde cada coisa tem uma função, um papel a ser desempenhado.

O mundo antigo caracterizava-se assim, por um espaço fechado, pois o “universo” do indivíduo antigo restringia-se ao ambiente de sua casa e de sua família e, mais tarde, de sua comunidade. Neste espaço havia uma univocidade valorativa e as relações sociais eram caracterizadas pela receptividade e tais conceitos estavam ligados a uma visão sacra do mundo. Todos estes elementos em conjunto, davam aos indivíduos maior segurança em relação à sua vida e ao seu destino.

A transição do mundo antigo para o mundo moderno traz consigo uma série de mudanças não apenas na “vida material” dos indivíduos, mas, sobretudo, em sua subjetividade. Com o advento da modernidade as crenças, os símbolos e as tradições que davam sentido ao pensar e agir dos homens são dissolvidos dando lugar a uma nova subjetividade valorativa caracterizada agora pelo uso da razão. A Ciência passa agora a ocupar o lugar que antes era de Deus e o homem passa a ser o condutor de sua vida, de sua história, de seu destino.

Contudo, a emancipação do gênero humano trouxe como conseqüências o medo e a angústia, pois se está agora diante de um mundo repleto de incertezas. O tão sonhado “progresso” não trouxe consigo apenas aspectos positivos como se acreditava, trouxe também guerras, desigualdades, medos e incertezas.

A emancipação que se busca hoje é, pois, a emancipação do gênero humano, tal qual Marx fala em seu livro “Sobre a questão judaica”. É tornar o homem capaz de pensar e agir de forma própria e efetuar a negação dos valores e princípios que lhes são colocados e que geram a permanente dominação do homem pelo homem. É tornar-se capaz de olhar o “Alter” não como um fim em si, um objeto, mas como um ser que, embora com ideais e subjetividades divergentes, tem um destino comum.

A questão que se coloca é como fazer isto. O homem que antes vivia em um cosmos fechado, ou seja, no espaço de sua casa e de sua comunidade, na modernidade e, sobretudo, na pós-modernidade, torna-se individualista e perde o senso de comunidade. Se o mundo pós-moderno é o mundo da alteridade, onde não há mais univocidade de valores e o espaço de ação é global, como fazer com que ressurgja uma solidariedade

que faça com que os homens pensem e ajam levando em consideração o outro? Em outras palavras, como fazer surgir uma solidariedade a nível transnacional, cosmopolita? Este artigo busca, assim, discutir estas questões através da reflexão dos textos de Zygmund Bauman, Ulrich Beck e Jürgen Habermas onde cada autor debate a questão da modernidade e da pós-modernidade bem como suas conseqüências e apontam alternativas para os problemas daí decorrentes.

A modernidade líquida de Zygmund Bauman

O termo pós-moderno ou pós-modernidade ainda encontra-se em um processo de construção. Inúmeros nomes existem para defini-lo cada qual enfatizando um aspecto ou um ponto de vista dos estudiosos da pós-modernidade.

Zygmund Bauman batizou este período, ainda em construção, de “Modernidade Líquida”. O adjetivo “líquida” é por ele atribuído ao fato de que, na era pós-moderna (ou na segunda modernidade), não há mais rigidez de conceitos, pelo contrário, ela é caracterizada pela erosão das formas de senso e de significação como os conceitos de família, classe, partido e Estado. Além disso, é marcada pela diversidade de formas e estilos de vida, pela presença da guerra, pela militarização da sociedade e pela cultura da violência.

De acordo com Bauman (2005), já a partir do final da Segunda Guerra Mundial o mundo passa por transformações as quais ainda não conseguimos compreendê-las em toda sua plenitude. Uma destas transformações foi a passagem do “modelo de Estado Social” para o do “Estado excludente”, “de justiça criminal” e “penal”. Assim, o Estado que antes era o garantidor do bem-estar social de seus cidadãos passa a se ocupar de questões econômicas e de segurança. Conseqüentemente, as fronteiras entre o “Nós” e os “Outros” se tornam ainda mais rígidas.

Interessante notar como a modernidade (e a pós-modernidade) é ambivalente. Com a globalização o fluxo de pessoas e mercadorias entre países aumentou vertiginosamente e fugiu ao controle do Estado-Nação. Nunca as culturas e as economias foram tão interconectadas. Porém, ao mesmo tempo, assiste-se a um processo de fechamento destas mesmas fronteiras o qual ocorre mediante ao medo de que o outro tome meu emprego ou se torne um “dejeto” cuja “eliminação” seja necessária.

De acordo com Bauman (2005), diante desta perda de poder no mundo globalizado, o Estado defende fórmulas individuais para solucionar

o problema da segurança coletiva ao mesmo tempo em que se utiliza deste medo na elaboração de novas fórmulas políticas como ocorre com a questão das migrações. O Estado, ao proteger suas fronteiras contra os “indesejados” e ao desenvolver políticas anti-migratórias, tenta reforçar sua legitimidade perdida, pois estas ainda são as únicas forças que o Estado consegue controlar.

Assim, o sonho por um mundo onde não haveria escassez não se tornou realidade. A modernidade revelou que a ciência e a técnica ao invés de diminuir a escassez e eliminar as guerras ocasionaram ainda mais lutas e desigualdades e, conseqüentemente, maior insegurança - agora também em escala planetária. Nas palavras de Bauman (2005).

“El ‘progreso’, en otros tiempos la manifestación más extrema de optimismo radical y promesa de felicidad duradera universalmente compartida, está ahora ubicado en el polo diametralmente opuesto, diatópico y fatalista de las expectativas: hoy encarna la amenaza de un cambio implacable e inexorable que, lejos de augurar paz y alivio, no hace más que presagiar una crisis una tensión continuas que no dejarán un momento para el respiro” (BAUMAN, 2005, p. 88).

Porém, para o autor a insegurança do mundo moderno deriva, sobretudo, da sensação de incapacidade que os homens sentem em não conseguir alcançarem uma segurança completa. Assim, diante deste “fracasso”, o homem antes de admitir seus limites, cria um inimigo externo (um delinqüente, nas palavras do autor) sobre o qual depositam a culpa pelo seu constante medo. Há, pois, na modernidade, uma desconfiança permanente em relação ao “outro” que é sempre visto como uma ameaça em potencial. Tal comportamento seria atribuído “ao individualismo moderno” (CASTEL, apud BAUMAN, 2005, P.16).

Este individualismo nasce, de acordo com o autor, a partir da dissolução dos laços de solidariedade que existiam na “modernidade sólida”. Havia um sentimento solidário no âmbito profissional, na relação entre capital e trabalho a qual era amparada pelas regras estabelecidas pelo Estado (normas trabalhistas). Além disso, havia uma perspectiva clara em relação à carreira dentro da empresa e os fracassos eram atribuídos à “má sorte” ou a “incidentes fatais”.

No mundo da “modernidade líquida”, para usarmos a terminologia de Bauman, isto não mais ocorre. O que se assiste dentro das empresas é uma competitividade cada vez mais acirrada entre os trabalhadores em qualquer hierarquia – desde o chão da fábrica até o mais alto cargo

administrativo. E, “quando a solidariedade é substituída pela competição, os indivíduos se sentem abandonados a si mesmos, entregues aos seus próprios recursos (BAUMAN, 2009, p.21)”. Além disso, não há mais a perspectiva de construção de uma longa e sólida carreira dentro de uma empresa, pelo contrário, a rotatividade é cada dia maior. O homem da pós-modernidade precisa estar em constante movimento e atribui sempre a si mesmo a culpa pelos fracassos profissionais, e esta sensação de incapacidade invade a esfera de sua vida cotidiana. Portanto, todos estes fatores em seu conjunto geram um sentimento de insegurança que é constante.

Os políticos, ao seu turno, incentivam cada vez mais a busca de soluções individuais para a sensação de insegurança vivida pelos cidadãos modernos. Incitam uma maior flexibilidade o que, para Bauman, causa ainda mais insegurança e incerteza. De acordo com autor, há, cada vez mais, uma privatização da vida. As sociedades não mais são incentivadas a agir coletivamente e a buscarem soluções conjuntas para seus problemas. O medo é também explorado pelas empresas e se tornou, na sociedade Pós-Moderna, uma estratégia de marketing eficaz. Como afirma Bauman “assim como o dinheiro líquido disponível para investimentos de todo tipo, o ‘capital do medo’ pode ser transformado em qualquer tipo de lucro político ou comercial” (BAUMAN, 2009, p.55).

Mas então, qual a saída para que o “outro” não mais seja visto como ameaça e para que a insegurança que ronda o homem da pós-modernidade seja superada? Bauman afirma que solução está em construirmos ferramentas que sejam capazes de reunir novamente o poder e a política os quais hoje estão desligados no seio do Estado-Nação já que este não mais tem em suas mãos o poder de fato. Porém, tais ferramentas devem ser de abrangência global, pois, os problemas “*son globales y, como tales, no admitem soluciones locales*” (BAUMAN, 2005, p.104).

Porém, como aponta o autor, um dos grandes problemas da “modernidade líquida” é que as elites globais estão cada vez menos interessadas pelo local onde vivem e se identificam com um espaço que não é real cujas relações se dão por meio das redes de comunicações globais. Neste espaço, as grandes instituições e empresas transnacionais regem a vida dos homens modernos e passam a ter o domínio da vida não apenas material, mas também simbólica do homem. Tais instituições são capazes de criarem símbolos os quais passam a ser sinônimo de identidade para os homens da modernidade líquida. Assim, podemos afirmar que a identificação com o outro não mais ocorre por meio de símbolos de sua comunidade local, mas por meio de “marcas” e “logotipos”. A identidade passa assim a ser comprada, a ser comercializada como uma mercadoria o que faz com que o homem perca sua real identidade. Tal processo gera uma

homogeneização cultural que somente é possível na era Pós-Moderna e, ao mesmo tempo, gera a dissolução da solidariedade, pois não existe mais o substrato subjetivo da comunidade, há apenas símbolos que se alteram de acordo com o ânimo do mercado.

Contudo, neste espaço ainda não foram criadas instituições capazes de reger a política em nível transnacional e as instituições políticas permanecem ainda no nível local. Diante disso, o Estado, fragilizado em sua capacidade de exercício de sua soberania, se volta para os problemas locais. Contudo, a tarefa não é fácil, pois os problemas que atingem o local cada vez mais têm suas raízes no espaço global. Porém, para Bauman (2009) é esta a solução que deve ser buscada: um resgate da política, do espaço público onde seja possível estabelecer-se um diálogo que respeite as diversidades. “Com o passar do tempo, a exposição à diferença, transforma-se em fator decisivo para uma convivência feliz, fazendo secar as raízes urbanas do medo” (BAUMAN, 2009, p.71).

É neste contexto marcado pela insegurança e pela ausência da solidariedade que a Sociologia teria para o autor, o papel fundamental de revelar ao homem o que está por detrás de cada palavra dita e de cada guerra travada. À sociologia não cabe o função de dizer ao homem o que é certo ou errado, mas de mostrar-lhe, mediante o uso da racionalidade, a essência das coisas, de revelar a ele as causas dos conflitos, as idéias e os interesses daqueles que estão em busca do domínio da posse material e simbólica. Para tanto é preciso fazer-se uma análise do tempo presente, mas sempre levando em consideração o passado, pois é nele que se encontram as raízes dos problemas, as causas que devem ser compreendidas.

Bauman (2001) ressalta o importante papel que a sociologia tem na sociedade da “modernidade líquida”. Em suas palavras “*a sociologia é mais necessária do que nunca* [grifos do autor]. O trabalho em que os sociólogos são especialistas, o trabalho de trazer novamente à vista o elo perdido entre a aflição objetiva e a experiência subjetiva, se tornou mais vital e indispensável do que nunca”(BAUMAN, 2001, p.241). Assim, para o autor, cabe à sociologia construir conceitos e permitir à sociedade - que está diante de constantes conflitos ocasionados pelas forças econômicas e políticas - se relacionar com a alteridade. Além disso, Bauman também confere à sociologia a função de fornecer aos indivíduos a capacidade de fazer escolhas individuais, as quais sejam “verdadeiramente livres”.

A modernização reflexiva e o cosmopolitismo transnacional de Beck

Beck, por sua vez, nomeia de “Modernização Reflexiva” a nova fase da modernidade e desenvolve o termo “sociedade de risco” para designar a sociedade criada e que traz no seu seio os problemas decorrentes desta nova modernização com os quais ela precisa se confrontar. “‘Modernização reflexiva’ significa a possibilidade de uma (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O ‘sujeito’ dessa destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental” (BECK, GIDDENS, LASH, 1997, p. 12).

Segundo o autor, o adjetivo “reflexivo” tem seu significado relacionado à *autoconfrontação* e não de *reflexão*, pois, segundo ele, a passagem da primeira modernidade para a fase que ele chama de “período de risco” se dá através de um processo autônomo da modernização. Isto significa que os cidadãos não tomaram consciência desta transição e de suas consequências. Ser reflexivo é, pois entender o impacto que a modernidade teve e ainda tem na sociedade.

De acordo com o autor, o dinamismo da sociedade moderna tem causado a destruição de tudo aquilo que ela mesmo criou: formações de classes, camadas sociais, setores empresariais, dentre outros, além dos “pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico”. As instituições da sociedade moderna não mais conseguem ter o controle político e social e acabam por legitimar as ameaças que são fruto dessas modificações. Como resultado, o que se tem é uma sociedade marcada pelo medo e pela insegurança, uma “sociedade de risco”. Nas palavras do autor: “este conceito designa uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial.” (BECK, GIDDENS, LASH, 1997, p. 15).

Beck (1997) coloca que se na sociedade industrial os conflitos se davam em razão da disputa pelos bens como renda, emprego e seguro social, na sociedade de risco os problemas decorrem da distribuição dos “malefícios”, ou seja, dos problemas gerados pela modernização em sua segunda fase. O principal problema é como definir o que realmente é ameaça/perigo, pois tais conceitos são, antes de tudo, uma construção *congnitiva* e *social*. O que o autor quer, portanto, é chamar a atenção para a necessidade de redefinir os conceitos, pois não há como se utilizar de soluções antigas para problemas cuja base subjetiva se alterou. A solução para os problemas da pós- modernidade para Bauman deve assim ser bus-

cada, antes de tudo, em uma reflexão da sociedade diante das mudanças da passagem da sociedade industrial para a pós-moderna e das consequências daí decorridas. Somente a partir desta reflexão e da redefinição dos conceitos e dos valores do mundo atual é que será possível construir uma sociedade mais segura.

Portanto, para Beck (1997), “risco” não é algo que pode ser sistematicamente identificado e matematicamente quantificado, pois ele é, antes de tudo, uma construção social. Por esta razão, os atores mais poderosos instrumentalizam este conceito a seu favor e fazem de sua definição um jogo de poder. Tal visão é análoga ao conceito de “capital do medo” de Bauman.

Há ainda outro problema apontado pelo autor que ele chama de “processo de individualização”. Ao passar do mundo antigo para o mundo moderno, o indivíduo libertou-se das “certezas” que faziam parte daquele cosmos mas teve então que deparar-se com um novo mundo marcado pelas incertezas e pela alteridade. Neste novo cosmos, o indivíduo passa a ter, em alguns casos, o amparo de uma jurisdição que lhes garante direitos e obrigações mas que faz com que ela se sinta mais do que nunca um ser individual. Em outras palavras, ao deparar-se com as dificuldades da sociedade de risco, o indivíduo não mais tem a solidariedade de sua família ou de sua comunidade, pelo contrário, ao ser dono de seu próprio destino ele deve, como tal, ser responsável pelas soluções de seus próprios problemas.

A este processo de individualização, Ulrich Beck e Elisabeth Beck (2003) o designam mais tarde de “individualismo institucionalizado”. De acordo com os autores, as instituições da sociedade moderna foram criadas para garantir aos indivíduos direitos sociais, políticos e civis reforçam o processo de individualização e, portanto, destroem os fundamentos que garantem a coesão social, na medida em que tais direitos tem como sujeito o indivíduo e não a comunidade.

Porém, Beck (1997) aponta que é exatamente no conceito de risco que reside a possibilidade, não de uma solidariedade transnacional, mas da criação de uma sociedade que seja capaz de considerar o “outro” além-fronteira quando da tomada de suas decisões. Isto é possível pois ao mesmo tempo em que a globalização cria o processo de individualização ela também gera novas interdependências agora não apenas locais mas também globais. “En efecto, por paradójico que pueda parecer, es precisamente la individualización y fragmentación de las crecientes desigualdades en biografías separadas lo que se constituye en una experiencia colecti-

va” (BECK, BECK-GERSCHEIN, 2003, p.33 apud LEISERING, LEIBFRIED, 2009).

Hoje vivemos em um mundo em que é impossível desconsiderar a existência do outro. Crises financeiras ou catástrofes climáticas atingem a vida cotidiana das pessoas de maneira direta ou indireta e geram debates políticos, econômicos e sociais a nível mundial. Há pouco tempo atrás o Japão foi assolado por um terremoto seguido de uma *tsunami* que, além de ter causado milhares de mortes teve como consequência um grave acidente nuclear. Imediatamente centenas de debates espalharam-se pelo mundo a cerca da viabilidade de se utilizar este tipo de energia. Este é apenas um exemplo de vários que poderiam ser citados para mostrar como as sociedades hoje são cada vez mais interdependentes.

Assim, de acordo com Beck (2008), o mundo do risco global vive um momento cosmopolita. Os riscos se tornaram um elemento comum aos “cidadãos do mundo” pois eles são globais. Portanto, faz-se necessário a inclusão do “outro” assim como é preciso buscar soluções conjuntas para riscos – sejam eles sociais, políticos, econômicos ou climáticos – que são comuns. “A sociedade de risco nos força a reconhecer a pluralidade do mundo, a qual poderia ser ignorada no panorama nacional. Os riscos globais abrem um espaço moral e político que pode produzir uma cultura civil da responsabilidade que transcende fronteiras e conflitos” (BECK, 2008).

Todavia, como o próprio autor explica, seu conceito de cosmopolitismo difere muito daquele sonhado por Kant para o qual haveria a evolução do homem, via uso da razão, e que todos passariam a se relacionarem como iguais, como “cidadãos do mundo”. Muito além de uma questão filosófica, o cosmopolitismo de Beck é consequência dos efeitos que a industrialização e a globalização efetuaram. É, portanto, fruto da necessidade de se desenvolver mecanismos que sejam capazes de controlar os riscos decorrentes destes processos. Assim, para o autor, o cosmopolitismo é uma possibilidade objetiva e, necessária.

Porém, como os controles do risco seriam administrados no âmbito de uma sociedade civil mundial, cosmopolita? A resposta que Beck (2008) dá a esta questão é via criação de uma “política cosmopolita real”. Os Estados deveriam desenvolver políticas domésticas globais, ou seja, políticas que tornem possível a administração dos riscos globais, que estabeleçam alianças com outros países e que viabilize o desenvolvimento de um mundo mais justo. Assim, os efeitos da política cosmopolita iriam ao encontro dos interesses nacionais e, conseqüentemente fortaleceria o poder político dos Estados. Uma sociedade civil ativa teria papel funda-

mental neste contexto. Porém, Beck alerta que a esfera pública da sociedade de risco difere daquela descrita por Habermas na qual todos teriam as mesmas chances de participação e cujo relacionamento se daria via discurso racional. Segundo Beck (2008) os indivíduos reagem mediante a reflexão sobre as conseqüências de suas ações. Quando as conseqüências de tais ações são percebidas como riscos os indivíduos se mobilizam e passam a discuti-las, a se preocupar com elas.

Portanto, para Beck, se a modernidade trouxe consigo problemas os quais se intensificam na pós-modernidade. Cabe, pois aos indivíduos debruçarem sobre esta nova realidade e entendê-la com o objetivo de encontrar soluções as quais não mais podem ser locais, mas globais. Se o mundo no qual vivemos não mais possui os fundamentos subjetivos de antes, a política, como instrumento de poder também deve ser revista e renovada em seus conceitos.

A Constelação Pós-Nacional de Habermas

Jürgen Habermas em seu livro “A constelação pós-nacional”, assim como Bauman e Beck, também está preocupado com as conseqüências geradas pelo processo de globalização. Porém, Habermas (2001) concentra suas análises na perda de poder do Estado-Nação e na busca de uma alternativa para que a democracia seja garantida nesta nova configuração mundial.

De acordo com o autor, os campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial, criaram um sentimento de coletivismo entre os indivíduos “um macro-sujeito que age coletivamente”, porém, em meados deste século, os meios de comunicação de massa geraram uma dispersão dos indivíduos que se tornou “um público disperso das mídias de massas”.

Tal qual como Bauman e Beck, Habermas (2001) aponta os problemas decorrentes do avanço do capitalismo e da extinção do Estado de Bem Estar Social: aumento da pobreza, insegurança social e a conseqüente desintegração social. Tais fatores ocasionam na dissolução da solidariedade entre os indivíduos e, em longo prazo, na destruição da cultura política liberal tão cara à democracia.

O autor alerta, portanto, para o fato de o neoliberalismo e a globalização estarem gerando graves problemas sociais para os quais o Estado-Nação não mais tem o poder de solucioná-los. O resultado é uma crise social que destrói o substrato da solidariedade e afeta assim a política democrática. Assim, o Estado que já está com seu poder de ação limitado

acaba por perder a cada dia ainda mais sua legitimidade perante seus cidadãos.

A questão colocada por Habermas é então: como garantir uma sociedade mais justa e democrática para além do Estado Nacional? A resposta do autor parte da premissa de que a globalização trouxe problemas que ameaçam o mundo inteiro. “(...) fica cada vez mais evidente a estreiteza dos teatros sociais, o caráter público dos riscos e o enredamento dos destinos coletivos” (HABERMAS, 2001, p.72). Tal constatação assinala a necessidade de os Estados buscarem soluções conjuntas, ou seja, adotarem uma postura cooperativa, cosmopolita. A questão é como conseguir isto. Na visão habermasiana, é apenas a partir do desenvolvimento da consciência dos próprios cidadãos - enquanto participantes de uma comunidade internacional - que esta atitude cooperativa será possível. O ponto de partida deve ser, portanto o próprio indivíduo e não os Estados-Nacionais e suas elites governamentais.

Porém, apenas o desenvolvimento de uma “consciência individual” não é suficiente. Para Habermas, é preciso desenvolver mecanismos de institucionalização dos procedimentos que irão reger os interesses mundiais e gerar interesses internacionais comuns. Tais procedimentos não podem, contudo, serem administrados pelos Estados Nacionais que são “racionalmente egoístas”, e sim por movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais. O desenvolvimento de uma solidariedade cosmopolita deve ser ancorada não nos Estados, mas nos cidadãos de cada Estado. É preciso, portanto que haja uma “mudança valorativa” na mentalidade de cada indivíduo os quais ao atuarem no âmbito de espaços públicos internacionais sejam capazes de resgatar a solidariedade perdida e de desenvolvê-la agora em nível transnacional, cosmopolita.

Habermas afirma que existem duas esferas de integração: a das “redes” que seriam as relações proporcionadas pela expansão dos fluxos econômicos, das redes de transporte e de comunicação, e a integração dos “mundos da vida” o qual consiste em uma integração social. À medida que o processo de globalização aumenta os fluxos das redes, consequentemente há uma maior integração social e a constituição de novos “mundos de vida”. Assim, o que Habermas quer mostrar é que, muito além de produzir mudanças econômicas, a globalização produz uma mudança subjetiva proporcionada pelo maior contato com o “outro”. As ligações com a família, comunidade, com as origens, diminuem e o torna mais isolado do grupo ao mesmo tempo em que o deixa aberto a novas escolhas, a novas relações sociais. Mais uma vez observa-se quão paradoxal é a modernidade.

O enfraquecimento do Estado de Bem Estar Social ao mesmo tempo em que gera uma maior flexibilização do trabalho tem como consequência maior desemprego; a individualização permite a constituição de novas identidades, mas também gera uma fragmentação social e uma perda de coesão social e, conseqüentemente, perda do poder político dos cidadãos. Portanto, se não há mais coesão social, a capacidade política dos cidadãos fica fragilizada e daí a necessidade de se constituir uma nova forma de organização que garanta o exercício da democracia dentro do Estado Pós-Nacional. Habermas enxerga a União Européia como um possível modelo a de autocondução democrática a ser seguido.

A União Européia, porém, não deveria concentrar suas atenções apenas nos aspectos econômicos da integração, mas também suas instituições políticas as quais precisariam impor regras redistributivas aos participantes do mercado. Contudo Habermas alerta que apenas isto não seria suficiente: “Um fortalecimento da capacidade de governo das instituições européias não é pensável sem o aumento da sua base de legitimação formalmente democrática” (HABERMAS, 2001, p.125). Os cidadãos europeus precisariam ver uns aos outros como habitantes de uma mesma comunidade política.

Assim, na visão habermasiana, a garantia da democracia além do Estado-Nacional depende da construção de uma solidariedade européia. Apenas quando os cidadãos dos países europeus verem-se como cidadãos de uma mesma nação é que será possível uma política democrática transnacional, pois a solidariedade gera a “base de legitimidade das instituições européias” (HABERMAS, 2001, p.127).

Então, se a formação de uma identidade coletiva européia é necessária para se dar continuidade ao processo democrático na “Constelação Pós-Nacional”, para usarmos o termo habermasiano, como se daria a formação da referida identidade? A resposta do autor é que não seria via integração funcional como através do aumento dos fluxos econômicos, mas através de um processo de aprendizagem que deve começar a partir de discussões de partidos políticos nas arenas públicas nacionais e se expandir para uma arena pública européia. Concomitantemente, é de fundamental importância a atuação da sociedade civil através dos movimentos sociais organizados como as Organizações Não-governamentais.

Portanto, para Habermas, o enfrentamento dos problemas gerados pelo processo de globalização e a conseqüente perda de poder do Estado-Nação deve ser uma mudança subjetiva das consciências dos indivíduos que devem pensar e agir não mais como cidadãos nacionais, mas como cidadãos do mundo cujas ações devem ocorrer em um espaço público

transnacional a começar pelos movimentos sociais e pelas Organizações Não-Governamentais.

Admirável Mundo Pós-Moderno?

Impossível não dizer que o mundo Pós-moderno é fortemente marcado pelo individualismo, pelo consumismo desenfreado, pela ausência de sentimento de solidariedade e pelos fluxos constantes, sejam estes de capital, de pessoas, ou de mercadorias. O cenário das grandes metrópoles é um retrato fiel e um resumo de tudo aquilo que a modernidade e, posteriormente a Pós-Modernidade criou. Pessoas andam em um ritmo frenético, mal observam o que está ao seu redor, ou melhor, *aqueles* que estão ao seu redor. Todos estão preocupados consigo mesmo. Um olhar atento se dirige apenas à vitrine mais próxima em busca de algo a ser consumido e que fará com que o indivíduo se sinta mais feliz.

A desigualdade também fica evidente ao se olhar os bairros nobres, arborizados em contraste com a miséria das favelas. Pessoas passando fome e frio nas ruas passam despercebidas, pois já se tornaram parte do cenário da vida diária dos indivíduos. As grades e cercas que circundam as casas, e os altos muros e os modernos sistemas de segurança dos suntuosos condomínios fechados revelam a insegurança e a indiferença que caracterizam o homem da pós-modernidade. O indivíduo ao invés de encarar o mundo que ele mesmo ajudou a produzir prefere criar um mundo próprio onde a paz e a felicidade reinam ilusoriamente.

Os indivíduos do mundo antigo buscavam maior liberdade e acreditavam que o progresso seria a cura para todos os males do mundo. Porém, tal progresso embora tenha trazido a cura para algumas de nossas enfermidades, gerou outras tantas. As máquinas que ajudariam o homem a gerar maior produtividade e auxiliar em seu trabalho, tornando-o menos pesado, também trouxeram o desemprego em massa. As mulheres que sonhavam em ter direitos iguais aos homens, hoje se culpam por não ter tempo suficiente para sua família. Assistiu-se a um grande processo migratório do homem do campo para os grandes centros urbanos, mas agora parece começar a surgir uma busca do indivíduo das grandes cidades por locais onde o ritmo de vida é mais desacelerado.

O surgimento da internet, por sua vez, criou uma liberdade nunca antes alcançada. É possível “estar” em qualquer lugar do mundo a qualquer hora na velocidade de um clique. Os indivíduos podem comunicar-se com outros em qualquer canto e ter contato com outras línguas e culturas, porém tudo isto é realizado solitariamente. O que se pretende cha-

mar a atenção aqui é que, embora o homem tenha uma rede de contatos sociais cada vez mais extensa, ele se sente concomitantemente e, na mesma medida, cada dia mais sozinho. As comunidades que existem hoje não mais têm como substrato valores intersubjetivamente compartilhados. As comunidades são virtuais e podem desaparecer a qualquer instante.

Diante de uma realidade tão complexa e incerta, os sociólogos de todo o mundo se questionam sobre qual será a solução para todos os problemas que se enfrenta na pós-modernidade. É sabido que não é possível fazer um retorno ao passado e se restaurar os valores e os conceitos de outrora. Contudo, é preciso buscar alternativas para que seja possível uma convivência mais justa, segura e feliz no mundo pós-moderno.

Como visto, Bauman, Beck e Habermas apontam cada qual a seu modo, a necessidade de as mudanças começarem “de dentro para fora”. Em outras palavras, o que se pretende dizer é que, embora seja preciso desenvolver soluções para problemas que são globais, as mudanças devem partir do plano individual e subjetivo.

Para Bauman e Beck a sociologia teria um papel fundamental na tarefa de se realizar uma “revolução subjetiva”. Os indivíduos precisam, antes de tudo, compreender a realidade na qual vivem, serem capazes de identificar os reais interesses e as ideologias que estão por detrás dos discursos das grandes empresas transnacionais, da política e das redes de comunicação em massa. Já para Habermas, os movimentos sociais e as Organizações Não-Governamentais seriam os espaços onde poderiam ser criados novos sentidos de solidariedade que poderiam se expandir para espaços públicos transnacionais sendo possível a construção de uma solidariedade cosmopolita.

É preciso que ocorra uma emancipação humana, isto é, que os seres humanos sejam capazes de pensar e agir livremente. Livre aqui, contudo, significa muito mais do que poder fazer escolhas individuais, significa, sobretudo, fazer escolhas despidas de ideologias impostas por forças externas. A verdadeira emancipação deve ser portanto, a ideológica. Os seres humanos precisam desenvolver a capacidade de compreenderem o mundo em que vivem e negarem os valores e princípios estabelecidos, criando, conjuntamente, novos conceitos e valores que sejam comuns a todos e que faça com que o indivíduo olhe o outro, não mais como um objeto, mas como um “diferente” que tem um destino comum.

Se o mundo pós-moderno destruiu a base subjetiva que unia os indivíduos e que possibilitava a existência da solidariedade e da identidade entre as comunidades, é preciso que um novo substrato valorativo seja criado o qual permitirá criar novamente um cosmos onde a alteridade

seja respeitada. Porém, isto somente será possível a partir de uma mudança que deve começar nos indivíduos e é justamente neste sentido que a sociologia tem seu papel fundamental.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. *Archipiélago de excepciones*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

BAUMAN, Z. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009, p.13-73.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p.231-54.

BECK, U, BECK-GERSCHEIN, E. *La individualización El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Barcelona: Paidós, 2003, p.37 - 116.

BECK, U. Dios Personal. *La individualización de la religión*. Barcelona: Paidós, 2009 p.11-27, p.29-56.

BECK, U. GIDDENS, A. e LASH, S. *Modernidade reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p.11-71.

BECK, U. *La sociedad del riesgo mundial. En busca de la seguridad perdida*. Barcelona: Paidós, 2008, p.285-312.

HABERMAS, J. II *A constelação pós-nacional*. In: HABERMAS, J. *A constelação pós-nacional*. São Paulo: Littera, mundi, 2001.

MARX, K. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010

ZUIN, J. *Curso de Sociologia do Conhecimento*. Araraquara, 2011.

IDEOLOGIA E UTOPIA EM KARL MANNHEIM

Thiago MAZUCATO¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar os conceitos de ideologia e utopia em Karl Mannheim, situando-os numa perspectiva epistemológica e sociológica e as consequências que, segundo Mannheim, ambas implicam para uma noção de “verdade total”, nas quais devem ser compreendidos conceitos correlatos como “compreensão total” e “análise situacional” dentre outros. Algumas questões epistemológicas e metodológicas presentes em Mannheim são discutidas inicialmente, ao que se seguem as análises mais vinculadas à sociologia do conhecimento, precisamente as de ideologia e de utopia.

Palavras-chave: Mannheim. Ideologia. Utopia. Relacionismo. Análise Situacional.

IDEOLOGY AND UTOPIA BY KARL MANNHEIM

Abstract: This work aims to introduce the concepts of ideology and utopia by Karl Mannheim, setting them in an epistemological and sociological perspective and the consequences which, according to Mannheim, both involve to the notion of “all truth”, in which must be understood related concepts as a “full understanding” and “situational analysis” among others. Some epistemological and methodological issues by Mannheim are discussed first, the following analysis the most closely related to the sociology of knowledge, precisely the ideology and utopia.

Keywords: Mannheim. Ideology. Utopia. Relationism. Situational Analysis.

Karl Mannheim nasceu em 1893 e vivenciou um período de intensa crise política, econômica, social e cultural. Tomando como referência este contexto histórico e somando as influências de Kant, Marx e Weber e, como diz Rodrigues (2005, p. 51) à sua trajetória intelectual e profissional, na qual fora discípulo de Alfred Weber, colega de trabalho de Theodor Adorno e Max Horkheimer e também lecionou na *London School of Eco-*

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara).

nomics, é possível começar a traçar um perfil daquele que sistematizará a sociologia do conhecimento.

Dentre os principais acontecimentos históricos que mais refletiram na obra de Mannheim podem ser citados a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a ascensão do nazismo na Alemanha (década de 1920). Do primeiro é possível vislumbrar um enfraquecimento de teorias que postulavam a harmonia social e a supremacia da razão, e, do segundo, principalmente a intolerância e o irracionalismo produzindo falsas consciências em discrepância com a realidade.

Será justamente na esteira de uma crítica ao racionalismo e ao positivismo radical, bem como ao totalitarismo político, que Mannheim trará para a análise sociológica questões como a objetividade do conhecimento, e a conseqüente relação do sujeito com o objeto, e a necessidade de situar social e historicamente os conhecimentos.

Algumas questões epistemológicas e metodológicas

A questão da objetividade ou subjetividade do conhecimento não pode ser pensada estritamente ao modo positivista, tentando forjar uma metodologia para a análise de objetos “humanos” semelhante às metodologias das ciências naturais. Uma vez que sujeito e objeto são da mesma natureza e ambos compartilham motivações (objetivos e valores), a relação entre ambos nas ciências humanas não pode ser concebida de forma tão distanciada como nas ciências da natureza. Caso não se compreenda as motivações dos atos os mesmos perdem qualitativamente significação no campo das ciências humanas, em especial da sociologia do conhecimento.

Desta forma, Mannheim propõe que se o sujeito e o objeto são da mesma natureza e ambos são portadores de motivações, o conhecimento sociológico deve levar em consideração as condições sociais em que sujeito e objeto produzem seus respectivos conhecimentos (no sentido de pensamentos), ou seja, o conhecimento sociológico para produzir-se não pode deixar de relacionar o contexto existencial tanto do sujeito como do objeto, ou seja, “isolar diferentes estilos de pensar e relacioná-los aos grupos de onde surgem” (1972, p. 76).

Os indivíduos não agem isoladamente, e sim em grupos (por maiores ou menores que sejam), e a produção do pensamento se dá de forma semelhante. Ao agirem e pensarem em grupos, a percepção da realidade não é mais a mesma para todos os indivíduos. Cada grupo produz co-

nhcimentos sobre a sua própria realidade e sobre a forma que deve agir em relação aos demais grupos. Mannheim verificou que os interesses do grupo acabam por produzir certos conhecimentos sociais que, forçosamente, terão reconhecimento social e serão elementos importantes para a compreensão do agir, pensar e sentir dos indivíduos que fazem parte deste grupo.

Esta visão da totalidade como um todo fragmentado, no qual as partes não estão em harmonia entre si, mas declaradamente em disputa (seja conceitual ou bélica), e no qual todas essas partes precisam coabitar um mesmo espaço (seja um bairro, um país ou o globo terrestre), pressupõe que, ao atribuírem significados e valores às coisas do mundo com as quais se relacionam, estes significados e valores muitas vezes serão bastante diferentes ou mesmo antagônicos de um grupo para outro.

Tais conflitos na atribuição de significados e valores às coisas do mundo podem fazer com que os acontecimentos decorrentes do encontro destas visões não sejam racionais (vale lembrar o contexto histórico da guerra e da ascensão do nazismo presenciado por Mannheim), uma vez que os grupos não falam a mesma coisa, não se compreendem uns aos outros e, portanto, a comunicação se desfaça, torna-se bem provável que os argumentos “do outro” não somente não sejam compreendidos como também venham a ser alvo de desqualificação. Ao passo que vive coletivamente, o indivíduo conhece coletivamente, e aí é possível identificar motivações coletivas inconscientes no agir e no pensar do indivíduo, como diz Mannheim (1972, p. 58): “A plena emergência do ponto de vista sociológico referente ao conhecimento traz consigo, inevitavelmente, o descobrimento gradativo do fundamento irracional do conhecimento racional”.

Ao se preocupar com o problema do conhecimento, Mannheim não tem em vista uma explicação dos elementos da estrutura lógica do pensamento, mas sim busca por uma compreensão sobre como os pensamentos podem se transformar em instrumentos de ação coletiva na esfera pública, em especial no campo da ação política. Há pensamentos socialmente construídos e sustentados que servem aos indivíduos para a compreensão das suas vidas e do mundo em que vivem, e podem guiá-los no sentido de fazer com que acreditem e lutem pela permanência deste mundo como o compreendem, ou ainda pela mudança deste mundo em favor de um outro que compreende ser melhor que o atual.

Esses pensamentos produzem conhecimentos sociais, ou seja, conhecimentos que são socialmente compartilhados pelos indivíduos do grupo. Tais conhecimentos sociais são o alvo da Sociologia do Conhecimento, como diz Mannheim (1972, p. 30): “A principal tese da Sociologia

do Conhecimento é que existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos adequadamente enquanto se mantiverem obscuras suas origens sociais”.

Mesmo quando um indivíduo pensa sobre algo, esse ato de pensar, para Mannheim, não pode ser visto como algo puramente individual, pois, este indivíduo que pensa faz uso de categorias e conceitos que existiam antes dele próprio, e já eram carregadas de significados e valores sociais. O pensamento é algo que pode ser situado histórica e socialmente, e somente a partir da interiorização desta carga histórico-social é que os indivíduos podem produzir pensamentos aparentemente com traços pessoais, mas que sempre carregam as características de “grupo” e de “contexto” em que foram produzidos é o que Mannheim (1972, p. 53) chama de “um complexo de conduta significativa, que pode ser compreendida em termos de sua estrutura motivacional ou de seu contexto de experiência”. Para que se tenha uma compreensão total destes pensamentos situados sócio-historicamente é preciso proceder a uma análise situacional que, segundo Mannheim (1972, p. 133) “é o modo de pensamento em todas as formas de experiência que se erguem acima do nível do lugar-comum”.

Nesta perspectiva, o pensamento não é somente um fruto de reflexão contemplativa, mas também fruto de um agir social que sempre se dispõe “com os outros” ou “contra os outros”. Ao agir com os outros, o indivíduo pensa como os outros com os quais age, e, ao agir contra os outros o indivíduo pensa, conforme o grupo ao qual pertence também pensa, contra estes outros. O pensar e o agir são coletivos e não podem, portanto, ser compreendidos isoladamente.

Mannheim (1972, p. 32) está demonstrando duas formas básicas de agir socialmente no mundo: “Estas pessoas, reunidas em grupos, ou bem se empenham, de acordo com o caráter e a posição dos grupos a que pertencem, em transformar o mundo da natureza e da sociedade a sua volta, ou, então, tentam mantê-lo em uma dada situação”. Essa localização do sujeito no seu tempo e no seu grupo cria as questões existenciais deste sujeito, as quais serão relevantes para a compreensão dos fatores sociais que determinam as formas de pensamento e conhecimento. Mannheim compreende essas duas formas básicas anteriormente descritas de pensar e agir no mundo como ideologias e utopias, respectivamente.

Ideologia e utopia como categorias de pensamento e de ação

Ao demonstrar como a concepção de mundo unitária (e que se impunha de forma autoritária pela igreja) da Idade Média ficou debilitada com a introdução da possibilidade de existirem várias formas de se pensar, o que se deu principalmente com o racionalismo (separação do “ato de pensar” em relação aos “pensamentos já pensados”) e o surgimento dos intelectuais desvinculados da instituição religiosa, Mannheim identifica três momentos (o epistemológico, o psicológico e o sociológico) nos quais a concepção de conhecimento (e seus fundamentos) que foram se alterando historicamente.

A análise social do conhecimento parte da “condição da sociedade” na qual os grupos vivem, e a postura destes grupos em relação à realidade em que vivem pode ser uma tentativa de mantê-la (obscurecendo a sua real condição) ou ainda a sua negação (também obscurecendo a sua real condição) na tentativa de transformá-la. É o que Lallement (2008, p. 200) chama de “transformação de certos projetos e interesses próprios dos grupos sociais em teorias, doutrinas e movimentos intelectuais”.

A ideologia e a utopia fazem parte das motivações coletivas inconscientes, que atuam no sentido de determinar a forma como os indivíduos agem e pensam, e neste sentido Mannheim (1972, p. 67) acredita que “servem para ocultar – em duas direções – certos aspectos da realidade social”. Há uma identificação de ideologia com “conservação” e de utopia com “mudança”, ambas destorcidas da realidade, transcendendo-a, mas em conexão direta com a realidade do grupo dos sujeitos que as pensam.

Há duas formas básicas de ideologia identificadas por Mannheim: ideologia particular e ideologia total. Ambas se propõem justificar a ordem social e contestam a veracidade do conhecimento do outro, porém, no primeiro caso o outro é identificado com um indivíduo e, no segundo caso, o outro é o grupo ou ainda a fundamentação do conhecimento de todo um grupo ou de toda uma época. Por isso podem ser identificadas com formas tradicionalistas de concepção da realidade social, as quais, segundo Mannheim (1972, p. 121) “tendem a degenerar em ideologias, cuja função consiste em ocultar o real significado da conduta, ao invés de revelá-lo”.

Ideologia particular teria então um caráter mais psicológico, e seria a forma de desqualificar apenas “uma parte dos enunciados do opositor” (MANNHEIM, 1972, p. 82). Fica evidente a existência de uma psicologia de interesses, uma vez que o conhecimento do outro é desqualificado

por representar um interesse deste opositor identificado como mentira ou ilusão.

Cada indivíduo participa apenas em determinados fragmentos deste sistema de pensamento, cuja totalidade não é de forma alguma a simples soma destas experiências individuais fragmentárias. Sendo uma totalidade, o sistema de pensamento é integrado sistematicamente, e não é um mero ajuntamento causal de experiências fragmentárias dos membros isolados de um grupo. Segue-se, assim, que somente se pode considerar o indivíduo como portador de uma ideologia, na medida em que lidamos com aquela concepção de ideologia que, por definição, se prende mais aos conteúdos isolados do que à estrutura global de pensamento, encobrendo modos falsos de pensamento e expondo mentiras (MANNHEIM, 1972, p. 84-5).

Já uma ideologia total não leva em consideração somente aspectos do pensamento do outro, e sim sua visão total de mundo (*Weltanschauung*), de toda a sua época e contexto histórico, ou seja, “não nos estamos referindo a casos isolados de conteúdo de pensamento, mas a modos de experiência e interpretação amplamente diferentes e a sistemas de pensamento fundamentalmente divergentes” (MANNHEIM, 1972, p. 83), ou seja, questiona-se a estrutura de pensamento de todo o grupo “opositor”.

Mannheim considera que a atitude de confrontar-se com pensamentos e concepções de mundo diferentes foi se alterando historicamente, passando de uma atitude que considerava a visão do outro como simples mentira, para outras que consideravam a visão deste outro como ideologias particulares. Para se compreender como se passa da ideologia particular para a ideologia total é preciso que a visão de mundo unitária se desfaça e que “os valores básicos dos grupos contendores constituam mundos à parte” (MANNHEIM, 1972, p. 91), ou seja, grupos sociais diferentes, cada qual com sua visão de mundo, se encontrem historicamente.

Para poder sair de uma armadilha conceitual na qual, ao dizer que todo conhecimento é determinado sócio-historicamente, transforma qualquer conhecimento em um conhecimento relativo, Mannheim prevê a possibilidade de tomar consciência de uma “verdade total” e a existência de um grupo capaz de operar tal tarefa, como diz Lallement (2008, p. 200):

Ele defende em primeiro lugar uma tese “relacionista”: a verdade total seria a síntese dos diversos pontos de vista parciais. E depois, à maneira de Hegel (que alimentava a

convicção de que o espírito absoluto era a medula de sua própria filosofia), de Marx (para quem o proletariado era o portador de um pensamento autêntico), Mannheim reconhece aos intelectuais sem grilhões sociais a capacidade de superar o conhecimento do saber e assumir o papel de fiadores de uma verdadeira abertura cognitiva.

O relacionismo seria uma forma de contextualização do conhecimento que, para Mannheim (1972, p. 112), “significa apenas que todos os elementos de significado em uma situação mantêm referência um ao outro e derivam sua significação desta recíproca interrelação em um dado quadro de pensamento”. Desta forma, o relacionismo de certa maneira supre a carência conceitual de um excessivo relativismo, ao prescrever que cada pensamento deve ser compreendido por sua congruência com a realidade sócio-histórica.

Quando fala de utopia, Mannheim a compreende como uma forma de mentalidade do grupo, as quais, tal qual ocorre com a ideologia, também transcendem o que é denominado por realidade. Tomando este conceito de realidade constituído sócio-historicamente pelo grupo dominante, poder-se-á dizer que são utópicas, segundo Mannheim (1972, p. 216), “somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, a se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento”. Há, pois, uma diferenciação nítida em relação ao conceito de utopia estabelecido por Thomas More que a define praticamente em sua totalidade na dimensão teórica, sem orientação para a ação.

A utopia (ou mentalidade utópica) também deve ser compreendida segundo os parâmetros da análise situacional, uma vez que refletem maneiras de pensar, sentir e agir que são coletivamente determinadas, ou seja, a orientação do grupo é fundamental. Uma mentalidade utópica tenta transformar a realidade dominante de acordo com as concepções do próprio grupo que a deseja transformar.

Um elemento importante apontado por Mannheim e que permite um melhor entendimento do relacionismo e da particularização dos conhecimentos (sejam ideológicos ou utópicos) consiste na constatação de que em qualquer lugar, num dado tempo histórico, haverá um grupo dominante, para o qual as concepções de todos os grupos que lhe são opostos serão rotulados de utópicos. É preciso ter sempre em vista um ponto de referência a partir do qual concepções de mundo são rotuladas de ideológicas ou utópicas, como Mannheim (1972, p. 220) recomenda que se entenda utopia em seu sentido relativo, ou seja, “uma utopia signi-

ficando, assim, o que pareça irrealizável tão-só do ponto-de-vista de uma dada ordem social vigente”. Há sempre na utopia um elemento presente que tende a subverter a ordem social.

Segundo esta compreensão de ideologia e utopia, tomando como referencial uma dada realidade sócio-histórica, e a existência de grupos (uns dominantes, outros em confronto com estes, em ascensão), muito provavelmente os grupos dominantes determinam o que neste momento será utópico, ao criticar as concepções dos grupos que lhe são opostos, bem como, serão os grupos que fazem oposição aos grupos dominantes que determinam como ideológicas as concepções de mundo destes últimos. Cuvillier (1975, p. 51) diz que “as ideologias refletem a ordem social dominante, ao passo que as utopias exprimem o futuro almejado. Uma e outras estão, contudo, em relação com as formas políticas e sociais existentes”.

Procedendo a uma construção de tipos ideais, Mannheim identifica quatro tipos principais de mentalidades utópicas segundo sua análise dos momentos históricos em correlação com concepções de mundo: o quiliasma orgiástico, a ideia liberal-humanitária, a ideia conservadora e, por fim, a utopia socialista-comunista. Todas estas mentalidades surgem de grupos que podem ser considerados oprimidos, porém em ascensão, que fazem uma conexão entre a sua concepção de mundo e a esfera da ação sobre a realidade deste mundo.

Quando um grupo em ascensão percebe a possibilidade de romper com a ordem social que os oprime, tem-se aí um terreno fértil para o surgimento de uma mentalidade que buscará romper com tal ordem. Freund (1980, p. 99) comenta que para Mannheim “a utopia é uma coleção de pensamentos que fazem exceção à realidade e procuram modificá-la pela ação”.

Mannheim exemplifica esta posição relacional e particularizada da ideologia e da utopia ao analisar, por exemplo, as ascensões da burguesia e, posteriormente, do proletariado. No momento histórico em que a burguesia já se encontra bastante fortalecida economicamente, há uma concepção de mundo dominante ainda ligada à ordem feudal. As aspirações políticas da burguesia, neste momento, são consideradas pela aristocracia feudal como utópicas, uma vez que contrariam a ordem social existente baseada na hierarquia e na fé. Uma vez a burguesia tenha conquistado poder político, a sua concepção de mundo passa a ser dominante e utilizada como referencial para caracterizar as concepções dos grupos que lhe são opostos como utópicas, em especial, as concepções dos proletariados, condensadas na mentalidade socialista-comunista.

Por fim, Mannheim faz uma reflexão sobre seu próprio tempo e considera ser um avanço que estas diversas concepções de mundo possam ser compreendidas como socialmente determinadas, e que sejam compreendidas não como verdades totais e sim como pontos de vista parciais. Mannheim (1972, p. 131) diz que “somente quando estivermos completamente conscientes do âmbito limitado de cada ponto-de-vista, estaremos a caminho da almejada compreensão do todo”.

Referências bibliográficas

CUVILLIER, Armand. *Sociologia da Cultura*. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

FREUND, Julien. A Sociologia Alemã à Época de Max Weber. In: BOTTO-MORE, Tom & NISBET, Robert (Orgs.). *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

LALLEMENT, Michel. *História das idéias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

RODRIGUES, Léo Peixoto. *Introdução à Sociologia do Conhecimento, da Ciência e do Conhecimento Científico*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

A GUERRA DOS TRONOS: Elisabeth e Mary Stuart

José Renato Ferraz da SILVEIRA¹
Juliana Graffunder BARBOSA²

Resumo: Por meio de pesquisa bibliográfica, o presente artigo busca analisar o tempo histórico da rainha Elisabeth no que concerne, em específico, ao embate com a rainha escocesa Mary Stuart. Foram selecionados – como recortes para análise – os conflitos, os paradoxos e as tensões que perpassam a busca pela legalidade e pela legitimidade. Na eterna disputa pelo poder, os personagens políticos se deparam com a vida e a morte, a ascensão e a decadência, a glória e o fracasso, que são etapas inevitáveis e constitutivas do jogo dos tronos. O presente estudo, sob um viés realista, problematiza o trinômio – conquista, manutenção e a queda do poder - acerca do impactante e devastador significado de política como tragédia em que a busca pela ordem e pela harmonia em face do desequilíbrio e caos está sempre presente.

Palavras-Chave: Elisabeth. Mary Stuart. Conflitos. Paradoxos. Tensões. Jogo dos Tronos.

THE WAR OF THRONES: ELISABETH AND MARY STUART

Abstract: By means of literature research, this article seeks to analyze the historical time of Queen Elisabeth regarding, in particular, the clash with the Scottish queen Mary Stuart. We selected - as cutouts for analysis - conflicts, paradoxes and tensions that underlie the search for legality and legitimacy. In the eternal struggle for power, the characters are faced with political life and death, the rise and decay, the glory and failure, which are inevitable and constitutive stages of the game of thrones. In this study, under a realistic bias, we discuss the triad - conquest maintenance and fall from power - about the shocking and devastating meaning of politic as tragedy in the pursuit of order and harmony in the face of chaos and instability is always present.

Keywords: Elisabeth. Mary Stuart. Conflicts. Paradoxes. Tensions. Game of

¹ Doutor em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), mestre em Ciência Política e bacharel em Relações Internacionais pela mesma instituição. É professor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e líder do Núcleo PRISMA - Pesquisas em Relações Internacionais de Santa Maria. E-mail: jreferraz@hotmail.com.

² Acadêmica do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria e pesquisadora do Núcleo PRISMA - Pesquisas em Relações Internacionais de Santa Maria. E-mail: jugraffunder@gmail.com.

Thrones.

Introdução

Elisabeth estava com 25 anos de idade quando, destreinada de assuntos políticos, sucedeu à sua meia irmã, no dia 17 de novembro de 1558; a jovem filha de Henrique VIII tomara em suas mãos o perturbado reino insular que governaria por quase meio século. Em seu longo reinado passaria por inúmeros perigos desde crises econômicas, catástrofes naturais, subversões, intrigas palacianas, além de inimigos estrangeiros. E uma das batalhas de Elisabeth para se manter no poder foi o confronto com a rainha escocesa Mary Stuart. O presente estudo analisa o conflito entre as duas soberanas no que tange as seguintes categorias: personalidade, percepção, ação e decisão.

Mary Stuart

De acordo com Churchill (1960), Mary Stuart, rainha da Escócia, perdera seu jovem esposo, Rei Francisco II, logo após sua ascensão ao trono e, em dezembro de 1560, ela voltou ao seu país. Os tios de sua mãe, os Guise, logo perderam a influência que tinham na corte francesa, e sua sogra, Catarina de Médici, substituiu-os como regente do Rei Carlos IX. Assim, na segunda metade do século XVI, durante algum tempo, três países foram controlados por mulheres: França, Inglaterra e Escócia. Desses, porém, somente o governo de Elisabeth tinha estabilidade.

Mary Stuart era uma personalidade diferente de Elisabeth, embora de certo modo a situação de ambas fosse semelhante. Eram descendentes de Henrique VII, possuíam um trono, viviam em uma época na qual era novidade uma mulher ser chefe de Estado e, naquele instante, não eram casadas. Sua presença na Escócia abalou o delicado equilíbrio que Elisabeth alcançara por meio do Tratado de Leith, a nobreza católica inglesa, particularmente no norte, não era indiferente aos clamores de Mary.

Rainha da Escócia aos nove dias de idade, afastada de seu país desde a primeira infância para ser criada em França por seus parentes Guise com o objetivo de ser tornada mulher do herdeiro do trono francês. Mary teve uma infância de privilégios e luxo que lhe permitiram deixar

dormentes quaisquer talentos que tivesse para as questões de Estado, mas lhe permitiram também se tornar voluntariosa e convicta de que sua vontade era lei (HELIODORA, 1978).

Alguns pretendentes alimentavam o sonho de desposá-la, entretanto, Elisabeth conhecia sua rival, pois, sabia que Mary era incapaz de separar suas emoções da política. De acordo com Allan (1996), a Rainha dos escoceses não tinha o vigilante autodomínio que Elisabeth adquirira nos anos amargos de sua infância.

Assim, Mary Stuart, poucos anos após chegar à Escócia, se casou com um primo, Henrique Stuart, Lorde Darnley. Conforme Churchill (1960), o casamento de Mary mostra o contraste entre as duas soberanas, Elisabeth antevira e evitara o perigo de escolher um marido em sua corte.

Henrique Stuart, segundo a maioria dos autores, era um jovem fraco e pretensioso que tinha nas veias os sangue dos Tudors e dos Stuarts. O resultado dessa escolha, para Mary, foi desastroso. As velhas facções feudais, agora irritadas por conflitos religiosos, puseram o país sob seu controle, fazendo o poder da rainha se diluir aos poucos.

O verdadeiro senhor da Escócia, na altura do regresso de Mary Stuart (1561), era um pastor, João Knox, temível pela força e estreiteza da sua fé; a sua eloquência bíblica, granítica, agradava aos compatriotas. Knox, antigo padre católico, abraçara depois o anglicanismo. Fora ele quem obrigara Cranmer a suprimir a genuflexão na segunda edição do Prayer Book (MAUROIS, 1965).

João Knox e a ameaça fanática

Surge em cena um pregador poderoso: João Knox, que a exemplo de Calvino acreditava na predestinação; pensava que a verdade religiosa devia apenas ser procurada nas Escrituras, sem a admissão de qualquer dogma introduzido pelos homens; que o culto devia ser austero, sem pompa e sem imagens; que a instituição calvinista dos “Anciães da igreja” devia substituir bispos e arcebispos; finalmente, que ele João Knox era um dos eleitos, diretamente inspirado por Deus. Conforme Maurois (1965), Knox convenceu seus compatriotas acerca disso, e a assembleia eclesiástica liderada por ele, encarnava o Estado. De acordo com alguns autores, Knox fazia uma firme pressão político-religiosa sobre Mary Stuart que com uma firme paciência, suportava as humilhações que Knox a impunha.

De acordo com Maurois (1965), a relação entre Mary e Elisabeth era bastante complexa. Entre as duas se estabeleceu uma correspondência

amigável. Quando o casamento de Mary começou a ruir e Knox interferia nos assuntos de Estado, cortesãos trazidos da refinada corte francesa, para consolá-la nessa dividida terra, eram impopulares e um deles, David Riccio, foi apanhado em seu leito e morto a punhaladas.

Para Maurois (1965), o marido de Mary Stuart se tornou alvo de intrigas e boatos. Ele, provavelmente, era o responsável pela morte de Riccio. Odiando o marido, desesperada e sem alternativas, ela foi conivente com seu assassinato e, em 1576, se casou com o assassino, um guerrilheiro de fronteira, James Hepburn, Conde de Bothwell, cuja espada indomável ainda poderia salvar-lhe o trono e a felicidade, no entanto, o que veio foi a derrota e a prisão. Após ter seu marido encarcerado, em 1568, Mary escapou para a Inglaterra e se prostrou aos pés de Elisabeth, pedindo clemência.

Mary Tudor e a ameaça católica

Elisabeth conhecia muito bem, e por experiência própria, o significado da presença de Mary na Inglaterra, pois a prima escocesa passaria a ocupar exatamente a mesma posição que ela mesmo ocupara durante o reinado de Mary Tudor, sua irmã. O que não só ensinou um grande número de lições a Elisabeth àquele tempo, como também na verdade salvou-lhe a vida, foi sua inabalável recusa em participar de qualquer complotô protestante para destronar a irmã católica (HELIODORA, 1978, p. 55).

Segundo Churchill (1960), na Inglaterra, Mary se mostrou mais perigosa do que quando estava na Escócia: se tornou foco de conspiração e tramas contra a vida de Elisabeth. “O número de conspirações de que Mary foi centro, leva-nos a admirar a paciência de Elisabeth” (MAUROIS, 1965, p.288).

A sobrevivência do protestantismo na Inglaterra era ameaçada por sua presença. Emissários secretos da Espanha penetraram no país para fomentar a rebelião e coordenar os súditos católicos de Elisabeth. Toda a força da Contrarreforma volveu a um único país protestante unido da Europa e, se a Inglaterra fosse destruída, o Protestantismo provavelmente seria banido em toda parte.

A estratégia da conspiração católica era provocar o assassinato de Elisabeth, mas ela estava bem servida no quesito de serviço secreto inglês. Francisco Walsingham, assistente de Cecil e mais tarde seu rival no governo, localizou e prendeu agentes espanhóis e traidores ingleses.

Para Churchill (1960), Walsingham, de inteligência sutil, cujo conhecimento da política europeia suplantava o de qualquer membro do Conselho da Rainha, criou o melhor serviço secreto oficial da época. Contudo, havia sempre uma “chance” de algum conspirador escapar. Enquanto Mary visse sempre haveria perigo de que alguma pessoa, por ambição pessoal ou arruinada pelo descontentamento popular, se utilizasse dela e de suas pretensões para destruir Elisabeth e, em 1569 essa ameaça se concretizou. “A rebelião de 1569, no norte da Inglaterra, da qual forçosamente John Shakespeare se terá ocupado, foi um dos primeiros resultados do novo estímulo emprestado ao catolicismo pela presença de Mary na Inglaterra” (HELIODORA, 1978, p. 55).

Ao norte da Inglaterra, o meio social era muito mais primitivo do que nas férteis regiões sulistas. Nobres semifeudais, orgulhosos e independentes, se sentiam agora ameaçados não só pela autoridade de Elisabeth, mas também pelas hostes de novos potentados, como os Cecils e os Bacons, enriquecendo à custa da dissolução dos mosteiros, e famintos de poder político. Além do mais, havia profunda separação religiosa entre o norte e o sul: este era francamente protestante, enquanto o norte permanecia predominantemente católico.

Segundo Churchill (1960), outrora, os mosteiros eram o centro da vida em comum e da caridade. Sua destruição provocou a Peregrinação da Graça contra Henrique VIII, e ainda provocava uma teimosa resistência passiva contra as reformas religiosas de Elisabeth. Defendia-se, agora, a ideia do casamento de Mary com o Duque de Norfolk, decano da nobreza Pré-Tudor, o qual passou a encarar a possibilidade de disputar, com a sorte, a posse do trono, no entanto, se arrependeu em tempo.

Entretanto, em 1569, os Condes de Northumberland e Wetsmorland encabeçaram uma rebelião no norte. Mary ficou abrigada em Tutbury, aos cuidados de Lorde Hudson, soldado de Elisabeth e seu primo por parte dos Bolenas, além de seu servidor de confiança durante todo o reinado, e uma das poucas pessoas de suas relações. Antes que os rebeldes pudessem dominá-la, ela foi levada às pressas para o sul.

Conforme Churchill (1960), Elisabeth demorou a avaliar o perigo que se aproximava: os rebeldes planejavam dominar o norte do país, onde aguardariam um ataque, mas, não se confiavam mutuamente. Ao sul, os lordes católicos não se moveram; parece que não houve um planejamento de ação e as forças rebeldes do norte se espalharam pelas montanhas, em pequenos grupos.

Covardemente, se infiltraram através da fronteira a fim de encontrar salvação e, assim, terminou o primeiro ato da vasta conspiração

católica contra Elisabeth. Após reinar, muito pacientemente, doze anos, ela ficou sendo, inquestionavelmente, a Rainha de toda a Inglaterra.

Nesse ínterim, Roma estava pronta para reagir, e em fevereiro de 1570 o Papa Pio V, ex-chefe da Inquisição, expediu uma bula de excomunhão contra Elizabeth. A partir de então, a Espanha, como maior potência católica da Europa, passou a contar com uma arma espiritual para ser usada em caso de precisar atacar, tendo em vista que a posição de Elisabeth enfraquecera.

Havia, então, um grande desafio: o Parlamento se agitava cada mais enquanto a Rainha continuava solteira, e seus constantes apelos levaram-na a agir. Entrou em negociação com Catarina de Medici, e uma aliança política foi firmada em Blois, no mês de abril de 1572.

Ambas as rainhas não confiavam no poder espanhol, uma vez que Catarina se convencera de que a França católica tinha tanto a temer da Espanha quanto a Inglaterra protestante. Durante um curto período os fatos colaboraram com Elisabeth. O ponto fraco da Espanha estava nos Países Baixos, onde uma densa população, com imensos recursos taxáveis, há muito caíra sob a influência de Filipe.

Toda essa região estava às portas da revolta, e mal o tratado fora assinado, quando a famosa resistência holandesa à tirania, integrada pelos chamados “Mendigos do mar” tomou a cidade de Brill, a revolta eclodiu nos Países Baixos. Elisabeth passou a ter, então, um novo aliado potencial no continente; chegou até pensar em se casar com um dos filhos mais moços de Catarina, sob a condição de a França não tirar vantagem da confusão para se expandir pelos Países Baixos. Um terrível evento em Paris, porém, fez malograr tal projeto. Pelo súbito massacre dos Huguenotes na véspera do dia de São Bartolomeu, a 23 de agosto de 1572, os Guises, favoráveis a Espanha e ultracatólicos, readquiriram poder político que haviam perdido dez anos antes.

A repercussão em Londres foi grande. O embaixador inglês, Francisco Walsingham, foi chamado por Elisabeth e, quando o embaixador francês foi explicar os acontecimentos, Elizabeth e toda a corte receberam-no em silêncio, trajando luto. Sua aliança com a corte francesa, evidentemente, falhara e Elizabeth foi levada a apoiar, secretamente, inclusive com dinheiro, os huguenotes franceses e holandeses. Haja vista, o sucesso dependia do fator tempo, uma vez que os recursos financeiros eram muito limitados e ela somente poderia manter esse auxílio enquanto os rebeldes estivessem na iminência do desastre.

De acordo com Churchill (1960), Walsingham, agora secretário de Estado, logo abaixo de Cecil, no Conselho da Rainha, estava descontente;

o exílio no reinado de Maria e sua atuação como embaixador em Paris convenceram-no de que o protestantismo somente sobreviveria na Europa com um ilimitado auxílio e encorajamento da Inglaterra. Afinal, não podia haver um acordo com os católicos; mais cedo ou mais tarde a guerra rebentaria e era imprescindível que tudo fosse feito para preservar e assegurar aliados potenciais antes do conflito final.

Cecil, agora Lorde Burghley, era contrário a tudo isto. A amizade com a Espanha, simbolizada no casamento de Catarina de Aragão e alimentada por interesses comerciais, era uma tradição dos Tudors, desde os tempos de Henrique VIII, e boas relações com a potência, que ainda controlava grande parte dos Países Baixos seria o único meio de preservar o grande mercado por onde se escoavam a lã e os tecidos ingleses.

O casamento de Filipe com Maria fora muito mal visto na Inglaterra, mas, na opinião de Burghley, não era o momento apropriado para cair no extremo oposto e intervir nos Países Baixos ao lado dos rebeldes de Felipe; tal gesto inflamaria os extremistas puritanos e injetaria um perigoso fanatismo na política exterior. Quando Burghley se tornou Lorde do Tesouro, em 1572, tomou atitude mais rija: cômico dos débeis recursos do Estado, profundamente atingidos pela perda do comércio com a Espanha e os Países Baixos, tinha convicção de que a política de Walsingham levaria à bancarrota e à ruína.

Elisabeth agora estava inclinada a concordar com ele, pois não lhe agradava assistir a rebeliões de outros povos, “esses seus irmãos em Cristo”, como certa vez disse a Walsingham, sarcasticamente, já que ela não simpatizava com o puritanismo irreconciliável. A tese de Walsingham fora violentamente fortalecida pelo massacre de São Bartolomeu, que obrigou a Rainha a entrar em uma guerra fria nos Países Baixos e numa guerra não declarada no mar, até ser obrigada a enfrentar um ataque maciço de uma Armada.

Esses acontecimentos na França e nos Países Baixos repercutiram na política interna inglesa. Muitos puritanos de início desejaram tolerar a Reforma elisabetana, na esperança de transformá-la de dentro para fora. De agora em diante, eles procuravam levar o governo a uma agressiva política exterior de inspiração protestante e, ao mesmo tempo, garantir sua própria liberdade de organização religiosa. Estavam fortalecidos no país: tinham aliados na corte e no Conselho, como Walsingham, com quem o favorito da Rainha, Leicester, estava, agora intimamente associado; nas vilas e condados da região sudeste da Inglaterra eles estavam ativos e, como desafio ao acordo da Igreja, formaram suas próprias comunidades religiosas, com ministros e cultos próprios, pois almejavam nada mais do que o

estabelecimento de um despotismo teocrático, já que, como os católicos, achavam que a Igreja e o Estado deviam ser independentes e separados.

Ao contrário deles, porém, acreditavam que a autoridade da Igreja era o conselho de anciões, o presbitério, livremente escolhido pelos fiéis, mas, uma vez escolhido, dotado de plena liberdade de ação, suplantariam o poder secular em inúmeros setores da sociedade; e esses homens eram contrários ao “*status quo*” religioso estabelecido por Elisabeth, bem como à Igreja Anglicana, com seu histórico cerimonial litúrgico e seus princípios bem compreensíveis. Eram contrários, ainda, ao seu governo episcopal, porque julgavam tudo isso contra a Sagrada Escritura, tal como Calvino a interpretava.

Para muitos autores, esta situação, de certo modo, já revelava a fraqueza ante o movimento reformista, além do mais, fora de Londres, nas universidades e em algumas cidades importantes. Os párocos dos primeiros tempos da era elisabetana não eram, geralmente, personagens da elite; muitas vezes, se mantinham no cargo porque se haviam submetido a Eduardo VI, depois mudado de crença sob os domínios de Maria e, finalmente aceito, “a religião praticada por S.M.”, como se expressou certa vez um tribunal ritual de justiça, apenas para garantir seu ganha-pão (CHURCHILL 1960, p. 95).

No entanto, conhecendo o latim, apenas o suficiente para ler os livros de orações, e quase incapazes de proferir um sermão decente, os controversistas, eloquentes e entusiastas pregadores e inescrupulosos panfletistas estavam aliciando adeptos nas hostes de Elisabeth, incutindo neles novos e alarmantes conceitos sobre o direito das congregações de se organizarem a si próprias, de trabalharem à sua moda, criando, afinal, sua própria Igreja. E por que não, no futuro, sua própria política, se não na Inglaterra, quiçá em outra parte?

Uma fenda foi aberta na sociedade inglesa, capaz de se transformar num abismo: a Igreja Luterana se adaptava bem à monarquia, até ao absolutismo. O calvinismo, porém, tal como se difundia na Europa, era uma força dissolvente, uma solução de continuidade na evolução social.

Com a volta à atividade dos exilados dos tempos de Maria Tudor, uma verdadeira bomba foi colocada junto aos alicerces da Igreja e do Estado inglês, pondo-os em perigo. Elisabeth sabia que os puritanos eram talvez os seus súditos mais leais, porém, temia que sua atuação violenta pudesse não só provocar o temível conflito europeu, como pôr em perigo a unidade do próprio reino. Nem a soberana, nem seu governo, atreviam-se a ceder um milímetro de sua autoridade, posto que o momento não fosse oportuno para uma guerra ou um levante religioso interno.

Não obstante, o conselho da Rainha contra-atacou. A censura à imprensa foi confiada a um corpo eclesiástico, conhecido como a Corte da Solene Comissão, que fora estabelecida em 1559 para julgar das ofensas contra a Igreja. Essa medida enfureceu os puritanos, os quais criaram uma imprensa secreta e ambulante, que, durante anos, distribuiu virulentos panfletos anônimos, culminando, em 1558, com a publicação de “Mártir Marprelate”, atacando as pessoas e a atuação dos “bispos fantoches”.

Durante meses os membros da Alta Comissão procuraram descobrir os autores dessa propaganda anônima. Os panfletos eram carregados de adjetivos grosseiros, num estilo desordenado e redundante e, por fim, um acidente fez com que a máquina de imprimir, que funcionava numa carroça em constante movimento, caísse ao solo numa rua de Londres. Os impressores foram presos, mas, os autores jamais foram descobertos.

Conforme ressalta Churchill (1960), os ataques dos católicos também aumentaram. Durante a década de 1570, inúmeros padres chegaram à Inglaterra, provenientes dos seminários ingleses de Douai e St. Omer, dispostos a manter a crença católica e as ligações entre os católicos ingleses e Roma. De início, a presença desses padres provocou pouca apreensão nos círculos governamentais. Entretanto, Elisabeth, contra todos os conselhos de Walsingham, custava a acreditar que pudesse haver traidores entre seus súditos católicos, e o fracasso do levante de 1569 fortaleceu sua confiança na lealdade deles.

No entanto, ao redor do ano de 1579, missionários de um novo e formidável tipo começaram a penetrar no país; eram os jesuítas, arautos e missionários da Contrarreforma, que haviam dedicado a vida à luta pelo restabelecimento da religião católica em toda a Cristandade. Fanáticos, eram indiferentes ao perigo pessoal e escolhidos a dedo para a missão. Seus inimigos os acusavam de usarem de assassinato para alcançarem seus objetivos.

Os mais destacados desses jesuítas eram Edmundo Campion e Roberto Parsons. Suas atividades eram cuidadosamente observadas pelos espíões de Walsingham, que descobriram vários atentados planejados contra a Rainha, o que forçou o governo a tomar medidas mais drásticas. A Rainha Maria mandara à fogueira perto de trezentos protestantes nos últimos três anos do seu reinado e nos últimos trinta anos do reinado de Elisabeth o mesmo número de católicos foi executado por traição.

As conspirações, naturalmente, giravam em torno de Mary da Escócia, que há longo tempo estava no cativeiro. Outrossim, ela seria herdeira do trono inglês no caso do desaparecimento ou morte de Elisabeth. Esta relutava em reconhecer que sua vida estava em perigo, todavia, os

complôs levantaram a questão de saber quem a sucederia no trono na hipótese da morte da soberana. Se Mary morresse, o herdeiro seria seu filho Jaime, que se achava seguro na Escócia, em mãos dos calvinistas.

Para evitar conspirações em nome de Mary, Walsingham e seus partidários no Conselho concentraram, então, seus esforços em persuadir a Rainha de que Mary deveria morrer, e, argumentando com fortes razões da cumplicidade de Mary nas inúmeras conspirações, alertaram e perturbaram a consciência de Elisabeth, que tremia à simples ideia de derramar sangue azul. A doutrina jurídica dos Dois Corpos do Rei é levantada pela rainha como forte argumento para não derramar sangue real.

Nesse período, havia indícios de que os jesuítas não estavam, propriamente, fracassando em sua missão. Contudo, Elisabeth não se apressava em suas decisões: preferia aguardar o desenrolar dos acontecimentos, que logo atingiram um ponto crucial.

Guilherme, o Silencioso, líder da revolta dos protestantes holandeses contra a Espanha, foi mortalmente ferido por um agente espanhol. Este assassinato deu força enorme aos argumentos de Walsingham contra Mary, e a opinião pública inglesa reagiu com veemência.

Ao mesmo tempo, os sentimentos da Espanha, com relação à Inglaterra, já azedados pelas incursões dos corsários ingleses, sob a convivência de Elisabeth, se transformaram em franca hostilidade. Uma vez restaurada a hegemonia espanhola, os Países Baixos seriam a base para um ataque final à ilha, e assim Elisabeth foi compelida a enviar Leicester, com um exército inglês, para a Holanda, a fim de evitar a destruição completa desse país.

A morte de Mary Stuart

Churchill (1960) destaca que uma liga da elite protestante foi voluntariamente formada, em 1585, para defender a vida de Elisabeth. No ano seguinte, foram levadas por Walsingham, ao Conselho provas de uma conspiração engendrada por um certo Antonio Babington, católico inglês. Isso aconteceu graças a um espião que se infiltrou entre os conspiradores e com eles viveu durante mais de um ano. A ligação de Mary com os conspiradores era inegável; Maria estava fortemente implicada e o Parlamento clamou por sangue.

A rainha, aparentemente relutante, assinou a condenação à morte da prima, e Mary foi decapitada no castelo de Fotheringhay, no condado de Northamptonshire, em 1587. "Foram precisos três golpes da espada do

carrasco para cortar aquela cabeça. As tragédias da juventude foram esquecidas e muitos a consideraram uma mártir” (MAUROIS, 1965, p. 289). O seu próprio filho, Jaime, não esquecia que a morte de Mary lhe assegurava o trono da Inglaterra e ele dizia: “A minha religião fez-me sempre odiar a sua conduta, embora a honra me obrigasse a defender-lhe a vida” (MAUROIS, 1965, p. 289).

Quando a notícia chegou a Londres, foram acesas festivas fogueiras nas ruas, enquanto Elisabeth, sentada na solidão dos seus aposentos, chorava mais pela sorte da rainha do que da mulher. Elisabeth não queria dar aos súditos o espetáculo e o exemplo de uma rainha decapitada. Acabou lançando a responsabilidade desse gesto aos seus conselheiros masculinos já que Elisabeth tinha horror em ser a responsável pela morte de uma companheira de nobreza e embora compreendesse que isso era essencial para a segurança do seu país, desejava que a decisão suprema e final não caísse sobre seus ombros.

Considerações finais

Na guerra dos tronos, sabedoria, perspicácia política, firmeza de caráter, coragem militar, habilidade no cálculo de poder, capacidade de sedução e destreza para lidar com a *Fortuna* são ferramentas indispensáveis ao exercício do poder político: conquista, manutenção do poder. A rainha inglesa Elisabeth evitou a todo o momento criar uma inimizade ou conflito com a prima e rainha católica Mary Stuart. Tinha suas razões.

Primeiro, temia que o norte da Inglaterra, de maioria católica, visse Mary como uma alternativa ao poder e pegasse em armas contra a sua própria rainha. Segundo, o temor em relação de excomunhão expedida pelo papa Pio V. Terceiro, as ameaças espanholas que se tornavam cada vez mais frequentes. Depois de duas rebeliões mal sucedidas e a tentativa malograda de assassinar a rainha Elisabeth, o ministro Walsingham tramava armadilhas para testar a lealdade de Mary Stuart e provar a cumplicidade dela com as conspirações contra a rainha Elisabeth. Ingenualmente, a rainha escocesa Mary Stuart caiu numa dessas ciladas.

Com apoio do Parlamento e pressão dos ministros, a rainha Elisabeth se viu obrigada a mandar executar Mary Stuart. Por fim, como uma estadista dotada de *virtú*, responsabilizou seus conselheiros pela morte da prima e companheira da nobreza. Elisabeth foi capaz de promover a estabilidade no reino da Inglaterra, dominou as situações e inseriu sua ação no tempo.

Referências bibliográficas

CHURCHILL, W. *História dos povos de língua inglesa: o novo mundo*. São Paulo: IBRASA, 1960.

HELIODORA, B. *A expressão dramática do homem político em Shakespeare*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Falando de Shakespeare*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. *Reflexões shakespearianas*. Rio de Janeiro: Lacerda, 2004.

MAUROIS, A. *História da Inglaterra*. 4. ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores,

Índice de assuntos

- Adolescentes, p. 65
Análise Situacional, p. 187
Antropologia criminal, p. 23
Atores sociais, p. 31
Avaliação, p. 43
Bauman, p. 171
Beck, p. 171
Biografia, p. 155
Cidadania, p. 31
Ciência, p. 121
Colonização, p. 57
Conflitos Étnicos, p. 145
Conflitos, p. 197
Correspondência, p. 11
Currículo, p. 43
Degenerescência, p. 23
Desastres, p. 95
Didática, p. 43
Dominação masculina, p. 109
Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP),
p. 127
Elisabeth, p. 197
Escola, p. 65
Estudos teóricos, p. 155
Evolucionismo, p. 121
Experiência moderna, p. 79
Gênero, p. 57
Gestão Municipal, p. 109
Governo Lugo, p. 127
Habermas, p. 171
Ideologia, p. 187
Idosos, p. 95
Imagário Social, p. 95
Intelectuais, p. 11
Jaboticabal, p. 79
Jogo dos Tronos, p. 197
Leninismo, p. 127
Mannheim, p. 187
Mary Stuart, p. 197
Memória, p. 95
Mestiçagem, p. 23
Modernidade, p. 79, p. 171
Modernização Brasileira, p. 31
Nacionalismo, p. 145
Oliveira Vianna, p. 11
Paradigma, p. 121
Paradoxos, p. 197
Paraguai, p. 127
Patrimônio Cultural, p. 109
Pensamento Político, p. 145
Pensamento Social Brasileiro, p. 11, p. 23
Políticas Urbanas, p. 109
Pós-Modernismo, p. 171
Raios, p. 95
Redemocratização, p. 31
Relacionismo, p. 187
Revolução, p. 127
Socialismo, p. 127
Sociedade civil, p. 31
Sociologia Política, p. 11
Subjetividades, p. 57
Tecnologia, p. 43
Tensões, p. 197
Teoria Crítica, p. 43
Teoria Política, p. 145
Teoria social contemporânea, p. 155
Totemismo, p. 121
Utopia, p. 187
Violência, p. 65
Zygmunt Bauman, p. 155

Subject index

- Bauman, p. 171
Beck, p. 171
Biography, p. 155
Brazilian Modernization, p. 31
Brazilian Social Thought, p. 11, p. 23
Citizenship, p. 31
Civil society, p. 31
Colonization, p. 57
Conflicts, p. 197
Contemporary social theory, p. 155
Correspondence, p. 11
Criminal anthropology, p. 23
Critical Theory, p. 43
Cultural Heritage, p. 109
Curriculum, p. 43
Degeneration, p. 23
Disasters, p. 95
Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP), p. 127
Elderly People, p. 95
Elisabeth, p. 197
Ethnic Conflicts, p. 145
Evaluation, p. 43
Evolutionism, p. 121
Game of Thrones, p. 197
Gender, p. 57
Habermas, p. 171
Ideology, p. 187
Intellectuals, p. 11
Jaboticabal, p. 79
Leninism, p. 127
Lightning, p. 95
Lugo Government, p. 127
Mannheim, p. 187
Mary Stuart, p. 197
Masculine Domination, p. 57
Memory, p. 95
Miscegenation, p. 23
Modern experience, p. 79
Modernism, p. artigo 171
Modernity, p.79
Municipal Management, p. 109
Nationalism, p. 145
Oliveira Vianna, p. 11
Paradigm, p. 121
Paradoxes, p. 197
Paraguay, p. 127
Political Sociology, p. 11
Political Theory, p. 145
Political Thought, p. 145
Postmodernism, p. 171
Redemocratization, p. 31
Relationism, p. 187
Revolution, p. 127
School, p. 65
Science, p. 121
Situational Analysis, p. 187
Social Actors, p. 31
Social Imaginary, p. 95
Socialism, p. 127
Subjectivities, p. 57
Teaching, p. 43
Technology, p. 43
Teenagers, p. 65
Tensions, p. 197
Theoretical studies, p. 155
Totemism, p. 121
Urban Policies, p. 109
Utopia, p. 187
Violence, p. 65
Zygmunt Bauman, p. 155

Índice de autores

- ABREU, Cleto Junior P. de, p. 155
ALGARVE, Giovana, p. 31
BARBOSA, Juliana Graffunder, p. 197
BOURSCHEID, Junior Ivan, p. 127
CARVALHO, João Mauro G.V. de, p. 43
COMIN, Daniela Cristina, p. 171
CUNHA, Máira Darido da, p. 65
DECRESCI, Samuel, p. 145
FERNANDES, Ana Carolina, p. 57
FILHO, José dos Reis Santos, p. 65
GOBBO, José Carlos, p. 31
HELAYEL, Karim, p. 11
MAZUCATO, Thiago, p. 187
OLIVEIRA, Elaine M. e S., p. 23
OLIVEIRA, Nathaly Pereira de, p. 23
SANTOS, Jéssica Fernandes Maia dos, p. 121
SARTORI, Juliana, p. 95
SEINO, Eduardo, p. 31
SILVEIRA, José Renato Ferraz da, p. 197
SÖRENSEN, Sheiva, p. 109
TERRA, Juliana C., p. 79
VIANA, Karine Dutra Rocha, p. 23

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHO

FORMATAÇÃO

Os trabalhos devem ser inéditos e digitados em Word for Windows, ou programa compatível, em fonte *Times New Roman*, espaço simples entre linhas e parágrafos, tamanho 12, (exceto as notas de rodapé e citações, que devem ser apresentadas em tamanho 10). As páginas devem ser configuradas no formato A4, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens superior e direita.

EXTENSÃO

O artigo configurado no formato acima deve ter 10 páginas, no máximo.

ORGANIZAÇÃO

A organização dos trabalhos deve obedecer à seguinte seqüência:

Título: centralizado, em caixa alta.

Resumo: com máximo de 200 palavras.

Palavras-chave: até 6 palavras, escritas no idioma do artigo.

Abstract e keywords: versão para o inglês do Resumo e das palavras-chave, precedida da referência bibliográfica do próprio artigo, com título em inglês, exceto para os textos escritos em inglês.

Resumos, palavras-chave, em português e inglês, devem ser digitados em *Times New Roman*, corpo 11.

Referências: apenas trabalhos citados no texto. Dispostas no final do texto, devem ser organizadas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor. Os sobrenomes dos autores devem ser redigidos em caixa alta, seguidos dos respectivos nomes. O título da obra citada deve ser informado em itálico, enquanto que os capítulos ou partes de uma

obra devem ser apresentados entre aspas. Ex: SOBRENOME, Nome. *Título do livro*. Cidade: Editora, ano, número de páginas. Ou: SOBRENOME, Nome. “Capítulo do livro” In: *Título do livro*. Cidade: Editora, ano, número de páginas.

Citações dentro do texto: Nas citações diretas feitas dentro do texto, de até três linhas, o autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação e página (SILVA, 2000, p. 12). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data, entre parênteses: “Silva (2000) assinala...”. Nas citações diretas, é necessária a especificação das páginas que deverá(ão) seguir a data, separada por vírgula e precedida de “p.” (SILVA, 2000, p. 100). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (SILVA, 2000a). Quando a obra tiver três ou dois autores, todos devem ser indicados, separados por ponto e vírgula (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); quando houver mais de três autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (SILVA et al., 2000). Citações destacadas do texto: As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 11 e sem aspas (NBR 10520 da ABNT, de agosto de 2002).

Notas de rodapé: as notas devem ser reduzidas ao mínimo e apresentadas ao pé da página, utilizando-se os recursos do *Word*, em corpo 10, com a numeração acompanhando a ordem de aparecimento.

Resenha

As resenhas devem seguir o formato acima, com extensão de 4 páginas, no máximo e versar sobre obras das ciências humanas e sociais.

Resumo de Monografias

Os resumos de monografia devem ser redigidos em, no máximo, 15 linhas. Apresentando as seguintes informações: Título; Autor; Orientador; Ano de publicação; Palavras-chave (até 3 palavras); Texto (segundo as mesmas regras de formatação da revista).